

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CARLA TOLEDO

**O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA/MG: OS IMPASSES E
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS
HÍDRICOS**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2019**

CARLA TOLEDO

**O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA/MG: OS IMPASSES E
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS
HÍDRICOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Doctor Scientiae.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2019**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

T649c Toledo, Carla, 1986-
2019 O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG : os
impasses e desafios na implementação da Política Nacional de
Recursos Hídricos / Carla Toledo. - Viçosa, MG, 2019.
232 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 208-220.

1. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (Minas Gerais).
2. Política Nacional de Recursos Hídricos (Brasil).
3. Democracia deliberativa. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 333.910098151

CARLA TOLEDO

**O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA/MG: OS
IMPASSES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 04 de julho de 2019.



Carla Toledo
Autora



Marcelo Leles Romarco de Oliveira
Orientador

À minha filha, Lorena, a qual me mostrou um novo sentido da vida e me inspirou a não desistir. Me deu forças para acreditar num país mais justo, mais sustentável e com mais igualdades de direitos. Por ela venho a cada dia vencendo obstáculos, medos, dores e cansaço...

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me fortalecer a cada momento nesta trajetória. A caminhada do doutorado foi a todo percurso desafiadora com inúmeras situações difíceis e Nele encontrei refúgio e sabedoria para seguir, além de ter convicção de que foi Ele que colocou no meu caminho pessoas tão especiais que iluminaram chegar até aqui. Portanto, este é um momento único de gratidão, de emoção e de sonho realizado.

Agradeço ao apoio incondicional de toda minha família. Meu pai, minha mãe, meus irmãos (Sebastião, Fátima, João Vítor e Felipe) por sempre acreditaram em mim e por serem tão importantes em minha vida. A minha mãe, em especial, que nunca mediu esforços para oferecer ajuda nos momentos que mais precisei e por todos os valores que me ensinastes ao longo dos anos.

Ao Fernando, pela nossa união, por me compreender e por ter tido paciência nos momentos mais difíceis desse percurso. A nossa princesa Lorena, que frutificou dessa união e foi a surpresa mais linda que já tive. A experiência da maternidade me transformou e mudou os milhões de planos que eu tinha, mas ver o sorriso da minha filha fez valer a pena cada momento.

Sou grata também aos meus familiares, tios (as), primos (as), cunhados (as) e sobrinhos (as) que sempre tiveram presentes e deram motivações para continuar nesta jornada. Manifesto ainda todo meu apreço a minha vó Tuta, por ser tão querida e exemplo de mulher.

Ao professor Marcelo Leles, meu orientador, por ter aceitado me orientar na ausência da saudosa professora Nora Beatriz, e me dá a oportunidade de aproximar da área ambiental. Pela liberdade com que me permitiu realizar minha pesquisa, pela sua dedicação e orientações tão humanas e carinhosas que levaram a construção conjunta desta tese. Obrigada pela confiança depositada.

À Nora Beatriz, que mesmo não estando fisicamente presente entre nós, sou eternamente grata por todos seus ensinamentos. Sua lembrança é algo constante!

À professora France Coelho, de um modo especial, muito me ajudou, acompanhou, orientou e contribuiu nesta trajetória. Seu conhecimento e suas palavras de espiritualidades me trouxeram leveza e força para a finalização deste trabalho.

Ao professor José Ambrósio que despertou meu olhar para a pesquisa lá na graduação, e aos demais professores do Departamento de Economia Rural sou grata pela oportunidade de tê-los na minha formação acadêmica. Deixo também meus sinceros agradecimentos a todos funcionários desse Departamento, que sempre se mostraram prestativos e atenciosos conosco.

Ao grupo de pesquisa Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade- Projeto de Assessoramento às Comunidades Atingidas por Barragem do qual faço parte. A todos membros que passaram ao longo desses anos sou grata pelas trocas de conhecimento. Ao Túlio, que se fez um verdadeiro irmão e à Geusa que sou muito feliz por ter conhecido e tê-la no meu ciclo de amizade, sempre parceira.

Aos amigos que conheci durante a estadia em Viçosa, em especial, Poliana e Telma, amigas que estiveram sempre presentes, dando palavras de coragem, apoio e que não me deixaram desanimar. A Micheli, também grande parceira desde a graduação, que contribuiu na ajuda das transcrições das entrevistas. Obrigada por eu ter tido a sorte de encontrar vocês em meu caminho.

Aos conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, que me receberam de forma generosa, cederam seu tempo e suas experiências, dispondo-se a contribuir e dar vida ao meu trabalho. Pessoas que merecem todo nosso respeito por buscarem a preservação e conservação dos nossos recursos naturais, sobretudo, à água, elemento indispensável à sobrevivência.

Ao Conselheiro e professor Marcelo Libânio pelo apoio logístico nas viagens para participar das reuniões do Comitê.

Gratidão às bancas anteriores de projeto e qualificação, ao qual tive a honra de ouvir críticas e sugestões dos professores Rennan Mafra, France Coelho, Bianca Costa, Alan Freitas e Ivonete Lopes. Professores que enriqueceram este trabalho com tantas contribuições.

Aos professores José Ambrósio, Edson Silva, Alan Freitas, Gustavo Simão pelo aceite e disponibilidade de poderem participar da banca de defesa e trazer novas observações e contribuições pertinentes para a melhoria dessa pesquisa.

À Vanessa, que também além de amiga, e a professora Poliana contribuíram debatendo os seminários que antecederam à banca de defesa, trazendo novos olhares e sugestões ricas de conhecimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), que concederam financiamento à realização desta pesquisa.

Por fim, à Universidade Federal de Viçosa, pela qual sou admirada pelos seus encantos e muito grata por ter tido a oportunidade de realizar toda minha formação acadêmica nessa instituição. Assim, finalizo este ciclo com um sentimento de muita emoção e deixo aqui toda minha gratidão!

“Não deixe o meu rio secar
Agonizar e morrer
O que será deste mundo
Se o rio e a mata desaparecer
Não eu não vou devastar
Meu filho precisa crescer
A vida depende da vida
Pra sobreviver

Cadê pau pra canoa... não tem
Nem madeira pro meu Tapiri
A paca, o tatu e a cutia
Fugiram daqui

Tem fumaça no ar
Tá queimando meu chão
É preciso parar
Com tanta destruição
O homem perdeu o juízo
Mas não a razão

Cadê peixe na mesa... não tem
Nem farinha pro meu curumim
A vida defende com a vida
E não saio daqui ”

A Vida Depende da Vida
(Tony Medeiros/ Magno Aguiar)
(Toada do Boi Garantido- Parintins-
AM- 1999)

RESUMO

TOLEDO, Carla, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2019. **O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG: os impasses e desafios na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel político administrativo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/Minas Gerais na gestão 2013-2017, como um espaço potencial de participação e deliberação para implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. A Bacia Hidrográfica do Rio Piranga é uma das sub- Bacias da Bacia do Rio Doce, considerada a Unidade de Planejamento Doce 1, que se destaca por apresentar o maior número de municípios, tendo o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG responsável pelo gerenciamento e preservação dos recursos hídricos de todo o território dessa Bacia. O Comitê se expressa como uma forma organizacional política institucional representado pelos poderes públicos municipal, estadual e federal, pelos usuários de água e pela sociedade civil. Os Comitês foram instituídos pela Lei nº 9.433 de 1997 que definiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, responsável por regulamentar diretrizes que preveem a preservação e conservação da água sob a gestão participativa e descentralizada. A pesquisa consiste em um estudo de caso, no qual foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica e documental sobre os principais debates em torno das questões ambientais e das legislações que se constituíram em prol da preservação da água. E para fundamentar a tese recorreu-se a teorias de autores deliberacionistas, como Habermas, Dryzek, Bhoman e Rancière. A teoria do poder simbólico de Bourdieu também se mostrou pertinente para compreender determinados conflitos que ocorrem nesse espaço público. No delineamento do estudo foram realizadas entrevistas com 26 conselheiros do Comitê em questão e 1 participante da plenária. A partir da transcrição das entrevistas foi realizada a análise de conteúdo que contribuiu para abordar sobre a gestão dos recursos hídricos, a participação, deliberação e sobre os problemas que atingem ou atingiram à Bacia do Rio Piranga. Os resultados, de modo geral, apresentaram um Comitê com representantes marcados por desigualdades no acesso à gestão dos recursos hídricos. A deliberação nesse espaço se mostrou em alguns contextos como procedimentalista, em outros como discursiva e como dialógica, bem como observou situações em que prevaleceram o dissenso, embates, desafios e assimetrias de poder. Assim, apresenta-se o resultado de uma participação política no Comitê ainda com baixa mobilização, mas que é significativamente

importante para o avanço da gestão participativa no País e na preocupação com o desenvolvimento sustentável, sobretudo da conservação da água.

Palavras-chave: Comitê de Bacia Hidrográfica. Política Nacional de Recursos Hídricos. Democracia Deliberativa.

ABSTRACT

TOLEDO, Carla, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2019. **The Piranga River Basin Committee / MG: the impasses and challenges in the implementation of the National Water Resources Policy.** Advisor: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

This research aimed to understand the administrative political role of the Piranga River Basin Committee in the 2013-2017 management as a potential space for participation and deliberation for the implementation of the National Water Resources Policy. The Piranga River Basin is one of the sub-basins of the Rio Doce Basin, considered the Planning Unit “Doce” 1, which stands out for presenting the largest number of municipalities, with the River Piranga Basin Committee responsible for management and preservation of water resources throughout the Basin. The Committee expresses itself as an institutional political organizational form represented by municipal, state and federal public authorities, by water users and by civil society. The Committees were established by Law 9.433 of 1997, which defined the National Policy for Water Resources, responsible for regulating guidelines for water conservation and conservation under participatory and decentralized management. The research is a case study, in which a bibliographical and documentary review was carried out initially on the main debates on environmental issues and the legislation that constituted in favor of water preservation. And to base the thesis were used theories of deliberationists authors, as Habermas, Dryzek, Bhoman and Rancière. Bourdieu's theory of symbolic power has also proved pertinent to understanding certain conflicts that occur in this public space. In the study design, interviews were carried out with 26 advisors from the Committee in question and 1 participant from the plenary. From the transcript of the interviews, a content analysis was carried out to contribute to the management of water resources, participation, deliberation and problems that reach or reached the Piranga River Basin. The results, in general, presented a Committee with representatives marked by inequalities in access to the management of water resources. The deliberation in this space was shown in some contexts as procedural, in others as discursive and as dialogical, as well as observed situations that prevailed dissent, clashes, challenges and asymmetries of power. Thus, the result of a political participation in the Committee is still low, but it is significantly important for the progress of participatory management in the Country and the concern for sustainable development, especially water conservation.

Keywords: Hydrographic Basin Committee. National Water Resources Policy. Deliberative Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Confluência do Rio Piranga e Ribeirão do Carmo, formando o Rio Doce.	25
Figura 2. Localização dos municípios da Bacia do Rio Piranga- Minas Gerais.	28
Figura 3. Nascente do Rio Piranga.	32
Figura 4. Principais cursos d'água da Bacia do Rio Piranga/MG	33
Figura 5. Lama após o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, Distrito de Bento Rodrigues, MG.	35
Figura 6. Delineamento da pesquisa	37
Figura 7. Linha do Tempo da Gestão dos Recursos Hídricos e Políticas Ambientais, 1804-2017.	64
Figura 8. Funções dos Comitês de Bacias Hidrográficas com base na Lei nº 9.433/97.	70
Figura 9. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGERH) e suas instâncias de atuação.	71
Figura 10. Avanço da instituição de políticas estaduais de recursos hídricos de 1991 a 2007.	79
Figura 11. Evolução da criação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil no período de 1988 a 2016.	80
Figura 12. Abrangência dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil, 2017.	81
Figura 13. Fluxograma das etapas para instalação de CBHs.	82
Figura 14. Composição do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.	87
Figura 15. Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002).	95
Figura 16. Níveis de participação da Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002).	95
Figura 17. Formação Acadêmica dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.	129
Figura 18. Municípios contemplados com o Plano Municipal de Saneamento Básico, Bacia do Rio Doce.	133
Figura 19. Estágios da implementação da gestão dos recursos hídricos na unidade DO1.	151
Figura 20. Mapa de Vulnerabilidade Bacia do Rio Doce, 2015.	153
Figura 21. Lista dos principais conflitos identificados no CBH- Piranga/MG, 2017.	178
Figura 22. Registro sobre caminhões-pipa em Viçosa no período de crise hídrica, 2015.	183
Figura 23. Pedra de Banho, Presidente Bernardes, Minas Gerais.	187
Figura 24. Consequências do Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana, 2015.	189
Figura 25. Lama do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale S.A. em Brumadinho/ MG.	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. População e IDHM da Região DO1 Piranga, Minas Gerais.	26
Quadro 2. Entidades do CBH-Piranga/MG, mandato 2013-2017.....	31
Quadro 3. Participantes da Pesquisa de Campo do CBH- Piranga/MG, 2017.....	40
Quadro 4. Principais Conceitos analisados	42
Quadro 5. Objetivos e metodologias escolhidas.....	43
Quadro 6. Síntese de resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos no período de 2008-2017.....	65
Quadro 7. Atribuições dos Comitês de Bacias.	76
Quadro 8. Principais Programas debatidos no CBH-Piranga/MG.	134
Quadro 9. Cobrança e arrecadação, Bacia do Rio Doce, 2013-2017.....	135
Quadro 10. Desembolso do IBIO- AGB Doce, 2013-2017.....	137
Quadro 11. Finalidades das Câmaras Técnicas do CBH- Piranga/MG.....	158
Quadro 12. Instrumentos de Gestão do CBH-Piranga/MG.	163
Quadro 13. Síntese das atas de reuniões, CBH- Piranga/MG, gestão 2013-2017.	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Gênero dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.	125
Tabela 2. Tempo dos representantes como membros no CBH- Piranga, MG, 2017.....	127
Tabela 3. Escolaridade dos membros do CBH-Piranga, MG, 2017.....	128
Tabela 4. Faixa etária dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.	130
Tabela 5. Frequência dos membros do CBH-Piranga/MG, nas reuniões, 2017.	130
Tabela 6. Tipo de envolvimento dos membros do CBH-Piranga/MG nas reuniões, 2017.	132
Tabela 7. Residência dos membros do CBH-Piranga, MG, 2017.....	140
Tabela 8. Municípios de residência dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.....	140

LISTA DE SIGLAS

ABAS- Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
ABES- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ADI- Associação de Desenvolvimento Internacional
AGGI- Agência de Garantia ao Investimento Internacional
AMAPI- Associação Municipal da Microrregião do Vale do Rio Piranga
ANA- Agência Nacional das Águas
ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica
APP- Área de Preservação Permanente
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBH- Comitê de Bacia Hidrográfica
CEEIBH- Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CEP- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CERH- Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CFI- Corporação Financeira Internacional
CIEA- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CIF- Comitê Interfederativo
CISAB- Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais
CISDI- Centro Internacional de Solução de Disputas sobre Investimentos
CNAEE- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNRH- Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD-Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPAM- Conselhos Estaduais de Política Ambiental
COPASA- Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CTCEI- Câmara Técnica de Capacitação, Educação e Informação
CTIL- Câmara Técnica Institucional e Legal
CTOC- Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
CTPP- Câmara Técnica Planejamento e Projetos
DN- Deliberação Normativa
DNAE- Departamento Nacional de Águas e Energia

DNAEE- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral

DO- Unidade de Planejamento Doce

EMATER- Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM- Fundação Estadual do Meio Ambiente

FMI- Fundo Monetário Internacional

FHIDRO- Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

GACG- Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão

IBIO- Instituto BioAtlântica

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF- Instituto Estadual de Florestas

IGAM- Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária

MINTER- Ministério do Interior

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MME- Ministério das Minas e Energia

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

ONU- Organização das Nações Unidas

PACAB- Projeto de Assessoramento às Comunidades Atingidas por Barragem

PAP- Plano de Aplicação Plurianual

PLANASA- Plano Nacional de Saneamento

PMSB- Plano Municipal de Saneamento Básico

PNRH- Política Nacional de Recursos Hídricos

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA- Plano Plurianual

PROGESTÃO- Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

SAAE- Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEMA- Secretária Especial de Meio Ambiente

SEMAD- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SISEMA- Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SISNAMA- Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNGERH- Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SUPRAM- Superintendência Regional de Meio Ambiente

TCLE- Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UC- Unidade de Conservação

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UFV- Universidade Federal de Viçosa

UPGRH- Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos

UTE- Unidade Territorial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	25
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
1.1. Descrição da Unidade de Análise	25
1.2. Estratégia Metodológica	36
1.2.1. Coleta de dados	37
1.2.2. Análise dos dados	41
1.3. Questões éticas	44
CAPÍTULO 2	45
CONTORNO INSTITUCIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	45
2.1. Uma introdução ao debate	45
2.2. Água e desenvolvimento sustentável: os primeiros apontamentos em relação às políticas ambientais	50
2.3. Gestão das águas no Brasil	55
2.4. A Política Nacional dos Recursos Hídricos	68
2.5. Os Comitês de Bacias Hidrográficas	75
2.6. Gestão dos Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Minas Gerais	86
CAPÍTULO 3	90
CONCEITOS E TEORIAS PARA COMPREENDER O CBH	90
3.1. Democracia deliberativa e participação em espaços públicos do Brasil: uma abordagem da operacionalidade	90
3.2. Outras abordagens e conceitos	97
3.2.1. Concepção habermasiana e a democracia procedimentalista	98
3.2.2. Concepções de Dryzek e a democracia discursiva	104
3.2.3. Concepções de Bohman e a democracia dialógica	107
3.2.4. Concepções de Rancière e a teoria da democracia do dissenso	111
3.2.5. Interface entre os autores para análise do CBH	116
3.3. Relações de poder e disputas sociais nos Comitês de Bacias Hidrográficas	119
CAPÍTULO 4	124
O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA/ MG	124
4.1. Perfil dos participantes da pesquisa e análises gerais	125
4.2. Formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG	145

4.3. Ritos Institucionais do CBH- Piranga/MG.....	157
4.4. Participação e Processo Democrático	167
4.5. Problemas enfrentados na Bacia do Rio Piranga	181
4.6. Perspectiva futura do CBH-Piranga/MG	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	221
APÊNDICE B- SÍNTESE DOS DOCUMENTOS: ATAS DE REUNIÕES.....	225
ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	232

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisou o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, Minas Gerais, Unidade de Planejamento Doce 1 da Bacia do Rio Doce, com o intuito de compreender o seu papel político em relação à implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), instituído pela Lei nº 9.433/1997. Esta Política regulamenta diretrizes que preveem a preservação e conservação da água sob a perspectiva da gestão participativa e descentralizada com a representação de atores do poder público, dos distintos usuários da água e da sociedade civil para o controle dos recursos hídricos baseado nos múltiplos usos da água.

A riqueza e pertinência desta pesquisa consiste em buscar aprofundar, compreender e problematizar a forma de atuação do Comitê de Bacia Hidrográfica e a Política Nacional de Recursos Hídricos, além de incrementar estudos que venham a ser realizados nessa área, pois a temática ultrapassa o esforço explicativo de disciplinas exclusivas e tem exigido um amplo diálogo transdisciplinar, bem como discussões mais acadêmicas e aprofundadas que possam subsidiar outras pesquisas e contribuir para a compreensão da gestão dos recursos hídricos por Comitês de Bacias Hidrográficas.

Esta pesquisa insere-se na área dos estudos da Extensão Rural na medida em que esta é uma “área problema”, mais que uma disciplina de conhecimento que buscou aproximar e sistematizar abordagens de diversos campos de saber. Desta forma, esta pesquisa procurou trazer entendimentos possíveis sobre os usos e conflitos dos recursos hídricos, ressaltando sua importância para os diversos campos de conhecimento científico, bem como analisou o papel político de um Comitê, o caráter participativo dos membros e a forma como é a deliberação nas tomadas de decisões, sobretudo em relação à PNRH.

Ao dar visibilidade à natureza socioambiental, política e econômica dos problemas e os conceitos necessários à elaboração de ações ou políticas públicas direcionadas à manutenção dos recursos naturais, em especial, aos recursos hídricos, a proposta veio motivada pela perspectiva de melhor compreender como é operacionalizado nos Comitês de Bacias Hidrográficas a participação, a forma de deliberação e a gestão desse recurso em um determinado território¹.

Além disso, a motivação pessoal também influenciou na escolha do tema em razão da experiência acadêmica da pesquisadora, desde sua graduação em Gestão de Cooperativas e

¹ Território compreendido como espaço físico e contínuo, que leva em consideração as características ambientais, econômicas, sociais, culturais, políticas, institucionais (BONNAL; KATO, 2011).

participação nos grupos de pesquisa: “Assentamentos”; “Gestão e Desenvolvimento de Cooperativas e Associações”; e “Pesquisa em Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade - Projeto de Assessoramento às Comunidades Atingidas por Barragem e Mineração (PACAB)”. Todas as discussões realizadas nestes grupos propiciaram conhecimentos distintos e diálogos com a Extensão Rural, favorecendo incentivos para que a pesquisadora fosse sempre além.

Mais diretamente, o grupo PACAB foi o responsável pela aproximação com a proposta da presente pesquisa. Porém, trabalhar com a área ambiental foi algo novo e desafiador, que colocou como desafio o enfrentamento e a superação de muitos medos, limitações e anseios na esperança de poder compreender uma nova realidade, para a qual se espera poder contribuir com um novo olhar sobre os recursos hídricos em sua relação com a dinâmica da sociedade.

O primeiro contato da pesquisadora com a temática ambiental, de modo geral, foi por meio de um trabalho para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), realizado por meio de um convênio com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), através do qual o interesse pelas questões ambientais foi motivado. Ao cursar a disciplina ERU 734 - Conflitos Ambientais aumentaram a compreensão e a problematização de algumas questões essenciais para o pensamento ambientalista.

Na ocasião, um dos aspectos, que mais chamou atenção foi a problemática acerca da água no momento atual de uma crise hídrica, em que a escassez deste recurso leva à necessidade de buscar mecanismos estratégicos para um adequado gerenciamento. Além disso, o rompimento da barragem da Samarco (05 de novembro de 2015) no município de Mariana/MG contribuiu para instigar ainda mais as indagações a respeito dos impactos desse acontecimento no Rio Doce e seus afluentes. Tudo isso corroborou com a escolha da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga para área de estudo, uma vez que esta Bacia é sub-Bacia do Rio Doce, e Mariana integra-se aos municípios que constituem a Bacia do Rio Piranga, o que resultou ainda em outros municípios desta Bacia impactados pela lama transbordada.

Assim, essa pesquisa definiu como recorte de análise o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga, MG), que possui competência para exercer a gestão participativa das águas, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga. O estudo oferece informações sobre como vem ocorrendo o funcionamento e a atuação desse Comitê. Ressalta-se que os CBHs expressam uma forma organizacional político-institucional de gestão dos recursos hídricos e estão embasados na gestão participativa das políticas das águas.

Os Comitês compõem-se dos segmentos do poder estadual, municipal, usuários de água e da sociedade civil responsáveis pela aprovação de planos diretores, definição dos critérios de

cobrança pelo uso da água, alocação dos recursos da cobrança, mitigação de conflitos, deliberação de propostas para melhoria dos problemas ambientais que afetam a quantidade e qualidade da água na Bacia, dentre outras atribuições que são expressas nas diretrizes da PNRH.

Vale salientar que a dinâmica de gerenciamento dos recursos hídricos passou a ser o caminho seguido para buscar um melhor aproveitamento das águas combinado com as necessidades ambientais e sociais. De modo geral, o desenvolvimento do setor de gestão dos recursos hídricos no Brasil teve como marco inicial o Código de Águas de 1934, que classificou as águas em públicas, de uso comum e dominicais, comuns e particulares, podendo as águas públicas de uso comum serem de domínio da União, Estado e Municípios (MACHADO, 2004).

Entretanto, a regulamentação do Código tinha somente como interesse o desenvolvimento da geração de hidrelétrica, associada à tática governamental de estabelecer infraestrutura para a expansão do parque industrial do país (BROCH, 2008). As questões ambientais começaram a ser mais debatidas a partir de 1960 e somente em 1970 iniciaram as pressões quanto à legislação de controle ambiental no Brasil, vindo, nos anos 1980, a aprovar tal legislação e os discernimentos de controle de sistemas hídricos e hidrelétricos (TUCCI; HESPAHOL; CORDEIRO NETTO, 2000).

Em 1988, ocorreu uma alteração no domínio hídrico antes em vigor com a promulgação da Constituição Federal, que determinou à União a competência em designar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, além de constituir critérios de outorga e direito de uso dos recursos hídricos e em 1989 emergiu o primeiro Consórcio Intermunicipal do país no Estado de São Paulo (BROCH, 2008).

Nos anos 1990, a ideia de desenvolvimento sustentável registrou uma nova forma de gestão. A proposta Rio 92 e a constituição da Política Nacional de Recursos Hídricos em 1997, com a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, trouxeram a preocupação com a preservação e manutenção da água, visando uma maior descentralização (TUCCI; HESPAHOL; CORDEIRO NETTO, 2000).

Como afirma Tostes (2007), é importante a descentralização da gestão dos recursos hídricos constituída por meio dos órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGERH), sobretudo dos Comitês que visam contemplar a participação social, nos quais distintos usuários devem dialogar entre si e com o poder público a respeito dos diversos usos da água. Neste sentido, buscou-se problematizar sobre a estrutura de gestão, principalmente se ela consegue cumprir sua proposta ou se utilizam do discurso democrático

para atender e priorizar determinados interesses de pequenos grupos que se transfiguram como interesse coletivo.

Segundo Jacobi, Cibim e Leão (2015), um dos maiores desafios no modelo de governança está ligado à necessidade de fortalecer os mecanismos de controle social, já que a implementação de práticas participativas também é desafiadora, pois só pela garantia da Lei ou por ter um espaço participativo não quer dizer que a participação de fato ocorrerá. Nesta perspectiva, os estudiosos analisaram que existiram avanços na Lei Nacional nº 9.433/1997, mas que a Lei se centraliza nos planos e conhecimentos do corpo técnico-científico, restringindo o envolvimento da comunidade nas atividades dos Comitês, bem como mantendo a assimetria de informações, por falta de ações coletivas que viabilizariam atividades interdisciplinares e intersetoriais.

Jacobi, Cibim e Leão (2015) deixaram evidente que há uma frágil capacidade de organização e mobilização da sociedade civil nesse espaço. Para eles, o modelo atual de governança da água apresenta um discurso técnico e centralizador, com características mais direcionadas para o lado econômico, que evitam o envolvimento com a sociedade no processo de tomadas de decisões dos planos de gestão e possíveis soluções para enfrentamento dos impactos ambientais, o que retrata um distanciamento da realidade da população.

Scantimburgo (2013) também chamou a atenção para o fato de que, embora já tenha passado mais de vinte anos da promulgação da Lei Nacional nº 9.433/1997 e vários Comitês de Bacias Hidrográficas tenham sido criados, poucos concretizaram o conteúdo da PNRH por completo. Segundo dados da Agência Nacional das Águas-ANA (2018), até 2017 haviam sido criados 224 Comitês em Bacias de domínio estadual no Brasil, além de 9 CBHs de Bacias interestaduais, sendo que 2 deles são Comitês únicos. Portanto, ressalta-se que muitos deles, no momento de sua criação, careceram de um amadurecimento das organizações civis e dos usuários de água para desempenharem seus papéis de controle do processo.

Neste sentido, para compreender o significado e as implicações da existência de um CBH na gestão dos recursos hídricos em um determinado território, observou-se que a descrição de seu funcionamento a partir dos depoimentos de seus componentes pode esclarecer o que tem impedido ou facilitado a participação social nos processos de decisões e até que ponto o Estado tem conseguido elaborar e executar, a partir do CBHs, uma política de recursos hídricos eficaz e efetiva, considerando os conflitos de interesses que enfrentam nesse espaço social de decisões.

Diante dos desafios dessa proposta de gestão socioambiental compartilhada, o presente estudo se propôs analisar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga-MG para identificar

os diferentes aspectos e visões debatidos neste Comitê. O fio condutor da pesquisa pode ser posto nos seguintes questionamentos: Existe no CBH-Piranga/MG um espaço deliberativo e descentralizado que possibilita a participação política de seus membros na tomada de decisões para implementação da PNRH? Ou seja, como as ações do Comitê estão associadas à forma de organização, aos problemas ambientais e aos instrumentos de gestão?

A partir desses questionamentos, objetivou-se, de modo geral, compreender o papel político-administrativo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG como um espaço potencial de participação e deliberação para implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. Especificamente, pretendeu-se (i) descrever a política de recursos hídricos implementada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG, a partir de registros documentais e depoimentos de seus integrantes; (ii) refletir sobre a participação, a deliberação e a cultura política dos representantes do Comitê nos processos decisórios e na implantação da PNRH; (iii) analisar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG como um espaço sócio político ambiental em disputa, verificando as assimetrias de poder entre os representantes; (iv) averiguar entraves e potencialidades no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG para o gerenciamento das águas; (v) identificar conflitos pelo uso da água na região da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG; e (vi) destacar ações que têm contribuído para melhorar a gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG.

Esta pesquisa, portanto, buscou assimilar como é o funcionamento do Comitê para a implementação da PNRH, investigando se a forma como são realizadas as deliberações, o processo de participação, o perfil dos participantes, os ritos e os problemas socioambientais da Bacia influenciam tal implementação, pois a PNRH, a partir de 1997, exigiria para sua operacionalização maior comprometimento e participação de todos os envolvidos no processo de tomada de decisões.

Quanto à estrutura da tese, a mesma é composta por esta introdução, seguida pelos procedimentos metodológicos no capítulo 1, que traz uma maior caracterização da Bacia do Rio Piranga ao descrever sobre suas características naturais e socioeconômicas. Além de apresentar sobre a estratégia metodológica utilizada para coleta e análise dos dados.

O capítulo 2 aborda sobre os debates antecedentes do processo de gerenciamento dos recursos hídricos, trazendo o contexto histórico e legislativo da estrutura de gestão social de Bacias Hidrográficas no Brasil e algumas questões pertinentes que refletiram na busca do desenvolvimento sustentável e na conservação ambiental da água. Para isso, recorreu inicialmente a uma breve alusão sobre a água, a fim de mostrar sua importância como elemento

natural e cheio de simbolismo, essencial à vida de todos na Terra. Expôs ainda como a água passa a ser reconhecida como um recurso hídrico, utilizada em distintos setores e dotada de valor econômico, capaz de gerar conflitos pelo seu uso. Além de trazer questões sobre a escassez hídrica.

O capítulo 3 procurou abordar conceitos como democracia deliberativa, participação social e política na gestão dos recursos hídricos do CBH-Piranga/MG. Autores como Habermas, Dryzek, Bohman e Rancière se destacaram neste contexto, à medida que se apresentam as concepções de democracia deliberativa compreendidas por cada um. A teoria desses estudiosos norteou a proposta desta pesquisa e contribuiu com as discussões das análises dos dados do Comitê em estudo. Este capítulo é ainda composto pela discussão de campo e poder simbólico de Bourdieu, uma vez que sua teoria possui um caráter explicativo que contribui para o entendimento de conflitos e influências de poderes não percebidos. Reconhece-se a existência de contradições entre Bourdieu e os demais autores mencionados, mas a leitura de todos eles possibilitou apresentar concepções que são distintas, complementares, análogas ou mesmo opostas sobre a realidade empírica estudada.

O capítulo 4 apresenta o estudo de caso do CBH-Piranga/MG ao analisar a atuação e funcionamento do Comitê em relação à implementação da PNRH. Abordou sobre a integração dos segmentos que compõem esse espaço para deliberarem a respeito da gestão dos recursos hídricos, da deliberação das políticas ou ações propostas. Bem como descreveu a respeito do perfil, participação e motivação dos membros entrevistados sobre o processo histórico do Comitê, as pautas discutidas e sobre a transparência das informações e concretização dos resultados.

O estudo de caso também possibilitou verificar momentos em que ocorreram disputas em torno do uso da água ao observar possíveis interesses que emergiam em determinadas discussões. Observou ainda os ritos institucionais do Comitê através do conhecimento que os representantes têm dos documentos e leis que regem o CBH-Piranga/MG. Identificou segmentos que se destacaram com maior influência em relação aos demais setores nos processos de deliberação, levando à ocorrência de poder simbólico nesse espaço sócio político ambiental.

Ademais, os dados visaram mostrar sob o olhar dos membros a opinião da gestão dos recursos hídricos realizada pelo Comitê em questão, avaliando se houve avanços ou não em sua trajetória. Inclusive problematizaram a dinâmica de funcionamento do Comitê como espaço de negociação e deliberação em relação à PNRH, e destacaram os principais impasses, desafios e

perspectivas futuras do CBH- Piranga/MG. Por fim, apresenta as considerações finais que retomam às principais contribuições deste estudo para o campo de pesquisa.

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1. Descrição da Unidade de Análise

O universo empírico escolhido para realização da presente pesquisa é o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga/MG), no Estado de Minas Gerais, na gestão 2013-2017, o qual buscou analisar o funcionamento e atuação desse Comitê em relação à implementação da PNRH. Esta escolha justificou-se por ser um território marcado pela diversidade de características naturais e socioeconômicas, que merecem especial atenção. A Bacia Hidrográfica do Rio Piranga é uma das sub-Bacias da Bacia do Rio Doce², considerada a Unidade de Planejamento Doce 1 (DO1) que abrange os Rios Piranga, Carmo e Xopotó, sendo que o Rio Piranga é o principal formador do Rio Doce, como mostra a **Figura 1** (NASCIMENTO; CASTRO, 2013).

Figura 1. Confluência do Rio Piranga e Ribeirão do Carmo, formando o Rio Doce.



Fonte Universidade Federal de Viçosa-MG (Atlas Digital das Águas de Minas), 2010.

²A Bacia Hidrográfica do Rio Doce se estende a uma área de 86.715 Km², sendo que 86% estão no Leste de Minas Gerais e 14% no Nordeste do Espírito Santo. No Estado mineiro foi subdividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRHs). As UPGRHs e seus respectivos CBHs são: Rio Piranga (DO1) que envolve 77 municípios; Rio Piracicaba (DO2) com 21 municípios, Rio Santo Antônio (DO3) com 29 municípios, Rio Suaçuí (DO4) com 48 municípios, Rio Caratinga (DO5) com 29 municípios e Rio Manhuaçu (DO6) com 26 municípios. Em Espírito Santo, não ocorre estas subdivisões, mas existem os CBHs dos Rios Santa Maria do Doce, Guandu, Pontões e Lagoas do Rio Doce, Santa Joana, Barra Seca e Foz do Rio Doce (<http://www.cbhdoce.org.br/a-bacia/>).

A região DO1 se destaca ainda por apresentar o maior número de municípios (77), numa área de 17.571 Km², concentrada principalmente nas regiões da Zona da Mata e Campos das Vertentes como mostram o **Quadro 1** e a **Figura 2** (CBH-DOCE, 20-). Sua população corresponde a mais de 1,2 milhões de habitantes, conforme o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e a maioria dos municípios possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio, sendo Araponga (0,536) o único com índice de baixo desenvolvimento. O que justifica a necessidade de organização social no território da Bacia e uma gestão mais participativa.

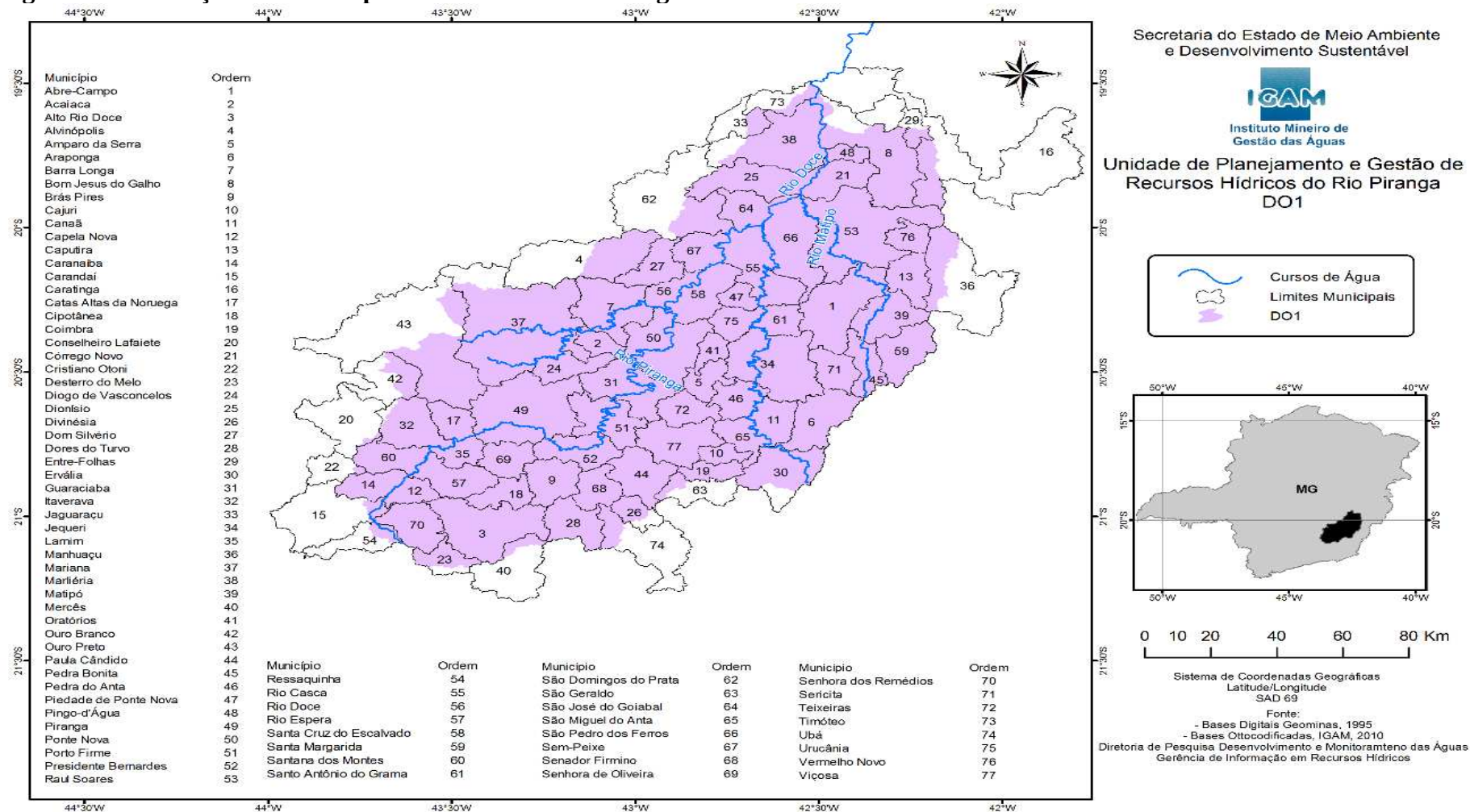
Quadro 1. População e IDHM da Região DO1 Piranga, Minas Gerais.

Município	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	População Total (2010)	População Estimada (2018)	IDHM (2010)
Abre Campo	7.281	6.030	13.311	13.465	0,654
Acaiaca	2.553	1.367	3.920	3.994	0,630
Alto Rio Doce	5.070	7.089	12.159	11.146	0,620
Alvinópolis	11.433	3.828	15.261	15.239	0,676
Amparo da Serra	2.642	2.411	5.053	4.751	0,641
Araponga	3.041	5.111	8.152	8.425	0,536
Barra Longa	2.313	3.830	6.143	5.250	0,624
Bom Jesus do Galho	10.024	5.340	15.364	15.010	0,623
Brás Pires	2.223	2.414	4.637	4.374	0,625
Cajuri	2.096	1.951	4.047	4.002	0,617
Canaã	1.859	2.769	4.628	4.579	0,649
Capela Nova	2.132	2.623	4.755	4.673	0,648
Caputira	3.779	5.251	9.030	9.287	0,615
Caranaíba	1.176	2.112	3.288	3.200	0,634
Carandaí	18.205	5.141	23.346	25.327	0,697
Caratinga	70.474	14.765	85.239	91.503	0,706
Catas Altas da Noruega	1.429	2.033	3.462	3.629	0,600
Cipotânea	3.014	3.533	6.547	6.774	0,579
Coimbra	5.156	1.898	7.054	7.517	0,669
Conselheiro Lafaiete	111.266	5.246	116.512	127.539	0,761
Córrego Novo	2.038	1.089	3.127	2.814	0,632
Cristiano Ottoni	4.156	851	5.007	5.215	0,695
Desterro do Melo	1.390	1.625	3.015	3.026	0,631
Diogo de Vasconcelos	1.099	2.749	3.848	3.918	0,601
Dionísio	7.165	1.574	8.739	8.373	0,702
Divinésia	2.175	1.118	3.293	3.446	0,657
Dom Silvério	4.058	1.138	5.196	5.349	0,709
Dores do Turvo	2.030	2.432	4.462	4.455	0,629
Entre Folhas	3.889	1.286	5.175	5.145	0,634
Ervália	9.470	8.476	17.946	18.829	0,625
Guaraciaba	3.218	7.005	10.223	10.333	0,623
Itaverava	2.565	3.234	5.799	5.470	0,627
Jaguaráçu	2.138	852	2.990	3.124	0,679
Jequeri	7.293	5.555	12.848	12.460	0,601
Lamim	1.511	1.941	3.452	3.404	0,655
Manhuaçu	64.839	14.735	79.574	89.256	0,689
Mariana	47.642	6.577	54.219	60.142	0,742
Marliéria	2.844	1.168	4.012	4.044	0,657
Matipó	13.832	3.807	17.639	18.808	0,631

Município	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	População Total (2010)	População Estimada (2018)	IDHM (2010)
Mercês	7.256	3.112	10.368	10.720	0,664
Oratórios	3.241	1.252	4.493	4.647	0,637
Ouro Branco	31.609	3.659	35.268	39.121	0,764
Ouro Preto	61.120	9.161	70.281	73.994	0,741
Paula Cândido	4.936	4.335	9.271	9.557	0,637
Pedra Bonita	1.807	4.866	6.673	7.065	0,573
Pedra do Anta	2.192	1.173	3.365	3.100	0,624
Piedade de Ponte Nova	3.178	884	4.062	4.140	0,639
Pingo D'Água	4.035	385	4.420	4.894	0,619
Piranga	5.958	11.274	17.232	17.618	0,600
Ponte Nova	51.185	6.205	57.390	59.605	0,717
Porto Firme	4.831	5.586	10.417	11.208	0,634
Presidente Bernardes	1.642	3.895	5.537	5.398	0,632
Raul Soares	15.484	8.334	23.818	23.814	0,655
Ressaquinha	3.023	1.688	4.711	4.798	0,683
Rio Casca	11.334	2.867	14.201	13.659	0,650
Rio Doce	1.653	812	2.465	2.599	0,664
Rio Espera	2.403	3.667	6.070	5.549	0,602
Santa Cruz do Escalvado	1.730	3.262	4.992	4.981	0,625
Santa Margarida	7.626	7.385	15.011	16.111	0,610
Santana dos Montes	2.292	1.530	3.822	3.789	0,647
Santo Antônio do Grama	3.365	720	4.085	3.937	0,633
São Domingos do Prata	10.505	6.852	17.357	17.393	0,690
São Geraldo	7.270	2.993	10.263	12.164	0,651
São José do Goiabal	3.689	1.947	5.636	5.454	0,666
São Miguel do Anta	3.746	3.014	6.760	6.933	0,644
São Pedro dos Ferros	6.783	1.573	8.356	7.858	0,659
Sem-Peixe	1.507	1.340	2.847	2.661	0,654
Senador Firmino	4.683	2.547	7.230	7.764	0,644
Senhora de Oliveira	3.256	2.427	5.683	5.786	0,631
Senhora dos Remédios	3.430	6.766	10.196	10.451	0,626
Sericita	3.718	3.410	7.128	7.319	0,560
Teixeiras	7.623	3.732	11.355	11.650	0,675
Timóteo	81.124	119	81.243	89.090	0,770
Ubá	97.636	3.883	101.519	114.265	0,724
Urucânia	7.946	2.345	10.291	10.371	0,633
Vermelho Novo	1.852	2.837	4.689	4.832	0,612
Viçosa	67.305	4.915	72.220	78.286	0,775
Total	994.491	288.706	1.283.197	1.359.876	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Estimativa 2018.

Figura 2. Localização dos municípios da Bacia do Rio Piranga- Minas Gerais.



Fonte: IGAM, 2010.

Além disso, chamou a atenção também para escolha da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga o fato da Bacia pertencer a um território que foi afetado pelo rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco (uma joint-venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton) em 05 de novembro de 2015, no município de Mariana/MG³. Este evento foi considerado um dos maiores desastres ligados à mineração nos últimos tempos, causando enormes impactos, tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade, alterando o rumo da vida dos moradores da região e contaminando o principal manancial da Bacia do Doce, ou seja, o próprio Rio Doce (RIO DOCE, 2016).

Neste contexto, como a Bacia do Rio Piranga insere-se na macrobacia do Rio Doce, o CBH-Piranga/MG vem atualmente direcionando sua atenção, em especial, para a recuperação do Rio Doce e seus afluentes, afetado pelo rompimento da barragem de Fundão. Por isso, tornou-se também instigante analisar como estão sendo realizadas essas discussões, quais as perspectivas, desafios e possibilidades de recuperação dos danos causados pelo desastre ambiental do rompimento da barragem da Samarco.

O CBH- Piranga/MG foi constituído em 20 de dezembro de 2002, por meio do Decreto Estadual nº 43.101, conforme a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que o integrou ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Seu principal objetivo é promover programas e políticas para a preservação, recuperação e desenvolvimento sustentável da Bacia (CBH-PIRANGA, 20-).

Tostes (2007) salientou que desde 1992 ambientalistas já discutiam a necessidade de constituírem o Comitê, em face aos problemas ambientais na região (poluição, insuficiência de compensação socioambiental para reparação dos danos ocasionados pela instalação e operação de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, mineradoras ou indústrias altamente poluidoras, uso inadequado dos recursos naturais ao longo da Bacia e outros). Assim, em 2001 grupos se mobilizaram juntamente com as prefeituras da região (prefeitura de Piranga, Ponte Nova, Presidente Bernardes, Mariana e outras das cidades vizinhas) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) para sua constituição e elaboração de um diagnóstico ambiental regional e delineamento de estratégias de recuperação das áreas degradadas da Bacia, conseguindo, no fim de 2002, a sua instituição pelo Decreto acima mencionado.

³ Ressalta-se que após pouco mais de três anos desse evento, ocorreu em 25 de janeiro de 2019 outro rompimento de barragem de rejeitos em Brumadinho, MG, associada à mineradora Vale S.A. Segundo Pereira, Cruz e Guimarães (2019), o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão causou dezenas de mortes e os rejeitos se dispersaram por distintas áreas do município até serem drenados pelo Rio Paraopeba, contaminando o meio físico e biótico da região, lesando a saúde física e mental da população e desestabilizando a economia local.

Inicialmente, no processo de formação, sua composição foi marcada pelo poder público, uma vez que foram os prefeitos dos municípios da região que buscaram o IGAM para esclarecer como se formavam os Comitês de Bacias, dar informações sobre a Política das Águas e mostrar a importância do envolvimento de todos no processo de estruturação do Comitê. Além disso, a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) foram importantes para unirem os envolvidos na gestão ambiental da Bacia, além de contribuírem com a logística e divulgação das informações para a formação desse espaço (TOSTES, 2007).

Destacaram-se ainda outras entidades nesse processo, como a Associação Municipal da Microrregião do Vale do Rio Piranga (AMAPI), a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (TOSTES, 2007).

A estrutura do Comitê é determinada pelo Regimento Interno, a qual consiste na Presidência, Vice-Presidência, Secretária, Vice-Secretária, Plenária, Câmaras Técnicas e Comissões. A plenária é a instância deliberativa que se faz por meio de uma reunião pública, aberta a todos que se interessem em participar das tomadas de decisões referentes à gestão dos recursos hídricos, em especial, a discussão e aprovação do Plano Diretor de Recursos Hídricos (VIANNA JUNIOR, 2014).

A representação no Comitê se dá, atualmente, por poderes públicos (representantes do Município, Estado e União), pela sociedade civil organizada (representada por distintas entidades, como associações, organizações técnicas e de ensino, não governamentais e outras) e pelos usuários da água (representados por pessoa física ou jurídica que usufruem da água para uso, captação e/ou lançamento de resíduos, como os setores de irrigação, abastecimento humano, energia elétrica, lazer, turismo e pesca). O **Quadro 2** exhibe as entidades do CBH-Piranga/MG referente ao mandato 2013-2017.

Observou-se que algumas instituições/organizações ainda presentes participaram desde o processo de criação do Comitê, embora representados por outros membros. Ressalta-se que a composição desse mandato contou com 35 membros titulares com seus respectivos suplentes, eleitos em processo democrático, carecendo ainda de uma representação do Poder Público

Estadual⁴. Notou-se também que a maioria das entidades possui seus representantes titulares e suplentes da mesma instituição/organização, enquanto outras apresentaram o titular de uma entidade e o suplente de outra, como é possível observar no **Quadro 2** a seguir.

Quadro 2. Entidades do CBH-Piranga/MG, mandato 2013-2017.

Poder Público Estadual	Poder Público Municipal	Usuários de Água	Sociedade Civil
EMATER	Prefeitura Municipal de Capela Nova	COPASA	Movimento Ecológico e Cultural Vale do Piranga
Secretaria de Estado de Educação	Prefeitura Municipal de Mariana	SAAE Vermelho Novo	UFV
Secretaria de Estado de Saúde	Prefeitura Municipal de Oratórios (Titular) / Prefeitura Municipal de Jequiri (Suplente)	CEMIG Geração e Transmissão	Sociedade Sinhá Laurinha
IEF	Prefeitura Municipal de Piranga	Samarco	Organização Ambiental Puro Verde
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)	Prefeitura Municipal de Ponte Nova	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	Biologia da conservação-Educação e projeto Ambientais
IGAM	Prefeitura Municipal de Guaraciaba (Titular)/ Prefeitura Municipal de Rio Doce (Suplente)	SAAE Raul Soares	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Titular)/ AMAPI (Suplente)
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (Titular) / Polícia Civil de Minas Gerais (Suplente)	Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira (Titular)/ Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova (Suplente)	Vale S.A.	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)	Prefeitura Municipal de Raul Soares (Titular)/ Prefeitura Municipal de Vermelho Novo (Suplente)	Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de purificação e Distribuição de Água e Empresas de Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (Titular)/ UFOP (Suplente)
Uma representação estadual não ocupou mandato no Comitê nessa gestão.	Prefeitura Municipal de Ressaquinha (Titular)/ Prefeitura Municipal de Porto Firme (Suplente)	SAAE Viçosa	Associação Circuito Turístico Nascente do Rio Doce (Titular)/ Instituto Xopotó (Suplente)

Fonte: Elaborado a partir dos dados do CBH- PIRANGA/MG.

No que concerne aos cursos d'água que vão compor a Bacia do Rio Piranga, identifica-se os Rios Piranga, do Carmo, Casca e Matipó e por outros córregos menores, como Rio de Peixe, Sem Peixe e Sacramento, além dos ribeirões Mombaça, do Turvo e do Belém. O Rio

⁴ Neste mandato, alguns representantes alegaram que não houve número suficiente de representantes para completar o segmento estadual, por isso a ausência.

Piranga nasce na Serra das Vertentes no município de Ressaquinha (**Figura 3**) e cursa 470 Km (CBH-PIRANGA, 20-).

Figura 3. Nascente do Rio Piranga



Fonte: FARIA, 2016.

Seus principais afluentes são o Rio Bacalhau e os ribeirões Mata-Cães, Água Suja e Manja Léguas à margem esquerda; e pela margem direita encontram-se os Rios Xopotó e Turvo Limpo e os ribeirões de Oratórios, Teixeiras e Vau-Açu. Caracteriza-se ainda pela Floresta Tropical Atlântica Subperinifólia com poucas áreas remanescentes protegidas (CAMARGO, 2012). A **Figura 4** traz as delimitações da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da região DO1 e mostra a hidrografia da Bacia.

Fonte: IGAM, 2016.

Em relação às atividades econômicas que se destacaram nos municípios da Bacia, Tostes (2007) identificou as seguintes atividades: a agropecuária por meio do reflorestamento, do cultivo de café, da suinocultura e criação de gado leiteiro e de corte; a agroindústria de açúcar e álcool; a mineração de ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas, extração de areia, dentre outros; indústrias de celulose e laticínios e geração de energia elétrica; além do comércio e serviços de base aos complexos industriais.

Dentre os problemas mais identificados ressaltam-se a poluição, a redução de recarga no lençol freático, a inexistência de estruturas de drenagem nas estradas rurais, o extrativismo ambiental pelo desmatamento, pela produção de carvão, pela extração de pedra e areia, o uso inadequado dos recursos naturais, fiscalização ineficiente, ausência de mobilização social e desestímulo dos produtores rurais na preservação do meio ambiente (CAMARGO, 2012).

Recentemente, alguns destes problemas foram agravados em determinados municípios da Bacia atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão já mencionado. Segundo dados do relatório final elaborado pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade - PoEMAS (2015), o episódio produziu uma destruição socioambiental por 663 km nos Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até alcançar a foz do Doce no Espírito Santo, adentrando 80 Km² ao mar. No município de Mariana, a cidade de Barra Longa e outros cinco povoados do distrito de Camargo foram totalmente arruinados pela lama (**Figura 5**). Em Bento Rodrigues foram registrados 18 mortos, 1 desaparecimento e mais de 1.200 pessoas desabrigadas. Além disso, cerca de 1.469 hectares de terra foram devastados, inclusive Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e Unidades de Conservação (UCs).

Figura 5. Lama após o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, Distrito de Bento Rodrigues, MG.



Fonte: SIMON, 2015.

Entre os inúmeros danos causados, pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária, populações tradicionais e moradores das cidades ao longo dos Rios atingidos tiveram distintos prejuízos, como interrupção de abastecimento de água, energia elétrica, destruição de moradias, áreas de pastagens, roças e florestas, prejuízo de atividades econômicas, morte de animais domésticos e silvestres, assoreamentos, contaminação dos Rios por metais, dentre diversos outros impactos. O evento também foi enquadrado como injustiça ambiental⁵ e condição de racismo ambiental⁶, uma vez que cerca de 85% da população negra de Bento Rodrigues, 80% de Santarém, Paracatu de Baixo, 70,4% de Gesteira e 60,3% de Barra Longa encontravam-se próximas à barragem de rejeitos rompida, sendo elas as que mais tiveram prejuízos humanos e impactos materiais, simbólicos e psicológicos (POEMAS, 2015).

⁵Injustiça ambiental, de acordo com Acseirad, Mello e Bezerra (2009, p.9) caracteriza-se pela “imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais”.

⁶ Racismo, propriamente dito, é quando se desqualifica o outro, atribuindo-lhe uma raça e o tornando inferior e diferente. Portanto, a expressão Racismo Ambiental refere-se às injustiças sociais e ambientais que incidem de modo desproporcional sobre as etnias vulnerabilizadas (HERCULANO; PACHECO, 2006).

Os referidos impactos mudaram, portanto, as condições cotidianas de muitas pessoas e refletiram em fortes desastres ambientais, colocando os Comitês presentes na Bacia do Rio Doce em ação. É neste sentido, que o CBH-Piranga/MG também se insere na busca de estratégias de recuperação e articulação com atores sociais para preservação e recuperação da Bacia.

1.2.Estratégia Metodológica

Esta pesquisa, classificada como qualitativa, foi delimitada assim pela pretensão de obter significados, experiências e ações no âmbito da gestão compartilhada no CBH-Piranga/MG e que trouxesse a compreensão do papel político administrativo do Comitê, bem como o entendimento dos processos participativos e deliberativos desse espaço para as tomadas de decisão que influenciam na implementação da PNRH. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa compõe-se de significados, crenças, atitudes, vivência, senso comum, experiências e ações que não podem ser quantificados e que exigem compreensão aprofundada do objeto de estudo.

O estudo de caso foi utilizado como estratégia para aprofundar e conhecer melhor o funcionamento de um Comitê de Bacia Hidrográfica, no caso, a gestão dos recursos hídricos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, MG. O estudo de caso tem como finalidade aglomerar informações peculiares e sistemáticas a respeito de um fenômeno, destacando as compreensões contextuais, focada no entendimento da dinâmica do contexto real. É um estudo intenso e exaustivo de um ou poucos objetos para que se possa obter o máximo de conhecimento (FREITAS; JABBOUR, 2011).

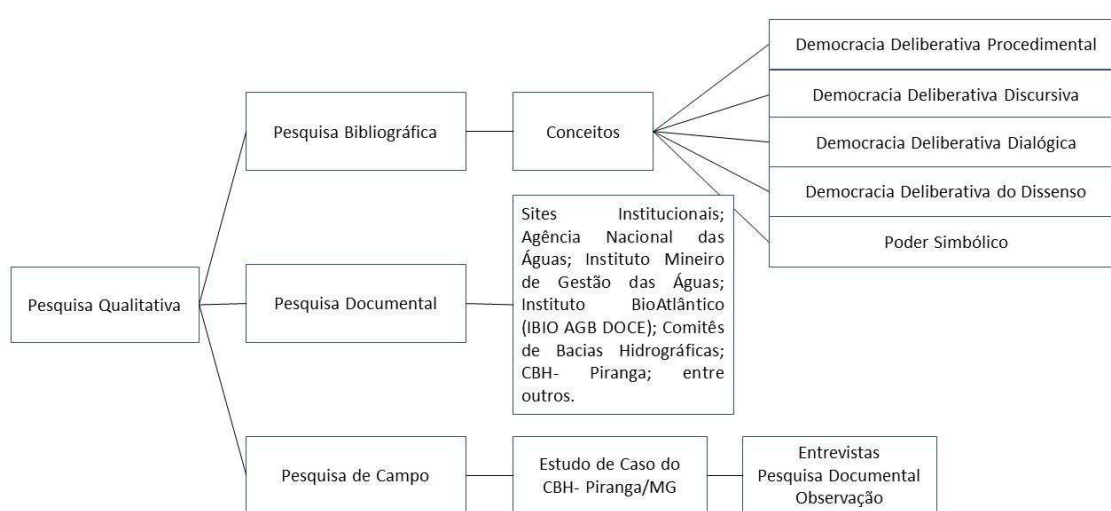
Essa categoria de pesquisa refere-se a uma análise muito específica. Entretanto, suas evidências permitem que determinada especificação aponte elementos de análise para outros estudos semelhantes e suscite generalizações analíticas. Para Yin (2001) o estudo de caso não permite manipular comportamentos relevantes e é uma investigação empírica utilizada quando trabalha com condições textuais e confia que elas são favoráveis ao fenômeno de estudo. Além do mais, o autor ressalta que o estudo de caso apresenta algumas formas de aplicabilidades, como explicar elos causais nas complexas mediações da vida real; descrever a intervenção e a situação que ocorre na vida real; ilustrar uma avaliação e explorar os contextos em que as intervenções não são tão objetivas.

Desse modo, o estudo de caso se justificou como estratégia de pesquisa pelo fato de conceber o Comitê como um local potencial de participação e deliberação que intervém na

implementação da PNRH. É também importante aprofundar sobre a cultura política dos representantes e como os mesmos se envolvem nas tomadas de decisões relacionadas à gestão dos recursos hídricos. A escolha, portanto, dessa estratégia de pesquisa objetivou elaborar uma análise que contextualizasse sobre o funcionamento do CBH-Piranga/MG e possibilitasse elaborar reflexões teóricas e auxiliar a análise em outros contextos.

Desse modo, os procedimentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa partiram da pesquisa bibliográfica, documental e de campo (**Figura 6**), desenvolvidos basicamente por dois momentos: a coleta e a análise de dados.

Figura 6. Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Os subtópicos a seguir descrevem sobre os momentos da Coleta e Análise dos dados.

1.2.1. Coleta de dados

Para esta pesquisa foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, modalidade de estudo e análise por meio de fontes secundárias em livros, periódicos e artigos científicos, que subsidia o problema proposto ao oferecer contribuições de distintos pesquisadores (OLIVEIRA, 2007). Assim, a pesquisa bibliográfica ampliou a compreensão dos seguintes temas: política de recursos hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, gestão dos recursos hídricos, conservação e preservação da água e conflitos pelo seu uso.

As fontes bibliográficas também conduziram ao aprofundamento teórico e conceitual da democracia deliberativa procedimentalista, discursiva, dialógica e do dissenso, baseadas nos

autores Habermas, Dryzek, Bohman e Rancière respectivamente. A pesquisa bibliográfica ainda se dedicou sobre a teoria do poder simbólico de Bourdieu com o intuito de entender o CBH-Piranga/MG como um espaço sócio político ambiental em disputa.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa documental como segunda etapa do estudo. Segundo Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009), a pesquisa documental traz riqueza de informação para o estudo e permite aumentar o entendimento a partir da contextualização histórica e sociocultural descritas no documento, bem como colabora para identificar a dimensão do tempo e a compreensão do social. O documento indica fonte de informação e esclarecimentos dos conteúdos para explicar o fenômeno estudado.

Nesta etapa, o levantamento de documentos selecionados para análise foram as publicações, informações e projetos ou programas direcionados à questão hídrica nos sites oficiais, como a Agência Nacional de Águas, Ministério do Meio Ambiente, IBGE, CBH-Piranga/MG, Instituto Mineiro de Gestão de Águas, IBIOAGB Doce e Comitês de Bacias Hidrográficas. As informações colhidas auxiliaram no entendimento e no delineamento do panorama histórico e legislativo da gestão dos recursos hídricos no Brasil e no mundo e apresentaram os principais eventos relacionados à temática em questão.

Já a terceira etapa consistiu na coleta de dados por meio da pesquisa de campo. Esta etapa possibilitou vivenciar a realidade do Comitê em estudo e entrar em contato com os conselheiros. Assim, para compreender o funcionamento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga a pesquisadora participou e observou minuciosamente as plenárias, algumas reuniões de câmaras técnicas⁷ e eventos desenvolvidos pelo CBH-Piranga/MG desde março de 2016. Neste ano, as reuniões ocorreram mensalmente no Sindicato dos Produtores Rurais em Ponte Nova/MG, devido ao rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana/MG, com vistas a avaliar os impactos e ações decorridos deste rompimento. Já em 2017, as reuniões ocorreram num intervalo de dois em dois meses. As reuniões das Câmaras técnicas ocorrem em datas anteriores às plenárias com alguns representantes eleitos. Nas câmaras são direcionados os assuntos que devem ser deliberados pelos demais representantes do CBH.

Além da participação nas reuniões do Comitê, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de outros fóruns relacionados ao CBH-Piranga/MG, dentre eles: o lançamento em junho de 2016 de três programas ambientais (Programa de Controle de Atividades Geradoras de Sedimentos (P12); Expansão de Saneamento Rural (P42); e de Recomposição de Áreas de

⁷ O CBH-Piranga/MG possui as seguintes câmaras técnicas: Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL; Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC; Câmara Técnica de Educação, Capacitação e Informação – CTCEI; e Câmara Técnica de Programas e Projetos – CTPP.

Preservação Permanente e Nascentes (P52)) para a Bacia do Rio Piranga. Um seminário em setembro de 2016 debatendo estratégias de Educação Ambiental para Bacia. E em 2017 participou de uma reunião tendo como tema ações de mobilização para o projeto Rio Vivo. Ressalta-se que todos os três eventos foram realizados em auditórios localizados na UFV. Ademais, a pesquisadora acompanhou os debates do 2º Seminário sobre Saneamento Básico da Bacia do Rio Piranga, na cidade de Ponte Nova. A Agência de Águas do CBH- Piranga/MG, Instituto BioAtlântica (IBIO), foi a responsável pela organização de tais eventos.

Soma-se à participação nas reuniões e nesses fóruns, foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos representantes do Comitê. Conforme Triviños (1987), esse meio de investigação institui questionamentos básicos, sustentado em teorias e hipóteses, de importância para a pesquisa e que consequentemente propicia outras interrogações à proporção que se obtêm as respostas. Essa forma de coleta de dados se justificou, pois, tal estratégia de pesquisa congregou os distintos setores da sociedade (representantes da sociedade civil, os distintos setores de usuários da água e representantes do poder público), o que permitiu um conhecimento das diversas opiniões contidas dentro do Comitê.

Originalmente tinha-se a pretensão de entrevistar os 35 membros titulares do Comitê, mas houve uma recusa de entrevista por parte de oito representantes titulares que não atenderam/responderam ao contato feito a eles, sendo possível realizar 27 entrevistas (24 membros titulares, 2 suplentes e 1 participante, uma vez que mapeou-se possíveis atores que não faziam parte desse espaço, como representantes, mas que pudessem contribuir através de seus depoimentos) (**Quadro 3**). A todos eles foram apresentados os objetivos da pesquisa e convidados a participarem da mesma, após assinarem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE⁸).

Para manter o sigilo e anonimato dos entrevistados, os mesmos foram rebatizados com nomes de flores. O sigilo é uma condição do Comitê de Ética para pesquisas com seres humanos da UFV. Ressalta-se que optou por não apresentar os nomes das entidades neste quadro a fim de não facilitar a identificação do representante. No corpo da tese, o entrevistado também apresentará em determinados momentos como representantes, participantes, atores envolvidos ou como conselheiros. A referência nas citações especificará o nome fictício e o segmento que o mesmo representa.

⁸ O TCLE encontra-se em Anexo 1.

Quadro 3. Participantes da Pesquisa de Campo do CBH- Piranga/MG, 2017.

Segmento	Forma de citação no texto dos representantes das entidades	Profissão	Sexo	Idade
Poder Estadual	Saramago	Agrônomo	M	60
	Rosa	Médica Veterinária	F	38
	Jasmim	Geógrafa	F	36
	Delfino	Contador	M	50
	Oleandro	Engenheiro Florestal	M	58
	Cravo	Engenheiro Sanitarista	M	50
Poder Municipal	Violeta	Bióloga	F	32
	Margarida	Química	F	46
	Florêncio	Técnico em agropecuária	M	42
	Zéfiro	Tecnólogo em Gestão Ambiental	M	44
	Amaranto	Engenheiro Sanitarista	M	25
	Jacinto	Agricultor	M	76
Usuários da água (pessoa física ou jurídica que utilizam da água para uso, captação e/lançamento de resíduos)	Agerato	Bioquímico	M	32
	Antúrio	Administrador	M	58
	Lisianto	Engenheiro ambiental	M	55
	Gerânio	Administrador	M	44
	Narciso	Contador	M	41
	Cosmos	Engenheiro ambiental	M	31
	Hibisco	Geógrafo	M	46
	Bagari	Gestor ambiental	M	47
Sociedade Civil (representada por distintas entidades, como associações, organizações técnicas e de ensino, não governamentais e outras)	Gardênia	Gestora ambiental	F	66
	Lírio	Técnico em agropecuária	M	53
	Bromélia	Engenheira Civil e Sanitária	F	56
	Crisântemo	Ensino médio	M	45
	Níger	Turismo	M	45
	Amarílis	Agente de saneamento	M	49
Participante da Plenária (sem direito a voto)	Lupino	Zootecnista	M	45

Fonte: Elaboração própria.

Dos representantes que não atenderam/responderam ao contato, constatou-se que alguns, na realidade já não participavam das plenárias e alguns nem possuíam mais sua organização, mesmo estando inscritos no Comitê. Outro ponto importante a ser mencionado é que o CBH-Piranga/MG passou por um momento de eleição dos representantes e da diretoria

no final de 2017. Portanto, após o processo eleitoral, alguns dos representantes entrevistados não estão mais nesta posição de membro representante do Comitê.

Na realização das entrevistas seguiu-se um roteiro previamente elaborado⁹, com questões que tenderam abarcar as ações ou atividades realizadas, principais planos e projetos, funcionamento dos instrumentos de gestão, sua atuação, se houve mudanças ou não desde sua criação, quais os desafios, problemas, conflitos e avanços percebidos e como é a participação, ou seja, o envolvimento dos membros nesses espaços que se apresentam como democráticos.

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas em distintos locais, algumas na própria sede do Comitê em Ponte Nova, outras nas entidades dos representantes em suas cidades e também nas casas de alguns conselheiros. Ressalta-se que, na medida em que a entrevista é semiestruturada, ela foi flexível, não tendo uma ordem fixa no roteiro, e aberta a outros questionamentos conforme as falas dos entrevistados.

A pesquisa documental também foi realizada na fase de campo e teve o intuito de descrever a Política de Recursos Hídricos implementada pelo CBH-Piranga/MG e também destacar ações que têm contribuído para o avanço do Comitê ou o que tem impedido e dificultado o processo de gerenciamento nesse espaço. Os documentos disponíveis do Comitê foram: Atas de reuniões das plenárias durante o mandato de 2013-2017; Decretos; Leis; Deliberações Normativas; e Plano Diretor. Todos esses documentos trouxeram informações relevantes para os fins da pesquisa e contribuíram com a elaboração desta tese.

1.2.2. Análise dos dados

Para a análise dos dados coletados em campo utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise de conteúdo relaciona a assiduidade da citação de alguns temas, palavras ou ideias. A mensagem pode ser alcançada ao fragmentar palavras, termos ou frases significativas e os elementos essenciais são identificados, numerados e categorizados para uma análise teórica. A interpretação do conteúdo é feita por meio de normas sistemáticas, extraindo significados temáticos ou significantes lexicais, através das informações simples do texto.

Neste sentido, primeiramente realizou-se a organização do material, transcrição das entrevistas e sistematização das informações adquiridas com base nas indagações que orientaram o estudo. As entrevistas transcritas foram lidas e arquivadas em documento word,

⁹ O roteiro de entrevistas encontra-se no Apêndice A.

sendo posteriormente separadas em uma tabela no excel com as respostas de acordo com o roteiro de entrevistas e mais uma vez realizada uma leitura minuciosa, que se seguiu com a análise dos dados, codificação, classificação e categorização das informações.

Diante dessa leitura dos dados, julgou-se como relevante alguns conceitos definidos a partir do referencial teórico e conceitual, apresentadas no **Quadro 4**. Assim, a base teórica incitada para esta pesquisa ofereceu recursos analíticos para o tratamento, interpretação e discussão das informações, possibilitando verificar como ocorrem as deliberações em determinados momentos no Comitê e a compreensão do papel político administrativo desse espaço para a implementação da PNRH, bem como reflexão sobre a participação e a cultura política dos representantes nos processos decisórios de gerenciamento dos recursos hídricos.

Quadro 4. Principais Conceitos analisados

HABERMAS	DRYZEK	BOHMAN	RANCIÈRE	BOURDIEU
<u>Procedimental</u>	<u>Discurso</u>	<u>Diálogo</u>	<u>Dissenso</u>	<u>Poder simbólico</u>
Esfera Pública (política)	Disputa de discussões	Alteridade	Desigualdade social	Assimetrias de poder
Teoria do Discurso	Interesses distintos	Interação pública	Desentendimento	Campo
Agir Comunicativo	Emoção/humor/retórica/fofoca/ símbolos	Cooperação / ação coletiva	Discórdia	Habitus
Melhor argumento	Razão pública	Razão pública	Conflito	Capital
Entendimento mútuo	Bens qualificados	Respeito mútuo	Disputa	
Consenso	Legitimidade	Pluralismo cultural	Ordem política	
Sem coerção e constrangimento	Sem coerção e constrangimento	Sem constrangimento	Ordem polícia	
Mundo da vida (cultura, sociedade, personalidade)			Sem parte	
Mundo sistêmico (política/ economia)			Com parte/direito de fala	
Legitimidade			Partilha do sensível	
Emancipação			Arte/ criatividade	

Fonte: Elaboração própria.

Esse momento de interpretação referencial, juntamente com a análise dos dados coletados, exigiu maior esforço analítico, portanto, observou-se os contextos que mais contribuíram para confirmar a relevância dos termos mais mencionados nas respostas. Ressalta-se que a metodologia utilizada para a análise dos documentos disponibilizados pelo Comitê também recorreu à análise de conteúdo, uma vez que este procedimento metodológico é pertinente para alcançar os objetivos que foram propostos. Tais documentos tiveram suas

informações organizadas e sistematizadas acompanhando uma ordem cronológica dos fatos, bem como identificando os temas mais recorrentes que puderam contribuir com o cenário da gestão dos recursos hídricos no Brasil. As atas das reuniões, por exemplo, foram organizadas por datas e sintetizadas em um quadro¹⁰ com os principais elementos que se destacaram nas plenárias, e algumas passagens foram analisadas no corpus do texto.

É ainda pertinente nesse momento resgatar os objetivos específicos que foram propostos pela pesquisa e mostrar quais metodologias foram utilizadas para o alcance de tais objetivos (Quadro 5).

Quadro 5. Objetivos e metodologias escolhidas.

Objetivo Geral		
Compreender o papel político-administrativo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, MG como um espaço potencial de participação e deliberação para implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos.		
Objetivos Específicos	Estratégia Metodológica	
	Coleta de Dados	Análise de Dados
Descrever a política de recursos hídricos implementada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG	Pesquisa Documental Entrevistas	Análise de Conteúdo
Refletir sobre a participação, a deliberação e a cultura política dos representantes do Comitê nos processos decisórios e na implantação da PNRH	Pesquisa Bibliográfica Observação nas plenárias e eventos do CBH Entrevistas	Análise da Literatura Análise de Conteúdo
Analisar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG como um espaço sócio político ambiental em disputa, verificando as assimetrias de poder entre os representantes	Pesquisa Bibliográfica Observação nas plenárias e eventos do CBH Entrevistas	Análise da Literatura Análise de Conteúdo
Averiguar entraves e potencialidades no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG para o gerenciamento das águas	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Entrevistas	Análise da Literatura Análise de Conteúdo
Identificar conflitos pelo uso da água na região da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Entrevistas	Análise da Literatura Análise de Conteúdo
Destacar ações que têm contribuído para melhorar a gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG.	Pesquisa Documental Entrevistas	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessas estratégias metodológicas construídas e como visto na introdução, a tese dividiu-se em um capítulo que descreve a trajetória do gerenciamento hídrico até chegar à

¹⁰ O quadro da síntese das atas de reuniões encontra-se no Apêndice B.

elaboração da PNRH e a gestão feita por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas. A pesquisa bibliográfica buscou apresentar como foi sendo debatida a preocupação com a preservação da água e como os Comitês podem contribuir para mitigar os conflitos pelos distintos usos da água por meio da implementação da PNRH.

Outro capítulo teórico elucidou os principais conceitos ligados ao contexto de democracia deliberativa e de poder simbólico que subsidiaram a análise dos dados no capítulo posterior, no sentido de compreender os processos democráticos deliberativos que ocorreram no Comitê em estudo e como o processo de participação influenciou na tomada de decisões para a implementação da referida Política Nacional.

1.3. Questões éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV, com o CAAE 64575117.6.0000.5153 e parecer número 1.996.124 em abril de 2017. O estudo respeita os princípios éticos que consistem na Resolução 466/2012, conforme orientação do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas com seres humanos no Brasil. Sendo assim, após o término da pesquisa, uma cópia do relatório final será entregue à Diretoria do Comitê como um retorno da pesquisa.

CAPÍTULO 2

CONTORNO INSTITUCIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

As linhas de condução analítica a serem trabalhadas neste capítulo possuem seu foco direcionado para a compreensão dos principais momentos que marcaram a conjuntura histórica da gestão social de Bacias Hidrográficas, com destaque para as discussões que contribuíram para o processo de formulação da Lei nº 9.433/97 que criou a Política Nacional dos Recursos Hídricos e institucionalizou a política de participação da sociedade civil organizada no gerenciamento dos recursos hídricos.

Primeiramente, para compreender a importância dessa conjuntura apresenta-se uma breve abordagem em relação à água, como elemento natural que se faz presente na história dos países e civilizações com todo seu simbolismo, responsável pela condição de vida da humanidade. Mostrará também a água como recurso hídrico utilizada por distintos segmentos, submetidas à lógica do mercado e dotada de questões políticas, o qual ela é referida a uma ideia de poder, que, portanto, precisa ser administrada.

2.1.Uma introdução ao debate

A água se apresenta como um elemento indispensável à vida na Terra, ao equilíbrio dos ecossistemas e ao desenvolvimento econômico, social e humano. Está em constante movimento por meio do ciclo hidrológico, que através da radiação solar possibilita a transferência hídrica da superfície para a atmosfera e vice-versa. Tal ciclo resulta da interação entre litosfera, biosfera e atmosfera, onde encontram-se os três estados físicos da água disponíveis na natureza: sólido, líquido e gasoso. Além disso, são as fases do ciclo, precipitação, interceptação, infiltração, escoamento superficial e evapotranspiração que proporcionam o equilíbrio da Terra e a existência das formas de vida (BENEVIDES, 2011).

No entanto, as características do ciclo hidrológico não são homogêneas e a distribuição da água no planeta mostra-se irregular, contrariando uma ideia que perdurou por muitos anos, segundo a qual a água era vista como dádiva da natureza, com reservatórios inesgotáveis, que poderiam fornecer água pura para sempre e absorver inúmeros rejeitos derivados das atividades humanas. Enquanto, na realidade, 97,5% da água na Terra é salgada; 2,493% está congelada nas calotas polares ou encontrada em aquíferos e somente 0,007% está disponível para o uso humano, localizada em rios, lagos e atmosfera (MACHADO, 2004).

Benevides (2011) também expõe que a água é chamada de “recurso renovável”, mas que carece de tempo para compor seu ciclo natural, tempo este distinto do tempo da produção e consumo da sociedade, que é bem mais acelerado e leva a exploração da água de forma exaustiva, sem que a mesma tenha o período para se renovar, propiciando a redução de sua capacidade de vazão. Observa-se que o homem é capaz de transformar a natureza através de técnicas e assim desempenhar certas funções conforme as contingências históricas, econômicas, políticas e culturais (BENEVIDES, 2011). Rodrigues da Silva (1998) também alude que a água inspirou tentativas de domínio humano através da engenharia e das técnicas hidráulicas para conseguirem as fontes de energia e abastecimento, alimento, meio de transporte, e outros tipos de uso.

São esses diferentes tipos de uso do elemento natural baseados nas novas necessidades do homem em se apropriar da água na sociedade que levou a distinguir água de recurso hídrico. Para Rebouças (1999), o termo “água” não está associado aos usos ou a sua utilização, se refere ao elemento natural, que pode estar carregado de significados associados à mitologia, à religião, às ciências e às distintas culturas; ao passo que o termo “recurso hídrico” estabelece a água como um bem econômico que pode ser utilizado com finalidade econômica e lucrativa. Da mesma forma, Fracalanza (2005) considera a água como um elemento natural indispensável à conservação da vida dos seres vivos, já o recurso hídrico é a apropriação pelo homem como meio de se alcançar um fim relacionado às atividades que abrangem trabalho ou o capital.

Tal forma de apropriação da água condiz com seus distintos usos para criação de valor pelas atividades humanas. Fracalanza (2005) ressalta que o modo como a água é apropriada depende da (re) construção do processo de produção social do espaço¹¹ e de suas consequências nas particularidades das águas, ou seja, para entender a transformação do espaço ocasionada pela utilização da água em uma determinada obra (ex.: construção de um reservatório de água), é preciso associar tais transformações com as atividades e os processos que levaram a originar essa obra (ex.: necessidade de armazenamento da água para irrigação ou constituição de usinas para geração de energia ou as duas atividades). Assim, observará uma modificação na dinâmica espacial, refletindo em um novo sistema de objetos relacionados a um sistema de ações com objetivos diferentes das ações antecedentes, o que também auxilia no entendimento da água em uma formação socioespacial. O autor ainda argumenta que no capitalismo a água passa a ser

¹¹ Espaço visto como um produto histórico, formado a partir da interação contraditória entre sistemas de objetos e ações que não são isolados, porém resultam em um quadro único na qual a história se dá. Por um lado, o sistema de objetos influencia como ocorrem as ações, e por outro lado, o sistema de ações condiciona o surgimento de novos objetos ou se constitui sobre o que já existe. Portanto, o espaço é dinâmico e se transforma (SANTOS, 2006).

analisada como mercadoria, pois a transformação da água em recursos hídricos abre espaço para a exploração dos recursos com vistas à acumulação de bens e utilização econômica, o que a associa aos tipos de uso industrial, comercial, turístico, científico e outros, necessários à reprodução do capital. Neste contexto, a água como recurso é cada vez mais explorada, o que resulta em processos de degradação, relações de poder como dominação e conflitos.

Em consonância, Tundisi (2003) adverte que o aumento e os distintos tipos dos usos da água, bem como o crescimento da urbanização e da população ocasionaram uma série de impactos, como a deterioração da qualidade da água superficial e subterrânea; ampliação das doenças de veiculação hídrica; diminuição da quantidade da água; acréscimo no custo da produção de alimentos e do tratamento da água; dificuldade do desenvolvimento industrial e agrícola e comprometimento dos usos múltiplos. Pondera-se também que as mudanças globais relacionadas à rapidez dos ciclos biogeoquímicos e a contribuição dos gases de efeito estufa tendem a modificar as características do ciclo hidrológico, interferir na temperatura das águas superficiais de lagos, rios e represas, mudar a evapotranspiração e gerar vários impactos na biodiversidade. Impactos estes que precisam de diferentes meios de avaliação, inovação da tecnologia de monitoramento e progressos tecnológicos no tratamento e gestão das águas (TUNDISI, 2003).

Todos esses impactos também revelam como a sociedade atual almeja o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Entretanto, não apenas os donos do capital e do poder, mas também diversos setores da sociedade exploram de forma irracional os recursos naturais. A água é assim, submissa aos interesses do capital, sendo fonte de lucro e de riqueza, que abrangem corporações a fim de dominar esse bem e transformá-lo em recurso econômico e capital (SANTOS JUNIOR, 2007). Fato que leva ao comprometimento de suas disponibilidades, degradação ambiental e desigualdades sociais, que refletem, portanto, em um cenário de crise da água. Fica assim evidente que água é um bem, e mais, um “bem cultural” em torno do qual giram valores e usos, que atualmente, na maioria das vezes, é insustentável.

Paralelamente, Wolkmer e Pimmel (2013) também alertaram que a destruição do meio ambiente e a busca pelo crescimento econômico vêm ocasionando efeitos alarmantes e uma crise ambiental, em que a água é um dos principais recursos naturais mais afetados cujas implicações podem ser percebidas na poluição, que altera a qualidade, e a quantidade disponível. Deste modo, constata-se que um dos principais causadores da crise da água é o modelo de desenvolvimento seguido por muitos países, que leva à necessidade de consumo e, por decorrência, o aumento da demanda por recursos hídricos para o processo de produção,

tornando a água uma mercadoria, bem como um lugar de despejo de rejeitos e esgotos sem tratamento (BENEVIDES, 2011).

Galizoni (2005) acrescenta que a água a partir do século XXI transformou-se de recurso farto em crítico, disputado por muitos usos: irrigação, consumo humano, industrial e hidrelétrico, proporcionando problemas de abastecimento e até disputas pelo seu controle. A autora discute que no início de 2000, mais de um bilhão de pessoas não tiveram acesso à água potável no mundo, sobretudo pela ocorrência desigual das fontes no espaço, pela situação avançada da poluição e contaminação dos mananciais, pelo crescimento populacional, pelo agravamento das condições climáticas e pelo mau gerenciamento das águas e desperdícios.

Cabe destacar que o aumento do número de pessoas sem acesso à água e saneamento em áreas urbanas em países em desenvolvimento relaciona-se ao crescimento da população em áreas periféricas e à incapacidade dos governos locais e nacionais fornecerem água potável e instalações sanitárias adequadas a esta população, que também é mais vulnerável aos impactos climáticos. Outra questão refere-se ao meio rural, o qual a agricultura precisará até 2050 produzir globalmente 60% a mais de alimento e 100% a mais nos países em desenvolvimento, precisando ampliar a eficiência no uso da água (UNESCO, 2015).

Conexo a estas informações, Dias (2014) apresenta o Panorama Ambiental Global GEO 5, publicação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 2012, e revela um cenário nebuloso aos problemas associados à água no planeta. Cerca de 2,6 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso ao saneamento básico e aproximadamente 80% da população vive em áreas com graves ameaças à segurança hídrica, sendo que as ameaças mais graves atingem 3,4 bilhões de pessoas, sobretudo em países em desenvolvimento.

Evidencia-se ainda que o consumo mundial de água triplicou nos últimos 50 anos e o ritmo da diminuição dos estoques globais deste recurso mais que dobrou entre 1980 e 2000. Dias (2014) ressalta que a agricultura moderna é o setor que mais consome água no mundo pela acentuação das áreas irrigadas e utilização em larga escala de agrotóxicos, sendo responsável por 70,2% do consumo. Enquanto a indústria representa 20,3% e o abastecimento humano domiciliar 9,5% do consumo.

Por este cenário, Dias (2014) entende que a escassez da água advém da relação sociedade/natureza, que as transformações ocorridas no âmbito da sociedade urbano-industrial em seu desenvolvimento, como a poluição por esgoto e por produtos químicos, barragens, produção agrícola baseada na monocultura com uso intensivo de agrotóxicos, irrigação em grande escala e desmatamentos fazem com que em distintas localidades exista uma redução do

uso da água em sua forma tradicional de consumo. O que expressa que, caso não haja alterações no modo de compreender e elaborar soluções para tais problemas, o acesso à água no futuro será cada vez mais mediado por condições materiais e econômicas, atingindo de formas diferenciadas atores e segmentos sociais, o que configura um quadro de injustiça ambiental no acesso à água.

Nota-se, desse modo, uma politização da questão da água na medida em que ela se torna o centro de disputas políticas marcadas por concepções distintas a respeito de sua apropriação material e simbólica. Contudo, Rebouças (1999) sustenta que o conflito por este recurso é milenar, pois ocorre desde os primórdios das civilizações, representando um instrumento político de poder. O autor aponta que existiram conflitos pelo controle de rios entre povos que habitavam setores hidrográficos, e que existem embates entre países, como Israel e Palestina, já que os mananciais disponíveis precisam de acordos entre Jordânia, Síria, Líbano, Egito e Arábia Saudita. Refere-se ainda aos conflitos que ocorrem pela pouca oferta da água em algumas regiões e destaca que pouca coisa foi feita para melhorar a eficiência dos usos, bem como políticas de incentivo ao uso racional do recurso.

No Brasil, os problemas relacionados à pouca oferta da água se expandiram a partir de 2012, sobretudo por conta da redução nos índices pluviométricos de algumas localidades, como Nordeste e Sudeste, o que prejudicou significativamente o abastecimento público, a irrigação e a distribuição de energia hidrelétrica. Tal redução nos níveis de chuvas é um fator novo em conformidade com a média histórica mensal acompanhada em anos anteriores, sem, portanto, uma compreensão precisa das causas dessas alterações climáticas (ANA, 2014).

Contudo, é interessante ressaltar que o Brasil é um país privilegiado por oferta de água. Segundo dados da ANA (2015a), no território brasileiro passam, em média, cerca de 260.000 m³/s, dos quais 205.000 m³/s concentram-se na Bacia do Rio Amazonas e os 55.000 m³/s de vazão média restante estão espalhados nas demais regiões do país. O que evidencia uma distribuição natural desigual devido à dimensão continental, variabilidade climática, condições geológicas e edáficas do país (BENEVIDES, 2011).

Entretanto, Piccoli et al (2016) consideram que a condição dos recursos hídricos no Brasil não é otimista, já que 70% da água localiza-se na região Norte, onde apenas 7% da população reside; 6% encontra-se na região Sudeste com 42,63% do total da população; 3,3% localiza-se na região Nordeste onde mora 28,91% da população. Os autores ainda alertam que entre 40% e 60% da água tratada é perdido no trajeto entre a captação e as moradias, por causa de tubulações antigas, vazamentos, desvios clandestinos e tecnologias atrasadas.

Portanto, o modo de apropriação e as formas como os atores sociais se relacionam com os recursos hídricos, durante anos, resultaram na atual situação de degradação ambiental e escassez. Sendo assim há, neste contexto, a necessidade de se pensar a descentralização e a maior participação da sociedade civil na arena política-administrativa brasileira, sobretudo no que diz respeito ao artifício de elaboração de políticas públicas que considerem preocupações locais e aplicação de instrumentos de gestão que induzam à transformação do comportamento dos usuários de recursos hídricos de modo a racionalizar e preservá-los para gerações futuras (PICCOLI, et al, 2016).

2.2. Água e desenvolvimento sustentável: os primeiros apontamentos em relação às políticas ambientais

Para compreender os rumos da gestão dos recursos hídricos no Brasil é pertinente retomar e entender alguns aspectos ao longo da história, principalmente em como se deu a influência do Banco Mundial para a elaboração e aprovação da Lei nº 9.433/97 que instituiu a PNRH no país. Conforme Scantimburgo (2013), é preciso remeter ao contexto da Segunda Guerra Mundial no ano 1944, quando Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia sobre o mundo. Após períodos de guerras e crises ocorreu uma reunião em Breton Woods com o objetivo de reorganizar a economia mundial capitalista e o sistema monetário internacional, criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial)¹².

Scantimburgo (2013) explica que o Banco Mundial se destacou nos primeiros anos, sobretudo nas décadas de 1950 a início de 1960, com investimentos em construção de barragens, hidrelétricas, usinas termoeletricas, estradas, ferrovias, projetos de irrigação e telecomunicações, empréstimos para indústrias de transformação e fomento para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, empréstimos para indústrias de aço, de energia elétrica e outros. O que retrata é que essa instituição neste período não se preocupava com investimentos para o meio ambiente, saúde e educação, e se mostrava mais direcionada para o crescimento econômico por meio da produção e consumo.

Além dessas ações do Banco Mundial, em realidade o que se poderia chamar de consciência ambiental mundial tem como referência, nos anos 1960, a publicação da obra de

¹² O Banco Mundial é formado por cinco organizações: BIRD; Corporação Financeira Internacional (CFI); Associação de Desenvolvimento Internacional (ADI); Agência de Garantia ao Investimento Internacional (AGGI); e o Centro Internacional de Solução de Disputas sobre Investimentos (CISDI) (CORRADI, 2007).

Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*. Esta obra alterou o curso da história ao expor as implicações dos pesticidas e de demais poluentes químicos tóxicos que eram utilizados em larga escala sem o conhecimento apropriado e público de seus impactos ao meio ambiente e à saúde pública.

Rachel Carson defendia o término dessa imprudência e alertava sobre a necessidade de mudar e tomar soluções objetivas, concisas, conforme a ciência e o conhecimento ambiental. *Primavera Silenciosa* contribuiu também para a política nacional com a fundação da Agência de Proteção Ambiental, em 1970, e seu maior efeito foi o avanço em relação à preservação dos ambientes naturais, embora o meio ambiente ainda esteja longe de ser totalmente salvo. O ar e a água continuam sendo envenenados, desgastando a biosfera, porém com menos intensidade do que se a autora de *Primavera Silenciosa* não houvesse escrito sobre o uso dos pesticidas, a responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico (WILSON, 2010).

Conquanto, a partir dos anos 1960, com a revolução cubana e chinesa, a independência das colônias europeias na África e na Ásia e o medo da influência comunista nestes países e na América Latina fez com que os Estados Unidos passassem por uma reconfiguração geopolítica, dando maior atenção para os países da periferia. Tudo isso levou o BIRD a ampliar seus empréstimos para estes países. O Brasil, por exemplo, nesta década, recebeu cerca de 607 milhões de dólares, sobretudo para investimento na energia elétrica e transporte. E é neste período também que começaram a surgir alguns investimentos para abastecimento de água e saneamento (SCANTIMBURGO, 2013).

Conexo a este contexto, ocorreu em 1968, a Conferência das Nações Unidas da Biosfera, que reuniu especialistas do mundo todo para discutirem sobre os problemas ambientais globais ocasionados pelos efeitos negativos da exploração irracional da natureza, sobre a qualidade de vida e sobre os novos paradigmas de consumo que surgiam. De fato, esta década evidenciou as barreiras do modelo de desenvolvimento tecnológico e econômico referente ao conjunto de problemas ligados à degradação ambiental e alertou para a busca de debates que resultassem em respostas a um novo modelo de desenvolvimento (BROCH, 2008).

Scantimburgo (2013) assinala ainda que, durante a década de 1960 também houve intensificação da Revolução Verde, uma política dos Estados Unidos que previa a utilização de máquinas, fertilizantes, pesticidas, poucas variações de sementes e a monocultura no modelo agrícola. O Banco Mundial passou a financiar essas tecnologias agrícolas e os agrotóxicos com a justificativa de que, havendo aumento na produção agrícola, haveria redução da pobreza nos países periféricos. Da mesma forma que os investimentos para esse tipo de agricultura, aqueles

empregados no setor de águas sobreviveram de forma mais intensa nos anos 1970, embora ainda não fosse o principal tipo de investimento.

Neste período, Scantimburgo (2013) lembra que a água era idealizada como abundante e praticamente não existia preocupação com o meio ambiente. Porém, com o aumento nos investimentos para a Revolução Verde começaram a surgir vários estudos apresentando problemas de degradação ambiental, o que levou o Banco Mundial, nas décadas de 1970 e 1980, a redefinir seu papel, acrescentando os impactos ambientais e sociais como uma das preocupações em seus projetos.

Em 1972 foi publicado um relatório intitulado “Limites do Crescimento” que apontava o crescimento da população, aumento da exploração dos recursos naturais e os danos causados pela indústria ao ambiente, mas não abrangia o cerne da crise ambiental, já que focava nos aspectos demográficos. Portanto, a preocupação do Banco Mundial se dava mais no sentido de não deixar os impactos afetarem o crescimento econômico e o sistema capitalista (SCANTIMBURGO, 2013).

Neste mesmo ano (1972), também aconteceu a primeira Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia, que criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Conferência exibiu os problemas associados ao crescimento demográfico, industrialização e expansão urbana, além de colocar em discussão a necessidade de estabelecer um acordo entre as nações relacionado às interferências do ser humano no meio ambiente, traçando os direitos das famílias a uma alimentação saudável, água de boa qualidade e boas habitações, a fim de impedir desastres naturais que comprometessem a “vida de gerações futuras” (ONU, 1991).

No entanto, Theodoro (2002) critica o posicionamento do Brasil nessa conferência. Argumenta que o país agiu de forma conservadora, sendo contrário às regras que pudessem afligir a industrialização que crescia no País. Assim, passou a ser pressionado por entidades internacionais para buscar novos meios de enfrentar os problemas ambientais, o que levou em 1973, à criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) com caráter normativo para a proteção do meio ambiente e que também explica a constituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) por meio da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

Mas, antes da constituição desta Lei de 1981, em 1977 realizou-se na cidade de Mar Del Plata, Argentina, a Conferência das Nações Unidas sobre a água, onde foi constituído um Plano de Ação que evidenciava os projetos de desenvolvimento de recursos hídricos e suas

consequências para o meio ambiente, mostrando a preocupação com a água de forma global (UNESCO, 2003). Neste evento, a Organização das Nações Unidas (ONU) assumiu que entre 1981-1990 seria a Década Internacional do Fornecimento de Água Potável e do Saneamento, o qual todos os povos passariam a ter, de forma igual, direitos ao acesso à água potável em quantidade e qualidade para suas necessidades básicas. Todavia, esse acesso ainda é privado a muitos, principalmente serviços de saneamento básico para populações mais carentes.

Em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Este documento definiu o “desenvolvimento sustentável”, que consistiu em um desenvolvimento apropriado a admitir “as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas” (ONU, 1991, p. 09). Para alcançar este desenvolvimento era preciso diminuir o consumo de energia, estimular fontes de energia renovável, ter controle sobre a urbanização caótica, limitar o crescimento populacional, ampliar a produção industrial em nações não industrializadas por meio de tecnologias ecologicamente sustentáveis, preservar a biodiversidade e os ecossistemas e possibilitar recursos básicos, como a água e alimento ao ser humano. Portanto, esperava-se um novo modelo de desenvolvimento que aliasse o crescimento econômico à sustentabilidade ambiental, já que o mundo poderia entrar em colapso se nada fosse feito para controlar os impactos socioambientais gerados pela sociedade industrial (ONU, 1991).

No ano 1992 foi concretizada pelas Nações Unidas a Conferência Internacional sobre a Água e Desenvolvimento em Dublin, que debateu distintas visões sobre a gestão da água e elaborou quatro princípios para serem discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, Brasil, também em 1992. Os princípios foram: i) A água doce considerada como recurso finito e vulnerável; ii) Gestão participativa da água; iii) Mulheres têm papel essencial na gestão das águas; e iv) Água passa a ser dotada de valor econômico (CORRADI, 2007).

Entre esses princípios, o mais debatido foi o quarto, mas todos tornaram-se referência internacional na Conferência. A CNUMAD conhecida também como Eco-92 ou Rio-92 publicou ainda a Agenda 21 e materializou o termo “desenvolvimento sustentável” como novo paradigma que buscava a estabilização entre progresso e recursos naturais (CORRADI, 2007). Garjulli (2002) afirma que é a partir dessa Agenda que o Brasil começou a fundamentar seu arcabouço jurídico/institucional para as questões dos recursos hídricos e a discussão em torno do desenvolvimento sustentável ficou conhecida mundialmente.

Retomando o conceito de desenvolvimento sustentável, o Banco Mundial passou a inserir nos seus projetos o termo sustentabilidade, principalmente a partir dos anos 1990. Neste aspecto, as políticas de gerenciamento de recursos hídricos começaram a mencionar a água como um recurso escasso e dotado de valor econômico, bem como foram criticadas por má gestão e administração do setor público, dado como ineficiente. Este fato fez com que os empréstimos do Banco Mundial para abastecimento e saneamento fossem direcionados ao setor privado, o que privilegiou arranjos nos quadros jurídicos dos países a cargo de um gerenciamento do setor em harmonia com ações de geração de lucro para o setor privado (SCANTIMBURGO, 2013).

Corradi (2007) chama atenção para um documento oficial do Banco Mundial elaborado em 1993 que indicava que o setor privado deveria ser visto como lógico para uma boa gestão dos recursos hídricos. O documento Water Resources Management Policy Paper trouxe os principais pontos levantados nas conferências de Dublin e Rio-92, sobretudo a água como “commodity econômica”, e apontava como deveria ser a política de gestão de recursos hídricos com a devida alocação dos recursos financeiros e humanos.

Neste sentido, para Scantimburgo (2013), a política proposta pelo Banco Mundial sempre manteve um discurso pautado na sustentabilidade ambiental, mas com um gerenciamento privilegiando a constituição de projetos técnicos favoráveis ao setor privado e a mecanismos de valoração da água economicamente. Vários documentos foram financiados pelo Banco Mundial, um deles, publicado em 1995, apresentou as dificuldades em implementar um mercado de águas e seus serviços, pois investimentos assim trariam riscos comerciais, financeiros, jurídicos, políticos e técnicos, portanto, os documentos colocavam como essencial a criação de um marco regulatório para monitorar e controlar as operações e assegurar os investimentos privados no setor de águas.

Seminários para a América Latina também eram realizados pelo Banco Mundial, quando havia manifestação de grandes interesses presentes nesses países em colaborar com o setor privado das águas, constituindo arranjos políticos para promoverem tais medidas. O Brasil, por exemplo, foi um dos países que mais recebeu incentivos para elaboração de uma nova legislação direcionada para o setor, que por anos se baseou no Código de Águas de 1934, sua primeira legislação específica sobre a água (SCANTIMBURGO, 2013).

Diante disso, observa-se que o Banco Mundial representou papel fundamental para a gestão das águas, proporcionou projetos e financiamentos, além de promover discussões quanto aos problemas ambientais. Porém, é importante ressaltar que o Banco Mundial estabeleceu

influências na política e no gerenciamento, favorecendo, muitas vezes, determinados interesses econômicos e estratégicos. No próximo tópico é apresentada uma mostra da evolução normativa da gestão das águas no Brasil, desde quando o país era Colônia, para melhor compreender como se chegou na PNRH.

2.3. Gestão das águas no Brasil

O controle das águas no Brasil foi, na maior parte das vezes, subordinado a setores como de geração de energia hidrelétrica e agricultura. Desde a época do Brasil Colônia a regulação do uso da água ocorria de modo favorável a oferecer subsídio hídrico para agricultura e/ou indústria (SCANTIMBURGO, 2013). Conforme salienta Almeida (2002), a coroa portuguesa modificou o meio ambiente do Brasil ao inseri-lo em um processo de dependência e subordinação, tornando-o fonte “abundante” de recursos ambientais.

O Brasil, pela sua dimensão territorial, chamou a atenção de exploradores, que ao esgotar recursos em uma região, passavam a procurar novas áreas para serem “desbravadas”. As poucas normas que existiam beneficiavam a “exploração desregrada” para assegurar os interesses econômicos e resguardar a saúde. Almeida (2002) assinala ainda que mesmo quando começaram a surgir leis que visavam à preservação ambiental, elas pouco valiam, pois não existia uma conscientização coletiva que as respeitassem e que as fizessem ser cumpridas.

Neste aspecto, Melo, Maracajá e Dantas Neto (2012) consideraram que esse período do descobrimento do Brasil pode ser classificado como a fase de “exploração desregrada”, em que os portugueses, sob as Ordenações Afonsinas, influenciaram a história ambiental brasileira, sem se preocuparem com a preservação da água e com muitos outros recursos naturais. Para os estudiosos, foram as Ordenações Filipinas, elaboradas quando o Brasil se encontrava sob o domínio da Espanha, que trouxeram alguma norma que buscasse estabelecer a proteção das águas, em relação à poluição dos rios e lagoas.

Pompéu (1999) também afirma que o regime de águas no período colonial foi marcado por dois Alvarás: o Alvará de 1804 e o Alvará de 1819. Este buscava consentir aos proprietários de cana de açúcar na Bahia a construção de canais para favorecer o seu funcionamento. O Alvará de 1804 concedia a livre derivação das águas de rios e ribeiros a particulares, uma vez que a Coroa por ordenação real possuía direito sobre os rios navegáveis e para sua utilização era necessária concessão régia. Com o Alvará era possível conseguir direito pelo uso da água por pré-ocupação, o que resultou em muitos abusos e demolições de açudes, pesqueiros e nasceiros à margem dos rios navegáveis.

Contudo, com a promulgação da Constituição do Império em 1824, a Ordenação pela Coroa não pode ser mais aplicada no Brasil e os direitos e prerrogativas foram passados para o domínio da Nação, mas a Constituição do Império não trouxe elementos específicos sobre as águas e o Alvará de 1804 continuou em vigor até o advento do Código de Águas (POMPEU, 1999). A partir de 1889 proclamou-se a República, quando a maioria das leis da época do Império foi anulada e novas leis sobrevieram (ALMEIDA, 2002). Assim, a de proteção das águas veio no Código Penal de 1890, pois no artigo 162 estava previsto que caso alguém “Corromper, ou conspurcar, a água potável de uso comum ou particular, tornando a impossível de beber ou nocivo à saúde: pena de prisão celular por um a três anos”.

Em 1891, com a Constituição da República, coube ao Congresso Nacional competência para regular sobre a navegação dos rios que banhassem mais de um Estado ou se desdobrassem em áreas estrangeiras. A Constituição não ordenou o domínio hídrico e, além disso, constituiu que o proprietário do solo teria direitos sobre o subsolo, inclusive a água (POMPEU, 1999). Segundo Freitas (2000), o processo de gerenciamento das águas, no Brasil, foi iniciada em 1904 a partir da constituição da Comissão de Açudes e Irrigação de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e, em 1906, com a Comissão de Perfuração de Poços.

Tais comissões foram inseridas na Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, criada neste mesmo ano (1906). Contudo, vale ressaltar, conforme Scantimburo (2013), que a primeira tentativa de uma legislação mais específica para a água no Brasil ocorreu em 1907, com o chamado Código de Águas de 1907, elaborado pelo jurista Alfredo Valadão. Esse Código foi acatado pela Câmara dos Deputados, porém manteve-se em tramitação até a década de 1930 no Senado. Na época, a disputa pelo acesso à água era comparada com a disputa pela apropriação de terras e de todos os recursos naturais que ela compunha, pois havia forte influência da Constituição Brasileira de 1891. Assim, a água era gerida conforme os mesmos princípios estabelecidos aos outros minerais existentes na propriedade (SCANTIMBURGO, 2013).

Em 1916, o Código Civil ainda reforçava o que previa a Constituição de 1891. Os artigos 563 a 568 passaram a definir a água como bem privado e com valor econômico, podendo ser utilizada se respeitado os direitos de vizinhança (POMPEU, 1999). Barth (1999) relata que no ano de 1920 foi criada a Comissão de Estudos de Força Hidráulica, no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. E, em 1926, uma Emenda Constitucional definiu que as terras em que houvesse minérios e jazidas necessárias à defesa nacional não deveriam ser passadas para estrangeiros (SCANTIMBURGO, 2013).

Destaca-se que, a partir desses anos, o crescimento da indústria no Brasil exigiu mais energia elétrica, o que refletia na necessidade de controle das águas, levando o Estado, na década de 1930, a se preocupar com a geração de energia hidrelétrica no processo de gerenciamento das águas. Nota-se ainda que os anos 1930 foram marcados pela grande depressão, ocasionada pela crise econômica que desarticulou a economia mundial desde 1929. Entretanto, isto possibilitou que países da periferia pudessem buscar a industrialização por meio de projetos nacionais de desenvolvimento (SCANTIMBURGO, 2013).

Melo, Maracajá e Dantas Neto (2012) referem-se a esta época como a segunda fase da regulação de uso das águas, à qual denominaram como a fase setorial, que marcou o começo do controle legal das atividades exploratórias, embora ainda não existisse a ideia de preservação. Assim, em 1933 constituiu-se a Diretoria de Águas, substituindo a Comissão de Estudos de Forças Hidráulicas e que posteriormente viria a ser Serviço de Águas. Já no ano seguinte, após 27 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Código de Águas foi promulgado pelo Poder Executivo, Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934 na Constituição Federal de 1934. O Código de Águas representou um marco regulatório essencial para o setor de energia elétrica ao conceder recursos legais e econômico-financeiros, algo que favoreceu o aproveitamento do potencial hidrelétrico. Além disso, foi instituído neste ano o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no Ministério da Agricultura, o qual congregou o Serviço de Geologia e Mineralogia e o Serviço de Águas (BARTH, 1999).

Para Almeida (2002), o Código de Águas alude a um modelo de gerenciamento norteado por interesses industriais e tipos de uso. Não só o uso da água, mas de todos os minérios identificados no subsolo. Nessa época, o governo brasileiro era de Getúlio Vargas, que deixava evidente que a principal finalidade do Estado, a partir dessa legislação, era controlar e impulsionar o uso industrial das águas. Portanto, entende-se que não havia um acordo entre as necessidades e interesses da coletividade nacional, tal legislação priorizava o poder público e os detentores do poder se apropriavam da água da forma que lhes convinha (SCANTIMBURGO, 2013).

Todavia, nos dizeres de Henkes (2003), o Código de Águas pode ser considerado como moderno e ao mesmo tempo complexo para aquele período. O Código também versou sobre distintos aspectos, como a previsão de penalidades, propriedade, domínio, navegação, aproveitamento, águas nocivas, força hidráulica, fiscalização, concessões, autorizações, relações com o solo e sua propriedade, desapropriação e outros. Foi uma das leis de águas mais completas elaboradas e alguns de seus princípios serviram de referências para outros países, até

em legislações modernas. Porém, as medidas de conservação, proteção e recuperação das águas não foram praticadas e a legislação no país não passou de obsoleta.

Essas medidas foram adotadas somente décadas mais tarde, em outras legislações brasileiras, visto que a Constituição Republicana de 10 de novembro de 1937 não se distinguiu muito da Carta Magna de 1934 sobre o domínio das águas, em que a União possuía a competência para regulamentar. Assim, permaneceu a exploração econômica das águas, com pouca preocupação para com a preservação dos recursos naturais (ARAÚJO; BARBOSA, 2008).

Em 1939, segundo Barth (1999), criou-se o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), associado à Presidência da República, que veio a deliberar sobre as águas e energia elétrica juntamente com a Divisão de Águas do DNPM. E, em 1946, foi votada a mais moderna e liberal Constituição, que tendia a descentralizar o poder do Governo Federal para os Estados e Municípios. A Constituição de 1946 contemplava alterações significativas no setor hídrico, podendo os Estados legislar sobre as águas de modo supletivo e complementar. Porém, o autor afirma que essa competência não procedeu, pois, os legisladores estaduais não se sentiam acenados para solucionar determinados conflitos que surgiam quanto à utilização da água.

Além disso, o setor de energia elétrica manteve-se centralizado no Governo Federal, o que levou, em 1957, à regulamentação da prestação de serviços de energia elétrica sob a supervisão do CNAEE, pelo Decreto 41.019 e em 25 de abril de 1961 pela Lei nº 3.890-A que constituiu a ELETROBRAS. Ressalta-se que a centralização se aguçou a partir de 1964, quando o governo militar passou a administrar o país. O governo dos militares favoreceu a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE¹³) em conjunto com o Ministério das Minas e Energia (MME), em 17 de dezembro de 1965, o que incorporou ao DNAE a Divisão de Águas do DNPM, concretizando a predominância do setor de energia elétrica na gestão das águas (BARTH, 1999).

Araújo e Barbosa (2008) ponderaram que todos os dispositivos constitucionais até a década de 1960 restringiram-se às competências de águas, ao seu domínio e a sua propriedade, apresentando de forma tímida e sutil uma pequena preocupação com a proteção ambiental. A Constituição Federal de 1967 e a Emenda Constitucional nº1 de 1969 também não trouxeram

¹³ O DNAE, em 11 de dezembro de 1968, pelo Decreto 63.951, passa a ser denominado como Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Já o CNAEE é extinto pela Lei nº 1.629 de 10 de julho de 1960. Neste sentido, todas as funções do CNAEE são transferidas para o DNAEE, o que reflete em uma hegemonia ainda maior para o setor elétrico nos processos decisórios sobre o aproveitamento das águas (BARTH, 1999).

maiores mudanças em relação à água, simplesmente reproduziram o favorecimento em prol da exploração dos recursos naturais. O avanço que se observou com a Constituição de 1967 consistiu na competência dada à União para organizar a defesa contra os efeitos nocivos da água, como calamidades públicas, em especial a seca e as inundações.

Neste contexto, entre os anos 1968 a 1976 uma Comissão Especial de Alto Nível se constituiu para elaborar medidas de atualização do Código de Águas, visando a complementação de algumas questões abordadas no Código e em leis subsequentes, bem como a inserção de demais assuntos, como o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, abastecimento público, irrigação, entre outras diretrizes para a política nacional de gestão de águas. Porém, os Anteprojeto que resultaram dessas tentativas de atualização não foram conduzidos para o Congresso Nacional; e em mais de meio século de vigor do Código, houve substanciais alterações jurídicas, técnicas e sociais em seu texto, sendo que mudanças mais profundas ocorreram somente em 1988, com a Constituição Federal (POMPEU, 1999).

Scantimburgo (2013) também alega que ainda não havia uma legislação ambiental hábil que demandasse rigidez na construção das barragens ou no processo de industrialização capitalista, pois o setor de águas continuava subordinado a favor da geração de energia para suprir a demanda urbana e industrial. O autor ainda afirma que, nesse período, poucas eram as políticas adequadas para o setor de saneamento básico e abastecimento. O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)¹⁴ constituído em 1971, baseado nos valores do Plano de Saneamento Brasileiro de 1953, serviu como centralização de capitais e os investimentos para este setor privilegiava o crescimento da indústria de construção civil. Mas, de certa forma, quanto aos domicílios com rede de água, o PLANASA conseguiu ampliar seu número, porém não obteve sucesso na coleta de esgoto, principalmente nos domicílios pertencentes às classes mais baixas da população.

É importante salientar também, de acordo com Scantimburgo (2013), que durante a década de 1970 começaram a emergir preocupações e pressões acerca das questões socioambientais no cenário internacional, especialmente após a Conferência de Estocolmo em 1972 e com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente no ano seguinte. Portanto, esse momento registrou a terceira fase, conhecida como holística, em que a gestão dos recursos hídricos passou a ser pensada de forma sustentável, tendo em vista o meio ambiente como um conjunto integrado (MELO, MARACAJÁ, DANTAS NETO, 2012).

¹⁴ O PLANASA no início dos anos 1980 proporcionou avanços no atendimento de serviços de água e esgoto, porém com a falência do Banco Nacional de Habitação, a crise inflacionária e o momento de recessão vieram em crise em 1986 (SCANTIMBURGO, 2013).

Setti et al (2001) complementam dizendo que um aspecto relevante na década de 1970 e importante para o gerenciamento hídrico do Brasil foi a criação dos primeiros Comitês de Bacias Hidrográficas no país. Em 1976 foi celebrado um acordo entre o Ministério de Minas e Energia e o Governo do Estado de São Paulo para realizar ações de melhorias em obras de saneamento, abastecimento de água, tratamento e disposição de esgotos nas Bacias dos Rios Tietê e Cubatão através de um Comitê Especial. Deste modo, a experiência positiva desse acordo levou, em 1978, à criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) que tinha como função classificar os cursos de água da União e realizar estudos integrados nas Bacias Hidrográficas de Rios de domínio federal, constituindo vários outros Comitês Executivos (SETTI et al, 2001).

Outro fato que vale ressaltar na década de 1970 é a divergência da legislação de águas em 25 de julho de 1979 com a Lei nº 6.662 que estabeleceu a Política Nacional de Irrigação e passou para o Ministério do Interior (MINTER) a competência sobre o uso dos recursos hídricos para a irrigação, que era de responsabilidade do Ministério das Minas e Energia, por meio do DNAEE. A partir desse episódio, a legislação de gestão das águas no Brasil tornou-se geradora de conflito entre as deliberações do setor de energia elétrica e de irrigação, entre quantidade e qualidade, entre determinações Federais e Estaduais (BARTH, 1999).

E assim, o país adentrava nos anos de 1980 em um contexto de instabilidade política e grande crise econômica, marcada por elevados índices de inflação e dívida externa. Nessa década, Barth (1999) destaca no cenário de evolução do gerenciamento de recursos hídricos no Brasil, o Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos em 1983 com o envolvimento de especialistas da França, Inglaterra e Alemanha que resultou em um debate no âmbito nacional e realização de encontros em seis capitais brasileiras com Órgãos Gestores que promoveram as discussões sobre o gerenciamento dos recursos hídricos.

Em 1984 criou-se o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão multissetorial com resoluções de poder de lei de atuação e, em 1985, o Ministério Extraordinário de Irrigação por meio do Programa Nacional de Irrigação e do Programa de Irrigação do Nordeste (SETTI et al, 2001). Em 1986 constituiu-se um Grupo de Trabalho formado pelo Ministério de Minas e Energia composto por órgãos e entidades Federais, Estaduais, pelo Distrito Federal e por Territórios com o objetivo de estabelecer a forma de organização do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BARTH, 1999).

Segundo Barth (1999), esse Grupo de Trabalho complementou no relatório final a recomendação da criação e instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos

Hídricos, a busca de contribuições para a Política Nacional de Recursos Hídricos, a transição do CEEIBH e dos Comitês Executivos por Bacia Hidrográfica para o Sistema sugerido e a comunicação aos Estados, Territórios e Distrito Federal para a instituição dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento Hídrico. Neste sentido, o autor alega que entre as recomendações, previu-se o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos na Constituição de 1988 e a competência para regular em matéria de águas e energia elétrica, propiciando ao país um amplo processo de modernização do gerenciamento desses recursos.

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o país não só alguns direitos sociais em um cenário de descentralização do poder e reforma do Estado, mas também mudanças para o domínio hídrico, ao extinguir o domínio privado da água em determinados casos. Porém, sua redação é bastante imprecisa, o que leva a algumas confusões sobre os bens do Distrito Federal. Mas, foi ela uma das precursoras desse novo sistema de gestão e possibilitou aos Estados e à União estabelecerem seus próprios sistemas de gestão de recursos hídricos, distinguindo os bens que pertenceriam à União (lagos, rios e correntes de águas em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado) e os bens dos Estados (como as águas subterrâneas ou superficiais) (POMPEU, 2004).

A partir da constituição de 1988, Estados e municípios passaram a ter autonomia para elaborar suas leis e gerirem os recursos hídricos de seu domínio. Além disso, questões como descentralização e gestão participativa passaram a ser discutidas e viriam como propostas para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SCANTIMBURGO, 2013). Em 1989, constituiu-se o primeiro Consórcio Intermunicipal do país no Estado de São Paulo, a fim de promover a descentralização das ações, bem como maior integração e cooperação entre si (RODRIGUES DA SILVA, 1998).

Nos anos 1990, configurou-se uma nova perspectiva de gestão, marcada pela ideia de “desenvolvimento sustentável”, que previa equilibrar o crescimento econômico dos países com a conservação ambiental, sem prejudicar o planeta, as atuais e futuras gerações. Vale destacar também que a década de 1990 foi marcada pela globalização financeira e políticas neoliberais que refletiram em relações conflituosas entre mercado e recursos hídricos (SCANTIMBURGO, 2013). Sendo assim, Setti et al (2001) apontaram que a evolução histórica da administração de águas nos anos 1990 iniciou com a edição da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990 que determinou os percentuais da distribuição da compensação financeira de que tratava a Lei nº 7.990 de 1989.

Em 1991, a Política Nacional de Recursos Hídricos foi conduzida como projeto de Lei pelo poder executivo e criou assim, o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SETTI et al, 2001). Em 1992, a proposta Rio-92 marcou internacionalmente o movimento pela procura de uma maior eficiência no uso dos recursos hídricos (TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO NETTO, 2000). Em 1995 foi constituída a Secretaria de Recursos Hídricos através da Medida Provisória nº 813 de 01 de janeiro de 1995, convertida anos depois na Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998. Em 1996 criou-se a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pela Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996 com o objetivo de normatizar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica.

No ano de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que instituiu a PNRH, o SNGERH e modificou os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.001/90. A Lei nº 9.433/97 atendeu à imposição constitucional e fundamentou-se em alguns aspectos, quando se definiu a água como “bem de domínio público, recurso natural limitado e dotado de valor econômico”. Além disso, estabeleceu-se que a gestão dos recursos hídricos necessita propiciar o uso múltiplo, porém deve favorecer o consumo humano e a dessedentação de animais em caso de escassez. Determinou, ainda, a Bacia Hidrográfica como unidade territorial de gestão e atribuiu um modelo de gestão descentralizado e participativo, no qual o poder público, os usuários e a sociedade civil possam contribuir nos processos decisórios (SOARES, 2008).

A PNRH foi complementada com o Decreto nº 2.612 de junho de 1998 que criou o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Nesse arranjo jurídico-institucional, também consta que, em 1998 foi aprovada a Lei nº 9.605 em 12 de fevereiro e a Lei nº 9.648 em 27 de maio. A primeira, denominada popularmente “Lei de Crimes Ambientais”, legisla sobre as sanções penais e administrativas provenientes de condutas e atividades danosas ao meio ambiente e, a segunda, confirma a compensação financeira de 6% a ser paga pelo titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados e aos municípios onde houver aproveitamento ou áreas alagadas por águas de reservatório (SETTI et al, 2001).

O ano de 1998, segundo Setti et al (2001), ainda se estabeleceu o arcabouço regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos hídricos e da Amazônia Legal pelo Decreto nº 2.619 de 05 de junho de 1998. No ano posterior foi reorganizada a Administração Federal pela Medida Provisória nº 1.911-8 de 29 de julho de 1999 e em 2000 também foram sancionadas distintas Leis que afetam os usos das águas, sendo elas: Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000

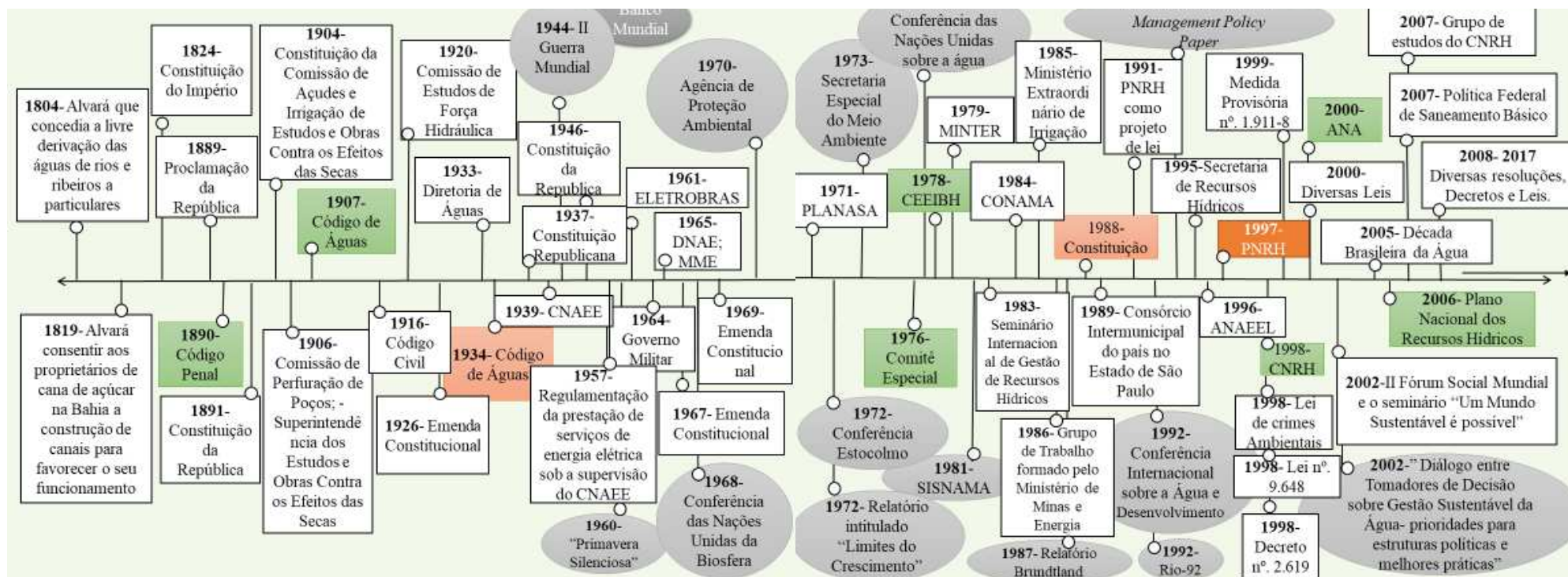
que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, entre outras providências; Lei nº 9.986 de 18 de julho de 2000 que dispôs a respeito da gestão de recursos humanos das agências reguladoras e outras atribuições; Lei nº 9.900 de 21 de julho de 2000 que delonga o período de transição definido na Lei nº 9.478 de 06 de agosto de 1997, a qual refere-se à política, às atividades associadas ao monopólio do petróleo, à instituição do Conselho Nacional de Política Energética e à Agência Nacional do petróleo, dentre outras providências que alteraram os dispositivos da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998 que modificaram a legislação tributária Federal; Lei nº 9.991 de 21 de julho de 2000 que prevê investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética; e a Lei nº 9.993 de 24 de julho de 2000, a qual destina recursos da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos com a finalidade de geração de energia elétrica e exploração de recursos minerais para o âmbito da ciência e tecnologia.

Dentre essas Leis, tem-se ainda a Lei nº 9.984 de julho de 2000 que dispôs sobre a criação da Agência Nacional das Águas (ANA), responsável por regular o gerenciamento hídrico do Brasil, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Outros eventos marcaram as regulamentações da administração das águas no Brasil. Em fevereiro de 2002 ocorreu o II Fórum Social Mundial e o seminário “Um Mundo Sustentável é Possível” em Porto Alegre, onde foram levantados importantes pontos sobre a proteção dos recursos hídricos. Em abril do mesmo ano também ocorreu na Suíça o “Diálogo entre Tomadores de Decisão sobre Gestão Sustentável da Água- prioridades para estruturas políticas e melhores práticas”, sendo expostas propostas pelas organizações não governamentais participantes com objetivo na preservação das Bacias Hidrográfica e dos recursos hídricos e o seu acesso por parte das populações mais carentes (MELO; MARACAJÁ; DANTAS NETO, 2012, p. 04).

Broch (2008) exhibe outros marcos relevantes, como a instituição da Década Brasileira da Água em 2005, aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos em 2006 pelo CNRH e a aprovação da Política Federal de Saneamento Básico em 2007 pela Lei nº 11.445 que anteviu a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Nessa época também se formou um grupo de estudo do CNRH, que atuou principalmente em uma Câmara Técnica de Gerenciamento dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na prevenção de soluções de conflitos entre países.

A **Figura 7** a seguir apresenta, com base nesta conjuntura, uma síntese dos principais marcos históricos que perpassaram a gestão dos recursos hídricos desde o período colonial, a partir de 1804.

Figura 7. Linha do Tempo da Gestão dos Recursos Hídricos e Políticas Ambientais, 1804-2017.



Fonte: Elaboração a partir da conjuntura apresentada no Capítulo 2.

Durante os anos de 2008 a 2017 o CNRH aprovou diversas resoluções relacionadas à sua estrutura e funcionamento e à implementação do Sistema da Política Nacional de Recursos Hídricos. Entre as resoluções aprovadas apresentam-se algumas no **Quadro 6**, conforme dados da ANA (2010; 2011b; 2012; 2013; 2015b; 2016 e 2017). Segundo dados da conjuntura da ANA (2018), até 2017 foram promulgadas 192 resoluções e 68 moções.

Quadro 6. Síntese de resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos no período de 2008-2017.

Resoluções	
Resolução nº 91 de 05 de novembro de 2008	Descreve os procedimentos gerais para enquadramento dos corpos de águas superficiais e subterrâneos
Resolução nº 92, de 05 de novembro de 2008	Define critérios e métodos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro
Resolução nº 98, de 26 de março de 2009	Dispõe sobre os princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
; Resolução nº 99, de 26 de março de 2009	Admite o Detalhamento Operativo de alguns Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos
Resolução nº 100, de 26 de março de 2009	Estabelece a metodologia de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009	Sanciona o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia
Resolução nº 102, de 25 de maio de 2009	Institui as preferências para aplicação dos recursos derivados da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os anos de 2010 e 2011
Resolução nº 107 de 13 de abril de 2010	Inserir diretrizes e critérios para planejamento, implantação e operação de Rede Nacional de Monitoramento Integrado Qualitativo, Quantitativo de Águas Subterrâneas
Resolução nº 109 de 13 de abril de 2010	Constitui Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas de Rios de domínio da união e definiu métodos complementares para criação e monitoramento dos Comitês de Bacia
Resolução nº 122, de 29 de junho de 2011	Define prioridades para emprego dos recursos derivados da cobrança pelo uso de recursos hídricos
Resolução nº 123, de 29 de junho de 2011	Admite os valores e parâmetros para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Resolução nº 125, de 29 de junho de 2011	Concede os métodos de usos insignificantes para isenção da obrigatoriedade da outorga de uso na Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Resolução nº 126, de 30 de junho de 2011	Sanciona diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos e para a relação de bases de dados dos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos
Resolução nº 129, de 29 de junho de 2011	Expõe diretrizes gerais para fiação de vazões mínimas remanescentes

Resoluções	
Resolução nº 130, de 20 de setembro de 2011	Autoriza competência ao Instituto BioAtlântica- IBIO para realizar funções essenciais à Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
Resolução nº 140, de 21 de março de 2012	Define discernimentos para outorga de lançamento de efluentes com objetivo de diluição em corpos de água superficiais
Resolução nº 143, de 10 de julho de 2012	Impõe diretrizes gerais de categorização de barragens por classe de risco
Resolução nº 144, de 10 de julho de 2012	Atribui princípios para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens
Resolução nº 145, de 12 de dezembro de 2012	Fornecer critérios para formulação de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e concede outras providências
Resolução nº 148, de 13 de dezembro de 2012	Ratifica o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos
Resolução nº 447, de 13 de dezembro de 2012	Dispõe sobre as prioridades para aplicação dos recursos derivados da cobrança pelo uso da água entre 2012 a 2015
Resolução ANA nº 353, de 11 de março de 2013	Delibera escala e base cartográfica para adesão à classificação dos cursos d'água quanto ao domínio
Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013	Consente o regulamento do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (PROGESTÃO) e dá outras providências
Resolução ANA nº 436, de 01 de abril de 2013	Estabelece procedimentos e diretrizes gerais para delegar competência para emissão de outorga preventiva e de direito de uso dos recursos hídricos de domínio da União
Resolução ANA nº 512, de 29 de abril de 2013	Estabelece os valores anuais dos contratos a serem consolidados no âmbito do PROGESTÃO
Decreto nº 8.038, de 4 de julho de 2013	Legisla sobre o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas. Principais Atos Normativos Estaduais
Resolução nº 903, de 22 de julho de 2013	Constitui a Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais – e funda suas diretrizes. Normas Federais
Resolução nº 641, de 14 de abril de 2014	Elabora regras de limitação de uso para as captações de água com objetivo de irrigação e aquicultura.
Resolução nº 672, de 28 de abril de 2014	Sanciona o Regulamento do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas para o exercício de 2014 e dá outras providências.
Resolução nº 683, de 05 de maio de 2014	Delibera procedimentos para efetivação de regras de uso da água em corpos hídricos de domínio da União postas em condições especiais
Resolução nº 156, de 09 de Junho de 2014	Constitui diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas.
Resolução nº 1.040, de 21 de julho de 2014	Constitui o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA e dá outras providências.
Resolução nº 1.772, de 21 de dezembro de 2014	Sanciona o Manual Operativo do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA.
Resolução nº 165, de 29 de junho de 2015	Institui as primazias do Plano Nacional de Recursos Hídricos para nortear a elaboração do Plano Plurianual (PPA) Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal entre 2016-2019.

Resoluções	
Resolução nº 166, de 29 de junho de 2015	Constitui os critérios para aplicação dos recursos derivados da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, acenados no inciso II, do § 1º do art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, para os exercícios orçamentários de 2016 e 2017.
Resolução nº 167, de 23 de setembro de 2015	Delonga o prazo domandato de competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para cumprir as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
Resolução CNRH nº 181 de 07 de dezembro de 2016	Seleção e aprovação de 22 prioridades para implementação do Plano Nacional.
Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925 de 29 de maio de 2017	Apresenta as condições de operação do Sistema Cantareira e outorga à SABESP sobre a utilização da água para fornecimento público.
Resoluções nº 1.043 e 1.290 de 2017	Institui o Dia do Rio a fim de preservar volumes de água estratégicos nos reservatórios e impedir aplicações de regras mais intensas ou suspensão constante de usos.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da ANA (2010; 2011b; 2012; 2013; 2015b; 2016; 2017).

Verificou-se ainda que uma resolução importante neste período foi a Resolução nº 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, materializado entre a ANA e dirigentes dos órgãos gestores dos recursos hídricos com a finalidade de fortalecer os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como reforçá-los ao processo de articulação e ampliação dos laços de cooperação institucional. Deste modo, para aplicação do pacto, em 2013 a ANA disseminou o PROGESTÃO, responsável por desembolsar até cinco parcelas anuais de R\$ 750 mil para ações de gerenciamento de recursos hídricos em cada Unidade Federal (ANA, 2015a).

Em 2014, segundo dados da ANA (2016), todos os Estados e o Distrito Federal aderiram ao PROGESTÃO e em 2016 o ciclo do programa foi concluído pelos Estados da Paraíba, Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe. Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins estão findando suas metas em 2017 e os demais Estados estenderam até 2019. Tais metas do Programa estão associadas ao aprimoramento da rede de monitoramento hidrometeorológica e de qualidade das águas, funcionamento correto da rede de alerta do Estado, partilha das informações de cadastro de usuários de recursos hídricos, expedição de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, construção de estudos e planos de Bacia, entre outras ações que são monitoradas por oficinas de trabalhos feitas pela ANA juntamente com o SNGERH e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Destas oficinas, os resultados são armazenados em planilhas e relatórios com a finalidade de contribuir com a tomada de decisão para o Estado.

A ANA também sancionou e publicou diversas outras resoluções, leis e Decretos associados às concessões de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, certificados de avaliação da sustentabilidade da obra hídrica, declarações de reserva de disponibilidade hídrica, segurança de barragens, dentre outras legislações para o gerenciamento dos recursos hídricos, que de acordo com a agência foram baseadas em um modelo sistêmico de integração participativa (ANA, 2010; 2011b; 2015b; 2016). Assim, como afirmam Araújo e Barbosa (2008), a evolução histórico-jurídica das regulamentações dos recursos hídricos brasileiros ocorreu de forma gradativa e veio aos poucos consolidando um pensamento jurídico-ambiental pautado no que os autores dizem ser políticas públicas elaboradas com o intuito de preservar, conservar e proteger o meio ambiente.

Administrar a água envolve, portanto, além de considerar de forma racional todos os usos múltiplos, a regularização do uso e ocupação do solo urbano e rural, proteção e conservação dos mananciais, controle da captação de água e arremessamento de efluentes nos corpos d'água, proibição de práticas agrícolas impróprias e prevenção de eventos hidrológicos críticos, como inundações e erosão de solos (CASADEI, 2002). Enfim, conforme Thame (2002), não pode haver regras fixas devido às características peculiares de cada região.

2.4. A Política Nacional dos Recursos Hídricos

No Brasil, as principais leis que embasam o arcabouço legal da gestão dos recursos hídricos são o Código de Águas, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.433/1997 que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Ao ser instituída pela Constituição de 1988, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a PNRH tem como base um gerenciamento dos recursos de forma integrada, descentralizada e participativa a fim de atender os múltiplos usos da água, respeitando o meio ambiente.

Segundo a Lei nº 9.433/97, em seu capítulo I, art. 1º, os alicerces da PNRH são: a) a água é um bem de domínio público; b) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; c) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; d) a gestão dos recursos hídricos deve propiciar o uso múltiplo da água; e) a Bacia Hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e desempenho do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; f) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e possuir a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

A primeira declaração que consta do artigo 1º da Lei, afirma sobre a dominialidade pública da água, o que traz algumas implicações, pois ao ser um dos elementos do meio ambiente, deve ser compreendida como um “bem de uso comum do povo”, além do mais, conforme o caput do artigo 225 da Constituição Federal, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...)”. Assim, a dominialidade pública da água não significa apenas que os poderes públicos Federal e Estadual sejam proprietários da água, mas que eles foram transformados em gestores desse bem, que é de uso coletivo (SETTI, 2000).

Setti (2000) também salienta que as demais declarações do artigo 1º da Lei nº 9.433/97 buscaram apresentar que a água não é mais um recurso ilimitado como se pensava anteriormente no mundo e que a valorização econômica da água deve propiciar a sua conservação, recuperação e melhor distribuição. Além disso, em caso de escassez hídrica, os órgãos públicos, Federal e Estadual, devem suspender os direitos de uso da água que estejam prejudicando o consumo humano (água para beber, comer e higiene) e a dessedentação de animais.

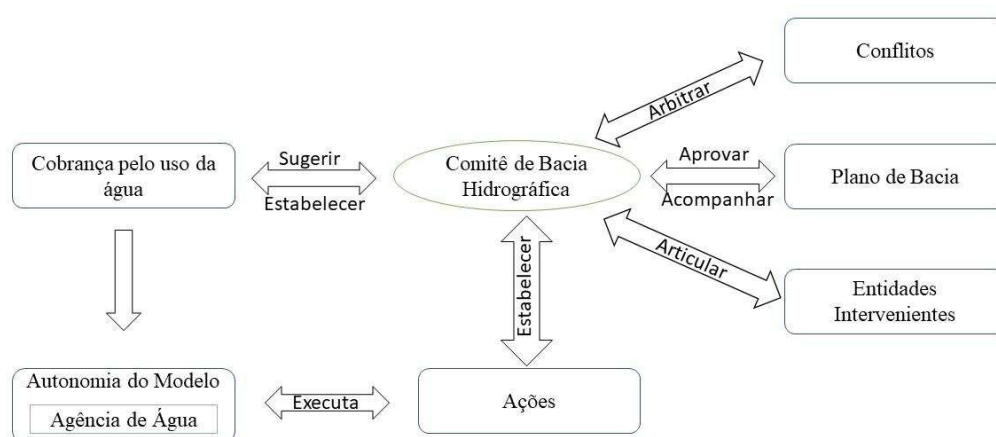
Quanto à gestão da multiplicidade dos usos da água, o autor menciona que a Lei não enumera todos os tipos de usos, contudo ressalta, além do consumo humano e dessedentação dos animais, o abastecimento público, o lançamento de esgotos e de outros resíduos líquidos ou gasosos, o bom emprego dos potenciais hidrelétricos, transporte aquaviário, irrigação, esportes ou lazer e a piscicultura. A Lei ainda esboça que a implementação do quadro normativo hídrico terá a Bacia Hidrográfica como unidade territorial, porém não trouxe a definição de Bacia Hidrográfica. Mas pelo artigo 37 expõe que ela é essencial para a concretização da PNRH, uma vez que os CBHs podem atuar em apenas uma Bacia Hidrográfica; ou em sub-Bacia Hidrográfica de tributário do principal curso de água da Bacia ou de tributário desse tributário (rios ou cursos d’água de Bacias pequenas que desaguam em rios principais); ou mesmo em grupos de Bacias ou sub-Bacias Hidrográficas adjacentes.

As declarações do artigo 1º também assinalaram a importância da gestão descentralizada e participativa, mas a Lei prevê que a descentralização seja realizada com a cessão de atribuições ou poderes tradicionais da União e dos Estados para os recentes órgãos gestores de recursos hídricos, devendo ainda a descentralização ocorrer no âmbito da gestão, já que a competência de legislar em relação à água é concentrada na União. Portanto, a gestão participativa é inovadora, uma vez que o poder público deixa de possuir a maioria dos votos nos Comitês de Bacia Hidrográfica e passa a ter a mobilização social como principal fator de proteção e recuperação dos recursos hídricos (SETTI, 2000).

Neste sentido, os objetivos da PNRH visam à disponibilidade da água nos distintos usos em nível de qualidade e utilização racional e integrada para a atual e futura geração pensando no desenvolvimento sustentável. A PNRH também antevê a prevenção e defesa de eventos hidrológicos de cunho natural ou oriundos do uso irracional dos recursos naturais. Por isso, a Lei nº 9.433/97 estabelece diretrizes de ação para que os órgãos públicos e privados possam administrar o recurso hídrico de forma sistemática, envolvendo quantidade e qualidade, bem como considerando as diferenças físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais dos distintos locais do país e das distintas Bacias Hidrográficas (SETTI, 2000).

A **Figura 8** sintetiza algumas funções dos Comitês com base na Lei nº 9.433/97.

Figura 8. Funções dos Comitês de Bacias Hidrográficas com base na Lei nº 9.433/97.

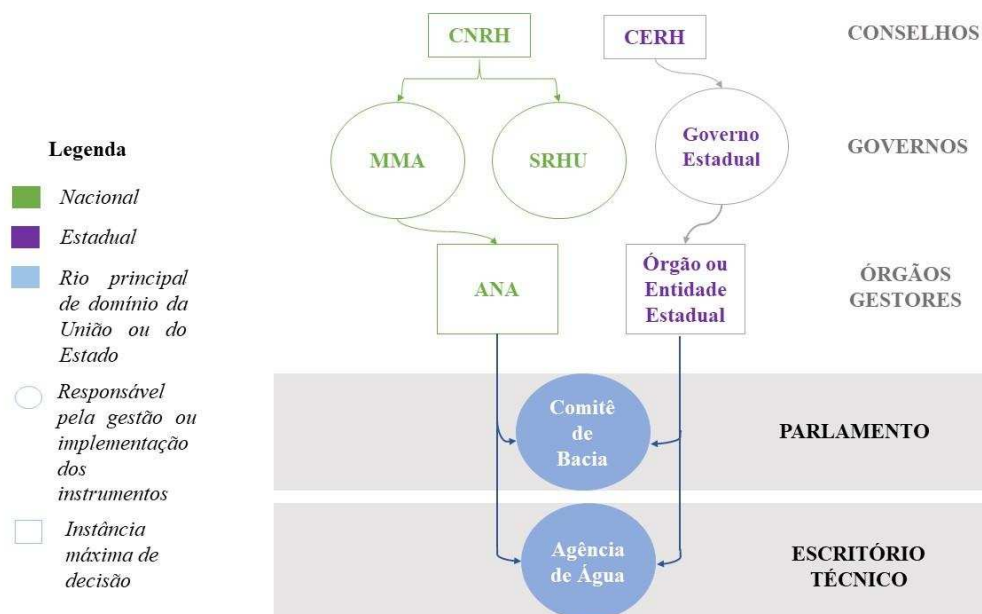


Fonte: MORAIS; FADUL; CERQUEIRA (2018).

Além disso, Pompeu (2008) afirma que o SNGERH é responsável por implementar a PNRH, coordenar a gestão integrada por meio do conjunto de órgãos e entidades, solucionar administrativamente os conflitos associados aos recursos hídricos, bem como planejar, regular, controlar, preservar, recuperar e realizar cobranças pelo uso desses recursos. O SNGERH¹⁵ é composto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pela Agência Nacional de Águas, pelos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos dos poderes público Federal, Estaduais, Distritais e Municipais e pela Agência de Águas (POMPEU, 2008), como mostra a **Figura 9** que exhibe o SNGERH e suas instâncias de atuação.

¹⁵Nesse contexto, o termo “sistema” denota um conjunto, expressando o arranjo das partes ou dos elementos de um todo que se interagem de forma inter-relacionada e interdependentes em uma estrutura organizada (SETTI, 2000).

Figura 9. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGERH) e suas instâncias de atuação.



Fonte: ANA, 2017.

Com base nessa composição, cada órgão da estrutura organizacional do SNGERH possui papéis específicos, como mostram os itens a seguir, que descrevem a respeito deles:

- O **Conselho Nacional de Recursos Hídricos** é o órgão deliberativo e normativo superior na hierarquia do SNGERH. Sua secretaria executiva é composta pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos do Ministério do Meio Ambiente, e suas atribuições estão ligadas à promoção de articulação dos planejamentos de recursos hídricos nacional, regionais e estaduais e dos setores dos usuários; interferência em conflitos entre os CERHs; atuação em projetos que excedam a outros Estados; sancionar e acompanhar a execução do PNRH; e aprovar a implementação de Comitês de Bacias (DECIAN, 2007).
- Os **Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos** têm competência de levar questões de deliberação do CNRH em relação às acumulações, derivações, captações e lançamentos de uso insignificante da água. São os CERHs que autorizam a criação de Agências de Águas nas Bacias estaduais e são vistos como instância recursal, conforme as determinações acordadas pelos Comitês. Ligados a esse Conselho estão as secretarias de Estado e as entidades estaduais (SETTI, 2000).

- Os **Comitês de Bacias Hidrográficas** envolvem a participação dos usuários, prefeituras, sociedade civil organizada e demais níveis de governo. Atuam como espaços consultivos e deliberativos ao discutirem questões e ações pertinentes à Bacia, realizam negociações de conflitos, aprovam e acompanham o Plano de Recursos Hídricos, estabelecem diretrizes de cobrança pelo uso da água, incentivam iniciativas de educação ambiental e aprovam o regimento interno, tendo como unidade de atuação uma Bacia Hidrográfica ou uma sub-Bacia (BROCH, 2008).
- As **Agências de Águas** visam oferecer suporte técnico e administrativo ao seu respectivo Comitê de Bacia. Têm como função manter o cadastro de usuários da Bacia em questão, gerir os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, dar pareceres referentes a projetos que precisam dos recursos financeiros derivados do uso do recurso hídrico, acompanhar a administração financeira, preparar o orçamento e o Plano de Recursos Hídricos para aprovação no Comitê (DECIAN, 2007).
- A **Agência Nacional das Águas** é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira¹⁶. Cabe à ANA disciplinar a implementação, operacionalização, controle e avaliação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, além de monitorar rios e reservatórios de domínio da União, planejar, desenvolver programas e projetos e fornecer um conjunto de informações que incentivem o uso racional e sustentável dos recursos (ANA, 20-).

Além do SNGERH, a lei nº 9.433/97 também aborda sobre os instrumentos de gestão, responsáveis pela proteção e recuperação das águas. São eles: os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes; a outorga de direito de uso; a cobrança pelo uso da água e o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, os quais são descritos a seguir:

- O **Plano de Recursos Hídricos**, um dos principais instrumentos de gestão, é um plano diretor que orienta a apropriação dos recursos hídricos e corrobora com a aplicação dos outros instrumentos. Deve conter diagnósticos, análises, metas, ações e racionalização de uso dos recursos hídricos. O plano é elaborado pelas Agências de Água e tem durabilidade de longo prazo, mas é importante que as agências estabeleçam prazo de

¹⁶ A ANA era ligada ao Ministério do Meio Ambiente até 2018, sendo transferida para o Ministério de Desenvolvimento Regional em 2019 com a mudança do Governo Federal.

vigência para a aprovação do CBH, e que o mesmo seja sempre revisto para adequar-se a fatos que não foram previstos (REIS; LANNA, 2009; SETTI, 2000).

- O **Enquadramento de Corpos D'água** baseia-se na gestão e classificação¹⁷ do nível de qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis em uma região, que serão alcançados ou mantidos ao longo do tempo para satisfazer às necessidades dos usuários. O enquadramento é um instrumento regulatório de comando e controle sob competência do poder público (SANTIN; GOELLNER, 2013).
- A **Outorga de Direito de Uso** é um ato jurídico pelo qual o poder público autoriza, concede ou permite ao usuário o uso privativo de um recurso que é público. Compete à União estabelecer as diretrizes de outorga¹⁸ levando em consideração os aspectos referentes à qualidade e quantidade de água. Vale salientar que a outorga não transfere o direito de propriedade da água da União/Estado para o indivíduo, somente confere o direito de uso, uma vez que as águas são públicas e inalienáveis no Brasil (REIS; LANNA, 2009). No entanto, a outorga pode ser suspensa em alguns casos, tais como: quando não houver cumprimento dos termos; não estiver sendo utilizada por três anos seguidos; necessidade da água em casos de calamidade; suspender em casos de prevenção ou reversão de degradação ambiental; quando não houver outra fonte alternativa e precisar para os usos prioritários da coletividade; e quando for necessário conservar as propriedades de navegabilidade de corpo de água, conforme artigo 15 da Lei nº 9.433/97¹⁹.
- A **Cobrança pelo Uso** tem a função de recolher recursos financeiros para os programas, estudos, projetos e obras dos planos de recursos hídricos, bem como a implementação e custeio do SNGERH na Bacia Hidrográfica que foram suscitados. O aspecto econômico

¹⁷O enquadramento dos corpos de água em classe conforme seu uso preponderante prevê a especificação de materiais fluentes, óleos e graxas, substâncias que notifiquem gosto ou odor, corantes artificiais, conteúdos que desenvolvam depósitos objetáveis, coliformes, demanda bioquímica de oxigênio, oxigênio dissolvido, turbidez, análise de acidez e substâncias que podem ser danosas, conforme CONAMA pela resolução 20/86 (SETTI, 2000).

¹⁸Segundo artigo 12 da Lei nº 9.433/97, são sujeitos de outorga: os usos para captação de água para consumo, como abastecimento público ou insumo produtivo; a retirada de água de aquífero subterrâneo; lançamento de esgotos e outros resíduos líquidos ou gasosos em corpo de água para diluição, transporte ou disposição final; para aplicação dos potenciais hidrelétricos; e demais usos que modifiquem o regime, quantidade ou qualidade de água em um corpo de água. Caso não haja outorga nestas situações, o usuário da água estará infringindo as obrigações e estará passível de advertência, multa e embargo por ação civil pública.

¹⁹A Lei nº 9.433/97 ainda apresenta que aqueles que utilizarem dos recursos hídricos para saciar as necessidades de pequenas comunidades no meio rural, bem como utilizarem para derivações, captações, lançamentos e acumulações de volumes de água considerados insignificantes não serão exigidos a outorga pelo poder público. Mas, esta não obrigatoriedade não abdica a inspeção pelo poder público de verificar se realmente os usuários estão de acordo com a Lei, como também solicitá-los o cadastramento, mesmo não sendo outorgados (SETTI, 2000).

da cobrança reconhece a água como bem econômico e busca incentivar o seu uso racional. Este instrumento, que não é um imposto, é amparado pelo princípio Poluidor-Pagador ou Usuário-Pagador, que viabiliza a cobrança pelo consumo do recurso²⁰. Os valores a serem cobrados são estabelecidos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e as arrecadações pelas Agências de Águas, a quem compete a distribuição e aplicação das receitas auferidas. Portanto, cabe também aos membros dos CBHs a fiscalização dessas receitas (REIS; LANNA, 2009).

- **O Sistema de Informação sobre os Recursos Hídricos** refere-se aos dados suscitados pelos órgãos do SNGERH e às informações sobre as circunstâncias da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Os mesmos devem ser atualizados e divulgados em todo território brasileiro de forma transparente, a fim de fornecer aos gestores, usuários e demais segmentos da sociedade civil condições de participação no planejamento, nas negociações, nas discussões, nas decisões do gerenciamento e na preparação do plano de recursos hídricos. Entretanto, a Lei nº 9.433/97 não foi clara quanto ao órgão responsável por este instrumento (BROCH, 2008; SETTI, 2000).

A implementação desses instrumentos de gestão é importante para a participação de todos os atores envolvidos, sobretudo da sociedade civil, na condução da política e do processo de gestão dos recursos hídricos. Desse modo, é necessário que a sociedade civil se organize e participe de forma ativa nos Comitês de Bacias Hidrográficas para defender seus interesses, bem como monitorar a aplicação dos recursos arrecadados e a autorização justa da outorga de direito de uso (JACOBI, 2006).

Ainda segundo Jacobi (2006), a força das pressões de uma sociedade civil mais ativa e mais organizada ocorreu principalmente no momento da transição pós-democrática no Brasil (anos 90), que possibilitou o surgimento de novos espaços públicos de interação e tornou a participação social uma referência para negociarem rupturas, tensões e transformações na gestão. A participação popular veio como uma forma de democratização e aprimoramento das políticas públicas, invertendo as prioridades da ação governamental e favorecendo os segmentos sociais tradicionalmente alheios ao acesso às políticas.

²⁰Segundo a Lei nº 9.433/97 a cobrança é realizada com base nos usos dos recursos hídricos sujeitos à outorga. Os valores a serem cobrados devem avaliar a quantidade retirada e o regime de variação das derivações, captações e extrações de água, além de analisar a quantidade e variação dos lançamentos de esgotos e resíduos líquidos ou gasosos, como as especificidades físico-químicas, biológicas e de toxicidade do afluente.

No entanto, ainda existem desafios para que esses espaços sejam efetivamente públicos, pois de maneira geral, a mobilização pela participação foi pressionada por anos por um governo autoritário e centralizador. Jacobi (2006) afirma que não adianta assegurar legalmente à sociedade o direito de participar da gestão ambiental se não houver um processo de aprendizagem que reflita na reorganização das relações entre setor privado, governo e sociedade civil; bem como mudanças culturais, comportamentais e de prestação de contas à população pelos gestores públicos e privados. Por isso, divulgar a existência dos Comitês e apresentar condições para que todos possam ter direito de fala nesse espaço é um dos caminhos que contribuem para a democratização das tomadas de decisões, pois como Mantovani e Barrêto (2002) abordam, os problemas em relação à água, aos programas de recuperação e proteção que acontecem em uma determinada Bacia Hidrográfica possuem pouca repercussão tanto para os meios de comunicação quanto para a população em geral.

Zinato (2000) complementa que, se não houver conscientização e ação dos usuários dos recursos hídricos, os problemas se tornam cada vez mais abrangentes e suas soluções mais caras e menos eficazes. A mobilização das pessoas não é um trabalho simples, a democracia é um processo de despertar que demanda mudanças de comportamento, de hábitos enraizados, de participação nas reuniões de conselhos, comissões, associações e de Comitês de Bacias Hidrográficas, de modo que os participantes da sociedade civil organizada opinem juntamente com o governo e com os outros segmentos, buscando transparência nas informações. Neste aspecto, a autora coloca que para mobilizar as pessoas a participarem desses espaços e estimular a preservação e conservação da água é preciso conhecê-la sob a visão dos seres humanos, pois a água é com certeza um elemento extremamente mobilizador, uma vez que se relaciona com a saúde, a vida e o lazer.

2.5. Os Comitês de Bacias Hidrográficas

Com relação aos Comitês de Bacias Hidrográficas, foco da presente pesquisa, alguns aspectos se destacam. Primeiramente, o termo Comitê está associado às palavras confiar, entregar e comunicar, bem como remete ainda à ideia de comissão, junta, delegação, união de pessoas para discussões e tomadas de decisões de interesses comuns. E quando o termo é unido ao termo Bacia Hidrográfica passa a ser entendido como um fórum, onde as pessoas se reúnem para discutir questões de interesses comuns, como o uso da água na Bacia e resoluções de conflitos ocasionadas pelos múltiplos usos (ANA, 2011a).

Como já mencionado anteriormente, os CBHs são órgãos colegiados autônomos, com papel normativo, consultivo e deliberativo, que apresentam características democráticas e participativas, mas não possuem personalidade jurídica, por não terem a competência executiva. São os principais organismos de gestão dos recursos hídricos e se distinguem dos Conselhos de Recursos Hídricos, pois estes, embora possuam competência deliberativa, não dirigem de forma direta nenhuma Bacia Hidrográfica, unidade administrativa territorial, onde são implementadas as decisões (VIANNA JUNIOR, 2014).

Os CBHs instituídos pela Lei nº 9.433/97 podem atuar em distintos limites geográficos: alguns em Rios de domínio da União (Comitê Interestadual ou Federal por compreender Bacias Hidrográficas de mais de um Estado); outros em Bacias de Rio de domínio do Estado (Comitês Estaduais); e aqueles que possuem somente uma instância deliberativa sob o domínio das Bacias estaduais e interestaduais (Comitês Únicos) (ANA, 2016). Assim, o CBH- Piranga/MG, como área de estudo desta pesquisa, representa um Comitê Estadual por encontrar-se totalmente inserido no Estado de Minas Gerais, embora sua macro Bacia, o CBH DOCE, abranja o Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, considerado Comitê Federal.

De acordo com dados da ANA (2011a), o Comitê deve definir um conjunto de mecanismos e regras de uso da água de forma coletiva, sendo as mesmas postas em exercício pelo poder de regulação. Salienta-se que a decisão basilar a ser definida pelo Comitê é em relação ao Plano de Recursos Hídricos da Bacia, o principal instrumento de gestão. No plano deverão ser discutidas metas de racionalização de uso, programas e projetos para consentir estas metas, bem como estabelecer prioridades, orientações e regras para outorga de direito de uso da água e diretrizes e critérios para a cobrança. O **Quadro 7** apresenta demais atribuições dos Comitês de Bacia, que devem contar com ampla discussão e acordos entre os participantes:

Quadro 7. Atribuições dos Comitês de Bacias.

Deliberativas	Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água.
	Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e consequentemente: - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos; - diretrizes e critérios gerais para cobrança; e - condições de operação de reservatórios, visando a garantir os usos múltiplos.
	Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos.
	Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.
Propositivas	Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.
	Indicar a Agência de Água para aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente.
	Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente.

	Escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes.
	Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água.
	Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos.
	Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na Bacia.
Consultivas	Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da ANA (2011a).

Vale ressaltar, de acordo com os dados da ANA (2011a), que os CBHs se constituíram no Brasil a partir do CEEIBH, no ano de 1978, e favoreceu a criação de Comitês Executivos em diversas Bacias Hidrográficas. Porém, esses Comitês somente tinham a função consultiva, responsáveis por classificar cursos d'água da União, desenvolver estudos integrados para uso racional dos recursos hídricos, proporcionar o aproveitamento múltiplo das águas e reduzir impactos ambientais. A participação nesses Comitês se restringia aos órgãos do governo, mas a partir da década de 1980, representantes governamentais estudaram outras formas de gerenciamento baseadas em experiências internacionais, tendo o modelo francês como a principal referência seguida, algo que possibilitou adotar o Comitê por Bacia com poder deliberativo.

Na França, esse modelo foi criado pela Lei nº 64-1245 (1964), com o objetivo de lutar contra a poluição ocasionada pelo desenvolvimento econômico; controlar a qualidade da água determinando parâmetros aceitáveis e constituindo perímetros de proteção de mananciais e fornecimento de recursos financeiros para a despoluição, pois o país enfrentava grandes disparidades regionais de oferta e demanda que, conseqüentemente, levava a conflitos entre usos e usuários (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Neste sentido, a unidade de gerenciamento adotada na França foi a Bacia Hidrográfica que visava o uso racional integrado da água, a recuperação e conservação da qualidade e quantidade da mesma, a cobrança direta dos usuários e autonomia financeira ao sistema. Os organismos responsáveis em nível nacional foram o Estado Francês e o Comitê Nacional das Águas (órgão consultivo, constituído por representantes da Assembleia Nacional, do Senado, das distintas categorias de usuários, dos conselheiros gerais e dos conselhos municipais) e, em âmbito local, atuavam as coletividades locais, os Comitês e as Agências de Bacias/Agências de Águas (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Conforme Scantimburgo (2013), o modelo francês demonstrou os aspectos técnicos e financeiros como dominantes nos modos de gerenciamento dos recursos hídricos, o que

defendeu uma visão economicista sobre a água já na década de 1960 e impôs ao Banco Mundial a preparação de suas estratégias para o setor de águas. Contudo, eventuais limitações e obstáculos para um pleno funcionamento dos Comitês ocorrem na medida em que adotam um modelo estabelecido por um país europeu de alto nível social e econômico para um país em desenvolvimento, pois, pelo menos em tese, deveriam considerar distintos aspectos peculiares do Brasil, como dimensão territorial, cultural, aspectos políticos, econômicos e sociais.

No mais, a França possui uma República com governo central, ao passo que o Brasil possui uma República Federativa, o que consiste em uma dupla jurisdição sobre a água: a Federal e as dos Estados da federação. Reis e Lanna (2009) salientaram que para a adaptação do modelo francês foi preciso uma ampla complexificação, sobretudo para que fossem inseridas as articulações necessárias entre os dois setores jurisdicionais.

No contexto brasileiro é o SNGERH responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos. A criação do primeiro Comitê baseado nesse modelo no Brasil ocorreu em 1988, por meio do Decreto nº 32.774 que instituiu o Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de mobilizar a sociedade local para a necessidade de maior fiscalização e controle dos lançamentos nos corpos d'água da Bacia. Participaram deste Comitê universidades, movimentos ecológicos, entidades empresariais, prefeituras municipais, câmaras de vereadores e demais organizações da sociedade civil. Tal organização consiste também em reflexo da promulgação da Constituição Federal de 1988 que expressou a necessidade do envolvimento de novos atores na gestão de recursos hídricos e contribuiu para que novos órgãos colegiados, consultivos e deliberativos fossem criados (GRASSI, 2001).

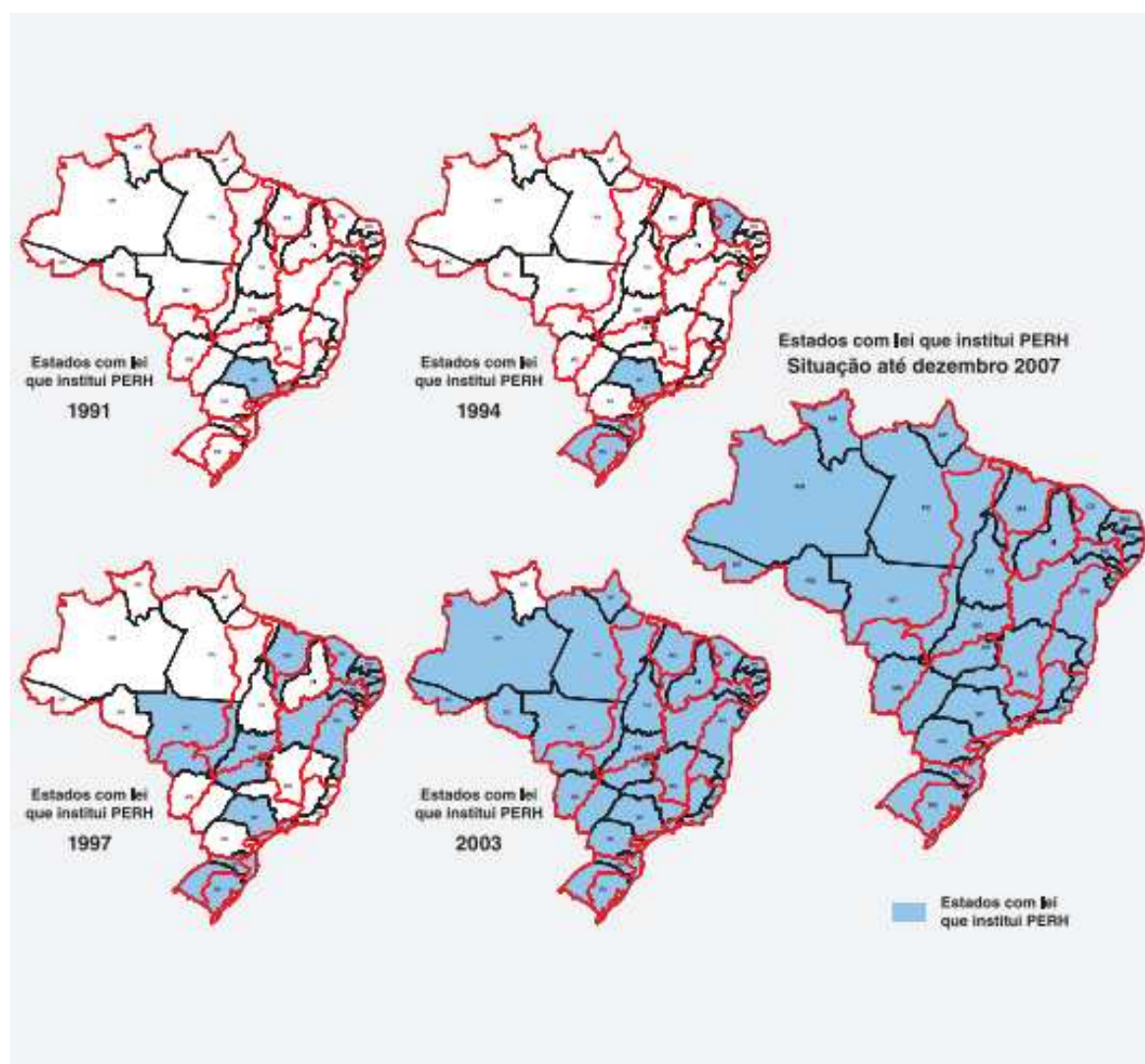
Em São Paulo, em 1991, foram constituídos o Conselho de Recursos Hídricos e os CBHs com atuação em unidades hidrográficas. Em âmbito Estadual, São Paulo foi o pioneiro em realizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos por meio da Lei nº 7.633/1991, com proposta participativa e gestão descentralizada. Esta Lei influenciou a legislação Federal posterior (Lei nº 9.433/97) e representou um marco na história da governança dos recursos hídricos ao estabelecer a divisão do Estado em unidades de gerenciamento hidrográfico e favorecer o surgimento de vários Comitês de Bacias em diversas regiões do Brasil (FRACALANZA; JACOB; EÇA, 2013).

Destaca-se que até o final de 1996, antes da Lei nº 9.433/1997, já existiam 18 Comitês paulistas implementados, com destaque para o Comitê Alto Tietê e o Comitê do Piracicaba, Jundiaí e Capivari, que mais tiveram avanços na gestão participativa. Em 1992, o Estado do

Ceará acatou a Lei nº 7.633/1991 e formou a sua Política de Recursos Hídricos. Em 1993 foi o Estado de Santa Catarina e Distrito Federal, em 1994, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e em 1995, Sergipe e Bahia. A aprovação da política de recursos hídricos nesses Estados também contribuiu para a promulgação da Lei nº 9.433 em 1997, designando a PNRH e o aumento da criação de CBHs (ANA, 2011a).

A **Figura 10** apresenta esse avanço da elaboração de Leis estaduais para as políticas de recursos hídricos no Brasil. Segundo dados da conjuntura de 2009 da ANA, após a PNRH de 1997, as demais Leis estaduais se basearam na Lei nº 9.433/97, porém em alguns contextos, isto reflete em distintas dificuldades para sua implementação, pois não há um conhecimento da realidade local, levando em consideração as peculiaridades regionais.

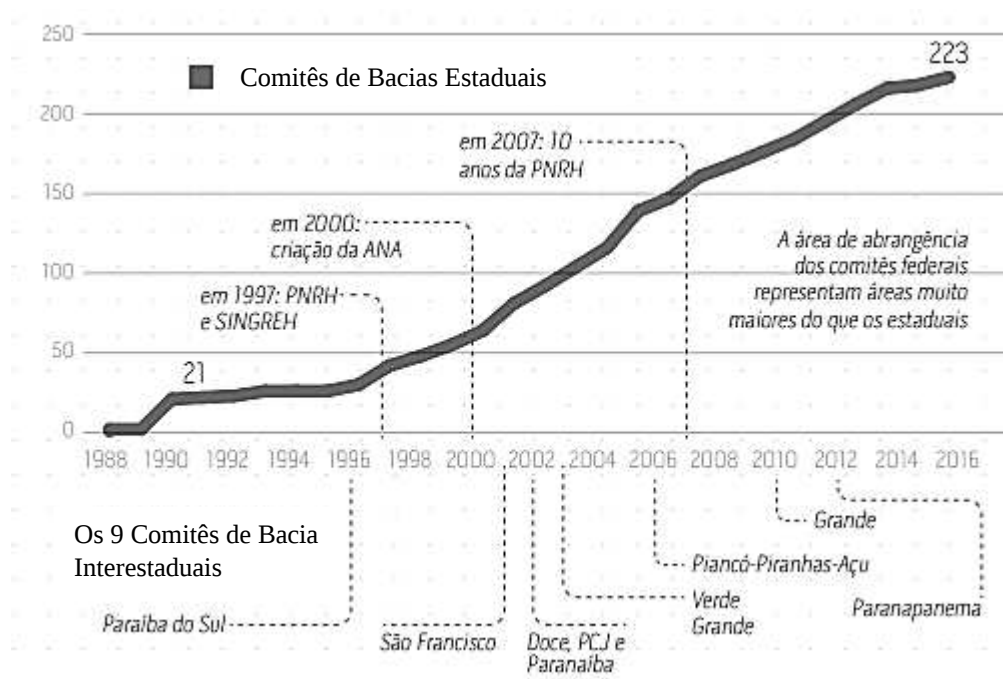
Figura 10. Avanço da instituição de políticas estaduais de recursos hídricos de 1991 a 2007.



Fonte: ANA, 2009.

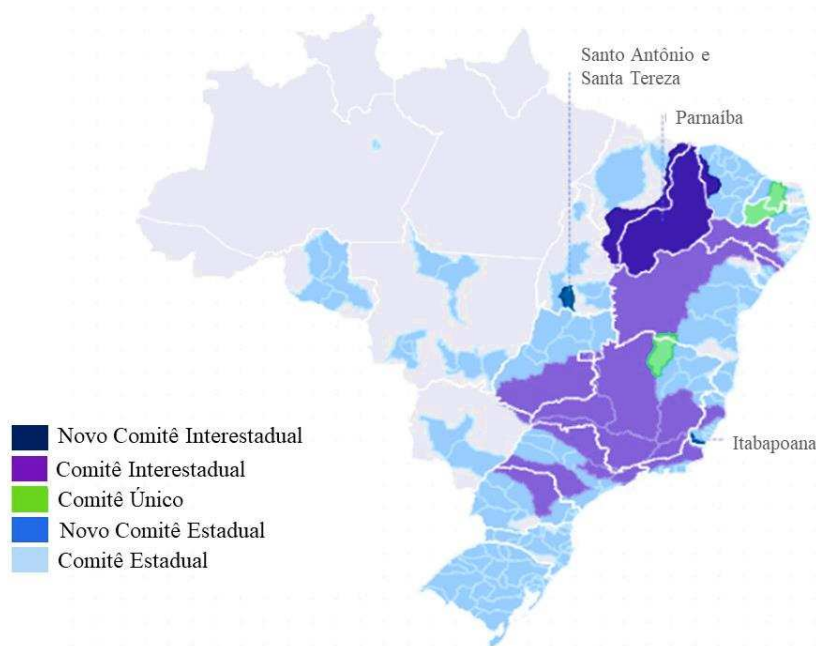
Observa-se pela **Figura 10** que o início dessas legislações estaduais ocorreu principalmente da região Sudeste, Sul e Nordeste, ampliando-se em seguida para as regiões Centro-Oeste e Norte, onde eram identificados conflitos associados à disponibilidade da água pela redução da quantidade e/ou qualidade. Em 2007, 27 estados instituíram a lei para a Política Estadual de Recursos Hídricos (ANA, 2009). Já as **Figura 11** e **Figura 12** ilustram o progresso e abrangência da constituição de Comitês de Bacias no Brasil. Na **Figura 11** constata-se o total de Comitês interestaduais e estaduais instalados no período de 1988 a 2016. A **Figura 12** elucidada a abrangência dos CBHs no país.

Figura 11. Evolução da criação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil no período de 1988 a 2016.



Fonte: ANA, 2017.

Figura 12. Abrangência dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil, 2017.



Fonte: ANA, 2018.

Verifica-se por meio destas figuras que o número de CBHs no Brasil teve um aumento apreciável a partir da Lei nº 9.433/97 e após a criação da ANA em 2000. Dados mais recentes da conjuntura de 2018 disponibilizados pela ANA, mostraram que em 2017 o total de CBHs em rios de domínio estadual era de 224, Comitês interestaduais totalizaram 9, sendo dois deles Comitês únicos (Verde Grande (MG/BA) e Piancó-Piranhas-Açu (PB/RN)). Destaca-se que entre 2017 e 2018 foram constituídos 2 Comitês estaduais (Rio Itabapoana, ES e Rios Santo Antônio e Santa Tereza, TO). A população compreendida na área de atuação do Comitê a nível estadual corresponde a cerca de 83,9%, 91% representa o Produto Interno Bruto e 82,3% dos municípios possuem suas áreas abrangidas pelos Comitês. A nível nacional, ocupa 38,8% do território.

Nesta perspectiva, Abers e Jorge (2005) ao buscarem compreender a descentralização do sistema de gestão da água, mencionaram quatro fatores que tendem a mobilizar a criação de Comitês, sendo elas: a probabilidade de que políticas, como a da cobrança, por exemplo, sejam implementadas; a necessidade de estabelecer um local para distintos atores negociarem problemas em relação à água; a confiança dos técnicos de gestão de recursos hídricos em agir em todo o país por meio do modelo de gestão por Bacia; e o aumento da legitimidade social e política da gestão participativa. Portanto, os incentivos para a criação do Comitê são distintos e variam conforme cada contexto ambiental, político e social da Bacia.

Além dessas mobilizações, para que se instale o Comitê é preciso passar por cinco etapas a serem adaptadas a cada contexto, conforme dados da ANA (2011a). A **Figura 13** ilustra o fluxograma das etapas.

Figura 13. Fluxograma das etapas para instalação de CBHs.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da ANA (2011a).

A **primeira** consiste na fase preparatória em que ocorre o diagnóstico das instituições presentes na Bacia, preparação de programas de divulgação e mobilização ligados ao calendário eleitoral, bem como elaboração de material de divulgação, capacitação dos membros da mobilização, estabelecimento do arranjo institucional, regimento interno, normas, regras e procedimentos eleitorais.

A **segunda** etapa refere-se à divulgação e mobilização, que se caracteriza pela divulgação de informações a respeito da legislação, das funções do Comitê, das condições indispensáveis à participação no colegiado, mobilização geral e dirigida, visitas aos municípios, às entidades representativas de usuários da Bacia, às organizações civis com atividades relacionadas ao recurso hídrico e a realização de eventos e reuniões públicas locais e regionais (ANA, 2011a).

A **terceira** etapa refere-se à fase de inscrição e habilitação das entidades e dos interessados em participarem do processo eleitoral e constitui-se pela formação da comissão eleitoral, da infraestrutura apropriada ao recebimento das inscrições, análise das inscrições, habilitação e publicação dos habilitados e recepção de recursos (ANA, 2011a).

Já a **quarta etapa** consiste na eleição dos representantes, definindo os procedimentos das reuniões eleitorais ou assembleias, a organização e coordenação das reuniões e/ou plenárias, registro e exposição dos resultados eleitorais, das pessoas físicas, dos membros eleitos e das indicações das pessoas físicas representantes dos membros dos Estados e da União (ANA, 2011a).

Por fim, a **quinta etapa** caracteriza-se pela posse dos membros e eleição da diretoria com a organização e realização da assembleia geral, escolha da sede e elaboração da primeira agenda de atividades (ANA, 2011a).

O Comitê, conforme analisa Vidal, Resende e Resende (2010), também terá um regimento interno, responsável por definir as regras de funcionamento, os papéis de cada entidade e a forma organizacional do Comitê, respeitando as legislações vigentes do País em relação aos recursos hídricos. Ele deve ser bem conhecido pelos conselheiros e seguido rigorosamente, para evitar inclusive, que aqueles que o desconhecem acabem sendo influenciados por outros que detêm o conhecimento.

Os mesmos autores ressaltam também que a estrutura do Comitê exposta no regimento é composta pela Mesa Diretora, Plenária e Câmaras Técnicas. A Mesa Diretora é representada pelo presidente, secretário e outros (vice-presidente e seguintes secretarias). Tem a função de coordenar os trabalhos em plenária, sugerir assuntos, instituir comissões especiais temáticas, conduzir os temas de deliberação do Comitê. A Plenária é um órgão deliberativo que deve ser comunicada com antecedência para que os membros possam se organizar e não pode ser feita com quórum baixo. As Câmaras Técnicas são formadas pelos distintos membros do Comitê com função consultiva, onde são apresentados estudos mais detalhados para subsidiar as discussões das plenárias.

Todavia, Reis e Lanna (2009) argumentam que a maioria dos Comitês que foram implantados possui dificuldades de colocar em prática os seus planos estratégicos, seja por falta de recursos, ausência de capacitação, carência de representatividade ou mesmo desinteresse por parte dos envolvidos em cumprir o papel que lhes foi instituído no Sistema de Recursos Hídricos. Deste modo, sem uma representação suficiente da população, sem apoio técnico de uma Agência e sem recursos, o que pode ocorrer é um esvaziamento e a perda de foco desses espaços.

No que tange ao CBH-Piranga/MG, informações da pesquisa de campo apontaram que os conselheiros conhecem o seu regimento e os demais documentos necessários sobre o mesmo. No entanto, a compreensão dessa documentação é complexa, carecendo de maior aprofundamento. Também se observou que existem representantes que salientaram não tomar conhecimento a respeito de nenhum desses documentos e que o Comitê não transmite essas informações. Mas, a impressão que fica é justamente o que foi exposto por Reis e Lanna (2009) no parágrafo anterior, pois não existe uma capacitação dos membros, e estes também se limitam a buscar mais conhecimentos relacionados ao Comitê e à gestão dos recursos hídricos.

Frank (2008) inclusive menciona que muitos atores com poder político não se envolvem nos processos deliberativos participativos, uma vez que a concretização de seus interesses independe desses espaços. Ou, como dizem Vidal, Resende e Resende (2010), não participam

pelo fato de não estarem bem organizados, por falta de disponibilidade de tempo e recursos, por desintegração entre membros, reuniões improdutivas, desconhecimento do papel de representante dos interesses da entidade a qual pertence, desconhecimento do regimento interno, das legislações e políticas de recursos hídricos.

Dourojeanni e Jouravlev (2002) complementam dizendo que realmente existem distintas dificuldades ao adotar o modelo de gestão da água com base em Bacias Hidrográficas não só no Brasil, mas em outros países da América Latina. Para eles, muitas entidades constituídas esvaecem ou não progridem de forma significativa em termos de gestão da água, devido a rivalidades entre agências, conflitos com autoridades regionais e setoriais, falta de coordenação e base jurídica apropriada, ausência de clareza das suas funções, relação de dependência administrativa e financeira, dentre outros impasses.

A experiência brasileira também demonstra que, além da falta de representatividade, ocorre ausência de comprometimento e legitimidade. As principais causas, segundo Castro (2005), podem ser de ordem física, quando as Bacias Hidrográficas são muito extensas e inibem a participação da sociedade civil, dos usuários e seus governantes nas reuniões, sendo necessária a divisão das decisões e participações por sub-Bacias. Se ainda compreender mais de um Estado é preciso proferir as decisões a nível Federal e Estadual, o que é desafiador para a gestão dos recursos hídricos no país.

Acrescenta-se também as causas de ordem econômica associadas à falta de Agências de Bacias em alguns Comitês criados recentemente, o que dificulta a arrecadação de recursos financeiros, o que, por sua vez, restringe determinadas ações definidas em plenárias e desmotiva os membros do Comitê. Além disso, muitos Comitês não têm instrumentos financeiros como os Fundos de Recursos Hídricos ou quando possuem, não definem critérios para sua disponibilização (CASTRO, 2005).

Campos (2002) também expõe que alguns Comitês vêm adotando papel executivo que deveria ser realizado pelas Agências de Bacias, o que leva a pensar que as Agências são desnecessárias e as pautas que deveriam ser prioritárias para os Comitês ficam em segundo plano.

Outras causas podem estar ligadas à ordem administrativa, por exemplo, quando os Comitês possuem a unidade territorial da Bacia Hidrográfica que não combinam com os limites das unidades administrativas brasileiras. Isto é, os Estados e Municípios de um Comitê nem sempre correspondem a um mesmo arcabouço administrativo ou a vontades políticas semelhantes, existindo diversidade cultural das organizações, instituições e usuários que os

compõem, conflitos entre possuidores de força econômica ou política e a sociedade, o que mostra o imperativo de ter representantes capacitados e orientados atuando nestas entidades (CASTRO, 2005).

Demais experiências, conforme Abers e Jorge (2005), mostraram que a sociedade em geral não consegue controlar seus representantes, não detêm poder, já que a representação tende a centralizar em grupos mais poderoso ao conceder vantagens aos membros do governo nos processos de eleições. Aparentemente, no Comitê em estudo, boa parte dos membros da sociedade civil organizada é desmotivada a participar, pois alegam dificuldade com recursos financeiros e que muitas vezes suas demandas feitas ao Comitê não são atendidas, gerando frustrações com a falta de prática democrática nas discussões propostas. Neste sentido, a sociedade civil não consegue se fortalecer e criar um senso de pertencimento e identidade com o Comitê, como será visto adiante. O controle das decisões acaba ganhando força dos segmentos dos usuários e dos poderes públicos que mais se articulam nesse espaço.

No entanto, Mantovani e Barrêto (2002) alertaram que os Comitês se originaram em um período de mudanças estruturais do Estado entre a década de 1980 e 1990, com forte pressão da sociedade pela redemocratização do País e que a gestão descentralizada e participativa representa em alguns contextos uma ameaça ou perda de poder do Estado, pois anteriormente decidiam isoladamente, e agora, as tomadas de decisões devem ser partilhadas com demais atores sociais e o poder público necessita garantir que estas decisões sejam concretizadas, a fim de formar uma sociedade mais justa na perspectiva socioambiental, em que todos os envolvidos sejam agentes multiplicadores de boas ações.

Mantovani e Barrêto (2002) ainda sustentam que os CBHs ao possuírem um caráter multi-institucional precisam propiciar e garantir um efeito catalisador, incentivador e de troca entre todos os representantes. Para eles, o intercâmbio de informações deve ser dinâmico, sistematizado e acessível não só para os membros do Comitê, mas também para a população em geral, sendo capaz de expor o que vem sendo realizado nas distintas Bacias Hidrográficas, ou seja, os projetos, ações em execução, dificuldades, resultados e qual o planejamento.

Assim, segundo Bohman (2009), o ideal positivo é que todos os membros do processo de tomada de decisão e do poder disperso na sociedade participem e tenham condições análogas de argumentação e negociação. Os corpos representativos somente serão deliberativos se cada um votar e nomear seus representantes através do envolvimento em debates públicos e discussões de certos assuntos. Vale destacar que apenas a estrutura e instalação do Comitê não

são a solução dos problemas da Bacia, a mitigação deles se dará somente se houver participação da população nesses espaços (VIDAL; RESENDE; RESENDE, 2010).

Abers e Jorge (2005) ressaltam que, embora esses espaços e a descentralização possuam carências em seus funcionamentos, é um avanço positivo na medida em que buscam democratizar as políticas públicas e formar uma nova cultura. Os Comitês com a participação social passaram a negociar sobre o uso da água, marcando uma experiência nova na história da gestão do recurso hídrico no Brasil e sendo um caminho para se chegar ao desenvolvimento sustentável, levando em conta os interesses coletivos, sem beneficiar determinados grupos.

2.6. Gestão dos Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Minas Gerais

No que se refere ao contexto de Minas Gerais, vale salientar que a legislação dos recursos hídricos a nível estadual equipara-se à Lei Federal nº 9.433/97 e que em determinadas situações, focos de conflitos sócio-institucionais não são previstos, ficando lacunas na regulação do processo de gestão, uma vez que cada região demanda uma conduta específica (THEODORO, 2002). Ressalta-se que o Estado também se antecipou a essa Lei e a seus desdobramentos legais dando origem à Lei Estadual nº 11.504/94, que procurou estabelecer a Política Estadual de Recursos Hídricos, contribuindo para a implementação dos instrumentos de gestão, sobretudo o Plano Estadual de Recursos Hídricos e a cobrança pelo uso da água, bem como orientou a composição do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (MATOS; DIAS, 2012).

Essa nova Lei, segundo Matos e Dias (2012), ampliou o poder de intervenção e competências dos Comitês estaduais nas ações do poder público, sendo esta revogada pela Lei Estadual nº 13.199, em 29 de janeiro de 1999 embasada na PNRH, o que possibilitou maior estruturação e organização do arranjo de gerenciamento para promoção de projetos que visem à conservação e prevenção de inundações, erosão, cobertura vegetal, entre outros. Além disso, tal lei descreve o direito de todos aos recursos hídricos e ao uso múltiplo da água, aos quais são atribuídos valores ecológico, social e econômico. Prevê mais dois instrumentos distintos da PNRH: o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo e as penalidades decorrentes do descumprimento da Lei. Define ainda a Bacia Hidrográfica como a unidade física de planejamento e gestão.

O Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, em harmonia com a Lei Federal, apresentado na **Figura 14**, é composto pela SEMAD - órgão central coordenador; do CERH - órgão deliberativo e normativo; IGAM - entidade estadual incumbida pela gestão dos recursos hídricos de Minas Gerais; CBHs; órgãos e entidades dos poderes estadual e municipal e pelas Agências de Bacias/Agências de Águas (IGAM, 20-).

Figura 14. Composição do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.



Fonte: IGAM, [20-].

Estas instituições proporcionam negociações e executam ações para implementação dos princípios doutrinários e planejamento de uso, controle e proteção das águas. O CERH foi criado pelo Decreto nº 26.961 de 28 de abril de 1987, integra poderes público, estadual e municipal, representantes de usuários e da sociedade civil. A presidência é desempenhada pela SEMAD com o objetivo de constituir diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos baseados nos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas e Plano Estadual de Recursos Hídricos, amenizar conflitos nas decisões dos CBHs, elaborar critérios e normas para outorga dos direitos de uso e enquadramento dos corpos de água em classes. Delibera projetos a respeito de aproveitamento de recursos hídricos que ultrapassem a competência do CBH e pode se organizar por câmaras técnicas (IGAM, 20-).

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), conforme apresenta em seu site institucional²¹, foi criado em 17 de julho de 1997, ligado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) e ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, a nível Estadual. Já em âmbito Federal, o Instituto agrega-se ao SISNAMA e ao SNGERH. Um dos papéis fundamentais do IGAM descritos pelo site é planejar e agenciar ações associadas à preservação da quantidade e qualidade das águas mineiras. Também, tem como objetivo gerenciar de forma compartilhada e descentralizada os instrumentos de gestão, o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Estado de Minas Gerais, a concretização dos CBHs e Agências de Águas (IGAM, 20-).

Já a SEMAD, também com base no site institucional do IGAM, é importante para formular, propor e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, com o objetivo de alcançar a manutenção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável em Minas Gerais. Ainda solicitar a aplicação da legislação e normas ambientais, supervisionar as ações e realizar atividades informativas e educativas de âmbito ambiental. O SISEMA é constituído pela SEMAD, pelos Conselhos Estaduais de Política Ambiental (COPAM) e CERH, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), IEF e o IGAM, todos com a missão de proporcionar qualidade ambiental para o Estado (IGAM, 20-). Ressalta-se também que os órgãos ambientais municipais relacionados ao SEGERH e os órgãos estaduais, como a EMATER, IEF, IMA e outros responsáveis por gerirem os recursos hídricos participam principalmente por meio dos CBHs, atuando como conselheiros, segundo dados do IGAM.

As Agências de Bacias ou Agências de Águas são entidades executoras de apoio aos CBHs, com papéis de base administrativa, técnica e financeira (IGAM, [20-]). Na Bacia do Rio Doce, bem como na Bacia do Rio Piranga, a Agência de Águas é o IBIO-AGB Doce²², que foi selecionada por meio de edital público realizado em 2011 sob a comissão de representantes da Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/Ministério do Meio Ambiente, ANA, IGAM, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, representantes dos usuários, da sociedade civil e do poder público municipal. O IBIO-AGB Doce encarrega-se da “administração e a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na

²¹ <http://www.igam.mg.gov.br>

²² O Instituto BioAtlântica, Agência de Águas da Bacia do rio Doce, é uma organização sem fins lucrativos, localizado em Governador Valadares/ MG (IBIO, 2016).

bacia, os quais devem ser usados integralmente em projetos para melhoria da qualidade e do volume da água da bacia” (IBIO-AGB DOCE, 2014, s/pg).

Por fim, vale salientar quanto ao Estado de Minas Gerais que, até junho de 2019, o Estado possuía 36 CBHs, criados entre 1998 e 2009. É um dos Estados com o maior número de Comitês e com especial posição estratégica na gestão dos recursos hídricos do país, em função da sua dimensão territorial, concentração de nascentes, formador de importantes rios federais e quantidade expressiva de cursos d’água existentes. Este Estado em relação ao gerenciamento hídrico também se destaca pela criação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO) em 1999, regulamentado em 2006, que tem por finalidade “fornecer suporte financeiro aos programas e projetos que promovam a racionalização do uso e a melhoria, em quantidade e qualidade, dos recursos hídricos estaduais” (DIAS, 2014, p. 63).

CAPÍTULO 3

CONCEITOS E TEORIAS PARA COMPREENDER O CBH

O conceito de democracia é essencial para o entendimento e a dinâmica do Comitê de Bacia Hidrográfica, ainda mais por apresentar um percurso incipiente na estruturação de uma sociedade democrática cidadã. Assim, aborda-se neste capítulo sobre a democracia e sobre alguns elementos vinculados ao seu conceito, como a participação social. Apresenta-se também os modelos de democracia deliberativa descritos pelos autores Habermas, Dryzek, Bhoman e Ranciére. Em seguida, ainda neste capítulo, aprofunda-se alguns elementos da teoria de Bourdieu, os quais também contribuem para buscar possíveis assimilações que orientaram o presente estudo.

3.1. Democracia deliberativa e participação em espaços públicos do Brasil: uma abordagem da operacionalidade

A Constituição de 1988 regulamentou o Estado Democrático de Direito e trouxe novas perspectivas para o meio ambiente. O fim do regime autoritário, de um Estado burocrático, centralizador e tecnocrático possibilitou que os movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos expressassem suas reivindicações, opiniões e discussões por meio de uma cidadania ativa e participativa, de modo livre e com igualdade de oportunidades de manifestação, sobretudo a favor da redemocratização. Na democracia, a participação e a cidadania são importantes na construção do próprio destino de uma nação. Temas como emancipação, inclusão, respeito e dignidade humana são postos como imprescindíveis no processo de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas (VIANNA JUNIOR, 2014).

No Brasil, neste contexto de redemocratização, surgiram vários canais institucionais de participação, principalmente após os anos 1990, quando a sociedade civil se organizou cumprindo um papel fundamental nesse processo de mudança democrática. Ao agir em conjunto com o Estado na gestão de uma nova sociedade, foram tomadas decisões mais democráticas e sugeridas propostas de políticas mais bem preparadas (DAGNINO, 2004). As teorizações deste contexto apontaram que essas mudanças permitiram avanços significativos dos direitos em razão dos processos serem mais participativos, mais democráticos, o que coloca a democracia quase que como sinônimo de participação, uma concepção genérica, ingênua e

legitimante de alguns poderes. A partir dessa concepção torna-se necessário, nessa segunda década do século XXI, esclarecer significados e efetividades das participações e dos processos democráticos.

Nesse sentido, busca-se, inicialmente em Chaui (2008) o significado de democracia. A autora esclarece que democracia é uma “forma sócio-política” baseada na igualdade dos cidadãos e no direito de todos serem livres para expressarem suas opiniões. Além disso, como “forma política”, na democracia o conflito é legítimo e importante para a sociedade se organizar. Por isso, este sistema de governo visa harmonizar os princípios da igualdade, da liberdade, da legitimidade do conflito e a existência de desigualdades e contradições, inclusive materiais, propiciando “direitos econômicos, sociais, políticos e culturais”.

A autora ressalta ainda que esta “forma política” diferencia o poder e o governante, evidenciando que o sujeito político é o eleitor, capaz de eleger temporariamente alguém no governo. Assim, a sociedade democrática é “aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo” (CHAUI, 2008, p. 69). Por isso, não existe uma democracia eterna, da mesma forma, do mesmo jeito de funcionar, garantindo os mesmos direitos ou exigindo as mesmas obrigações ao Estado ou aos cidadãos. E esta é a maior dificuldade dos processos democráticos: ao mesmo tempo em que institucionaliza e fixa algumas práticas, é forçada a mudar para se adaptar aos novos contextos que aparecem no jogo de forças políticas do cotidiano de gestão pública.

Contribuindo com esse debate pode-se citar Sader (apud DEMO, 1989) que realça a necessidade de tornar a democracia “algo cotidiano”, próprio dos valores culturais de uma sociedade.

Democracia se gesta, cultiva e preserva no quadro de uma sociedade civil multiplicadamente organizada (além de produtiva), na qual o fenômeno associativo, sob todas suas formas válidas, é essencial, com vistas a tornar democracia algo cotidiano e plantado na própria identidade cultural (Sader apud DEMO, 1989, p.55).

Dentro do conceito de democracia, destaca-se a democracia deliberativa, uma vez que este é o termo mais debatido na literatura em relação aos CBHs. Sobre a democracia deliberativa, com base na visão de Benhabib, Nobre (2004) apresenta suas características: participação condicionada por normas de igualdade e simetria, na qual todos têm direitos iguais de fala, questionamentos e abertura para debates; todos podem questionar os itens fixados no diálogo e todos podem colocar argumentos reflexivos a respeito das regras do procedimento discursivo e o modo pelo qual são aplicadas ou conduzidas.

Já Bobbio (1986) aborda a democracia deliberativa pelas regras e pela forma de constituição dos grupos em deliberação. Assim, para ele é uma forma distinguida por seu

conjunto de regras, que definem quem possui permissão de tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Para esse autor são estes procedimentos que definem as regras associadas à liberdade de escolha e à participação política da maioria, pois é com base nela que são ponderadas as decisões coletivas válidas para todo o grupo. Ele ainda esclarece que a tomada de decisão também é válida quando adotada pela unanimidade, porém só é plausível em um grupo restrito ou homogêneo, o que acontece no caso de decisões graves, em que cada participante possui direito de veto ou na situação de consenso tácito, quando o participante não se contrapõe expressamente e se afirma consciente da decisão.

Além disso, Bobbio (1986) apresenta as precondições da efetividade democrático-deliberativa, colocando uma abordagem moral do “dever ser”, do que é “mais apropriado” ao dizer que, no regime democrático:

(...) é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra. Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. (BOBBIO, 1986, p. 19).

Considerando os apontamentos até aqui descritos, pode-se dizer que, no âmbito dos Comitês, a democracia deliberativa deveria ser posta como fundamental para que as tomadas de decisão garantam a efetividade do interesse público. E que essa democracia está associada aos processos participativos.

No entanto, no Brasil, Carvalho (1998) chama a atenção para o fato de que os canais institucionais carecem de uma maior demanda da participação da sociedade, uma vez que a conjuntura histórica do tempo da ditadura restringiu possibilidades de diálogos e criou uma barreira à participação, o que produziu uma fragilidade na capacidade técnica e política da sociedade e precariedade dos espaços participativos. O governo também não tem um preparo para atuar em conjunto com a sociedade civil, não consegue transmitir todas as informações, procedimentos, decisões e relações de parceria à sociedade organizada. Além disso, Carvalho (1998), ao analisar “novo período da sociedade brasileira” (período pós-ditadura militar), marcado pela “pluralidade de atores distintos” destacou que, obviamente, ocorriam oposições de pensamentos.

Em outra obra mais recente, Carvalho (2011) reforça esta abordagem ao descrever que a sociedade civil brasileira, no contexto mais democrático, se caracterizou como campo plural e relações sociais assinaladas pelo conflito, consenso e cooperação, com liberdade para exposição de pensamentos, reunião de grupos e organização de espaços heterogêneos e não

homogeneizados. Não obstante, a complexidade e as diferenças neste campo democrático entre sociedade civil e Estado, trouxeram como ponto positivo o encontro e a aproximação entre eles. O que favoreceu um caráter mais permanente e estável, com objetivos, funções e procedimentos determinados, que provocam um melhor funcionamento das ações na prática, bem como aspiram e processam temas e opiniões dos distintos segmentos sociais e culturais. Isso contribuiu ainda para um espaço de aprendizado e consolidação da cidadania ao compartilhar conhecimentos e conteúdos de caráter informacional (MATOS, 2015).

Este otimismo de Matos (2015) faz com que a participação se torne, assim, um componente indissociável da democracia que requer a inclusão de várias partes com igualdade de condições de oportunidades e negociações, num processo de diálogo que possibilita a emancipação e a aprendizagem dos atores sociais. Por isso ela é um artifício social dinâmico e multidimensional (CARVALHO, 2011). Isto é, a sociedade, mesmo que cada vez mais dividida, tende a concordar com as diferenças, negociar interesses e gerar objetivos comuns para a elaboração de ações coletivas. Nessa versão interpretativa, as tensões entre conflito, consenso, igualdade e diferenças são essenciais para os debates, que por sua vez são capazes de propiciar o exercício de cidadania, participação, representação e cumprimento de políticas públicas (PEREIRA; JOHNSON, 2005).

Para Demo (1989, p.53), participação é entendida como “processo de conquista e construção organizada da emancipação social”. O autor destaca que a participação se configura num elemento histórico e dinâmico, sendo realizada por aqueles que realmente estão interessados. Sua capacidade organizativa está na cidadania coletiva e sua emancipação social leva à centralidade do indivíduo social no “espaço histórico-estrutural das desigualdades sociais”, revelando o “conteúdo educativo”, que favorece outros interesses no “processo de conquista e construção da cidadania popular”, (como por exemplo, emancipação política, econômica, social, cultural etc.). Para o autor:

- a) não há participação imposta, concedida ou doada;
- b) não há participação prévia - primeiro vem usurpação, depois participação, se conquistada;
- c) não há participação suficiente – porque é processo histórico infundável;
- d) participação relevante não é a individual, mas aquela coletivamente organizada (DEMO, 1989, p.53).

Portanto, a participação social com base em Demo (1989) é entendida como um processo, no qual os indivíduos passam a adotar os interesses coletivos ao invés dos seus interesses individuais. Este processo demanda envolvimento desses indivíduos nas tomadas de posições, nas decisões e nas fiscalizações das ações realizadas. Assim, a participação social é

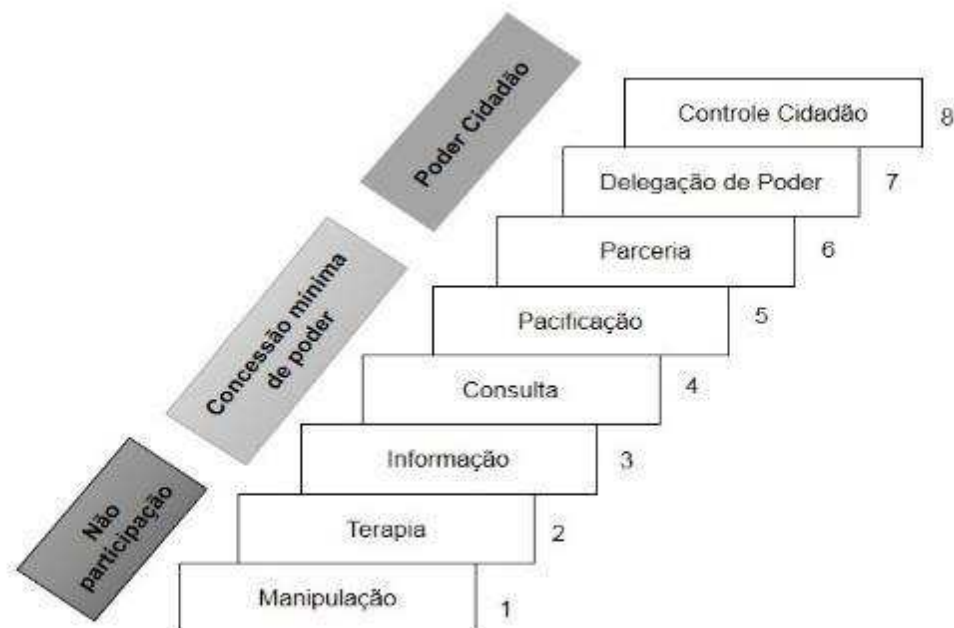
transformadora ao conquistar força nos processos políticos, culturais, produtivos, distributivos e consumistas. Enfim, podemos dizer que tanto a democracia como a participação são processos de aprendizagens coletivas de grupos sociais.

De acordo com Marques (2012), a participação social no modelo de democracia deliberativa associa-se às instituições políticas a fim de dar oportunidades de input de razões públicas aos cidadãos, bem como para ampliar suas condições socioeconômicas e acompanhar certos princípios que estão presentes na regulação das interações e nos argumentos das discussões. No entanto, o mesmo autor verifica dificuldades em estabelecer quais são os melhores meios participativos para promoverem um maior envolvimento dos participantes nas deliberações, pois pode ocorrer grande participação sem que haja uma efetiva deliberação, assim como pode ocorrer participação produzida por interesses próprios, sem qualidade nas discussões.

Conexo a este contexto, observa-se que existem níveis diferentes de participação da sociedade quando a informação é repassada de cima para baixo e os interessados não podem se manifestar, podendo somente consumir a mesma. Além dessa situação, quando há consulta, as informações ainda são difundidas em uma única direção. Mesmo que informação possa ir de baixo para cima, ela limita a interação entre as duas partes envolvidas, ainda que o nível do envolvimento ativo apresente alto grau de participação e interação entre as partes (GOOCH; HUITEMAN, 2004).

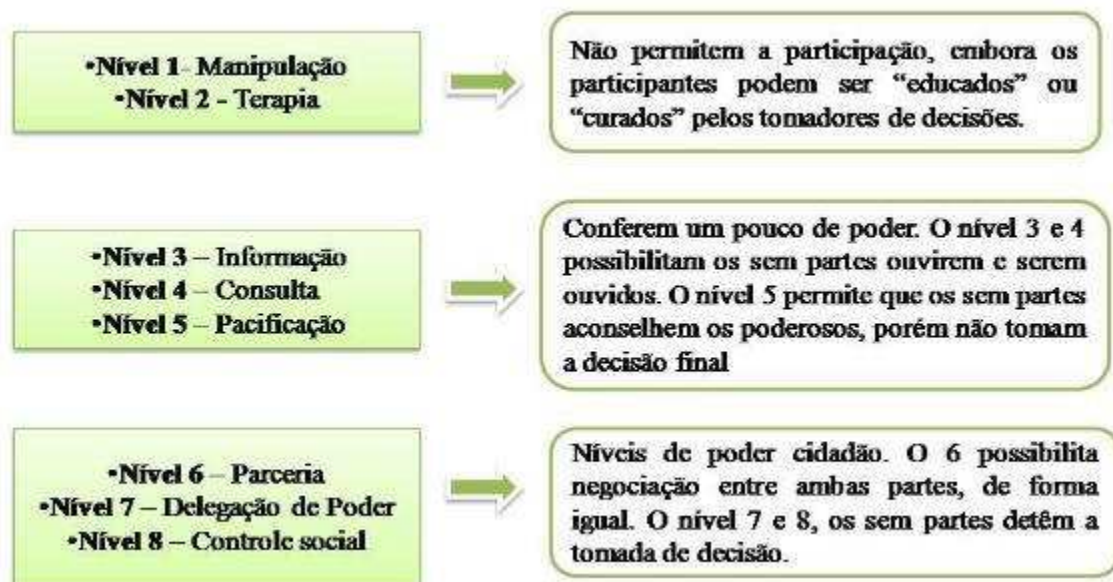
Paralelamente, a Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002) (**Figura 15**) ajuda a constatar o grau de participação conforme a categoria do processo participativo. Ressalta-se que cada nível de participação vai depender do que se quer como objetivo e em qual estágio o processo político pretende se colocar. A Escada traz oito níveis de participação conforme apresenta e explica a **Figura 16**:

Figura 15. Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002).



Fonte: ARNSTEIN (2002), adaptado pela pesquisadora.

Figura 16. Níveis de participação da Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002).



Fonte: Elaborado a partir de ARNSTEIN (2002).

Com base nesta abordagem, na área ambiental, Sousa Junior (2004) argumenta que a preocupação crescente com o uso e aproveitamento sustentável dos recursos hídricos corroborará com a efetivação desse processo de descentralização e participação no gerenciamento das águas, reafirmando a importância do esforço cooperativo do poder público com a sociedade e a importância desse recurso entre os bens públicos da humanidade.

Com a Constituição de 1988, os recursos naturais passaram a ser bem de uso comum do povo, sendo a comunidade e o Poder Público responsáveis pela sua conservação e preservação. Os conselhos de Gestão de Políticas Públicas, embora não sejam tão explícitos na constituição, estão presentes tanto na Política Nacional do Meio Ambiente, quanto na PNRH que se constituiu em meio ao processo de democratização (VIANNA JUNIOR, 2014). Os CBHs são exemplos desses canais institucionais da relação entre Estado e sociedade. A expectativa é que esses Comitês permitam que a sociedade civil tenha espaço político de debate, a fim de expor suas percepções e ideias sobre os problemas da sua Bacia, além de buscarem impulsionar a gestão das águas no país para patamares maiores.

Ao instituir a ideia dos Conselhos, a PNRH mostra claramente os conceitos e princípios que sobre ela presidem, ou seja, respeito à reconstrução de políticas públicas associadas aos aspectos da democracia no âmbito político e econômico. A PNRH deve, portanto, propiciar que organizações governamentais, empresariais (usuários) e sociais pertencentes a uma Bacia Hidrográfica assumam, de maneira descentralizada, as definições e implementações de políticas e ações públicas em recursos hídricos, incorporando interesses diferenciados (PEREIRA; JOHNSON, 2005).

Diante desse debate é posto um desafio aos membros dos CBHs: que tragam para esse espaço suas vivências, práticas e experiências e participem da gestão das águas da sua Bacia, buscando democratizá-la. Por isso, esperava-se que o processo participativo estimulasse o aprendizado e favorecesse a inserção de todos na tomada de decisão, bem como minimizasse possíveis assimetrias identificadas por seus membros (gênero, raça, técnico, político, classe e outros). Nesta prática democrática de participação social, a cultura política já incorporada pelos membros dará o toque inicial, mas poderá ser modificada ao longo do tempo, com as reuniões e acúmulo de novas experiências.

Por isso, a cultura política, conforme Gonh (1998), expressa o sentido das práticas sociais, bem como identifica grupos e indivíduos capazes de determinar quais são estes sentidos. Essa cultura política está associada à subjetividade e à identidade própria dos sujeitos envolvidos. Num movimento social, a cultura política:

Define o campo de disputas e de tensões onde ele se desenvolve. Uma densa rede de relações, advindas de inúmeros agentes sociais, tem um papel decisivo para a construção daquela cultura: são as ONGs, os partidos políticos, os sindicatos, Igrejas de várias religiões, parlamentares e suas assessorias, intelectuais que trabalham nos órgãos de comunicações, na universidade e em órgãos públicos (GONH, 1998, p. 15).

Acredita-se que se poderia acrescentar a esses agentes, sujeitos dessa cultura, os representantes dos Conselhos. Desse modo, a cultura política torna-se essencial para compreender a ação política e os atos individuais e grupais dos membros do CBH nas tomadas de decisões e discussão das políticas. Assim, tal cultura expressa o comportamento, as atitudes e as orientações dos sujeitos. Contudo esses comportamentos, atitudes e orientações de sentido são determinadas pelos significados e intenções das concepções acerca dos sistemas políticos mais amplos. Com base nas crenças, valores e símbolos de cada um e dos grupos que representa, nas ações são identificáveis aspectos como: interesse pela política, a forma de participação e envolvimento na “vida pública”, o respeito (ou não) pelas leis, como explicou de certa forma Maltez (2004).

3.2. Outras abordagens e conceitos

Como perspectiva teórica e para melhor analisar os debates que ocorrem no Comitê de Bacia em estudo são aqui reerenciadas algumas ideias do filósofo alemão Habermas e dos autores Dryzek, Bohman e Rancière. Essas teorias deram luz à tese, uma vez que possibilitaram a compreensão dos desafios postos pela relação Estado, sociedade e natureza no contexto de debate público e de democracia deliberativa.

Portanto, o arcabouço teórico consumou num esforço em congregar distintos conceitos e determinou a perspectiva analítica que auxiliou nas ponderações sobre o universo empírico e propiciou a delimitação da estratégia metodológica desse estudo. Encontrou-se na literatura dos autores alguns elementos essenciais para entender o processo democrático deliberativo nas tomadas de decisões sobre a gestão dos recursos hídricos.

Alguns elementos chaves abordados foram empreendidos na metodologia dessa pesquisa como conceitos essenciais (Democracia Deliberativa Procedimentalista; Democracia Deliberativa Discursiva; Democracia Deliberativa Dialógica; e Democracia Deliberativa do Dissenso). Dentro desses conceitos foram encontrados outros termos importantes para o entendimento do objeto de estudo apresentados anteriormente no **Quadro 4** (capítulo 1, pg. 42). Por meio desses conceitos foi possível verificar, através das observações e das falas dos entrevistados, determinados contextos que refletiram sobre a participação e a cultura política dos representantes, bem como os conflitos que emergem no espaço público, e assim auxiliar na caracterização de como se dá as deliberações no CBH-Piranga/MG.

Vale frisar, que no universo empírico procurou-se identificar como é o funcionamento desse espaço, percebendo a forma de organização, os desafios que o Comitê enfrenta e como que as deliberações se efetivam, ou seja, como elas ocorrem, já que os CBHs são locais que devem exigir participação, descentralização e tomadas de decisões de modo que possibilite a implementação da PNRH. Portanto, a justificativa da escolha desses autores encontra-se na crença de que as teorias propostas por eles possuem importância fundamental para produzir o entendimento das diferentes concepções da democracia deliberativa e assim, ao aproximar com os dados de campo, poder dialogar, ter um olhar mais crítico sobre a realidade e refletir sobre os resultados de forma que traga contribuições para a atuação do CBH-Piranga/MG.

3.2.1. Concepção habermasiana e a democracia procedimentalista

Para Habermas (1997), a “esfera pública” pode ser compreendida como uma rede apropriada para a comunicação de conteúdos, tomadas de decisões e opiniões, só possíveis quando livres para que se aglutinem em opiniões públicas sobre um tema específico. A esfera pública é o espaço social privilegiado da estrutura comunicacional do “agir comunicativo”, uma ação baseada na compreensão geral da prática cotidiana de cada agente a partir de seu espaço social (escola, família, religião, etc.). A esse “agir comunicativo” todos os cidadãos têm acesso.

Para o autor, a “esfera pública” possibilita que os agentes atuem como “público”, desde que eles se unam sem coerção, podendo expressar e divulgar as suas opiniões abertamente. Vale ressaltar que Habermas analisou, primeiramente, a “esfera pública burguesa” no desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa no século XVII. Depois analisou o século XIX com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o Estado de bem-estar social, quando contextualiza o seu esfacelamento, dando uma nova abordagem ao significado de “esfera pública”.

Esta “esfera pública”, no contexto do capitalismo contemporâneo do final do século XX, estabeleceu um modelo discursivo, um local de debates entre elementos distintos da organização social, onde há formação de opiniões e de vontades coletivas de um público de cidadãos. A partir destes estudos, Habermas (1997) elaborou um modelo procedimental da política que teria como expectativa um poder comunicativo, além de buscar uma aproximação com o modelo normativo de política, com ênfase no Estado. Para o filósofo alemão, os movimentos sociais da sociedade civil são os atores mais importantes para recomendar e

garantir as formas de sociabilidade e interação de um verdadeiro agir comunicativo e criador do novo, que é constantemente agredido pela racionalidade sistêmica do Estado e da economia.

A mudança estrutural sofrida pela “esfera pública” se deu como uma maneira racional de regular as questões sociais controversas acerca dos interesses em comum dos cidadãos. Isso se deu, sobretudo, por meio da argumentação e negociação pública, que, diga-se de passagem, vai além dos acordos determinados por barganhas ou permutas estratégicas. Os debates passaram a se apoiar nas trocas de argumentos, que acarretam compromissos legais. Todo esse processo exigiu a participação de todos, a igualdade de direitos, a interação sem oposições, a boa fé em relação aos temas e imprimiu um caráter flexível aos resultados (HABERMAS, 1999).

Nesta abordagem, o termo “esfera pública” de caráter democrático pode ser definido em termos mais amplos como uma rede onde ocorrem a comunicação de conteúdos e as tomadas de decisões políticas e opiniões, transmitidas por mensagens compreensíveis e acessíveis a todos, sem constrangimentos, na qual sua estrutura comunicacional é norteadada pelo entendimento do que ocorre entre pessoas que interagem no “mundo da vida”, cuja racionalidade comunicativa leva ao consenso entre elas. O “mundo da vida”, outro conceito fundamental na teoria social é um reservatório de instituições (famílias, associações, igrejas, etc.) e atividades (arte, educação, religião, ciência, técnica, etc.) relacionadas à reprodução simbólica da sociedade, marcadas pelas relações simples, sistemas de ações e até mesmo saberes especializados na condução do dia-a-dia, que se legitimam pela “linguagem comum”.

Conforme a teoria social de Habermas (1990), o “mundo da vida” não se restringe a uma tradição cultural que visa apenas a um modo de interpretar o mundo, pois dele emanam diferentes valores culturais, que servem como “pano de fundo”, onde os atores se identificam e interagem em consonância com o ambiente. Os componentes do “mundo da vida” são a cultura, a sociedade e as estruturas da personalidade.

Cultura é o armazém de saber, do qual os participantes da comunicação extraem interpretações no momento em que se entendem mutuamente sobre algo. A sociedade compõe-se de ordens legítima através das quais os participantes da comunicação regulam sua pertença a grupos sociais e garantem solidariedade. Conto entre as estruturas da personalidade todos os motivos e habilidades que colocam um sujeito em condições de falar e agir, bem como de garantir sua identidade própria (HABERMAS, 1990, p. 96).

Assim, a prática comunicativa cotidiana expande sobre o campo semântico de conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico, advertindo que a

sociedade, a vida social, exige que se permita a transferência de valores culturais ao legitimar normas e socializar verdades (HABERMAS, 1990).

O conceito do “agir comunicativo” esclarece como ele contribuiu para a formação de interpretações negociadas coletivamente. A comunicação não se dá entre seres ininteligíveis, oniscientes, sem corpo, mas é compartilhada em formatos concretos intersubjetivamente mediados pela linguagem. Assim, esse é o espaço onde se expõe a fala livremente e a compartilha intersubjetivamente por meio das relações interpessoais, em que os envolvidos tomam alguma atitude ante os “atos de fala dos outros”. Por isso, esse “agir comunicativo”, segundo Habermas (1987), está intimamente ligado a um processo cooperativo de interpretação, em que os participantes se relacionam ao mesmo tempo com “três mundos”: o objetivo, o social e o subjetivo. Para o autor, o falante e o ouvinte utilizam desses mundos para interpretar e desenvolverem uma situação comum, na qual eles relativizam suas falas, de modo que sua veracidade não seja contestada por outro ator e assim consigam chegar a um “entendimento”, a um acordo sobre a validade de um enunciado.

O “entendimento” se dá por meio da linguagem que se estabelece através da união dos participantes da interação pela validade almejada por suas “ações de fala” ou motivada pelos “dissensos” averiguados. Estas “ações de fala” conduzem as validações criticáveis e direcionam para um reconhecimento “intersubjetivo”, validado pela mútua compreensão. Por isso, o “entendimento” também possui conteúdo normativo, no qual o falante entende-se com o outro sobre certo assunto e ambos só chegarão ao “consenso” se concordarem com este assunto (HABERMAS, 1990).

Assim, para validar um enunciado, o “consenso” é estabelecido entre os participantes do diálogo e não acontece quando um ouvinte simplesmente aceita uma afirmação, mas sim quando também duvida da sinceridade do falante, duvida dos pressupostos existenciais da ação conduzida ou da forma normativa da sua fala, bem como suspeita da seriedade da intenção expressada (HABERMAS, 1987). Assim, para alcançarem a compreensão mútua, os atores podem recorrer a ações estratégicas que levem à obtenção de uma definição comum, ou eles podem negociar qual o “melhor argumento” numa competição discursiva. Isso acontece porque uma situação não é delimitada a uma só forma de ver, pois ela pode possuir um segmento de contextos do “mundo da vida”, nos quais o tema muda conforme os distintos horizontes.

O “mundo da vida” neste aspecto representa o lugar onde o falante e o ouvinte se encontram e reivindicam de forma recíproca, por meio de “argumentos” de que seus enunciados se inserem naqueles três mundos (objetivo, social e subjetivo), onde criticam e confirmam suas

reivindicações de legitimidade, buscam soluções de seus desentendimentos e chegam a acordos. Além disso, os acordos podem se dar, não só sobre temas ou problemas, mas acerca das regras que conduzem os debates. O diálogo nesses espaços deliberativos públicos comporta, assim, uma ética discursiva sobre a validade, a forma dos argumentos e suas implicações. Portanto, estes são flexíveis e abertos a novos debates. Por isso, o “mútuo entendimento” não impõe uma visão dominante, mas um “entendimento ético” em relação a um enunciado, que possibilita a participação nas deliberações e a realização de um bem identificado como comum (HABERMAS, 1987).

Nessa concepção da ética discursiva de Habermas (1997), o “entendimento” baseado nos fluxos comunicacionais fundamenta-se na prática cotidiana e vale-se da comunicação entre estranhos, que se realiza entre as esferas complexas e ramificadas, marcadas pelas distinções entre organizadores, oradores, ouvintes, arena e galeria, responsáveis por uma multiplicação de papéis e profissionalização dos sujeitos, da origem a partir da influência da mídia ou mesmo da influência política, que se apoia no consentimento de um público de leigos com os mesmos direitos. Essa complexidade de sujeitos e atores leva à necessidade de se questionar sobre a legítima participação distinguindo-a da mera manipulação, ou seja, esse questionamento distinguirá aqueles que participam na reprodução/construção da “esfera pública” daqueles que ocupam uma “esfera pública” somente para aproveitá-la como espaço para obtenção de benefícios privados, recorrendo a uma linguagem possível de mobilizações.

Assim, conforme Habermas (1990), se alguém agir de forma estratégica, a fim de ganhar situações sob imperativos do agir guiado pelo sucesso, ocorre uma oposição ao seu “mundo de vida”, o qual passa a ser neutralizado e perde sua força coordenadora de ação e fonte garantidora de “consenso” na “esfera pública”. Os participantes da ação passam a apresentar-se como “fatos sociais”, ou seja, como objetos que o ator pode influenciar ou induzir a determinadas reações.

Além disso, cabe dizer que Habermas (1997) vê a sociedade como, simultaneamente, “mundo da vida” e “mundo sistêmico” sendo este, por sua vez, a parte da sociedade que comporta as esferas política e econômica, regidas pela racionalidade instrumental própria para controle do poder e da reprodução econômica – dinheiro. A autonomização desse “mundo sistêmico” traz, também, uma tendência à sociedade contemporânea: a colonização da racionalidade instrumental dirigida a fins das esferas político e econômica do “mundo sistêmico” sobre a racionalidade comunicativa e criativa das interações que acontecem no ‘mundo da vida’. A colonização da ação instrumental dirigida a fins acontece de forma profunda e, razão do reforço que se dá por meio da regulação dos processos midiáticos, do dinheiro e do

poder, que minam as competências comunicativas dos atores, sujeitos representantes do “mundo da vida”, dos movimentos sociais, nos espaços públicos do diálogo e dos consensos necessários.

Para o filósofo alemão, uma sociedade complexa não pode abstrair-se do poder comunicativo do público de cidadãos, pois os sistemas semanticamente fechados não obtêm uma linguagem comum, algo indispensável para a percepção e articulação de elementos importantes para a sociedade no geral. Portanto, o “mundo sistêmico” só possui capacidade de adentrar no “mundo da vida”, desde que a ação comunicativa impossibilite a solidariedade entre estranhos e a solução de conflitos. Contudo, a “esfera pública” se torna um espaço político adequado para propiciar esta integração se ela se tornar lugar onde os cidadãos organizados podem balizar o poder, bem como podem praticar oposições explícitas e se transformarem em atores políticos mais responsáveis e transparentes na opinião pública.

Quando distintos grupos essenciais de uma sociedade, plural e diferente debatem e identificam problemas, dividem argumentos, elaboram “consensos” e criam soluções comuns em espaços coletivos, constituem-se como uma comunidade comunicativa regida por uma ética discursiva, na qual as interações sociais permitem chegar a “consensos” intersubjetivamente acordados. Só assim esses espaços sociais de interação podem garantir uma vinculação entre o poder público e a sociedade civil (MATOS, 2015).

Na medida em que todos podem dar o seu consentimento, na condição de participantes de discursos racionais, evidencia-se o princípio da democracia, que admite a efetivação do discurso, ou seja, da “argumentação”, na mediação entre o “sistema” e o “mundo da vida” a favor do interesse público, da concretização do bem comum por meio do princípio da universalização e da garantia dos direitos fundamentais. A deliberação torna-se a realização destes aspectos, uma vez que os distintos participantes expõem suas opiniões frente aos argumentos dos outros com liberdade e igualdade. Caso contrário, se não ocorrer um debate formado pela vontade coletiva, também ocorre a manipulação por uma minoria privilegiada (LELIS, 2011).

Neste contexto de tomadas de decisões, Habermas (1997) ainda esclarece o fluxo oficial do poder no Estado de Direito e declara que os processos de comunicação e de decisão do sistema político constitucional possuem dois eixos: “centro-periferia”, sendo o núcleo central composto pelos complexos institucionais (administração, como o governo; o judiciário; e o complexo parlamentar) e a periferia representada pela sociedade civil de uma “esfera pública” formadora de opinião com influência política. Observa-se que tanto o núcleo central como a

periferia produzem argumentações que contribuem para a agenda política, porém o autor alude que a “esfera pública” é fraca, ao passo que as instituições políticas, arranjadas no centro do sistema político, são fortes por propiciarem demandas de novas disposições institucionais.

Assim, o filósofo alemão salienta que a formação da agenda política segue o sentido do centro para a periferia. Vale salientar que se ocorresse no sentido contrário, da periferia para o centro, a sociedade civil estaria mais suscetível aos novos problemas que tendem a aparecer, conseguindo identificá-los antes dos centros da política. Do mesmo modo, esse outro sentido poderia evitar o poder do complexo administrativo e tornar-se independente em relação ao poder comunicativo, e dessa forma dar espaço a impulsos renovadores da periferia, que permitiria obter uma consciência dos problemas, mais atenção pública e procura por soluções.

Mas, independente de onde vem a demanda para realizar a agenda do sistema político, Habermas afirma que as decisões e os novos arranjos institucionais precisam satisfazer ao conjunto de regras, de modo a alcançarem a legitimação e a ação comunicativa com todos os participantes da discussão tomando parte do discurso, votando a favor ou não. Cabe também à “esfera pública” buscar reestabelecer o canal comunicativo entre o Estado e a sociedade, a fim de manter a interdependência entre eles (LELIS, 2011).

Considerando a teoria social de Habermas, no entendimento aqui exposto e pensado no foco de análise desta pesquisa, o CBH, pode-se concluir que a democracia deliberativa pode ser conceituada como uma pluralidade de formas de comunicação pelas quais uma vontade comum pode surgir não apenas por meio de uma autocompreensão ética, mas também pelo equilíbrio de interesses e compromissos, através de escolhas racionais de meios com respeito a fins, mediante argumentações e justificativas, que podem ter origem nas experiências morais, jurídicas, políticas, econômicas ou culturais dos participantes em diálogo. A precondition do não constrangimento ao diálogo torna-se fundamental.

A representatividade e a necessidade de participação democrática somam-se tanto aos acordos quanto à validade de origem e referência dos argumentos, que por sua vez, somam-se às normas dos próprios diálogos, ou seja, acordos quanto a “quem e como fala e em nome de quem”. Portanto, tudo conduz ao problema das condições de comunicação e dos procedimentos que concedem à formação institucionalizada da opinião e da vontade política do coletivo social. A democracia oferece liberdades aos cidadãos privados, mas como cidadãos representativos do “mundo da vida” e se volta para condições nas quais eles se unificam nos processos discursivos norteados por ações do sistema político, legitimadores de suas decorrências, sempre que racionalmente justificadas e acordadas nos debates (HABERMAS, 1995).

Como ensinam as lições e método de análise de Habermas, cabe indagar até que ponto o contexto histórico da institucionalização e das aprendizagens marcam fragilidades e impedimentos às expressões deliberativas dos representantes do “mundo da vida”. Ou ainda, o que permite a continuidade e a mudança dessas aprendizagens. O que de fato se fixa ou não, se institui ou não e que papel tiveram pessoas ou organizações na dinâmica das políticas públicas.

3.2.2. Concepções de Dryzek e a democracia discursiva

Dryzek (2004), por sua vez, argumenta que a democracia deliberativa, à primeira vista, seria algo impossível, a menos que se exponha como uma justificativa de “legitimidade democrática” o direito de todos se envolverem na deliberação. Conquanto, a “legitimidade” é questionável, uma vez que uma maioria opta por não exercer os seus direitos. A concepção de Benhabib trazida pelo autor alude que a “legitimidade” em sociedades democráticas deve refletir uma deliberação livre e desimpedida de todos referente aos assuntos de interesse comum. Mas, ressalta que no mundo real a totalidade dos indivíduos, principalmente aqueles que mais precisariam se envolver em determinadas questões, não parece participar, tornando a democracia deliberativa sujeita a uma perda de suas pretensões de “legitimidade”.

A “legitimidade” é, então, afirmada pelo grau em que os resultados coletivos remetem ao equilíbrio de discursos dentro da “esfera pública”. Dryzek (2004) também dialoga com outros autores na busca de soluções para a concepção apresentada acima. Dentre eles destaca Rawls ao mencionar que a deliberação pode se restringir a um pequeno número de bem qualificados, pois este autor acredita que quando a deliberação é estendida, é adequada apenas para questões associadas à constituição e à legislação.

Além disso, traz a visão de Goodin ao colocar que os indivíduos que participam efetivamente dos processos de tomadas de decisão devem apresentar os interesses daqueles que não participam. Assim, aqueles que optem por não participar ou não puderem, teriam seus interesses abrangidos na deliberação. A participação, neste sentido, se não for entendida como uma questão de “cogitação pública” assemelha-se à razão pública de Rawls, isto é, “um corpo de princípios que as pessoas devem aceitar antes de entrarem em um arranjo político, e não o que estarão dispostos a descobrir após terem ingressado na arena pública” (DRYZEK, 2004, p. 45). Na razão pública, “seus termos são idênticos para todos, e todos os indivíduos que a exercerem chegarão às mesmas conclusões” (DRYZEK, 2004, p.45).

Assim, Dryzek (2004) assume uma abordagem apoiado na democracia discursiva, priorizando a competição de discursos na “esfera pública”, a qual entende como “a qualquer tempo lar de uma constelação de discursos” (p. 48). Os discursos determinados por “assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões” (p.49). Distanciando-se da visão habermasiana, defende, portanto, uma legitimidade por meio de decisões coletivas junto à opinião pública e alcançada por uma forma que atenda à restrição básica da economia deliberativa, deixando claro que não importa para ele o número de participantes envolvidos no processo.

No mesmo sentido, Vianna Junior (2014), diz que a teoria de Habermas minimiza a complexidade social, que abrange opiniões, valores e interesses múltiplos e distintos no discurso objetivo do agir comunicativo, ao não considerar as distinções culturais e sociais dos mais preocupados com as temáticas discutidas.

Pretende uma imparcialidade de subjetivismos, para se chegar à possibilidade de apontar, entre vários, qual o melhor argumento, como se as argumentações de cada um dos participantes da deliberação pública, fossem desprovidas das contextualizações e das conflituosidades latentes dos seus cotidianos, visando um entendimento consensual (VIANNA JUNIOR, 2014, p. 19).

Além disso, Habermas foi criticado por concordar demais com a democracia liberal ao resguardar um modelo em que a discussão sobreviria por partes e as decisões políticas seriam limitadas aos representantes eleitos. Ou seja, apesar de conhecer o papel da sociedade civil, centrou-se em uma proposta ainda conservadora que diminui a participação popular na elaboração de opinião pública e não vislumbra a relação entre Estado e cidadãos (MENDONÇA, 2013).

Foi por esta perspectiva que novos debates emergiram a respeito da democracia deliberativa e deram a ela um novo olhar a partir da importância da complexidade, multiplicidade e variedade das sociedades contemporâneas. As críticas levantadas à racionalidade discursiva e consensual oculta outras formas de ação política realizadas pela sociedade civil (manifestações, passeatas, abaixo-assinados e outras). Uma dessas novas abordagens refere-se justamente às concepções de Dryzek ao trazer a comunicação como indutora de preferências e valores, bem como possibilitar a presença de interesses sem praticar a coerção sobre os outros participantes. As decisões a serem tomadas são, assim, atreladas por parte dos participantes ou daqueles que possuem permissão para falar (VIANNA JUNIOR, 2014).

Dryzek (2000) expõe que a democracia deve ser crítica, principalmente quanto às estruturas de poder instituídas sob o plano constitucional do Estado liberal. Deve ir além de seus limites, de forma a não haver “constrangimentos e coerções”, o que elimina a dominação pelo poder, manipulação, doutrinação, propaganda, decepção, demonstrações de interesses próprios, ameaças, como na forma de barganhas, e imposição da conformidade ideológica. Para o autor deliberacionista, a democracia precisa inserir outros elementos do discurso, como a “emoção, o humor, os símbolos e a retórica”, incluir mais participantes no debate público e melhoramento da autenticidade do controle democrático. Necessita ainda chegar a uma conclusão, a um acordo, mas de modo que cada um concorde por um motivo distinto.

Portanto, para o autor há uma distinção entre democracia deliberativa do constitucionalismo liberal e a democracia discursiva, esta, como já elucidado, apresenta uma abordagem mais crítica não só às constituições liberais, mas também às estruturas do Estado e da economia política. Além do mais, tende a ser pluralista e capaz de se comunicar entre os diferentes, sem obscurecer as diferenças. A crítica ao modelo liberal de democracia trouxe uma redefinição aos debates em relação às garantias de direito, de modo que as decisões democráticas passem a ser ponderadas como legítimas.

Na democracia deliberativa, Dryzek e Niemeyer (2008) descrevem que a representação expressa a “atuação substantiva para os outros” e o discurso é visto como um conjunto de categorias e conceitos que congregam suposições peculiares, julgamentos, contenções, disposições e capacidades, permitindo às pessoas pensar e compartilhar ideias. Os discursos também permitem a fala e a ação, incorporam visões do senso comum, conhecimentos, poder e interesses, bem como contribuem para a constituição de identidades.

No mais, não são definidos por atributos como raça, classe ou gênero, e muito menos por atores que beneficiem uma determinada política ou certos interesses. A formulação de políticas representa todos os discursos relevantes colocados em questão, sem importar o número de pessoas envolvidas. A representação discursiva pode auxiliar a política a ser mais racional, existir mais respeito ao indivíduo, autonomia da representação, além de ajudar na concretização da democracia deliberativa de modo que as decisões sejam tomadas de forma mais democrática ao abrir caminho para um maior diálogo com a sociedade civil (DRYZEK; NIEMEYER, 2008).

Dryzek (1990) descreve que a democracia discursiva almeja uma política livre e agradável. Ultrapassa visões mais limitadas da comunicação democrática, confia na intensidade da esfera pública e promulga uma abordagem na qual os discursos de uma sociedade são o alicerce da democracia. Nesse sentido, os processos discursivos requerem coordenar a interação

em distintas instâncias sociais, tanto nos campos decisórios informais quanto nos formais. A participação discursiva permite que os indivíduos estabeleçam as suas próprias preferências frente às opiniões defendidas pelos demais atores sociais, sejam ainda mais criativos e consigam produzir soluções mais complexas e legítimas para os problemas coletivos.

O discurso para Dryzek (2013) é uma maneira de compartilhar e aprender o mundo. Por meio da linguagem possibilita a interpretação de informações e o envolvimento nos assuntos, assim como constrói significados e relacionamentos para deliberar a respeito do senso comum e do conhecimento legítimo, como já exposto. Salienta-se que o discurso se fundamenta em premissas, julgamentos e contenções para análise dos debates e acordos, sendo importante na coordenação de ações das pessoas e das organizações.

O autor cita como exemplo os assuntos ambientais, que são tratados pelo discurso do desenvolvimento ambiental, porém ressalva que pode haver descontinuidade entre os discursos das pessoas, pois eles podem incorporar poder na maneira como essas pessoas veem as percepções e os valores dos outros em relação a elas. Desse modo, alguns interesses são alcançados e outros extinguidos. Além disso, os discursos podem associar-se a questões políticas materiais ao dar preferência a assuntos de crescimento econômico, não dando tanta importância às práticas ambientais.

Por fim, segundo Mendonça (2010), uma sociedade civil com autonomia garantirá “choques públicos de discursos”, o que na proposta de Dryzek representa a essência da democracia deliberativa, uma vez que acredita no confronto de discursos para a manifestação reflexiva de coletividades. Todavia, existem desafios não resolvidos nessa abordagem, um deles refere-se ao “enfoque discursivo” que ainda não aperfeiçoou as práticas para uma democracia melhor. Outro desafio é a “perda da dimensão situacional dos discursos” por criar o risco de realizar análises sem atenção às multiplicidades e heterogeneidades da realidade baseadas na experiência. “Um caminho interessante são as teorias da comunicação embasadas em modelos interacionais” para a solução desses desafios (MENDONÇA, 2010, p. 72).

3.2.3. Concepções de Bohman e a democracia dialógica

Outra abordagem que se faz pertinente é aludida por Bohman (2009), ele pensa a democracia deliberativa a partir das sociedades complexas, sugerindo uma deliberação baseada no diálogo, na interação com o outro, na alteridade, na reflexividade, no sentir o que o outro sente e no respeito mútuo. Assim, admite que seja possível um diálogo público mesmo que nem

todos concordem e nem estejam presentes no mesmo espaço. O autor avança em seus argumentos dizendo que alguns estudos somente descrevem a deliberação através de algumas condições e regras, de modo que estas são eficientes para mostrar que a deliberação completa os requisitos da igualdade política, porém não retratam o que realmente torna a deliberação pública, o que ela alcança e o que é bem-sucedido.

A deliberação tratada pelo autor é interpessoal, refere-se ao processo de constituição da razão pública. Todos os cidadãos são igualmente empoderados e autorizados a participarem da deliberação e da troca de razões a respeito de decisões que afetam suas vidas. Possuem voz igual nos processos de deliberação e nos organismos que implicam decisões. Assim, público condiz não só com a forma como os cidadãos deliberam, mas também aos tipos de razões que proporcionam na deliberação. Os cidadãos deliberam com o objetivo de estabelecer um acordo geral informado e sem constrangimentos. Entretanto, a deliberação ocorre em uma audiência de cidadãos iguais, o que reflete certo constrangimento às razões que são públicas.

Mas a publicidade, mesmo que seja questionada a respeito das decisões públicas e não públicas (ilegítima), também contribui para a melhora da qualidade da justificação política e da produção de decisões, já que perpassa por diversas opiniões alternativas possíveis. Por estas concepções, Bohman (2009, p.36) define a deliberação pública como “um procedimento dialógico de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas que não podem ser resolvidas sem coordenação e cooperação interpessoais [...] uma forma de discurso ou argumentação, como uma atividade cooperativa e coletiva”.

Esta definição baseada na cooperação e não no procedimentalismo proporciona, conforme o autor, bases morais para a participação democrática nas sociedades complexas, pois visa uma troca dialógica livre e inclusiva, na qual os participantes apresentam razões, auferem considerações e fornecem respostas uns aos outros. Não há uma neutralidade liberal ou uma imparcialidade moral para determinar o caráter racional ou a cooperação. Bohman (2000; 1996), assim como Dryzek, desenvolveu modelos de democracia com conceitos pós-habermasiano, mais amplos e menos direcionados ao aspecto institucional. Critica a visão de democracia deliberativa do filósofo alemão ao salientar que ela é insustentável por conta das condições sociais e da realidade de desigualdades existentes.

A deliberação para Bohman (2009) é, assim, uma atividade social coletiva, inserida na ação social do diálogo, das trocas de razões, que alcança sucesso quando os participantes reconhecem que eles colaboram e influenciam nos seus resultados, mesmo quando não concordam com eles. Para o estudioso, novos fóruns e reformas institucionais devem ser

constituídos, a fim de que os cidadãos possam deliberar em conjunto com o poder público a respeito de assuntos que sejam de interesse público. Ou seja, Bohman (2000) pondera que a democracia deliberativa vai decorrer da criação de condições sociais e arranjos institucionais que propiciem o uso público da razão.

Assim, o diálogo permanente entre público deliberativo e as instituições favorecem um quadro aberto e democrático, caso contrário, a falta do diálogo leva à perda da capacidade da democracia em suscitar poder político legítimo. A opinião pública fica em estado incipiente e ineficaz. Ela até pode ocorrer fora das instituições organizacionais à medida que as vontades do público não são atendidas nesses espaços, porém, não é constituída de forma mais racional (BOHMAN, 2000).

O ato deliberativo, com base em Bohman, será atingido quando os participantes continuarem suas cooperações em atividades, buscando solucionar problemas sociais e conflitos políticos, refazer a cooperação e coordenar os resultados. A concretização de uma decisão é, portanto, admissível quando suas razões são aceitáveis para incentivar a cooperação de todos. Como esclarece Faria (2000), os participantes devem reconhecer que eles corroboram e influenciam nesses resultados, mesmo que haja discordâncias, já que o diálogo deliberativo é livre e aberto a todos e a ideia de cada um deve ser inserida na decisão.

Além disso, Faria (2000) descreve que o caráter público da esfera pública na concepção de Bohman é “determinado pelas razões oferecidas uns aos outros na deliberação e não pelo conteúdo das questões discutidas” (p.60). Para a autora, todos os deliberadores necessitam compreender, aceitar e responder às razões estabelecidas nesse espaço deliberativo, de modo que continuem a cooperar. Além do mais, Bohman conceitua a deliberação como pública por meio do diálogo e não pelo discurso, como faz Habermas, uma vez que a análise do diálogo apoia-se na interação pública ao criar condições para os participantes formularem razões convincentes, enquanto a análise do discurso centra-se nos argumentos e justificativas que possam ser publicamente persuasivos.

O processo dialógico de Bohman pressupõe também que a publicização não incide no conhecimento íntegro de todos os interesses e nas razões mais importantes, ela é uma forma particular, na qual uma razão requer uma resposta de outros. Para ele, a “esfera pública” não necessita de acordo coletivo e nem de uma comunidade, apenas é necessária uma estrutura que possua regras e leis explícitas, a fim de tornar a deliberação plausível. Salienta também que o público se distingue do coletivo, quando a comunicação generalizada não envolve o compartilhamento de crenças e valores na esfera pública (FARIA, 2000).

E, finalmente, afirma que talvez o desafio principal da democracia deliberativa seja resolver os crescentes conflitos comuns sem abrir mão da igualdade política dos cidadãos, da não tirania dos resultados e da publicidade do diálogo, bem como mostrar que a teoria deliberativa consiste na legitimidade das decisões vindas da ponderação crítica desses cidadãos livres e iguais. O pluralismo cultural, a complexidade social e o aumento da desigualdade também é desafiador para a democracia (BOHMAN, 2009; 2000).

Neste aspecto, Bohman (2000) descreve que precisa ocorrer a associação entre instituição e público, pois com a discussão e a participação entre os indivíduos é possível uma participação de qualidade, mesmo que a opinião pública não seja decisiva. Para o autor, o pluralismo cultural resolveria esta necessidade, pois este minimizaria o surgimento de uma vontade geral baseada no bem unitário comum; diminuiria as desigualdades sociais e complexidades que levam à exclusão de participantes no ato deliberativo e dificultaria a diversidade de interesses dentro de um mesmo local, já que pode limitar a comunicação pública e soluções dos problemas sociais e dos conflitos.

É interessante também evidenciar que Bohman (1996) em seu livro *Public Deliberation: Pluralism, Complexity and Democracy* oferece uma discussão sobre as desigualdades deliberativas. Alega que os atores sociais possuem meios distintos de acesso às discussões, às diferentes competências comunicativas e aos diversos graus de informação e motivação política. A desigualdade restringe a eficácia e a oportunidade dos representantes no processo de deliberação, que seriam superadas pela demanda da própria participação dos excluídos, assim como maior igualdade política, assim, a ação coletiva e os movimentos sociais ganham papel essencial nesse contexto.

A ação coletiva possibilita acrescentar recursos, capacidades e experiências, além de permitir novas situações de referência e semânticas coletivas que dão suporte para estimular os cidadãos a terem mais condições políticas para transpor os efeitos da desigualdade. Ressalta-se que os movimentos sociais ampliam as oportunidades dos cidadãos se fazerem ouvidos e ainda gerarem padrões futuros de reconhecimento. Por isso, os grupos precisam se mobilizar como atores coletivos para atuarem na “esfera pública”, inserindo de forma qualificada os seus discursos, preocupando-se com problemas sociais e ressentimentos compartilhados (BOHMAN, 1996).

Assim, ao analisar as concepções estabelecidas por Bohman, observa-se que não há deliberação sem diálogo, sem conflitos e sem oposições. Circunstâncias estas que movimentam os processos deliberativos e as tomadas de decisões entre os grupos da “esfera pública”, bem

como cria uma cultura política e discursos qualificados com base no respeito e na cooperação, de modo que determinados sujeitos não sejam mais influentes que outros. As relações uns com os outros no diálogo devem ocorrer numa perspectiva mais horizontal ao invés de verticalizada ou hierárquica.

3.2.4. Concepções de Rancière e a teoria da democracia do dissenso

A teoria da democracia como dissenso de Rancière também tende a oferecer parâmetros para analisar os debates que ocorrem no Comitê de Bacia Hidrográfica, à medida que concede confrontos democráticos entre visões antagônicas e divergentes das percepções individuais e percebe a democracia por meio da motivação de multiplicidades de manifestações dentro de uma comunidade, capaz de diminuir as identidades atribuídas aos indivíduos e favorecer o envolvimento de todos no poder à medida que define quem toma parte e como se dá a participação neste espaço.

Rancière (1996) critica o ideal da racionalidade autônoma e pensa numa democracia para além dos modelos liberais e consensuais, tendo o dissenso e a ideia de desigualdade como fundamentais para a compreensão dessa democracia. Segundo o autor, o desentendimento é essencial à política e à justiça. É um tipo de situação em que um dos falantes ao mesmo tempo entende e não entende o que fala o outro.

O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. O caráter genérico da fórmula exige evidentemente algumas precisões e obriga a fazer algumas distinções. O desentendimento não é de modo nenhum o desconhecimento (RANCIÈRE, 1996, p. 11-12).

Nota-se, nesta concepção, que o debate sobre “o que quer dizer falar” institui a racionalidade da situação da palavra. Os falantes entendem e não entendem a mesma coisa, pois embora haja compreensão, não enxerga o objeto da fala do outro ou quer ver um objeto distinto a respeito da mesma palavra, ou seja, uma razão distinta no mesmo argumento. Sendo assim, o desentendimento não expressa somente diferenças de palavras, mas sim sobre a própria situação e qualidade dos que ponderam numa apresentação sensível do comum, a qual a discussão de um argumento equivale à ação sobre o objeto da discussão e a condição daqueles que o compõe como objeto (RANCIÈRE, 1996).

O filósofo francês também aponta que a expressão “compreender” numa linguagem simples deve ser interpretada como uma antífrase, pois ela expressa a compreensão de um problema e a compreensão de uma ordem. O falante para garantir o seu desempenho e não cair na contradição do seu enunciado é obrigado a criar condições de validade que precisa da intercompreensão, já que a linguagem e a comunicação são artifícios que possuem idiomas de poder. O entendimento da linguagem apresenta-se sobre o modo de paradoxo, de desigualdades e de um conflito duradouro, em que um inferior entende o superior por meio da discordância, pela disputa de princípios entre dois campos: os que acreditam que todos os locutores são iguais como locutores, existindo entendimento no entendimento e os que acreditam que o entendimento no entendimento só ocorre associado ao conflito, ao desentendimento.

Nesta perspectiva, coloca-se a cena política e, segundo Rancière (1996), ela não poderia ser vista como um modelo de comunicação entre aqueles que possuem os mesmos objetos ou fins de uma linguagem comum, pois a interlocução política sempre possuiu jogos de linguagem e regimes de frases heterogêneos que formaram intrigas e argumentações compreensíveis. A questão principal é saber se o objeto que os cidadãos que fazem parte do processo de interlocução são indicados como objeto visível do conflito, se a linguagem comum é de fato uma linguagem comum. Além disso, esses jogos de linguagens na política definem para o autor a opinião pública política, uma rede que debate problemas em comum. Opinião que avalia a forma como as pessoas se comunicam e como a ordem social liga-se ao ato de falar e à sua interpretação.

Vale salientar que o conceito de política surge como luta pelos direitos políticos dos que não possuem o direito de fala, sendo o espaço da criatividade. Para Rancière (1996), é a ordem política que busca outro recorte do sensível para que outra ordem surja e dê capacidade aos excluídos em falar sob o princípio da igualdade. Porém, a política não admite a relação entre os cidadãos e o Estado, aceita somente os dispositivos e as manifestações simples da cidadania. A política “faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir um discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996, p.42). Ela cria “cenários dissensuais”, argumentos e modos de visibilidade. Seu caráter político de ação não é seu objeto ou o lugar, o qual executa sua forma e verifica a igualdade de um litígio. A política é feita de relações entre mundos e encontra em toda parte a “polícia” (RANCIÈRE, 1996), como definida a seguir.

Rancière (1996) apresenta outra noção em relação ao litígio posto entre a competência de algum ser falante e a comunidade do justo e do injusto. Ao problematizar a divisão da

sociedade entre os que falam e os que não possuem este direito, propõe também o conceito de polícia, distinto do de política. Para o autor, polícia representa o conjunto de processos que contribuem para a reunião e assentimento das coletividades, arranjo dos poderes, repartição dos lugares e funções e sistemas de legitimação dessa repartição. Identifica a cidadania como atributo dos indivíduos que podem se relacionar entre o seu lugar e o poder público com muita ou pouca proximidade. É a ordem que estabelece as categorias entre os modos de fazer, de ser e dizer, bem como é a ordem do visível e do dizível que faz uma atividade ser visível e outra não, que uma palavra seja compreendida como discurso e outra como rumor.

Entretanto, essa distinção entre política e polícia coloca alguns problemas, principalmente em relação à dificuldade de abordar a respeito do aparato do Estado. O filósofo francês argumenta que a política não pode presenciar em todas as relações de dominação, a não ser nas que se solicita o direito de fala dos excluídos das hierarquias políticas, por meio da igualdade. Para ele, há uma separação entre os que falam e têm status de poder no sistema e aqueles dos quais a fala não passa de um ruído. Para tanto, isto mostra que antes mesmo de participar na esfera da política, já permanecem definições sobre as posições sociais dos indivíduos, pertencer a uma família rica e antiga no Brasil, por exemplo, representa uma entrada na arena daqueles que possuem o direito de fala (MODELLI, 2015).

A palavra polícia, de acordo com Rancière (1996), também leva a problemas que aludem à baixa polícia, às pancadas de cassetete das forças da ordem e às sindicâncias das polícias secretas que remetem à violência. Assim, o interessante desta distinção de conceitos é buscar compreender as consequências para o estado atual da democracia. A democracia atinge primeiramente a “filosofia política”, por não ser um regime parlamentar ou o Estado de direito, nem estado do social, do individualismo ou das massas e sim o modo de “subjativação da política”. Ou seja, a “democracia é o nome de uma interrupção singular dessa ordem da distribuição dos corpos em comunidade que nos propusemos conceituar sob o conceito ampliado de polícia. É o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento dessa ordem por um dispositivo singular de subjativação” (RANCIÈRE, 1996, p.102).

A democracia exprime, portanto, a “ação política” que confronta e perturba a “ordem consensual” de atuação do Estado (RANCIÈRE, 1996). Ela se dá pelas formas de manifestação da “aparência do povo”, pela “subjativação não identitária” e da condução do litígio. “A aparência não é ilusão que se opõe ao real. É a introdução, no campo da experiência, de um visível que modifica o regime visível” (RANCIÈRE, 1996, p. 102). O “povo” é a unidade que não pertence a um grupo social, mas se impõe. São sujeitos que não têm parte no Estado e na

sociedade e têm como lugar, o lugar da condução do litígio, onde ocorre uma interlocução que coloca em disputa a própria condição de interlocução, distinta dos conflitos de interesses entre partes organizadas da população. Portanto, “essas formas de manifestação têm efeitos sobre os dispositivos institucionais do político e se servem de tal ou qual desses dispositivos (...) a democracia não é um regime ou um modo de vida social” (RANCIÈRE, 1996, p. 104), sendo a instituição da política e o local onde ocorrem oposições entre a noção de igualdade e a “ordem policial”.

A ação política proposta por Rancière (2010) em sua reflexão sobre democracia se desenvolve pelo demos, indivíduos que não se envolvem com vários outros integrantes da comunidade, nem com uma classe trabalhadora do povo ou dos excluídos, representado como os “sem parte”, que se incluem mais nas intervenções simbólicas e práticas e contribuem para determinar quem pode ou não fazer-se visível, audível e estimado como um igual por meio de situações comunicativas, combinando argumentos e encenações dramáticas. Neste sentido, interessa ao autor pensar como a democracia pode dar àqueles que não possuem parte, parte nos problemas; dar aos desiguais, parte. De fato, isto seria para Rancière um dissenso à medida que tenta identificar como os desiguais podem governar, o que leva a democracia a ser vista como uma perturbação constante da ordem.

Por este contexto é possível identificar de forma mais clara a coexistência dos dois mundos (aqueles que possuem parte e os que não possuem). O confronto entre política e polícia, segundo Rancière (1996), faz com que o povo deixe de ser visto em sua forma política concreta para ser um dispositivo constitucional, abrindo espaço para a ideia de “pós-democracia”, que ajudará a identificar a prática consensual da extinção das formas do agir democrático. A pós-democracia refere-se à “prática governamental” após abolir os erros na administração do povo, o conflito aqui não acontece mais, devido aos elementos constituidores da população produzidos pelo governo de corpos no qual todos seriam homogêneos. Refere-se à organização de opiniões análoga à efetividade do povo superior e ao conhecimento científico semelhante deste povo, ao conhecimento científico de uma minoria da população (RANCIÈRE, 1996).

Essa seria a democracia consensual, conforme Rancière (1996). Para ele ocorre “a concordância racional dos indivíduos e dos grupos sociais, que compreenderam que o conhecimento do possível e a discussão entre parceiros são, para cada parte, uma maneira de obter a parcela optimal que a objetividade dos dados da situação lhe permite esperar, preferivelmente ao conflito” (RANCIÈRE, 1996, p.105). Cada parte deve sentir-se como parte, possuir certa identidade na performance linguística a fim de discutir em vez de lutar. É reunir

um regime de opinião com um regime do direito, postos como regimes que identificam o espírito da comunidade.

O consenso é visto como o regime do sensível que prevê a extinção da extensão entre a parte de um litígio e a parte da sociedade, bem como desaparecem todos aqueles dispositivos da aparência conturbada e perturbadora do povo, dos erros administrativos e da condução de litígio, isto é, a ausência da política e das situações “dissensuais”, exaurindo a possibilidade de contrapor um mundo comum a outro mundo (RANCIÈRE, 1996).

De acordo com Modelli (2015), a democracia, neste sentido, desconhece o outro lado simbólico, de disposição de corpos, de controle de desejos em que cidadãos iguais são distribuídos na desigualdade. O autor entende que a política para o filósofo francês é a indagação a respeito da ordem estabelecida, quando os que não possuem parte, não possuem direito de fala e reconhecimento institucional, afirmam-se como iguais diante dos padrões de dominação. A igualdade é o aspecto inicial de toda a sociedade e a desigualdade social é, portanto, arbitrária e aberta à disputa, pois a igualdade na verdade não existe, é uma pretensão, é sempre uma busca, em que todos sofrerão uma desigualdade. E ela só se manifestará por meio do dissenso e não pelo consenso.

Ressalta-se que essa indagação quanto à ordem estabelecida da política expressa também a “partilha do sensível” que desponta ao mesmo tempo um “comum partilhado” e partes exclusivas que determinam lugares e partes constituídas numa divisão de espaços, tempos e tipos de atividades que estabelece o modo como um comum se apresenta à participação e como uns e outros tomam parte nesta divisão de espaços, tempo e “ocupação” com base no que fazem e no que dizem a respeito do comum. A questão política é nesse aspecto associada à “arte”, que se inicia a partir de um ideal, de uma “utopia” e busca se aproximar do que é perfeito, conforme as diretrizes colocadas por aqueles que fazem parte de um grupo (RANCIÈRE, 2005a).

Paralelamente, Rancière (2005b) percebe que a divisão de espaços, tempos e ocupações define a relação entre o dentro e o fora, bem como a relação entre arte, trabalho e distribuição do espaço social. Para o autor, essas três divisões mostram que a arte não é política pelas informações que ela conduz ou pela forma como concebe as “estruturas sociais, os conflitos políticos ou as identidades sociais, étnicas ou sexuais” (p.01).

Ela é política antes de mais nada pela maneira como configura um sensorium espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de... Ela é política enquanto recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade,

uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão. Porque a política, bem antes de ser o exercício de um poder ou uma luta pelo poder, é o recorte de um espaço específico de ‘ocupações comuns’, é o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações, os sujeitos que participam ou não delas, etc. Se a arte é política, ela o é enquanto os espaços e os tempos que ela recorta e as formas de ocupação desses tempos e espaços que ela determina interferem com o recorte dos espaços e dos tempos, dos sujeitos, do privado e do público, das competências e das incompetências, que define uma comunidade política” (RANCIÈRE, 2005b, p.01).

Sendo assim, aqueles que não possuem parte, quando aspiram manifestar que existem e que possuem competências de elaborar aptidões para além das que já lhes são impostas, se desidentificam e criam outras identidades que os caracterizam como coletivos. “Os pobres, os trabalhadores e as mulheres, por exemplo, podem deliberar sobre questões administrativas, revelando que não é necessário ser especialista para exercer o poder” (LELO; MARQUES, 2014, p.351). Os indivíduos podem assim, se expressar da forma como são e ainda se apoiarem na dramatização para irem além do nome e do lugar conferidos pela ordem consensual.

Enfim, é importante ressaltar que Rancière foi questionado em como o dissenso pode propiciar benefícios para a prática democrática e recebeu algumas críticas quanto à não explicação de forma mais conducente os desdobramentos a respeito da perturbação da ordem policial pela política. A não exploração de como essa ordem será afetada pela cena do dissenso e não apresentação do que de fato traria sua concepção de igualdade e que sua concepção de ação política também necessitaria de momentos poéticos em forma de novas linguagens e de uma comunicação argumentativa e dialógica que possibilitasse a igualdade consistem em outros pontos de sua teoria passíveis de crítica (LELO; MARQUES, 2014).

Mas, segundo Lelo e Marques (2014), por meio dessas críticas o filósofo francês forneceu esperanças para a democracia num cenário de consenso dominador, enfatizando que a continuação desta está no constante aperfeiçoamento dos indivíduos e de suas ações e que por isso a democracia dissensual é baseada na estética e no sujeito poético, o qual o indivíduo fala frente ao outro e transforma o espaço do comum, de forma material e simbólica.

3.2.5. Interface entre os autores para análise do CBH

É com base nestes argumentos que se objetiva apresentar as concepções de democracia deliberativa defendidas por cada um destes autores mencionados, a fim de desenvolver uma reflexão mais crítica que contribua posteriormente nas análises sobre o caráter participativo e

deliberativo dos membros do CBH-Piranga/MG nos processos decisórios de formulação e execução de políticas ou ações direcionadas para a preservação e conservação das águas, conforme expõe a PNRH quanto à gestão democrática.

Importante ressaltar novamente que nas situações empíricas provavelmente não se identificará um “modelo” de democracia deliberativa específica no Comitê estudado de acordo com determinado autor apresentado, mas possivelmente ocorrerão momentos em que se notará uma deliberação procedimentalista e, em outros momentos, poderá ocorrer uma deliberação discursiva ou dialógica, como também dissensual. Afinal, cada momento tem suas peculiaridades e sofrem dinâmicas diferenciadas, seja pelas circunstâncias culturais, pelas influências externas ou internas, pelas dificuldades ou desafios enfrentados.

Nesse sentido, ao discutir sobre deliberação, Habermas trouxe para a análise o debate argumentativo orientado pelo entendimento e pelo consenso. O autor apresentou a deliberação como uma “categoria normativa” relacionada aos “procedimentos institucionalizados do sistema político (processos formais) e as interações e comunicações geradas na esfera pública (processos informais)” (SANTANA, 2015, p.70).

A ideia de procedimento associa-se às regras elaboradas com o objetivo de nortear as ações no domínio público e estabelecer diretrizes para o envolvimento das pessoas e/ou representantes na democracia deliberativa. Essa abordagem é importante para compreender o processo de composição no Comitê, sobretudo a respeito da participação dos membros e sobre a cultura política democrática. Também possibilita a apreensão da complexidade, multiplicidade e diversidade da sociedade através do discurso racional e da intersubjetividade que dependem da visão do outro numa relação de respeito mútuo.

Além disso, essa abordagem problematiza dificuldades de integração social, o que corrobora para analisar a integração entre Estado e sociedade no Comitê estudado, de modo a atender às questões sociais e ambientais nas discussões, as tomadas de decisões e a implementação de políticas públicas ou ações de proteção das águas. Destaca-se também em sua teoria o conceito de mundo da vida, importante para compreender valores e ideias vivenciadas por cada um, o que reflete na forma de argumentação em determinados casos.

Além da teoria de Habermas, no intuito de buscar refletir sobre o papel político e deliberativo do Comitê na implementação da PNRH, outros debates em relação à democracia deliberativa chamaram a atenção nesta pesquisa, como as teorias de Dryzek e Bohman. Ao recorrer às ideias de Dryzek fica evidente que existem, na arena deliberativa, determinados

interesses, preferências e valores, que mesmo sendo de um modo não coercitivo, agem sobre os demais participantes desse espaço.

Para Dryzek é importante que haja uma disputa de discussões, com discordâncias entre os integrantes para se alcançar o acordo coletivo, mesmo que o acordo ocorra por motivos distintos. Ele acrescenta que além do discurso devem existir outras formas de expressão, como a retórica, a emoção, o humor e a fofoca. Sua abordagem requer inclusive mais participantes no debate público, o qual todos tenham o direito de se envolver na deliberação. Portanto, suas ideias possibilitam verificar o processo de tomadas de decisões no CBH-Piranga/MG, assim como averiguar se todos os participantes se envolvem ou não neste processo; como é a representação dos membros enquanto este se encontra no poder de “falar por”; se há interesse se eles não são coercitivos; e se ocorrem essas outras formas de expressão para além do discurso no âmbito de uma democracia deliberativa mais crítica.

Nas lentes teóricas de Bohman encontrar-se-ão um modelo de democracia dialógica, que permite ver o outro como pessoa numa relação de respeito mútuo e cooperação interpessoal na busca de soluções de problemas e conflitos políticos. Para ele, o diálogo é possível mesmo não ocorrendo o acordo e os envolvidos devem se reconhecer na construção desse diálogo, já que ele é livre e aberto à opinião de cada um. A partir deste ponto de vista, no Comitê não poderá haver deliberação sem diálogo, sem debates antagônicos e inconciliáveis que se complementam e se unificam. Os envolvidos na gestão dos recursos hídricos precisam estar abertos à discussão e participação qualificada, de modo que o diálogo aconteça numa relação horizontal e não vertical, possibilitando o respeito e a contribuição de todos no processo de tomadas de decisões de políticas de preservação das águas.

Ademais, o marco teórico da democracia do dissenso de Rancière, colabora para estudar o confronto democrático entre opiniões antagônicas e desiguais que ocorrem no CBH. Rancière alude à necessidade da pluralidade, da diversidade e das diferenças que criam identidades nos indivíduos, possibilitando sua emancipação e o direito de se sentir igual ao outro. Sua concepção de democracia associa-se à ideia de desigualdade a fim de possibilitar que aqueles que não possuem parte ou direito de fala passem a tê-los. Neste sentido, vale observar se no Comitê a composição dos representantes se apoia em posicionamentos dissensuais com interesses tensionados, se há envolvimento de todos ou exclusão de alguns na legitimidade e efetivação das decisões. Enfim, observa-se que embora estes autores trabalhem com a teoria da democracia, cada um apresenta um modo peculiar de compreendê-la.

3.3. Relações de poder e disputas sociais nos Comitês de Bacias Hidrográficas

Os Comitês consistem em instâncias deliberativas, afinal, neles podem ocorrer divergências de opiniões ou consensos nas tomadas de decisões em relação à gestão dos recursos hídricos. Espinoza e Martins (2009) salientam que os Comitês podem se transformar em um espaço institucionalizado de disputa social, no qual as decisões se instituem a partir de uma dinâmica de ponderação de forças, de assimetrias de poder, compreendidas por tentativas de equilíbrio e negociações de tensões entre os atores participantes para realizarem alianças entre si e concretização dos interesses pessoais. São esses processos de negociações que permitem identificar possíveis relações de poder e de interdependência entre os participantes nas regras formalizadas pelo Comitê.

Os membros representantes podem associar-se entre si, bem como adotar representações simbólicas para prestigiar seu discurso e ganhar poder de barganha com a posse de conhecimento científico ou a propriedade da racionalidade econômica, elementos estes que propiciam a dinâmica de conflitos e favorecem o prestígio social (ESPINOZA; MARTINS, 2009).

Assim, a presente pesquisa também recorre à teoria de campo e de poder simbólico de Bourdieu²³, à medida em que a mesma pode prestar auxílio para a visibilidade e determinação das relações de poder que se estabelecem sem serem “notadas” no âmbito do Comitê, onde sucedem relações sociais e disputas políticas. Fornece ainda uma série de instrumentos para o entendimento do “mundo social”, no qual ocorrem disputas por um poder social, como o poder simbólico. Para Bourdieu (1989), este poder “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gneossológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)...” (p. 09). E, o universo simbólico refere-se à arte, religião, língua, ciência e outros que são considerados instrumentos de conhecimento e constituição do mundo. Nas palavras e no discurso, notam-se seus significados implícitos e os rituais comportamentais que são capazes de moldar o indivíduo sem que ele perceba de forma racional (BOURDIEU, 1989).

Isto supõe um poder que confere significações e legitimidade, o qual as relações sociais são também relações de concorrência entre as culturas. Segundo Bourdieu (1989), este poder está presente em elementos objetivamente estruturados do mundo (instituições ou classes de agentes sociais) e em aspectos subjetivamente estruturantes (prática dos agentes em suas experiências e ambientes familiares). É ainda um poder invisível desempenhado com a

²³Alguns conceitos foram apresentados anteriormente no **Quadro 4**, capítulo 1, pg. 42.

convivência daqueles que estão sujeitos a ele, é um poder que faz os dominados aceitarem a dominação. Os sistemas simbólicos como esses instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento exercem função política de obrigação e legitimação de superioridade de uma classe sobre a outra, atuando como uma forma de violência simbólica²⁴.

Vianna Junior (2014) ressalta que na deliberação pública, o poder simbólico aparece e cumpre grandes influências nos argumentos de autoridade, na posição ocupada pelo emitente, no conhecimento acadêmico e técnico e na experiência profissional, pois impede a fala e o debate intersubjetivo livre das ideias dos interessados, o que pode prejudicar o caráter democrático e inclusivo. Paralelamente, Chaui (2012) faz alusão ao “discurso competente” como discurso do conhecimento, uma vez que este “pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem” (p. 01).

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (CHAUÍ, 2012, p. 01).

Portanto, conforme Chaui (2012), o discurso competente não se baseia nas ideias e valores, mas em supostos fatos reais e em suposta eficácia dos meios de ação. Além disso, esse discurso estabelece uma hierarquia organizacional, na qual uns estão autorizados a falar e conduzir ordens a outros, criando uma certa dominação. Neste sentido, retira-se de Bourdieu (1989) a ideia de que o poder simbólico ocorre numa relação determinada entre os que desempenham o poder e os que lhes são subordinados. Além disso, é a própria estrutura do campo que determina e reflete a crença. Para ele, é a crença na legitimidade das palavras, e principalmente naquele que as emite, que faz o poder das palavras e a ordem se manterem ou serem subvertidas, uma vez que a força das palavras não está nas palavras, mas sim nas formas sociais de seu uso.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de

²⁴ A violência simbólica é a forma de violência sobre um agente social, que aceita um conjunto de pressupostos essenciais e pré-reflexivos aplicados pela estrutura cognitiva originária das próprias estruturas do mundo social. Assim, aceita-se os pressupostos como se eles fossem óbvios, não sendo condicionado a discordar (BONNEWITZ, 2003).

mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p.14).

Sendo assim, o poder simbólico é irreconhecível, transfigurado e legitimado por outras maneiras de poder, que delineiam a relação social como relações de força, que transformam a relação de comunicação em condições de descreverem leis e de fazerem mudanças capazes de determinar efeitos reais sem consumo aparente de energia, pois a destruição desse poder presume a tomada de consciência do domínio e da verdade objetiva. Ao neutralizar o poder de desmobilização, abole um poder simbólico de subversão das classes dominadas (BOURDIEU, 1989).

Quanto ao conceito de campo de Bourdieu (1989), o mesmo fornece as bases para uma “análise relacional”, averiguando o espaço multidimensional de posições disponíveis e como os atores ocupam essas posições. Afirma que o campo não é uma estrutura fixa e que cada campo é assinalado pelos seus próprios agentes, com sua própria história construída ao longo do tempo, com sua própria lógica de ação e formas de capital, marcado por um conjunto de relações sociais entre indivíduos, coletividades ou instituições.

No campo pode, portanto, manifestar alianças e/ ou conflitos, rivalidades e/ ou solidariedade, entre posições distintas que são estabelecidas e instituídas socialmente, livre da existência física dos agentes que ocupam esse espaço. O campo pode ser entendido também como campo de forças, estabelecido pelas relações de forças objetivas atribuídas a todos os que participam dele e que são inflexíveis aos propósitos dos agentes individuais ou das interações entre os agentes (BOURDIEU, 1989).

Nesse sentido, Bourdieu (2005) distingue tipos de capital: a) Capital Econômico, composto por fatores de produção (terra, fábrica, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos (renda, patrimônio, bens materiais); b) Capital Cultural, caracterizado pelo conjunto das qualificações intelectuais fruto do sistema escolar ou passadas pela família; c) Capital Social, como o conjunto das relações sociais de que compõe um indivíduo ou grupo; e d) Capital Simbólico, correspondente ao conjunto de rituais associados à reputação e ao reconhecimento.

Para Queiroz (2011), à medida que o capital determina os interesses que estão em jogo, seja no sentido econômico, cultural, social ou simbólico, os segmentos que compõem o Comitê (Poderes públicos, usuários e sociedade civil) incorporam algum tipo de capital, formando um habitus carregado de significados que interioriza o modo de agir em um certo espaço social, pois disputam determinados conceitos, valores e práticas. Dessa forma, fazem uso de estratégias que lhes ajudam a manter ou conquistar posições no campo com distintas forças de poder que

influenciam, disputam e modificam o habitus de outros segmentos para fixarem o significado do mundo social de acordo com seus interesses.

O habitus é deste modo, segundo Bourdieu (1983, p.61), “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” dentro do campo. É responsável por gerar e estruturar práticas e representações reguladas e regulares sem ser objeto de sujeição a regras. O habitus mostra que os agentes sociais não se auxiliam somente por interesses econômicos, mas por códigos revelados em valores, gostos e lugares. Por isso, o campo é a ação dos sujeitos e grupos com desiguais relações de força que designam tempo, dinheiro e trabalho num certo momento, onde dominantes tentam impor sua cultura, a fim de reproduzir o habitus nas maneiras de falar, trabalhar e julgar.

Queiroz (2011) sustenta que os segmentos que “organizam as relações sociais para as configurações de estabilidade e/ou instabilidade dos campos são fruto de processos sociais que opõem agentes sociais com dotações assimétricas de capital e que estão posicionados de forma desigual no campo” (p. 39). Por esta perspectiva é possível aludir que na gestão das águas ocorrem assimetrias de poder entre os representantes, uma vez que cada um deles apresentará suas formas de capital e suas lutas simbólicas pelo poder e pela melhor decisão que atenda a seus interesses, o que de fato pode levar à ocorrência de processos conflituosos.

A posição que o agente abrange em diferentes campos define sua posição no espaço social, composto por vários campos autônomos, embora sujeitos às transformações do campo econômico, pois este ocupa uma hierarquia superior aos demais ao se juntar com as diversas espécies de capital. Assim, a distribuição de poderes que exerce em cada campo sob as espécies de capital é vista como prestígio, reputação ou fama, que contribuem para assegurar um conjunto de rendimentos e ganhos sobre o outro. Entretanto, o campo pode gerar constrangimentos a respeito da forma como se pensa e age, pois muitas vezes o que o agente faz não é possível de ser desfeito, a não ser sobre o conhecimento que ele possui com base em sua posição (BOURDIEU, 1989).

Enfim, a noção de campo para Bourdieu também está ligada à ideia de redes ou a um espaço social multidimensional onde os agentes se relacionam socialmente ao compartilharem interesses em comum e disputarem entre si alguma conquista, porém sem disporem dos mesmos recursos e competências (BONNEWITZ, 2003). O campo, portanto, apresenta uma relação de forças entre os indivíduos, sendo um espaço de forças antagônicas.

Assim, diante dos elementos teóricos expostos até o momento e as questões que exibem posicionamento sobre a pesquisa, avança-se para as análises dos dados coletados em campo no

capítulo a seguir, onde apresenta-se o estudo de caso do CBH- Piranga/MG. Todo esse aporte teórico sustentado na tese ofereceu recursos analíticos que orientaram a compreensão sobre o funcionamento e a atuação do Comitê e permitiram assimilar sobre a dimensão de deliberação e, conseqüentemente, sobre o papel político administrativo do Comitê para implementação da PNRH. Desse modo, ressalta-se que o principal esforço dessa tese foi relacionar todas as contribuições abordadas até aqui pelo arcabouço teórico com a realidade do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG.

CAPÍTULO 4

O COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA/ MG

Este capítulo objetiva estabelecer conexões entre os conceitos apresentados no referencial teórico e as reflexões empíricas acerca do estudo de caso do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG. Para a construção do capítulo utilizou-se dos resultados da pesquisa bibliográfica, da pesquisa dos documentos referentes ao Comitê e da observação nas plenárias e eventos relacionados ao Comitê entre os anos 2016 e 2017. Foram também importantes as análises e trechos das entrevistas realizadas com membros do Comitê, que ajudaram a compreender a dinâmica de funcionamento do CBH-Piranga/MG, bem como sobre o processo deliberativo, participativo e sobre os principais problemas enfrentados na Bacia.

Esses mecanismos metodológicos trouxeram diversos subsídios que orientaram e possibilitaram a aproximação entre os conceitos propostos pela tese e as dinâmicas empíricas apresentadas neste capítulo. Ressalta-se novamente que neste estudo não se buscou identificar um modelo de democracia deliberativa, mas sim averiguar como as deliberações ocorrem no Comitê e como elas interferem na implementação da PNRH e ajudam compreender o papel político administrativo do CBH-Piranga/MG.

Os conceitos delineados no marco teórico contribuíram para reconhecer nos dados situações em que se obteve deliberação com características mais procedimentais, ou dialógicas, discursivas ou dissensuais, bem como também auxiliaram na identificação de assimetrias de poder entre os segmentos representados. Portanto, tais conceitos se apresentaram ao longo dos resultados à medida que foram notados pelas falas, observações e análises dos documentos.

Quanto à interferência na implementação da PNRH, procurou-se identificar, de modo geral, se o Comitê consegue cumprir os objetivos e diretrizes que se expressam na Política, como a aplicação dos instrumentos de gestão, a articulação dos órgãos do Sistema de gerenciamento hídrico, deliberação de ações que busquem arbitrar conflitos e ações que preveem soluções para os problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos que impactam a qualidade e quantidade da água.

O capítulo foi subdividido em 6 partes: a primeira apresenta o perfil dos representantes que fizeram parte dessa pesquisa; a segunda a formação histórica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG; a terceira sobre os ritos institucionais que o rege. A quarta parte traz os principais contextos que referiram ao processo participativo e deliberativo. A quinta, consiste na descrição e reflexão dos principais problemas que atingiram ou atingem a

Bacia hidrográfica do Rio Piranga/MG, buscando destacar ações de melhorias que têm contribuído para o avanço da gestão dos recursos hídricos. A última parte procura descrever os principais desafios e perspectivas futuras que os representantes têm do Comitê.

4.1. Perfil dos participantes da pesquisa e análises gerais

Pretende-se neste item apresentar ao leitor o perfil dos entrevistados que fizeram parte desse estudo, para que, em seguida, avance com as aproximações com a literatura. Os sujeitos da pesquisa, 26 representantes e 1 membro participante ativo²⁵, são em sua maioria do sexo masculino (77,78%). As mulheres ocupam apenas 22,22% dos assentos no CBH-Piranga/MG (**Tabela 1**). A composição mais desigual está no setor dos usuários da água, ou seja, dos representantes entrevistados todos são homens. Nos outros setores (Municipal, Estadual e Sociedade Civil) constatou-se em cada um deles 2 assentos ocupados por mulheres. Com isso, não há uma proporção igualitária de gênero, o qual os homens detêm o poder nas tomadas de decisões em relação à gestão dos recursos hídricos e demais temas discutidos no Comitê.

Tabela 1. Gênero dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Sexo	Masculino	21	77,78
	Feminino	6	22,22
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

A escolha dos membros para participarem no Comitê ocorreu na maioria das vezes por meio de indicação da sua entidade, além de concorrerem também em um processo eleitoral. Esta indicação costuma ser feita a um profissional de alguma área ligada às questões ambientais ou em relação a um determinado cargo ocupado por ele, principalmente aqueles associado à diretoria. Há também alguns casos em que o próprio profissional manifesta interesse em se tornar conselheiro, acreditando na possibilidade de implementar a PNRH, e assim, inscreve sua entidade no processo eleitoral do Comitê para pleitear uma vaga de representante. A passagem a seguir de um representante exemplificou como foi a escolha dele para representar sua instituição.

²⁵ Participante da plenária sem direito a voto. Ressalta-se que este participante já teve cadeira no Comitê como suplente no segmento da sociedade civil.

Então, lá eles têm os voluntários (...), os profissionais da área, os engenheiros ambientais. Então tem os profissionais (...) que se interessam em participar, manifestam e lá (a entidade) indica, sabe? Nomeiam o profissional da área para atuar. Através dessa indicação, os órgãos são convidados também pelo Comitê, né? Aí tem um processo de eleição, as entidades são eleitas. E (a entidade) foi eleita e eu fui indicado a participar (LÍRIO - SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Crisantêmo da sociedade civil (2017) criticou o procedimento de indicação das entidades. Para ele não há paridade nas representações, principalmente quando se refere à habilitação das entidades civis e dos usuários, que se sobressaem por injetarem dinheiro no Comitê. Mostrou-se também indignado pelo fato do CBH-Piranga/MG possuir dois representantes correspondentes a mineradoras (Vale S.A. e Samarco), o que para ele indica forte influência das mineradoras na região e no próprio Comitê.

O contexto descrito acima é antagônico à teoria deliberacionista apresentada nesta tese, pois a não paridade não concede a condição de igualdade para que todos envolvidos possam manifestar suas opiniões e posições. Entretanto, as questões de desigualdades remetem à teoria de Rancière (1996; 2010) ao descrever sobre aqueles que possuem parte e os que não possuem, bem como levou a refletir sobre seu conceito de política e polícia na perspectiva de tornar o que não é visível em visível.

Quanto ao processo eleitoral, ele é coordenado pelo IGAM e por uma comissão eleitoral do Comitê²⁶, feito em forma de edital, com critérios definidos que analisa se os inscritos estão habilitados ou não para concorrerem a uma cadeira de representante no Comitê. Conforme o regimento interno do CBH-Piranga/MG, o mandato dos representantes é de 4 anos e a diretoria do Comitê, composta pelo presidente, vice presidente, secretário e vice secretário, tem duração de 2 anos. Entretanto, conforme as falas dos membros observou-se pouca rotatividade dos representantes, sendo a maior ocorrência de troca das prefeituras, uma vez que há modificação da gestão nas eleições para prefeito.

Neste sentido, a **Tabela 2** apresenta o tempo de atuação dos representantes entrevistados no Comitê. Notou-se que mais da metade dos mesmos atuam no Comitê há mais de 5 anos e que 37,03% representam membros que entraram há menos de 4 anos, o que indicou processo de renovação recente. Essa questão de rotatividade é vista por determinados representantes como necessária, mas também é preocupante em termos de descontinuidade, já que não existe

²⁶ Os membros da comissão eleitoral do CBH-Piranga/MG foram recompostos por meio de uma Deliberação ad referendum a fim de renovar os membros do Comitê no mandato de 2017-2021. A comissão foi composta por um representante de cada segmento (poder público estadual, municipal, sociedade civil e usuários) eleito em plenária.

uma capacitação técnica para os conselheiros sobre o papel do Comitê, as legislações, projetos e ações desempenhadas, o que incidiu na situação exposta pelo estudo de Reis e Lanna (2009).

Tabela 2. Tempo dos representantes como membros no CBH- Piranga, MG, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Tempo no CBH	Há menos de 1 ano	4	14,81
	Entre 1 ano e 4 anos	6	22,22
	Entre 5 anos e 9 anos	8	29,63
	10 anos ou mais	9	33,34
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

A capacitação técnica é um grande entrave que precisa ser superado pelo Comitê, pois gera conflitos de interesses, desigualdades, assimetrias de poder, de conhecimento e de habilidades. A gestão possui um perfil tecnocrático, contrário ao exposto pela PNRH, que visa uma participação igualitária e descentralizada, que propicie a participação da sociedade civil, pois tal gestão necessita de um determinado nível de acesso a informações técnicas, o que muitas vezes é limitado a alguns indivíduos. Assim, mesmo que o processo decisório no CBH demande informações técnico-científicas, a linguagem deve se fazer entendida a todos para que o Comitê consiga exercer seu papel e para que todos possam se inserir no debate, levantando dúvidas e contribuindo para a qualidade das decisões.

Além disso, também ocorreram críticas ao processo eleitoral da diretoria do Comitê. Conforme explica Gardênia da sociedade civil (2017), “funciona com muita ‘panelinha’”. Assim, em muitos depoimentos verificou-se falas que assinalaram uma centralização do presidente e a necessidade de renovação da mesa diretora do Comitê. Neste sentido, corroborando para essa afirmação, Níger apontou: “(...) agora eu fiquei sabendo que ele tá querendo alterar até o Regimento, pra continuar na presidência, pô! Eu acho que tem que trocar, tem que ter rotatividade” (NÍGER - SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Ademais, outros entrevistados concordaram com essas argumentações em relação à permanência da presidência, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

Eu achava que tem que mudar, porque sinceramente né? Eu gosto muito do (presidente) lá, mas eu acho que chega uma hora que tem que mudar, porque acaba que a pessoa fica vivendo em função daquilo, principalmente financeiramente e eu acho que é muito ruim isso. Eu acho que tem que mudar (BROMÉLIA - SOCIEDADE CIVIL, 2017).

O (presidente) não quer largar o osso, não quer! Mas aí a Margarida se dispôs a pegar a presidência e (ele) ficar como vice, eu acho bom! Falei: (...) vamos dividir não,

vamos fazer uma chapa única aqui, vamos pegar os interesses, você tem que conjugar os interesses aqui de todo mundo, não pode ser só o seu interesse (SARAMAGO – PODER ESTADUAL, 2017).

A gente fica pegando no pé do (presidente): (...) dá um jeito de sair! Você vai ficando aí até quando? Isso não funciona assim de jeito nenhum. Ele quer de alguma forma continuar lá dentro. Ele é um cara importante. Todo mundo reconhece isso. Centraliza muito! Mas é um bom articulador. Não entende muito a parte técnica, mas se apoia em gente que entende, tá na hora dele passar o bastão. Passa o bastão e continue indo em reuniões, aí o cara vai mostrar qual era a filosofia dele. Só sirvo para o Comitê se eu tiver na presidência? Não. Eu só sirvo se eu for titular? Não sei! (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

Este último depoimento chamou a atenção novamente para a necessidade de capacitação técnica no Comitê. Saramago do poder estadual (2017) complementou: “então, eu vejo essa dificuldade, não é só dele (presidente), é do Comitê. Então precisa de ter um preparo, porque você lida com visões técnicas o tempo inteiro”. A capacitação, portanto, é tida como uma forma dos conselheiros entenderem o que está sendo debatido e como funciona a gestão dos recursos hídricos, a fim de que desempenhem seu devido papel, conforme Lisianto do setor Usuários (2017).

O conhecimento técnico, quando acessível a todos os participantes, contribui para que possam acompanhar melhor e debater as discussões com maior domínio e consciência do seu papel dentro desse espaço. Em referência a Rancière (1996), a linguagem técnica entre os que têm domínio e os que não têm leva a desentendimentos e à exclusão daqueles que não compreendem. Essa linguagem ainda designa a criação de um campo cultural exposto em Bourdieu (2005). No mais, esse contexto também possibilita retomar Habermas (1997) no que concerne à importância de haver um caráter consciente nas pessoas, por meio do qual as interpretações de valores possibilitem o surgimento de bons argumentos frente a distintas opiniões que possa alcançar o consenso e influenciar vontades políticas em prol de determinadas ações.

Sendo assim, é interessante observar que, apesar de existir esta dificuldade de conhecimento técnico, a **Tabela 3** mostra que em termos de nível de escolaridade dos membros do CBH-Piranga/MG, o número de componentes que possuem ensino superior (81,48%) é expressivo e além disso, foram mencionados por alguns entrevistados não apenas a graduação, mas também títulos de cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) em distintas áreas do conhecimento.

Tabela 3. Escolaridade dos membros do CBH-Piranga, MG, 2017.

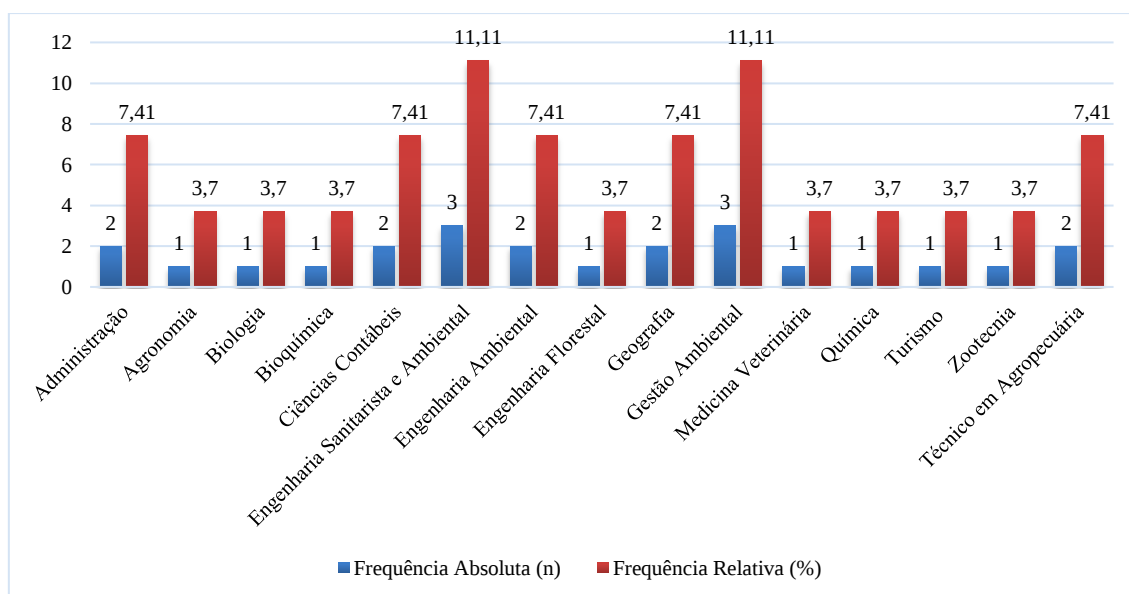
FREQUÊNCIA

VARIÁVEL	CATEGORIA	ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Escolaridade	Ensino Médio Completo	3	11,11
	Ensino Superior Completo	22	81,48
	Curso Técnico	2	7,41
	Total	27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Já a **Figura 17** ilustra as diversas áreas de formação em nível de graduação. Destacam-se as formações na área de gestão ambiental e engenharia sanitária e ambiental. Percebeu-se também a atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, o que enfatiza a interdisciplinariedade dentre os membros do Comitê.

Figura 17. Formação Acadêmica dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.



Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Isso revelou que o Comitê abre espaço para a participação da sociedade civil de forma geral, mas ao mesmo tempo, compõe-se principalmente daqueles que possuem acesso ao conhecimento científico, o que contribui para gerar assimetrias de poder e desigualdades, como exposto pelas teorias de Bourdieu e Rancière. Destaca-se também que para haja qualidade no processo decisório é preciso uma boa qualificação técnica, mas nem sempre uma boa formação é suficiente para um bom desempenho na gestão dos recursos hídricos.

Já em relação à faixa etária, a média de idade entre eles é de 47 anos, sendo que os grupos mais numerosos estão na faixa de idade entre 40 e 49 anos e entre 50 e 59 anos como mostra a **Tabela 4**. O representante mais novo possui 25 anos e o mais velho 76 anos.

Tabela 4. Faixa etária dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Idade	20 – 29	1	3,70
	30 -39	5	18,52
	40 – 49	11	40,74
	50 – 59	7	25,93
	60 – 69	2	7,41
	70 – 79	1	3,70
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Neste sentido, os dados indicaram que há pouco envolvimento de representantes mais novos. Ao analisar a frequência nas reuniões, constatou-se que 70,37% dos entrevistados afirmaram ter assiduidade em todas as reuniões, ao passo que os demais disseram não ser tão frequentes (**Tabela 5**).

Tabela 5. Frequência dos membros do CBH-Piranga/MG, nas reuniões, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Frequência	Muito Frequente	19	70,37
	Pouco Frequente	8	29,63
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Importante ressaltar que a pesquisadora presenciou duas plenárias sem quórum para deliberação, o que afetou as atividades do Comitê, tendo que adiar algumas pautas para futuras reuniões e ainda revelou fragilidade do papel do conselheiro como representante da gestão dos recursos hídricos numa instância participativa. As principais justificativas para as faltas nas reuniões do CBH-Piranga/MG envolveram os compromissos profissionais, ou o fato de as pautas não atenderem determinados interesses, ou ainda questões de logística de determinados conselheiros que necessitam de recursos financeiros para se deslocarem até o local da reunião.

Um caso observado na plenária e na análise das atas que chamou a atenção foi o comunicado de um conselheiro, membro há anos, de que não iria fazer mais parte do Comitê, pois os assuntos das pautas não atendiam determinadas necessidades e se centravam em aprovação de projetos, tornando as ações do Comitê insuficientes frente a crise hídrica e aos

problemas de recursos financeiros. Este caso trouxe uma manifestação de interesse, preferências e valores do conselheiro em questão, o que remete à teoria de Dryzek (2000) ao mostrar outros elementos além do discurso. Porém, vale salientar que, para o autor, o interesse não deve impor coerção ou ser de âmbito individual, pois isto limita uma democracia com pessoas mais críticas.

Também foi possível constatar por meio das entrevistas e pelas observações nas plenárias e análise das atas, que as pautas concentravam-se muito em seminários apresentados pela entidade equiparada e delegatária da Agência de Águas da Bacia, o IBIO. Portanto, Antúrio do setor usuários (2017) alegou que as pautas são fracas e desmotivam a presença e a participação de alguns setores, o que coincidiu ao apresentado por Vidal, Resende e Resende (2010) sobre a falta de atuação dos membros nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Para o representante Antúrio, embora tenha tido uma melhora dos temas, é necessário que sejam levantadas pautas mais robustas que estimulem o envolvimento dos participantes.

(...) sobre o assunto de pauta, melhorou? Melhorou. Mas ainda tem uma pauta ainda que eu acho que num é... não deveria fazer parte. São coisas que a diretoria poderia resolver ou então a própria entidade que tá ali delegatária resolver esta questão, não levar isso a plenária. Como pagamento de diária, as vezes você se perde lá duas ou três reuniões discutindo pagamento de diárias, então são coisas que eu não... Gente, é muito fraquinho a gente discutir pagamento de diária (ANTÚRIO- SETOR USUÁRIO, 2017).

Além disso, foi possível constatar que a desmotivação em frequentar e participar das plenárias é mais recorrente entre os representantes da sociedade civil, o que confirmou a teoria de Carvalho (1998) a respeito da carência de participação da sociedade, bem como retratou a falta de um trabalho de sensibilização que mobilize as pessoas a se envolverem continuamente e se aproximarem com os debates em torno da gestão dos recursos hídricos, evitando que as tomadas de decisões sejam influenciadas por empresas privadas e/ou pelos governos. A justificativa mais utilizada para o não envolvimento foi identificada nos relatos em que os membros afirmam não encontrar no Comitê um espaço que reproduzia de fato a igualdade de representação e a garantia dos interesses de todos no processo de tomada de decisão dos recursos hídricos, contrariando o conceito de democracia exposto pelos estudiosos: Chaui (2008), Nobre (2004) e Bobbio (1986), bem como os conceitos apresentados por Habermas, Dryzek e Bohman.

É possível constatar tal desmotivação na fala de um dos representantes que fazia parte da diretoria do Comitê: “(...) eu nunca representei o Comitê em lugar nenhum. É só ele (presidente) que vai, entendeu? (...) Aí é uma coisa que até me desmotivou (...). Na próxima

oportunidade eu até continuo no Comitê (...). Vê se muda um pouco, sabe?” (NÍGER - SOCIEDADE CIVIL, 2017). Dessa forma, a centralização das ações do presidente gera insatisfações para alguns membros, pois assinalaram uma concentração das atividades em seu poder, sobretudo quando se trata de presença em eventos em outras cidades. Além do mais, alguns membros relataram que o presidente sempre se coloca disponível para tais viagens em eventos, mas apresenta pouca participação ou pouco envolvimento nas discussões. Neste aspecto, a centralização descaracteriza a gestão social descentralizada, o que também corrobora para a desmotivação apresentada por determinados membros.

Por outro lado, foi possível identificar alguns representantes motivados com sua presença no Comitê e seu envolvimento nas discussões, principalmente pelo fato de estarem mais relacionados ao uso dos recursos hídricos, por buscarem informações sobre a Bacia e por interesses relacionados ao recurso da cobrança para recuperação do meio ambiente. Assim, notou-se que 59,26% dos entrevistados afirmaram ser atuantes nas discussões e tomadas de decisões nas reuniões. Os demais que se declararam ter um perfil observador afirmaram se envolver mais nos assuntos quando conseguem se indentificar com a pauta (**Tabela 6**)..

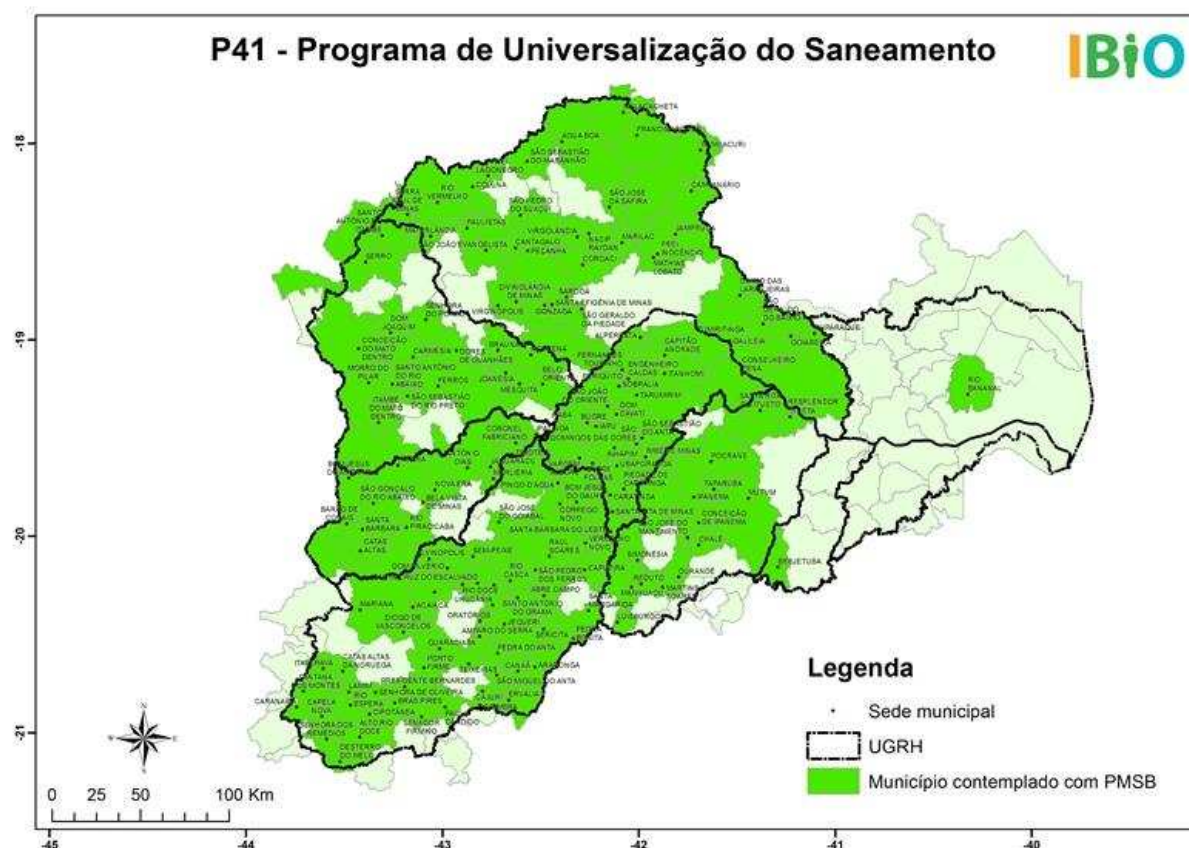
Tabela 6. Tipo de envolvimento dos membros do CBH-Piranga/MG nas reuniões, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Envolvimento	Comunicativo	16	59,26
	Observador	11	40,74
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Entre as temáticas que mais atraíram os representantes para o debate nas plenárias destacaram-se os Planos de Saneamento Municipal, que fazem parte do Programa de Universalização do Saneamento (P41). O Plano Municipal de Saneamento Básico é um documento que apresenta o diagnóstico da situação do município em relação à água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O plano previsto pela Lei nº 11.445/2007 também sugere ações emergenciais, projetos e metas e tem como objetivo desenvolver a universalização dos serviços de saneamento básico no meio urbano e rural (IBIO-AGB DOCE, 2015). Segundo o relatório anual do CBH-Piranga/MG (2016), foram realizados 51 planos nas cidades que não tinham verbas para sua realização e mais 3 cidades estavam em processo de elaboração (**Figura 18**), com um investimento de mais de 8 milhões de reais.

Figura 18. Municípios contemplados com o Plano Municipal de Saneamento Básico, Bacia do Rio Doce.



Fonte: CBH-DOCE, [2017].

Saramago do poder estadual (2017) ressaltou sobre a importância de debater a respeito do Plano Municipal de Saneamento Básico:

A pauta que eu acho que tem relevância é a pauta do saneamento, esta pauta ela é revolucionária, né? Então essa pauta para mim ela responde, vamos dizer a quase tudo e aliado a divisão de unidades territoriais estratégicas, aliado a um plano de educação ambiental, ao senso de pertencimento desses territórios, a construção de identidade, eu acho que isso aí eleva a gente pra uma coisa bastante grande (SARAMAGO - PODER ESTADUAL, 2017).

Outros temas considerados relevantes envolveram a implementação de três programas “Ps” em conjunto, que foram denominados de “Rio Vivo²⁷” e engloba os programas: P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos; P52 – Programa de

²⁷ De acordo com o relatório de gestão do exercício de 2018, os municípios aprovados desde 2016 para serem contemplados com o Rio Vivo foram: Ressaquinha, Desterro do Melo, Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Oratórios, Viçosa, Amparo do Serra, Guaraciaba, Piranga, Presidente Bernardes, Paula Cândido e Cajuri. Tais municípios foram escolhidos por meio de diagnóstico realizado na Bacia e sendo estes o que mais apresentaram necessidades de intervenção de barraginhas; caixas-secas; ações de recuperação de nascentes, como cercamento e/ou plantio; e sistema de tratamento de esgoto.

Recomposição de APPs e Nascentes; e P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural. O **Quadro 8** descreve sobre tais programas e apresenta outros que também foram discutidos pelo Comitê, envolvendo questões de segurança hídrica, qualidade da água, preservação de nascentes, educação ambiental, manejos de recuperação do Rio Piranga e fossas sépticas para a zona rural.

Quadro 8. Principais Programas debatidos no CBH-Piranga/MG.

Programas	Objetivos
Programa de Saneamento da Bacia (P11):	Desenvolver projetos para sistema de coletas e tratamento de esgotos domésticos.
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)	Construir barraginhas para captação de águas da chuva e/ou caixas secas para contenção de água da chuva e enxurradas; e adequar estradas rurais em principais acessos.
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	Elaborar Plano Municipal de Saneamento Básico nos municípios que não o possuem e não têm condições financeiras para implementá-lo; desenvolver projetos para fortalecimento de sistemas de abastecimento de água e projetos para sistemas de destinação final apropriada aos recursos sólidos; e realizar estudos de alternativas de drenagem urbana para municípios com mais de 5 mil habitantes.
Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)	Desenvolver tecnologias de saneamento para tratamento de esgoto sanitário: criação de fossa séptica ecológica, fossa séptica biodigestora; fossa séptica econômica, sumidouro, vala de infiltração e jardim filtrante.
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	Produzir um levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro; caracterizar e recuperar nascentes e áreas degradadas; e realizar cercamentos de nascentes e recomposição de áreas de recarga.
Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61)	Fortalecer os Comitês por meio do modelo de arranjo institucional elaborado para a Bacia (P61.2); desenvolver sistema de informação, com interface web, importante para a gestão de recursos hídricos (P61.a/SIG Gestão); e realizar estudos complementares para enquadramento dos corpos d'águas (P61.b).
Programa de Comunicação Social (P71)	Elaborar plano específico para apresentar ações e conteúdos previstos no Plano Integrado de Recursos hídricos da Bacia do Rio Doce; facilitar o contato entre os diversos atores do SNGRH com a sociedade e estabelecer um ambiente propício ao atendimento das metas previstas.
Programa de Educação Ambiental (P72)	Produzir informações, estratégias e materiais diversos relacionados a ações e projetos de educação ambiental e preservação dos recursos hídricos da Bacia.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do site institucional CBH- DOCE.

Além desses programas, assuntos ligados ao rompimento da barragem da empresa Samarco no município de Mariana, juntamente com as ações da Fundação Renova, foram bastante debatidos nas plenárias. Mas, um tema que gerou bastante polêmica, referiu-se aos recursos financeiros geridos pelo Comitê para preservação e conservação da Bacia do Rio

Piranga. Esta foi uma das principais pautas mencionadas por todos os representantes entrevistados, seja como um fator motivador ou mesmo desmotivador de participação.

Para falar verdade pautas que o pessoal vai, vai e participa é na hora que tá falando de distribuição de verbas. Então assim, falou que vai ter projeto, falou que vai ter possibilidades de ter um retorno, aí o pessoal interessa e participa. É a impressão que eu tenho, agora quando é uma reunião que você vê que não tem muito ibope em relação a isso, você vê que a participação diminui. É a impressão que eu tenho. Sabe? (AGERATO - SETOR USUÁRIO, 2017).

O recurso financeiro do Comitê é adquirido principalmente por meio do instrumento de gestão de Cobrança pelo uso da água. A nível estadual, durante a gestão estudada, o repasse se deu pelo contrato de gestão entre o IBIO e IGAM. Ressalta-se que foi a partir de 2011 que ocorreu a contratação da Agência de Águas (IBIO), quando passou-se a implementar tal instrumento da cobrança. Assim, o recurso arrecadado é repassado para o órgão gestor do Estado, no caso, o IGAM, que deve retornar para a sua respectiva Bacia para o desenvolvimento de projetos de recuperação. Além dessa fonte de recursos financeiros, existe o repasse do instrumento de cobrança a nível nacional feito pela ANA.

O **Quadro 9** apresenta os valores de boletos cobrados, valores arrecadados, valores repassados para a Agência de Águas e o rendimento anual decorrente da aplicação financeira dos recursos cobrados no período de 2013 a 2017 na Bacia do Rio Doce. Pode-se notar que há diferenças entre os valores cobrados e os arrecadados. Na maioria das vezes isto está relacionado a inadimplências por parte de alguns usuários do recurso hídrico. Também é possível constatar diferenças nos valores repassados à Bacia do Doce em relação aos valores arrecadados. Um dos motivos está relacionado ao problema de contrato de gestão entre IBIO-IGAM, principalmente em 2016, o que levou ao contingenciamento do recurso pelo Estado, como será aludido mais à frente pelos entrevistados.

Quadro 9. Cobrança e arrecadação, Bacia do Rio Doce, 2013-2017.

2013				
	Valor cobrado ¹	Valor arrecadado ²	Valor repassado ³	Rendimento Anual ⁴
ANA	R\$ 8.153.762,83	R\$ 5.707.058,63	R\$ 5.762.476,02	R\$ 117.116,27
IGAM	R\$ 12.533.412,46	R\$ 12.995.335,39	R\$ 13.720.056,38	R\$ 299.686,76
Total	R\$ 20.687.175,29	R\$ 11.561.356,63	R\$ 19.482.532,40	R\$ 416.803,03
2014				
	Valor cobrado	Valor arrecadado	Valor repassado	Rendimento Anual
ANA	R\$ 9.827.368,92	R\$ 9.753.209,12	R\$ 10.089.171,09	R\$ 534.673,02
IGAM	R\$ 18.025.917,49	R\$ 16.719.777,44	R\$ 10.325.065,46	R\$ 1.379.603,37
Total	R\$ 27.853.286,41	R\$ 26.472.986,56	R\$ 20.414.236,55	R\$ 1.914.276,39

2015				
	Valor cobrado	Valor arrecadado	Valor repassado	Rendimento Anual
ANA	R\$ 2.515.162,17	R\$ 10.702.030,40	R\$ 8.932.225,66	R\$ 800.292,04
IGAM	R\$ 14.353.700,88	R\$ 14.963.087,03	R\$ 19.126.538,96	R\$ 1.933.547,60
Total	R\$ 16.868.863,05	R\$ 25.665.117,43	R\$ 28.058.764,62	R\$ 2.733.839,64
2016				
	Valor cobrado	Valor arrecadado	Valor repassado	Rendimento Anual
ANA	R\$ 11.678.429,14	R\$ 9.196.337,36	R\$ 9.899.045,00	R\$ 1.626.158,13
IGAM	R\$ 15.269.968,84	R\$ 17.823.046,03	R\$ 1.777.802,76	R\$ 2.638.450,71
Total	R\$ 26.948.397,98	R\$ 27.019.383,39	R\$ 11.676.847,76	R\$ 4.264.608,84
2017				
	Valor cobrado	Valor arrecadado	Valor repassado	Rendimento Anual
ANA	R\$ 13.004.650,65	R\$ 11.263.346,36	R\$ 11.928.716,58	R\$ 1.447.447,16
IGAM	R\$ 23.931.701,27	R\$ 21.285.318,91	R\$ 3.296.195,57	R\$ 2.321.221,68
Total	R\$ 36.936.351,92	R\$ 32.548.665,27	R\$ 15.224.912,15	R\$ 3.768.668,84
Total Gestão	R\$ 129.294.074,65	R\$ 123.267.509,28	R\$ 94.857.293,48	R\$ 13.098.196,74

Fonte: Elaboração própria apartir dos dados do site institucional do CBH-Piranga/MG²⁸, 2013; 2014; 2015; 2016; e 2017.

¹ Valor total dos boletos emitidos.

² Valor total de boletos que foram pagos até dezembro de cada ano. As diferenças dos valores em relação ao valor cobrado devem-se, sobretudo, a pedidos de revisão dos dados de cobrança e outorga e ao não pagamento por parte de alguns usuários.

³ Valor total repassado pela ANA / IGAM para o IBIO - AGB Doce até dezembro de cada ano. As diferenças em relação ao valor arrecadado referem-se a forma como as parcelas são divididas, sendo algumas repassadas no exercício seguinte; e/ou também devido à retenção de dinheiro, principalmente pelo Estado.

⁴ Valores que não foram desembolsados ainda, geram rendimentos financeiros.

Já o **Quadro 10** ilustra o desembolso do recurso financeiro feito pela Agência de Águas. No quadro também é possível verificar os programas que são desenvolvidos na Bacia e quanto foi investido em cada programa. Neste sentido, em relação à alocação de recursos para os programas especificamente do CBH-Piranga/MG obteve-se mais detalhes pela fonte de recursos do Estado, sendo notável neste período o investimento no programa de saneamento (R\$ 6.819.450,28).

²⁸<http://www.cbhpiranga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>.

Quadro 10. Desembolso do IBIO- AGB Doce, 2013-2017.

Fonte de Recurso (R\$): ANA					
	2013	2014	2015	2016	2017
Custeio do IBIO - AGB Doce	989.127,49	1.198.472,46	1.660.348,66	721.116,66	1.130.924,89
Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança	998.873,76				
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	17.922,91				
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)					276.028,89
PGH 01 – Piranga					100.232,03
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	108.619,81	628.650,42	727.180,46	654.492,07	225.697,98
Programa de Convivência com as Cheias (P31)	239.723,42	179.288,20	210.371,07		
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	64.397,02	252.976,86	1.389.922,73	4.391.796,59	1.676.911,96
PGH 01 – Piranga					511.393,05
Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)					122.403,99
PGH 01 – Piranga					42.773,39
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	3.503,73	545,88	89.867,28	354.809,28	1.153.520,30
PGH 01 – Piranga					163.534,00
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	1.020.321,66	1.036.529,43	1.585.414,97	1.172.968,51	841.630,01
PGH 01 – Piranga	116.179,01	138.714,61	131.049,77	117.287,80	67.133,83
Programa de Comunicação Social (P71)	92.755,59	305.170,88	579.734,30	509.270,06	434.164,51
Programa de Educação Ambiental (P72)	63.582,26			24.387,18	7.055,73
Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	42.927,88				
Sub-Total	3.641.755,53	3.601.634,13	6.242.839,46	7.828.840,35	5.868.338,26
Fonte de Recurso (R\$): IGAM					
Custeio do IBIO - AGB Doce	667.200,92	1.047.721,75	765.035,90	829.825,37	1.549.220,10
Programa de Saneamento da Bacia (P11):	47.724,66	5.108,43	1.405.000,00	4.811.898,11	
PGH 01 – Piranga	760,00	4.796,73	2.756.969,07		
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)					220.931,79
PGH 01 – Piranga					19.836,73
Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (P24)		620.959,79			
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	46.176,41	4.274.856,61	7.026.764,88		397.599,02
PGH 01 – Piranga	3.827,50	2.708.716,33	2.756.969,07	1.349.937,38	
Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)					133.421,98
PGH 01 – Piranga					34.401,14
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	1.831,00				704.746,56
PGH 01 – Piranga					68.802,28
SIG-Gestão (P61.a)	518.618,50	92.050,00	7.026.764,88		
PGH 01 – Piranga	106.666,66	92.050,00	24.450,23		
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)			97.791,76	58.496,35	205.748,59

PGH 01 – Piranga			53.056,96	19.413,52	50.074,12
Programa de Comunicação Social (P71)	21.412,90	30.494,50			
PGH 01 – Piranga	4.104,58	3.449,70			
Sub-Total	1.302.964,39	6.071.191,08	9.319.042,77	5.700.219,83	3.211.668,04
Total	4.944.719,92	9.672.825,21	15.561.882,23	13.529.060,18	9.080.006,30

Fonte: Elaboração própria apartir dos dados do site institucional do CBH-Piranga/MG²⁹, 2013; 2014; 2015; 2016; e 2017.

Como pode ser observado através dos quadros, são recursos altos e programas que chamam a atenção dos segmentos compostos no Comitê. O segmento do poder público municipal se interessa em frequentar e em ter representantes neste espaço, à medida que as prefeituras veem possibilidade de disponibilização de parte dos recursos para o município, ou seja, interpretam a funcionalidade do Comitê como um canal de acesso a verbas públicas, federais e estaduais. Segundo Zéfiro do setor municipal (2017), “então isso aí me atrai muito porque eu tô trazendo recurso pro meu município, pra investir na Bacia, nas microbacias do Rio Piranga que são integrantes aqui do município, e também o que me interessa é essa discussão”.

Outros membros do segmento dos usuários também manifestaram este pensamento, vendo uma probabilidade do retorno do recurso que eles mesmos efetuaram com a cobrança pelo uso, a fim de investirem na Bacia local.

Ah, eu acho que o maior motivador é assim, você vê aonde o Comitê tá atuando, você vê assim que você tem um retorno do dinheiro que a gente paga pra utilizar a água, que não é pouco (...). Ontem mesmo tava assinando um boleto da ANA, que eu acho, se eu não me engano é R\$ 140.000,00. Isso 4 parcelas, então assim, é muito dinheiro, sabe? E o que puder retornar pra se investir na Bacia, porque eu acho assim que as Bacias, no geral, tá precária, né? (...). Então assim, o que a gente puder de puxar de recurso pra poder investir nisso, eu acho que é a ideia de participar desse Comitê, né? (AGERATO- SETOR USUÁRIO, 2017).

A sociedade civil também almeja o recurso, principalmente os que são representantes de ONGs, pois há uma carência maior de verbas. Estes narraram necessitar do recurso até mesmo para eles deslocarem de seus municípios para frequentarem as reuniões do Comitê, como expôs Níger (2017):

Começou a ter recurso, eu até falei lá em assembleia lá que deveria investir nos Conselheiros pra ter mais, uma presença maior. Porque a gente, a gente já não recebe, então, no mínimo, sabe? Era pra fazer, dar uma diária pra gente, né? Ou, ó: nós vamos dar o dinheiro! Aí como que você vai vir não importa, a gente quer é você aqui! Se você vai dormir, se vai dormir no carro, não vai dormir no hotel, mas você tem uma diária e meia, que dá em torno de uns 270 reais. São só 6 reuniões no ano, entendeu? Nem todo mundo dá pra ir nas 6, então esse recurso é pouco, mas faria diferença pra pessoa participar, sabe? (NÍGER-SOCIEDADE CIVIL, 2017).

²⁹<http://www.cbhipiranga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>.

É interessante observar também que estas dificuldades apresentadas pela sociedade civil e pelas ONGs refletem em como o processo de participação da sociedade civil organizada e popular ocorrem na prática, mostrando limitações que influenciam uma participação mais ativa e adequada dentro dos Comitês. Afinal, o envolvimento nestes espaços de forma voluntária envolve custos de tempo, esforço e despesas necessárias para o deslocamento de outras cidades até o local em que acontecem as reuniões.

Muitas organizações civis carecem de infraestruturas que possibilite a frequência dos seus representantes nos Comitês. Porém, representantes dos outros segmentos disseram conseguir a diária da própria entidade representativa, não necessitando de recursos do Comitê para deslocamento. Além disso, alguns disseram fazer rodízio de carona com os representantes dos municípios próximos e que o Comitê também fornece lanches, minimizando os custos e ainda propiciando maior integração entre os participantes.

Outra situação que chamou a atenção neste contexto de dificuldades da sociedade civil organizada é a ameaça de extinção dos canais de participação social em políticas públicas por meio do atual Governo Federal. A extinção de espaços que possibilitam a participação da sociedade civil cria inseguranças, conflitos e ausência de transparência com a população, pois a participação desse segmento é importante para fortalecer negociações e contruções de parcerias, mesmo que isso envolva gastos.

Vale salientar ainda, segundo Vianna Junior (2014), que o foco no recurso financeiro descaracteriza o objetivo do Comitê de manter uma organização com interessados e com igualdades de condições para que, por meio de um procedimento deliberativo com discursos racionais, como visto na teoria procedimentalista de Habermas, se consiga tomar decisões sobre a gestão dos recursos hídricos. Ou seja, para que haja uma deliberação a partir da opinião e da vontade dos próprios conselheiros, de forma livre e igual, e que por meio de práticas comunicativas se alcance a validade das normas.

No que se refere ao local de domicílio dos membros entrevistados, a maioria deles (85,19%) reside em municípios localizados na área da Bacia do Rio Piranga (**Tabela 7**), principalmente nos municípios de Ponte Nova e Viçosa, conforme a **Tabela 8**. Já aqueles que residem nos municípios que não pertencem à Bacia (Belo Horizonte e Juiz de Fora) são representantes ligados a indústrias, mineradoras e ao órgão gestor, cujas entidades possuem forte atuação na Bacia do Doce.

Tabela 7. Residência dos membros do CBH-Piranga, MG, 2017.

VARIÁVEL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	
		ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Residência	Residem no município da Bacia	23	85,19
	Não residem no município da Bacia	4	14,81
Total		27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

Tabela 8. Municípios de residência dos membros do CBH- Piranga, MG, 2017.

MUNICÍPIOS	FREQUÊNCIA	
	ABSOLUTA (N)	RELATIVA (%)
Belo Horizonte	3	11,11
Cipotânea	1	3,70
Juiz de Fora	1	3,70
Ouro Preto	2	7,41
Piranga	2	7,41
Ponte Nova	6	22,22
Presidente Bernades	1	3,70
Raul Soares	2	7,41
Ressaquinha	1	3,70
Senhora de Oliveira	1	3,70
Vermelho Novo	1	3,70
Viçosa	6	22,22
Total	27	100

Fonte: Elaborado por meio dos dados da pesquisa.

É importante destacar que boa parte dos demais municípios é de pequeno porte, não possuem muitas indústrias, compondo a renda basicamente por meio do funcionalismo público (prefeitura) e da agricultura familiar que representa grande parcela da composição da renda nestes municípios, conforme relatou o participante Lupino (2017). Portanto, o Comitê é visto por estes municípios como um fundamental canal de recursos financeiros para ajudar a investir em projetos de melhorias da gestão dos recursos hídricos.

Todavia, foi recorrente ao longo das entrevistas as críticas relacionadas à falta de repasse do recurso financeiro, seja para os projetos destinados às melhorias da Bacia, seja para as despesas da sociedade civil, o que de fato gerou descontentamentos entre os membros participantes. É evidente também que um dos problemas da disponibilidade de recursos

financeiros é a existência de mais carências do que de verbas acessíveis para buscarem soluções. Nesse sentido, constatou-se também a ocorrência de um contingenciamento do recurso no Estado. “No caso da cobrança estadual ela está atrasada, e já está atrasada há mais de um ano, é o famoso contingenciamento de recurso, então ele cobra o usuário, pagou, mas eles reterem este dinheiro” (ANTÚRIO-SETOR USUÁRIO, 2017).

Outro usuário ainda afirmou que o instrumento de gestão de cobrança precisa mostrar para que serve apresentando resultados que incentivem o seu pagamento, pois existem desconfiças e incertezas quanto ao mesmo. “(...) um grande usuário da Bacia está pagando essa boleto e tal e o recurso tá parado no Estado e não vem pra cá, quer dizer, como você vai discutir isso se o recurso não volta pra Bacia” (LISANTO – SETOR USUÁRIO, 2017). Ressalta-se que os depoimentos sobre o não repasse do recurso estadual foram frequentes, tendo sido repetidos basicamente por todos entrevistados, que se demonstraram indignados com tal situação.

A cobrança tudo que é cobrado entra no cofre do Estado e no cofre do Estado não sai, então porque eles contingenciam, eles não têm dinheiro, eles pegam esse dinheiro e vão fazer outras coisas. E aí aquilo que era para ser repassado por lei às agências não é repassado, então tem um problema aí. Então, grande parte dessa discussão que tá aí é em função disto, porque a agência de bacias fez a prestação de contas dela errada, eles não devolveram a prestação de contas erradas e eu fiquei lá gritando igual doido lá, porque eu não concordo com isso, eu acho que ninguém concorda (SARAMAGO - PODER ESTADUAL, 2017).

Outra queixa frequente em relação à não disponibilização de recursos partiu dos representantes localizados na região da nascente do Rio Piranga conhecida como Cabeceira. Eles apresentaram reclamações de que há poucas ações e projetos direcionados a essa região, sendo que a mesma deveria ser um dos locais de maior preservação ambiental, já que a própria nascente dá o nome ao Comitê e é o principal rio afluente formador do Rio Doce, com grande cobertura de Mata Atlântica. Para Níger da sociedade civil (2017), esta questão envolve política daqueles que estão cobrando, de quem coloca pressão e de quem fala o que não está correto.

Jacinto do poder municipal (2017) complementou ao afirmar:

(...) eu gostaria que os recursos que vem pro Comitê, ao menos algum viesse aéreo pra chegar na nascente, porque todo ele só fica lá. Ele vem pelo mar e pelo rio acima, não chega nada aqui na cabeceira não. Então, e a cabeceira? Não é porque eu moro aqui na cabeceira não, mas a nossa nascente se você for lá você acha ruim, num tem 20 metros tapado nela não. E a lei? Ela tem que fazer valer a lei, tem que fazer, porque senão é... senão fizer valer, o brasileiro é muito comodista, ele não cumpre não (JACINTO - PODER MUNICIPAL, 2017).

Portanto, a partir desta perspectiva de insatisfações com o destino do recurso, evidenciou-se que, dentre os temas debatidos na plenária, o que apresentou maior complexidade na compreensão foi a respeito dos números. O uso de siglas sem o significado e a linguagem técnica, já mencionada, também foram referidos por aqueles que haviam entrado recentemente no Comitê e por aqueles que não estavam ligados diretamente ao conhecimento técnico da área ambiental, embora as informações técnicas consistam em características do conteúdo das temáticas, como ressaltado anteriormente por Jacobi, Cibim e Leão (2015).

Observou-se que alguns termos técnicos estão associados ao próprio entendimento da gestão dos recursos hídricos, à compreensão dos instrumentos de gestão, ao conhecimento de vazões, às classificações de cursos d'água, às barragens, aos Programas Ps, enfim, termos científicos que muitas vezes não são traduzidos e nem estão acessíveis àqueles que não detêm o conhecimento dessa área, levando alguns conselheiros a se sentirem confusos com o que foi falado. Margarida do setor municipal (2017) disse que quando as pautas³⁰ são muito técnicas “os membros ficam dormindo ou olhando pro vazio”. Assim, as pautas mais técnicas deveriam ser discutidas nas câmaras técnicas, enquanto os assuntos mais objetivos e atrativos deveriam ir para as plenárias com base no perfil dos membros, de modo que eles pudessem se envolver mais nas tomadas de decisões e não se sentirem desmotivados, já que existem representantes com baixo nível de capacitação técnica em recursos hídricos. Esse aspecto remeteu novamente à questão da não existência de uma capacitação para os conselheiros e à necessidade de estudo antes da plenária, a fim de que todos tenham possibilidade de participar de forma igualitária.

Dificuldade em entender principalmente quando se diz a respeito aos gastos do CBH porque como nós não acompanhamos o dia a dia. Nós não sabemos como foi gasto, para onde foi. Alguns projetos que iniciam e não chegam ao fim, a gente não sabe o motivo. Só é apresentado o gráfico pra gente lá e nós não conseguimos avaliar o que que foi feito porque que parou uma obra, porque não parou. Então, são esses detalhes que deveria emitido pra gente antes para nós darmos, assim, uma olhada, avaliar para chegar no dia a gente fazer essa deliberação corretamente. Porque no mais, temos que fazer essa deliberação confiando no que foi apresentado (NARCISO – SETOR USUÁRIO, 2017).

Portanto, é importante preocupar-se com o modo de linguagem utilizado, que deve ser claro e acessível a todos. Uma participação desejável no Comitê envolve conhecer conceitos da área, leis, estruturas e instrumentos de gestão dos recursos hídricos. No mais, constatou-se situação análoga denotada por Mantovani e Barrêto (2002) no que tange ao intercâmbio de informações, uma vez que os assuntos debatidos nas plenárias entre os representantes são

³⁰ Alguns temas de pautas podem ser conferidos no Apêndice B.

poucos levados para dentro de suas respectivas entidades, pois a maioria relatou serem assuntos de âmbito mais geral da Bacia. Ou seja, há pouca troca de informações com os outros membros de suas entidades específicas. A troca foi tida como importante somente quando o assunto é muito pertinente à sua entidade, respeitando a cultura e os princípios que ela segue.

Vale salientar que os temas levados para deliberação na plenária passam por uma seleção de prioridades. Alguns temas são propostos pelos representantes com base em determinadas necessidades locais; são também baseados em demandas legais ou com base em algum evento/situação que ocorre na região da Bacia e que seja pertinente discutir no CBH, além das propostas levantadas pela Agência de Águas. Desse modo, conforme Antúrio do setor usuários (2017), os assuntos em demanda que são mais complexos são discutidos primeiramente na Câmara Técnica, que enquadra o assunto, ou seja, pode passar pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, ou pela Câmara Técnica de Educação, Capacitação e Informação ou pela Câmara Técnica de Programas e Projetos. Assim, os integrantes da Câmara Técnica que participaram do debate se organizam e encaminham o tema para a Câmara Técnica Institucional e Legal, que analisa a legalidade e a constitucionalidade das propostas conforme a Lei nº 9.433 de 1997 e a Lei nº 13.199 de 1999 e as resoluções do conselho estadual e nacional. Verificados os trâmites e deferido o assunto, o tema é levado à plenária para votação.

As Câmaras Técnicas contribuem para a discussão mais ampla e detalhada dos assuntos, servindo de suporte para o Comitê. Neste espaço participam indivíduos que se mostraram interessados em tomar decisões coletivas, representando também os demais membros não presentes, o que reportou-se à teoria de Dryzek (2004), uma vez que o autor admite representantes que defendem interesses em prol do bem geral. Contudo, Híscido do setor usuários (2017) levantou uma crítica às câmaras técnicas ao afirmar que algumas questões acabam sendo decididas na própria Câmara, assim, quando levadas para votação na plenária, os demais membros são, de certa forma, “induzidos” a acatar o que já foi deliberado por determinados representantes.

Pra que servem as câmaras técnicas? Ah, pra haver uma análise anterior, né? De ponto de vista técnico pra poder repassar, mas aí você já tem uma articulação anterior a plenária, onde acontecem filtros e acordos. Não tô dizendo que sejam acordos que sejam ilegais nem que sejam acordos imorais, tô dizendo, mas existem coisas que são filtradas ali, não só técnicas, obviamente (HIBISCO - SETOR USUÁRIOS, 2017).

Em vista disso, como se observou, ainda são necessárias melhorias no que diz respeito aos assuntos levados para serem debatidos, e embora as pautas e a convocatória para plenária sejam comunicadas com antecedência, em torno de 15 dias, os conselheiros requereram o envio

por e-mail dos documentos³¹ que serão discutidos em pautas, para serem analisados anteriormente e assim tratados de forma mais detalhada por todos, evitando descontentamentos nas deliberações, como ocorreu em uma plenária na qual os conselheiros foram praticamente “obrigados” a votarem a favor de um contrato de gestão entre IBIO e IGAM, pois não teriam mais prazo para deixarem para a próxima reunião.

Os conselheiros alegaram não ter estudado com calma o documento para poderem elaborar sugestões, uma vez que havia questões pendentes em relação ao não repasse do recurso financeiro vindo da cobrança, como já aludido. Florêncio do setor municipal (2017) referiu-se a este fato da seguinte forma: “Teve discussões até bem acirradas, né? Bem tensas, né? Com relação a essa questão porque, como que os Conselheiros poderiam assim aprovar, votar (...) o contrato se tinha muitas dúvidas do que tava acontecendo?”

Outro caso identificado foi relatado por Saramago do setor estadual (2017). Para ele os documentos de prestações de contas também deveriam ser enviados com precedência, de modo que as pessoas tivessem conhecimento a respeito para contribuírem. Inclusive aludiu “o cara quer que você compreenda ali na hora, você não pode ter dúvida, se eu começo a ter dúvida lá, já falam e já lá vem o chato, que agora ele já, já achou um problema ali. Então eu acho que as coisas têm que ser questionadas por escritas...” (SARAMAGO- SETOR ESTADUAL, 2017).

Ademais, Gardênia da sociedade civil (2017) também acredita ser importante receber documentos referentes aos assuntos em pauta, de modo que as pessoas possam participar e discutir mais justamente, sem se inibirem, “porque tem pessoas que têm conhecimento e têm pessoas que não têm conhecimento nenhum”. Todavia, Níger da sociedade civil (2017) alegou que às vezes não possui tempo e nem motivação para dedicar aos assuntos que serão tratados em pautas, lembrando do Comitê apenas no dia em que há reunião.

No caso do contrato de gestão entre IBIO e IGAM, observou-se a prevalência do melhor argumento (HABERMAS, 1987; 1999), que seria a continuidade de verbas para o CBH-Piranga/MG. Assim, houve uma negociação discursiva com opiniões distintas, mas, por esse argumento, todos acabaram chegando a um acordo comum. No entanto, ficou explícito o descontentamento e a dificuldade de convencimento de que realmente a aprovação do contrato seria a melhor posição tomada.

³¹ Os documentos apresentados na plenária, geralmente eram enviados dias após à reunião, às vezes também eram enviadas atas de reuniões anteriores elista de presença.

Neste sentido, a importância de apresentar com antecedência o que será deliberado nas plenárias leva a maior transparência e confiança das informações. Com base em Lisianto do setor usuários (2017):

Esse é o ideal que a gente persegue, mas eu vejo que ainda tem muitas dificuldades, conseguir que a plenária toda entenda os assuntos, estejam trabalhando com aquilo ali, mas esse eu acho que é um ponto que a gente vai conseguir chegar. Conseguir fazer um processo gera essa coisa de confiança entre os membros, saber que a gente tá defendendo interesses que são no final da história comuns, né? (LISANTO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Enfim, diante de alguns contextos que envolveram o Comitê e do perfil dos membros entrevistados, observou-se uma representação do CBH marcada principalmente pela diversidade de formação, por representantes de distintas localidades, pelas faixas etárias, tempo de participação no Comitê e pela questão de gênero. Esse perfil traz para o Comitê uma menor representação de mulheres e jovens, fatores que refletiram também na diversidade das respostas adquiridas e contradisseram, em alguns cenários, o exposto pelos autores deliberacionistas presentes nesta pesquisa no que diz respeito à igualdade de participação, à medida que verificou-se uma má distribuição social ao concentrar-se em determinados grupos sociais, como maior representação ocupada por homens, pessoas com nível de escolaridade superior e idade maior.

Esses dados marcaram o exercício da política num espaço que pressupõe a democracia, representatividade e participação, mas diante do perfil dos membros, é comum a ocorrência de conflitos, opiniões, interesses contraditórios e pouco envolvimento de todos no processo de negociação das decisões. Porém, como visto na teorização de Rancière, tais aspectos de desigualdade podem contribuir para identificar os desiguais e averiguar como eles podem tomar parte nas tomadas de decisões, bem como afirmar que a democracia é uma perturbação constante da ordem. Além do mais, essas reflexões associaram a ideias de assimetrias de poder, como visto no marco teórico de Bourdieu e na compreensão do Comitê como um espaço sócio político ambiental em disputa.

4.2. Formação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga ocupa cerca de 25% do território da Bacia do Rio Doce e foi instituído em 20 de dezembro de 2002 pelo Decreto Estadual nº 43.101,

o qual integrou-se ao Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, como mostra o Artigo 1º do Decreto nº 43101 2002 de 20/12/2002:

Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentável da Bacia (p. 01).

Neste sentido, procurou-se resgatar, por meio da documentação pesquisada e pelo conhecimento dos conselheiros, como se deu o processo histórico de criação do CBH-Piranga/MG. Entende-se que é oportuno para os representantes e para o próprio Comitê identificar as principais motivações e dificuldades que permearam o momento da criação. Buscou-se também preencher uma lacuna na falta de documentos e estudos a respeito do CBH referido.

Porém, pelas narrativas dos representantes entrevistados foi possível constatar que poucos têm conhecimento a respeito do contexto histórico do Comitê. Entre os entrevistados, somente cerca de 30%, sobretudo os membros que participam há mais tempo, disseram conhecer um pouco sobre as motivações que levaram à criação do CBH-Piranga/MG. Já entre os representantes que afirmaram não conhecer tal processo, evidenciou-se que alguns não tinham informação da própria data de criação. Alguns se justificam pelo fato de estarem a pouco tempo no Comitê e outros alegam que foi uma falha mesmo não procurar saber a respeito.

Entre os registros coletados daqueles que possuíam certo conhecimento a respeito da criação, destaca-se que um fator determinante foi a exigência legal da Política Nacional dos Recursos Hídricos pela Lei nº 9.433 de 1997 e pela necessidade de deliberar sobre as questões ambientais da região, tais argumentos coincidem com o que é apontado pelo estudo de Abers e Jorge (2005) a respeito da mobilização de criação de Comitês. Um dos registros é apresentado no depoimento a seguir, que também fez uma crítica ao sistema e expôs que, antes de terem um plano diretor, uma Agência e recursos, as pessoas não entendiam muito bem o papel do Comitê, pois poucas ações eram realizadas:

(...) existia uma legislação, que é uma formalidade, tem que ter, tipo assim, foi uma determinação de alguém lá do governo disse que: Oh, a gente tem que ter uma participação de segmentos pra poder definir que vai acontecer com nossos recursos hídricos, né? E isso você vai aprendendo que é isso, o fundamento da existência do Comitê. E você vê que isso não funciona, que as coisas acontecem porque o poder econômico precisa que as coisas aconteçam, a sociedade vai a reboque e o Comitê vai junto. Só que vai junto tocando trombeta, porque tipo assim, né? Tem reuniões e tal, Comitê, mas não funciona, não funciona assim, a contento, né? Então esses 11 anos as pessoas não sabiam o que tava acontecendo, pelo menos eu, eu fui aprendendo e percebi que os colegas foram aprendendo. Muitos que ficaram, não são tantos assim que tão a tanto tempo (HIBISCO – SETOR USUÁRIO, 2017).

Essa situação aludiu a um dos impasses de muitos Comitês, já que acabam sendo criados com base na legislação 9.433/97, em um processo de “cima pra baixo” num ritmo diferente de algumas organizações representativas, que são criadas a partir de uma demanda ou necessidade coletiva dos membros envolvidos. Ademais, outro entrevistado ofereceu novos elementos ao se propor compreender a respeito da constituição do Comitê da Bacia do Rio Piranga. Momento que contradiz com a criação por força de lei no âmbito “de cima para baixo”, apresentando aspectos que para além da questão da legislação houve mobilização social por parte de algumas pessoas da sociedade, apresentando demandas locais para a criação do Comitê.

Um desses momentos foi ressaltado por Níger da sociedade civil (2017), para ele foi essencial uma caminhada realizada a partir da nascente do Rio Piranga (localizada em Ressaquinha) até a cidade de Piranga. Essa caminhada contou com seis pessoas utilizando-se de motos, carros e caiaques. Os produtos dela foram um relatório³² fotográfico, diagnóstico, análise da qualidade da água, cadastro dos afluentes, entrevista com ribeirinhos e mobilização na questão ambiental. Relatou ainda que já havia ocorrido uma outra Expedição Pró Rio Doce, antes de 2002, que teve papel importante para conhecer a região, manifestar em defesa do Rio Doce e mobilizar a formação do Comitê. O depoimento a seguir retratou sobre esta expedição.

Foi onde veio a primeira mobilização da questão ambiental e chamar a atenção para o Rio Piranga. Só que eles fizeram daqui pra cima de helicóptero, na época, então quando eles viram, que a gente desceu realmente dentro da água. Eles ficaram doidos com esse material, aí eu comecei a sair me envolvendo com o Comitê, aí tinha um outro, (...) que eles conhecem, que é daqui que deu a ideia da gente fazer descida. Ele virou mobilizador do Comitê. Aí a gente começou a fazer todas as cidades, daqui até Ponte Nova pra mobilização do Piranga, aí depois viu que era um Comitê interestadual, né? Por tá no Espírito Santo. Aí gerou o Doce aí foi e subdividiu o Comitê. Na época foi ideia de fazer um, aí teve que criar os dois, aí já gerou os dois Comitês e mobilização pros dois (NÍGER- SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Segundo Faria (2004), ocorreu uma descida ecológica em prol do Rio Doce em 1988, realizada por 8 caiaquistas de Governador Valadares até Regência. No mesmo ano, esse grupo também desceu de Ponte Nova até Governador Valadares com o objetivo de mobilizar a população da margem do Rio Doce quanto à recuperação e preservação e para coletar dados. Outra descida ocorreu em 1996, liderada pela Associação de Defesa Ecológica de Resplendor/MG e contribuiu para informar, motivar, interagir com a população local e verificar problemas ambientais. Em 1998 ocorreu outra descida ecológica organizada pelo escritório da Bacia do Rio Doce com a finalidade específica de criar o CBH-Doce, sobretudo pelo fato da figura do Comitê ter sido institucionalizada pela Lei nº 9.433 de 1997.

³²Contudo, não se conseguiu acesso a este documento.

Porém, primeiramente os envolvidos no Escritório da Bacia do Rio Doce se organizaram por formar Comitês por sub-bacias, de modo a dar apoio ao Comitê do Rio Doce. Assim, criou-se o CBH dos Rios Caratinga (em 1999), Piracicaba (em 2000) e Santo Antônio (em 2001). O CBH-Doce foi criado em 2001, com decreto assinado em 2002, fruto de uma intensa mobilização e pressão ao Governo Federal por meio do CNRH para sua aprovação. A partir de então outros Comitês por sub-bacias também foram criados: Piranga (em 2002), Suaçuí (em 2005), Manhuaçu (em 2005), Santa Maria do Doce (em 2005), Guandu (em 2007), Pontões e Lagoas do Rio Doce (em 2015), Barra Seca e Foz do Rio Doce (2015) e Santa Joana (2016).

O CBH- Piranga/MG, portanto, está integrado a um arranjo de governança que envolve participantes, órgãos institucionais, moradores locais e diferentes regiões. Interessante ressaltar que outro grande desafio enfrentado pelo Comitê consiste no processo de integração institucional e articulação com os demais atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos e com os demais Comitês que pertencem à Bacia do Rio Doce, sobretudo na construção integrada do Plano Diretor dos Recursos Hídricos e na disputa por recursos financeiros.

Outro apontamento feito a partir das entrevistas foi de que, para a constituição do Comitê em questão, um ex-prefeito da cidade de Piranga, juntamente com seu filho, tiveram grande influência. Os mesmos deram apoio e suporte, contribuindo assim para a mobilização social na região e para a proposta de formação do CBH-Piranga/MG, sendo o filho do ex-prefeito o primeiro responsável por gerir o Comitê, porém, quando houve a eleição para presidente, ele não foi eleito, o que o desmotivou, vindo a não participar mais. Situação típica de relações clientelistas que se consolidam no seio de alguns Comitês.

Assim, a nova presidência do CBH-Piranga/MG veio da Associação Municipal da Microrregião do Vale do Rio Piranga de Ponte Nova, que também apareceu como um ator social importante por conceder inicialmente o espaço para que os interessados na questão ambiental se reunissem. Contudo, por mudanças de prefeito no município de Ponte Nova, mudaram também os funcionários da Associação, o que levou a representante dessa organização a passar presidência do Comitê para seu vice, este ex-vereador da cidade de Ressaquinha, que atuou na posição de presidente do Comitê por 6 anos. Após sua saída da mesa diretora, foi eleito para a presidência o representante que compôs o período dessa gestão em estudo. Seu mandato se iniciou em 2013, porém o mesmo já fazia parte da mesa diretora como primeiro secretário desde 2011.

A fala de Jacinto do poder municipal (2017) elucidou um pouco sobre esses momentos:

O trabalho mais forte pra criação do Comitê foi com o prefeito de Piranga em 2002, porque é o que mais incentivou assim, e o filho dele na secretaria lá, ele fazia o

trabalho todo que era... Eu não tenho nenhuma ata aqui pra gente mostrar e fazer, mas sei que nós quando conseguimos o decreto foi 2002 e então é o seguinte, a nossa demanda veio crescendo e com muita ajuda do pessoal lá de Ponte Nova que é da Associação da AMAPI, por exemplo, bancou muito tempo até papel, computador, pra gente lá e depois também do pessoal da Secretaria de Saúde ali de Ponte Nova (...), e a UFV também... (JACINTO – PODER MUNICIPAL, 2017).

Conquanto, o relato de Bromélia da sociedade civil (2017) ofereceu novos aportes para a interpretação de como se deu esse momento inicial, lembrou que existiram divergências políticas entre um grupo do município de Ponte Nova e outro da cidade de Viçosa, tendo pressões na primeira chapa a compor o Comitê. Ressaltou que a associação na época chegou a centralizar um pouco do poder, pois o Comitê não tinha recursos financeiros e nem o plano de recursos hídricos. Destacou ainda que o CBH-Piranga/MG era muito dependente em termos operacionais do órgão gestor (IGAM) e as pessoas não eram mobilizadas a participar das reuniões, tendo sido um começo muito difícil. Essa dependência do Comitê em relação ao IGAM reportou-se à teoria do poder simbólico de Bourdieu (1989), uma vez que compreendeu relações de poder e de subordinação, que passaram despercebidas pela maioria dos membros do CBH que acreditavam que essas relações de submissão são simplesmente naturais e aceitáveis, sem se preocuparem em ter autonomia deliberativa em determinadas pautas que surgiam.

Lisianto do setor usuários (2017) já abordou que o surgimento do Comitê veio a partir da necessidade de se criar uma massa crítica de pessoas preocupadas com as questões ambientais. Lírio da sociedade civil (2017) por sua vez, acrescentou que o Comitê foi uma esperança e realidade de uma reunião de amigos que sonhavam em ver ações ambientais sendo realizadas. O mesmo recordou que inicialmente ficaram por muitos anos sem recursos financeiros, situação muito difícil, pois as pessoas não acreditavam que daria certo. Hoje se reconhecem como importantes nesse processo de constituição para o CBH-Piranga/MG. Tal contexto caracterizou a ideia de deliberação para Bohman (2009).

Essa dificuldade inicial do Comitê foi mencionada por todos os entrevistados. Mesmo aqueles que não possuíam conhecimento do processo histórico, souberam por meio das plenárias que o maior impasse e desafio inicial foi a falta de recurso financeiro para realizarem as ações propostas. Além disso, ao longo das entrevistas foram frequentemente expostos a falta de uma estrutura local³³ na qual os representantes pudessem se reunir de forma apropriada, falta de

³³ Constatou-se pelas análises das atas que em 2015 houve uma discussão em pauta sobre definições sobre a localização e a estruturação da sede do Comitê. Porém, não observou desdobramento do assunto e o Comitê

quórum nas reuniões, falta de entendimento das pessoas sobre o papel do Comitê e sobre a importância dos recursos hídricos e a própria implantação da Lei nº 9.433 de 1997, que trouxe uma nova cultura e procedimentos de descentralização e deliberação, inserindo a sociedade civil nas tomadas de decisões, como visto na teorização de Jacobi (2006).

Por esta perspectiva, constatou-se que, apesar das dificuldades descritas anteriormente, o CBH-Piranga/MG seguiu as etapas descritas no fluxograma da ANA (2011a) apresentado na **Figura 13** no capítulo 2 (pg. 82). Foi verificada a existência do diagnóstico da Bacia do Rio Piranga, mobilização das pessoas, inscrição dos atores interessados a participarem, processo eleitoral e a assembleia inicial mesmo sem um lugar fixo para reunirem.

Todas essas experiências iniciais foram aos poucos contribuindo para o reconhecimento do Comitê. O Plano de Recursos Hídricos (PRH) também foi importante para o Comitê ao estabelecer metas e propiciar uma melhor organização de suas atividades. O mesmo consiste em parte integrante do Plano integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce, cuja elaboração teve início em 2008 e sua aprovação ocorreu em 2010. É visto como um guia para orientar as diretrizes da PNRH (ANA, 2017). Segundo Saramago do poder estadual (2017), todas essas melhorias tendem a construir uma coesão, um senso de pertencimento maior e um fortalecimento da identidade, tornando os participantes mais comprometidos e conhecedores do processo de gestão e das unidades territoriais da Bacia, o que contribui para ocorrer a deliberação conforme a concepção de Bohman (2000; 2009).

A fala de Lúrio da sociedade civil (2017) também remeteu à teoria apresentada por Bohman (2009) ao dizer que tal reconhecimento é fruto de muito trabalho, cooperação, dedicação e amor à causa. Uma das conquistas do Comitê que colaborou para seu fortalecimento foi a contratação da Agência de Bacias (IBIO) em 2011, embora, como pode ser constatado por meio das falas e observações, que também resultou em dependência do Comitê para com a Agência.

Além disso, a adoção do instrumento de gestão da cobrança pelo uso da água em 2011 foi significativo para o melhoramento da atuação do Comitê. Destaca-se que este instrumento, oportunizou uma nova fase, ou seja, um momento novo fundamental para que algumas ações comesçassem a sair do papel. Neste aspecto, a maioria dos relatos apontaram que, embora o Comitê ainda tenha muito que caminhar a nível de gestão dos recursos hídricos, ocorreram avanços no CBH-Piranga/MG.

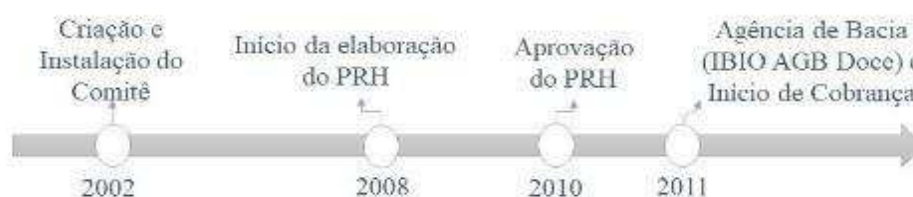
continuou atuando em local emprestado. O Comitê também não possui um espaço próprio para secretaria o que aumenta a dificuldade de organização e disponibilização de documentos.

Tem, tem avanço e tem mais credibilidade agora. Eu considero hoje, primeiramente o desenvolvimento, por exemplo, hoje você resolve tudo online e digital. Você resolve aqui, quando começou até pra telefonar era difícil, hoje nós trabalhamos tudo através de e-mail. Tudo. E os que não, que não passam pelo WhatsApp, né? E tem a questão hoje as câmaras técnicas, elas já fazem o trabalho, eu acho que tem muita melhora na câmara técnica que no nosso tempo, já tinha a câmara técnica boa, mas hoje, hoje é muito, muito melhor, nós estamos com uma câmara técnica e mesmo os membros do Comitê tem muitos, muitos ali que são todos pessoas preparadas, você pode ver que tem. A gente vê que têm pessoas que têm vontade de trabalhar e têm conhecimento também (JACINTO – PODER MUNICIPAL, 2017).

Entretanto, existem posicionamentos de alguns participantes da pesquisa que são opostos a este ponto de vista. Na percepção deles o Comitê se encontra estagnado: “Eu não vi assim, avanços dentro do Comitê nesse período, eu não cheguei a perceber não” (AGERATO - SETOR USUÁRIO, 2017). Gardênia da sociedade civil (2017) enfatizou: “Não vejo avanços. Embora eles possam falar que exista, mas eu não vejo!” Para Agerato o não-avanço está ligado a pouca participação de pessoas novas; ele alegou que o Comitê restringe suas ações a municípios que possuem suporte técnico maior, não atendendo aos demais. Neste sentido, entende-se que o gerenciamento do Comitê de Bacia Hidrográfica possui uma hierarquia, pois como visto anteriormente, o suporte técnico e a capacitação técnica são fatores influenciadores no Comitê, que geram desigualdades e exclusões de participantes, uma vez que não há equidade social e uma linguagem acessível a todos.

Além disso, Gardênia problematizou o tema ao relatar que os representantes estão lá apenas para votarem e nada mais, tendo o órgão gestor e a Agência de Bacias como centralizadores da atenção. Este fator também cria uma relação de subordinação ou dependência social, política ou econômica. Para tanto, após a contextualização das distintas fases pelas quais o Comitê passou desde sua constituição, a **Figura 19** sintetiza os estágios da implementação da gestão dos recursos hídricos na Bacia do Rio Piranga/MG.

Figura 19. Estágios da implementação da gestão dos recursos hídricos na unidade DO1.



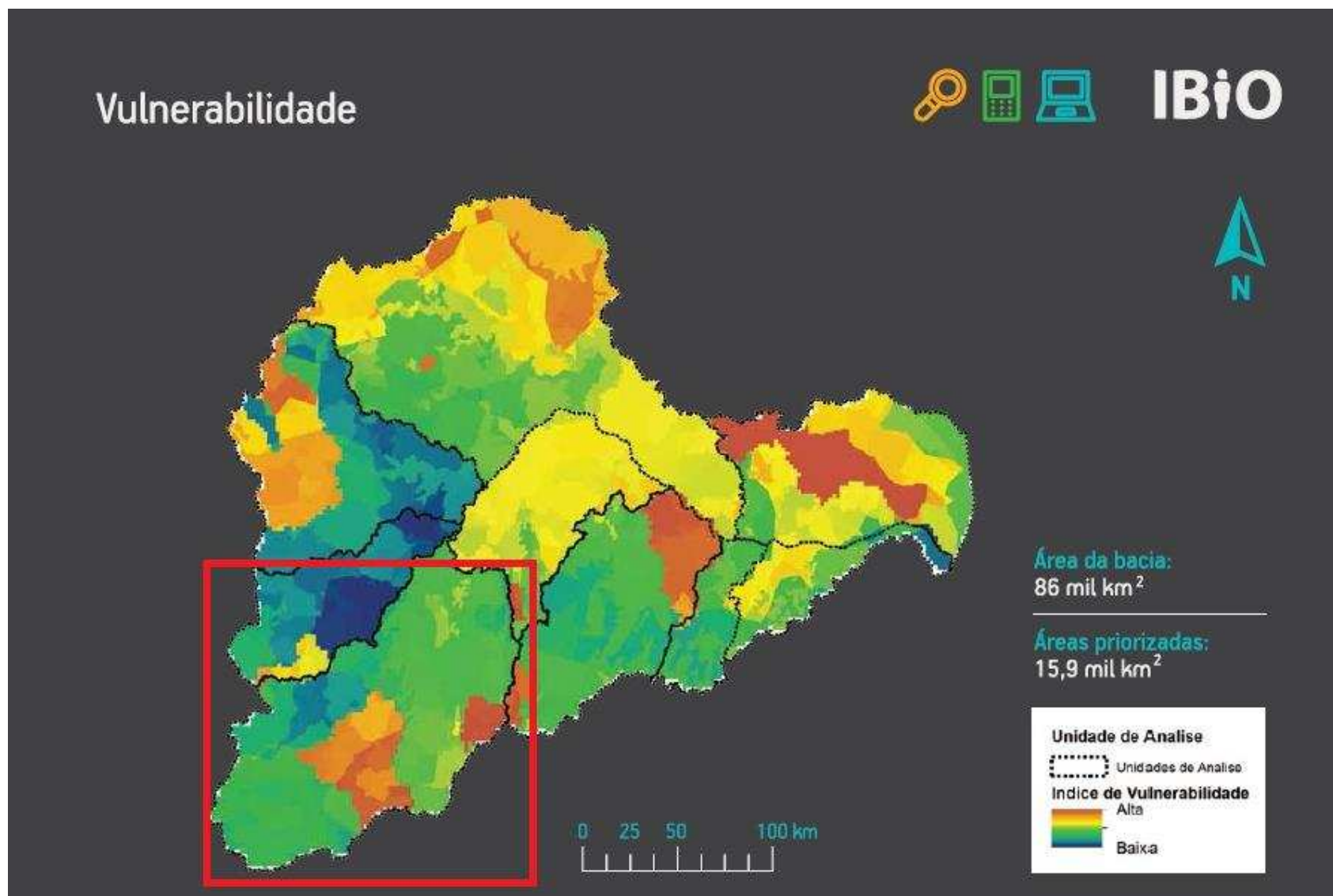
Fonte: Elaboração própria.

Quanto à atuação do Comitê em relação a todos os municípios que ele abrange, existe um mapa de vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce (**Figura 20**) que define as áreas prioritárias e apresenta quais os municípios que mais necessitam de planejamento e projetos de ações de melhorias para recuperação da qualidade hídrica e ambiental da Bacia. Na figura, a região destacada no mapa representa a Unidade de Planejamento DO1.

Esse mapa, segundo a Nota Técnica nº 01/2017/IBIO, foi resultado de um trabalho realizado em 2015 pelo IBIO a partir do Programa de Disponibilidade de Água no Rio Doce, o qual o índice de vulnerabilidade baseou-se nos fatores climáticos (variação da precipitação; índice de seca; e estresse hídrico), biofísicos (uso e ocupação do solo; suscetibilidade à erosão; desertificação; e índice de biodiversidade) e socioeconômicos (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e cobrança pelo uso da água).

Segundo o participante Lupino (2017), “o mapa de vulnerabilidade, é um norteador de projetos, não é um sorteio, não é merecimento, são dados estatísticos colocados numa plataforma de um mapa, sobreposta várias camadas até que você chegara te indicar onde que a parte mais vulnerável da Bacia”.

Figura 20. Mapa de Vulnerabilidade Bacia do Rio Doce, 2015.



Fonte: IBiO, 2015.

Conforme o mapa, a cor laranja representa os municípios que possuem áreas com maior índice de vulnerabilidade e consistem em prioridades do Comitê. Os municípios da região do Rio Piranga com maiores índices são: Santa Margarida, Pedra Bonita, Matipó, Coimbra, Cajuri, Paula Cândido, Teixeiras, Amparo da Serra, Guaraciaba, Porto Firme, Viçosa, Oratórios, Ponte Nova e Piranga. Como aludido sobre o índice de vulnerabilidade, esses municípios apresentaram, de modo geral, uso e ocupação irregular do solo; assoreamento dos rios; carência de infraestrutura; desmatamento; entupimento de bueiros; intervenções antrópicas; entre outros problemas. À medida que atualizam as informações, pode-se considerar outras áreas como prioritárias. É interessante ressaltar que o mapa foi constituído anteriormente ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG, portanto após o evento a atenção direcionou-se para os municípios da calha do Rio Doce, buscando a recuperação dessas regiões³⁴.

Todavia, a Bacia do Rio Piranga é extensa, o que dificulta a atender todo o seu território e até mesmo contar com a participação de representantes de regiões mais distantes nas plenárias que geralmente ocorrem no município de Ponte Nova. Assim, na maioria das vezes, acaba não sendo possível identificar todos os problemas da Bacia, pois exige um acompanhamento local que não é fácil de realizar. Além do mais, destaca-se o não envolvimento de todos que residem na região da Bacia no processo deliberativo. Essa constatação reforça a importância dos que não podem participar (seja por questões de logística, falta de recurso financeiro ou disponibilidade) de terem suas demandas representadas por aqueles que participam, conforme propõe Dryzek (2004).

O depoimento de Delfino do poder estadual (2017) aludiu sobre a atuação do Comitê e descreveu o processo de como de comunicação entre os programas³⁵ e os municípios com base no critério de prioridade.

Não consegue atender, difícil. Inclusive nos projetos é difícil atender, são direcionados primeiros aos municípios que aderem né, faz uma pesquisa o IBIO manda, por exemplo, nós vamos mexer com o saneamento rural, então precisa do apoio dos municípios, aí manda um e-mail para os prefeitos, querem aderir? Querem o projeto? Sim ou não? Aí com base nos municípios que concordam aí entram a parte operacional: Sim. Nós vamos dar conta de atender todos esses municípios? Vamos ter recurso para isso? Não, então vai ter que cortando. Então é uma coisa limitada, aos interesses dos municípios também e ao mesmo tempo e a gestão financeira. Ahh tem 70 municípios querem, mas tem dinheiro para isso? Existe um orçamento prévio, que o IGAM tem, que o CBH-Piranga tem, que os outros CBHs têm, que é o máximo que o estado vai passar, então tem que trabalhar dentro daquela faixa de recurso financeiro,

³⁴ Após esse evento não foi confeccionado outro mapa de vulnerabilidade, mas buscaram priorizar os municípios da Calha principal do Rio Doce.

³⁵ Os principais programas apresentados pelo Comitê aos municípios neste período foram descritos anteriormente no **Quadro 8** no item 4.1, pg. 134.

então fica aquela questão assim, que é atender o máximo possível dentro da disponibilidade financeira (DELFINO - PODER ESTADUAL, 2017).

É do conhecimento de parte dos representantes que o CBH-Piranga/MG atua principalmente em prol das áreas emergenciais da Bacia, e não de determinadas demandas dos seus membros. Como se percebeu, existem critérios definidos no plano diretor e decisões tomadas nas câmaras técnicas e plenárias, além da dependência de disponibilização de recursos financeiros para realização de projetos e ações planejadas. Delfino do setor estadual (2017) ainda complementou que o papel do Comitê deve ser sério, ele não pode se desvirtuar para questões políticas ou simplesmente “porque o fulano de tal acha que tem de ser”, deve atender sim as situações emergenciais e conseguir aceitação da comunidade para torná-lo mais forte.

Jasmim do poder estadual (2017) também abordou sobre a divulgação dos projetos para os municípios e chamou a atenção para uma problemática que envolveu o poder municipal.

(...) o CBH- Piranga ele não é uma babá que fica indo atrás dos Municípios: Pelo amor de Deus, vem cá que eu quero te ajudar! Então eles divulgam e dão a oportunidade dos municípios que têm interesse em participar de determinado projeto, de ser beneficiado com determinado recurso se manifestarem, né? E para tudo tem prazo e infelizmente a gente observa que às vezes os municípios não têm uma organização ou não têm, talvez, esse comprometimento ou talvez eles tenham uma grande, eles são um pouco fogo e palha, né? No primeiro momento todo mundo: aí eu quero! Mas depois você vê que aquilo vai se perdendo. Então eu acho que talvez a deficiência maior não esteja no CBH, talvez na própria estrutura política dos Municípios, né? No corpo de funcionários, muitas vezes o município não tem um quadro de pessoal concursado, então você tem muita rotatividade. Mudou o prefeito, muda todo mundo que tá ali dentro, então às vezes perde aquele conhecimento, aquela pessoa que já vinha acompanhando, perde (JASMIM - PODER ESTADUAL, 2017).

Diante dessa dificuldade estrutural dos municípios no quadro de funcionários, Lírrio da sociedade civil (2017) mencionou que as prefeituras possuem secretarias responsáveis pela agricultura, turismo, cultura e meio ambiente, mas os profissionais que trabalham nestes setores, na maioria das vezes, não possuem vínculo com a questão ambiental, o que gera pouca contribuição e interesse para essa área, pois o cuidado com o meio ambiente é visto como gasto e não como investimento. Assim, Bagari do setor usuários (2017) declarou que muitos municípios somente participam no Comitê quando apresentam alguma necessidade, algo que gera insatisfação de determinados representantes que estão ali sempre presentes buscando também contemplar suas regiões. Tal situação também interfere no processo de deliberação, uma vez que desorganiza as normas de igualdade, dentro desses espaços públicos de participação.

Além disso, não só essas normas de igualdade são desfeitas, mas também todo o objetivo que se pretende alcançar com a criação desses espaços pra legitimar a participação da sociedade e dos atores sociais que possuem interesses diversos (econômico, social, cultural, de subsistência) o que acaba não refletindo a realidade democrática, nem os verdadeiros interesses envolvidos na gestão da Bacia.

Nesta perspectiva, Delfino do setor estadual (2017) afirmou que o CBH- Piranga/MG deveria “criar uma personalidade mais forte” que conseguisse uma maior participação de todos, bem como olhasse as necessidades de cada município. Assim, novamente reforçou o exposto por Saramago do poder estadual (2017) ao defender o fortalecimento da identidade, do senso de pertencimento ao seu território. Ou seja, Saramago afirmou que o Comitê deveria trabalhar por unidades estratégicas separadas em grupos de municípios, de forma que houvesse uma melhor representação, pois os representantes são incumbidos por levar os interesses das suas entidades e não por representarem seus próprios interesses.

O mesmo alertou também sobre a necessidade de aproximação com os municípios da Bacia, para que se reconheça a realidade cultural e econômica de cada um, como apresenta o relato de Saramago do poder estadual (2017), e que os participantes também pudessem se sentir como parte do processo de tomadas de decisões. Cenário que traz alusão à democracia deliberativa tratada na teoria de Bohman e de Rancière.

(...) quando eu pego a região lá de Piranga, Senhora de Oliveira, aquela região mais próxima de Ouro Preto, olha eles são totalmente diferentes, eles têm lá toda uma cultura lá do século XVII, XVI, que é proveniente da exploração do ouro. Eles trabalham com poesia, com exploração de pedra de sabão, exploração de areia, exploração de carvão de mata nativa, tem uma série de coisas que eles são diferentes do resto, eles tem uma identidade cultural maior, mas precisava se reconhecer dentro de um espaço, é o que eles não se reconhecem, então eles tem essa cultura, toda vez você chama eles são diferentes, mas eles não se compreendem dentro de um território, então precisava de construir essa territorialidade, o senso de pertencimento, de identidade (SARAMAGO – PODER ESTADUAL, 2017).

Neste sentido, a reflexão sustentada por Gonh (1998) acerca da cultura política adquire sentido ao contribuir para o entendimento do Comitê como um fórum de debate, no qual a representação se fortaleceria e melhor debateria as reais necessidades e interesses de cada região, além de avançar na gestão social das águas ao conceber a diversidade cultural na interação entre os participantes e na compreensão da água e dos recursos hídricos.

Assim, a fim de entender como o Comitê se organiza para a implementação da PNRH, passa-se a seguir a analisar os ritos institucionais do CBH-Piranga/MG, observando

principalmente os documentos e leis que regem esse espaço e que instituem os comportamentos dos representantes em relação à gestão dos recursos hídricos.

4.3. Ritos Institucionais do CBH- Piranga/MG

Referente aos ritos institucionais do CBH-Piranga/MG, procurou-se investigar o conhecimento dos conselheiros em relação ao regimento interno, às legislações e instrumentos de gestão. Assinala-se que os ritos instituídos se assemelham à razão pública posta por Dryzek (2004) sob a visão de Rawls, quando os participantes de um arranjo político aceitam o conjunto de princípios antes de se envolverem. Além disso, é possível também verificar passagens da teoria procedimentalista de Habermas ao desenvolver debates orientados por normas de condutas, que contribuem para mostrar o que de fato se fixa ou não e como se dá a dinâmica de debates nas tomadas de decisões.

O regimento interno do Comitê traz um conjunto de regras que orientam no funcionamento do mesmo e na compreensão de cada atribuição, como foi elucidado por Vidal, Resende e Resende (2010) anteriormente, sendo importante que todos tenham o conhecimento e que o mesmo seja seguido a fim de construir um espaço mais organizado. Segundo o site institucional do CBH-Piranga/MG, o regimento interno do CBH foi aprovado pela plenária por meio da Deliberação Normativa (DN) nº 02, de 13 de maio de 2010.

Durante as entrevistas, verificou-se que todos responderam saber da existência do regimento interno, mas nem todos, aproximadamente 26%, chegaram a lê-lo. Em alguns casos, mesmo os que leram não o compreenderam em totalidade sua proposição. Dentre esses casos pode-se citar Gardênia da sociedade civil (2017) que relatou tê-lo lido, mas não obteve compreensão total: “eu já li o regimento, certo? Mas considero que não, porque não tive quem esclarecesse”. Porém, outros representantes que fizeram a leitura não encontraram muitas dificuldades de entendimento, embora reconheçam que existem algumas partes mais complexas que precisam ser bem analisadas. Esta situação novamente revela questões importantes, que podem acarretar desequilíbrio nas relações dentro do Comitê. Ou seja, uma vez que alguns conselheiros, sobretudo representantes da sociedade civil, carecem de conhecimento técnico, que se faz fundamental para compreensão de determinados documentos e/ou assuntos debatidos no Comitê.

Constatou-se ainda, por meio da observação nas plenárias e pela fala dos envolvidos, que o Comitê segue o regimento, sobretudo quando se trata das normas de funcionamento,

habilidades dos representantes, como o controle de presença e quórum nas plenárias, além de seguir o formato da composição do Comitê e a elaboração da redação das atas. As pautas, como já mencionado, são elaboradas com base em demandas levantadas por conselheiros e de interesse da Bacia do Rio Piranga e também por demandas da Agência de Águas. Algumas pautas ainda surgem dentro da plenária para serem debatidas na próxima reunião. Se for assunto de âmbito mais técnico e/ou burocrático é debatido primeiro na Câmara Técnica, que compete o assunto e na Câmara Técnica Institucional e Legal para depois ser levado para deliberação pela plenária. O **Quadro 11** descreve sobre as principais finalidades das Câmaras Técnicas que compõe o CBH-Piranga/MG.

Quadro 11. Finalidades das Câmaras Técnicas do CBH- Piranga/MG.

Câmaras Técnicas	Objetivo
Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)	Compete à CTIL examinar e emitir parecer a respeito da legalidade e da técnica legislativa sobre as propostas de deliberação realizada por outras Câmaras Técnicas, antes da aprovação pela Plenária; retornar a matéria à Câmara Técnica competente, com considerações de modificações ou oferecer substitutivo a Plenária, seguido da versão original da matéria analisada, quando houver parecer contrário; assessorar, quando requerida, os trabalhos realizados pelas outras Câmaras Técnicas no âmbito de legalidade e técnica legislativa; e desenvolver demais atividades se a Plenária solicitar.
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)	Criar critérios e normas gerais para autorização de outorga de direito de uso da água para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor; realizar estudos que subsidiem formas e valores de cobrança;
Câmara Técnica de Educação, Capacitação e Informação (CTCEI)	Desenvolver condições que capacitem os participantes ou membros do Comitê, a fim de contribuir na implementação dos projetos; disseminar informações sobre os recursos hídricos; Discutir, analisar e propor planos e programas de educação ambiental.
Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)	Responsável por analisar, desenvolver propostas e avaliar matérias de cunho técnico-científico, favorecendo análise de estudos e propostas que orientem a plenária a aprovar projetos eficientes que contribuam para boa aplicação da Cobrança para serem aprovados pela plenária;

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do site institucional CBH-Doce.

Quanto à elaboração das atas, elas são importantes por ser um registro oficial das discussões e deliberações que ocorrem no Comitê. Contribui ainda para averiguar a participação nos debates, objetividade e andamento das deliberações. Sendo assim, as atas das reuniões do CBH-Piranga/MG são encaminhadas por e-mail para os representantes para que eles leiam e aprovem na próxima reunião, pois elas não são lidas nas plenárias. Porém, observou-se por meio das reuniões que nem todos leem e às vezes reclamam de não terem recebido a mesma

com antecedência, além disso, constatou-se que nem todas as discussões são registradas na ata e poucas vezes há contestações, seja pela falta de conhecimento a respeito ou pelo desestímulo em se envolver.

Bagari do setor usuários (2017), por exemplo, se mostrou inconformado em relação às atas, solicitando alteração no regimento quanto à forma de sua elaboração. Para ele existe uma falha ao não assinar a ata ao final de sua votação, pois isso pode dar margem para asseverar quórum nas plenárias quando não houver. Relatou ele sobre uma reunião: “Precisava de 15. Só tinha 12. E eles tinham falado que tinha quórum. Tem muita coisa mal contada, mal-estar”. E ainda questionou: “Como é que eu coloco seu nome se você não veio aqui?”

Níger da sociedade civil (2017) ainda afirmou: “às vezes nem tudo que você fala vai pra ata...” Para ele, o responsável por redigir a ata seleciona os discursos com base no que ele acha mais interessante, porém alguns representantes mais atentos questionam sobre determinados assuntos que não foram transcritos e pedem a sua inclusão para aprovação. Portanto, tanto Bagari quanto Níger já solicitaram revisões no regimento quanto à forma de elaboração das atas.

Outra modificação sugerida foi sobre o intervalo das reuniões que são muito esparsas. Segundo Jacinto do poder municipal (2017), as reuniões deveriam ser mensais e não bimestrais, pois as vezes um assunto que foi debatido numa reunião e fica para ser deliberado em outra num prazo de 60 dias, perde um pouco o dinamismo e o seu foco. A participação também fica limitada caso o representante tenha faltado uma reunião anterior, pois apresenta um intervalo muito longo de presença nas plenárias e não tem uma integralidade dos assuntos tratados em pautas.

Em consonância, Violeta do poder municipal (2017) reforçou que quando as reuniões ocorrem uma vez a cada dois meses, a impressão que fica é que as ações não saem do lugar. Para ela, o Comitê teve mais atuação assim que ocorreu o rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG em novembro de 2015, pois as reuniões passaram a ser mensais no intuito de propor ações para a recuperação das áreas degradadas pelo evento, evitando a abrangência dos danos. Neste período: “o negócio fez assim, a gente não perdia o fio da meada... a gente tinha reunião pelo menos mensal, quando não tinha quinzenal e aí eu achei que isso avançou demais, essas discussões desses ‘Ps³⁶’ saíram todas dessas reuniões”. As reflexões da entrevistada demonstram que a periodicidade das reuniões pode contribuir para que tanto os membros do

³⁶Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12); Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42); e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52).

comitê se sintam mais motivados e envolvidos, como as demandas tenham celeridade em suas resoluções.

Para tanto, houve recentemente um momento em que o regimento foi discutido nas plenárias a fim de adequar a Deliberação Normativa – DN 52, uma proposta do Comitê do Estado de Minas Gerais (CERHs) para padronizar e subsidiar a elaboração dos regimentos internos dos CERHs. Esta discussão foi vista como positiva para Lisianto do setor usuários (2017), pois possibilitou à plenária conhecer sobre o regimento e expor as revisões necessárias.

Desse modo, os participantes ao pedir revisões cumprem o papel de participar e opinar, já que não concordam com algo e pedem alterações. Inclusive, colaborariam para que o exercício de participação no Comitê caminhe para ser de fato um ambiente que possibilita que todos os participantes tenham voz e contribuam para o processo democrático. Entretanto, não se constatou alterações na forma de elaboração das atas e nem na modificação do período de intervalo entre as reuniões. Alguns participantes ainda alegaram que o regimento não foi discutido nas assembleias, o que evidencia também a falta de participação nesse espaço.

Tal uniformização “indica que nós não sabemos regulamentar, colocar regras no nosso funcionamento, sozinhos”. Também criticou o desinteresse de boa parte dos conselheiros em não lerem o regimento e que em determinados momentos nas reuniões acabam sim fugindo de algumas coisas que são expostas. Antúrio do setor usuários (2017) relatou o motivo de a DN 52 se fazer necessária e polemizou sobre o tempo de mandato da diretoria:

(...) o objetivo era de você uniformizar os regimentos internos dos Comitês estaduais, este era o objetivo e colocar alguns regramentos porque ele era muito aberto. Então você pegava Comitês que tinha mais de 70 membros, então quando você ia fazer plenária você não conseguiu fazer quórum, você não consegue nem preencher as vagas, então a gente diminuiu para 56 vagas, colocamos algumas coisas na parte de finalidade, que a gente achava que era importante, o formato da diretoria, como era composta porque da forma que tava tinha Comitê que o presidente perpetuando o poder, a gente achava que não que não era interessante, que a reeleição seria uma reeleição, que os membros teriam que ser substituídos, então a gente trabalhou neste sentido de ter o rodízio, de ter sempre gente nova na gestão do Comitê, eu acho que isso faz, o Comitê passa a evoluir mais e você não fica com aquela cara de Comitê carimbado, aquele Comitê tem dono, aqui em Minas tem muito disso, tem muito Comitês ainda que estão ainda tentando ter o seu dono. Pra ser membro ele pode se candidatar, ele pode estar ali 10 anos, não tem determinação de prazo para ser membro, agora para participar de diretoria aí sim, aí tem prazo, um mandato pode se reeleger, 1 mais 1, só, aí também acabou, ele pode retornar daqui, ficar sem um mandato e retornar no outro mandato, mas a gente entende isso muito difícil, pode ser que acontece pode ser que não aconteça, e ao mesmo tempo você corre o risco de ter uma boa gestão de 1 mais 1 e não ter uma boa gestão no próximo, depende muito de quem vai tá (ANTÚRIO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Neste sentido, ressaltou-se a importância de todos terem noção do regimento interno do CBH-Piranga/MG, pois o conselheiro tem o papel de deliberar, de fazer monção ou ofício

conforme o que é instituído. Deve também obedecer a PNRH com base na Lei Federal nº 9.433/97 e na Lei Estadual nº 13.199/99. Estas leis estabelecem normas de controle que ajudam a manter a qualidade e a quantidade da água por meio do SNGERH e dos instrumentos de gestão. A primeira administrada pela ANA e a segunda pelo IGAM.

Assim, identificou-se que todos os representantes conhecem sobre a existência do arcabouço legal, embora a leitura seja feita principalmente quando se faz necessário recordar determinados itens nas Leis. Lupino da sociedade civil (2017) afirmou: “não é uma leitura que a gente pega: Hoje eu vou ler a Política Nacional. Talvez o ideal fosse fazer isso, mas ninguém faz”. De modo geral, observou-se que os representantes que não lidam no dia a dia com a legislação em suas profissões ou que não estão na diretoria do Comitê têm uma ideia genérica das Leis, conhecem parte, mas não buscam se aprofundar no assunto.

Lírio da sociedade civil (2017) abordou sobre a importância dessas Leis para as questões ambientais, mas chamou a atenção para a sua atuação na prática. Em seu depoimento elucidou:

(...) eu vejo a Política Nacional, é a legislação, a normatização, é de um modo geral, ela é excelente. Agora o que deixa a desejar é a atuação, atuação ambiental, atuação na área ambiental do poder público, estadual, do poder público municipal, do poder público federal, ela fica muito a quem da necessidade, então assim, tem uma legislação boa, tem bons conhecimentos, temos bons profissionais, temos a universidade aqui do lado, uma grande universidade, porém precisa de praticar mais, precisa que as coisas aconteçam, sabe? Tem a política estadual, tem a política municipal, mas eu acho que tem estrutura política, estrutura política não, tem uma legislação boa, mas com outras palavras, precisa de praticar, precisa acontecer... (LÍRIO - SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Por esta perspectiva, Saramago do poder estadual (2017) salientou que seria essencial o Comitê disponibilizar cursos online sobre o regimento e as legislações e requerer que os conselheiros assistam e tenham entendimento a respeito. Assim, poderia favorecer uma atuação mais eficaz desses atributos legais, já que muitas vezes a morosidade das ações ocorre pela própria falta de maior envolvimento e conhecimento das pessoas ou por tais normatizações serem criadas de “cima para baixo” sem reconhecer as reais necessidades de cada local. Todavia, verificou-se a existência de cursos disponibilizados no site institucional do Comitê, o que revela o pouco acesso ao site e desconhecimento por parte dos membros, bem como demonstra a necessidade de capacitação dos conselheiros sobre os temas que são abordados no Comitê e a legislação pertinente.

Outro importante elemento a ser analisado no Comitê consiste na estrutura do SNGERH, responsável pela implementação da PNRH, conforme Pombeu (2008). Quanto ao Sistema, evidenciou-se que nem todos os conselheiros compreendem como funciona a hierarquia e o

papel dos órgãos compostos. Segundo o participante Lupino (2017), existe muita burocracia e arranjos políticos, o que dificulta o entendimento a respeito. Mas, de modo geral, os conselheiros acreditam que a relação seja positiva. Jasmim do setor estadual (2017) expôs que as instituições do Sistema estão sempre em contato e trocando informações, com forte interface entre elas. No CBH-Piranga/MG é comum a presença do IGAM como representante estadual e do IBIO como a Agência de Bacia. Outros órgãos, como ANA, CNRH, coordenam de forma mais distante, às vezes ministram cursos, mas só aparecem no Comitê esporadicamente. O IBIO também é responsável por abrir editais e fazer licitações de empresas para realizarem os projetos de melhorias na Bacia.

Por esta perspectiva, mesmo que haja boa relação, a interinstitucionalidade do SNGERH é precária, uma vez que nem todos os órgão têm conhecimento do que o outro está fazendo na Bacia. De modo geral, os representantes aceitam a hierarquia simbólica, subordinada, sem mesmo perceberem. Tal situação se assemelha ao marco teórico de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico. Cravo do setor estadual (2017) também afirmou que o Comitê atualmente³⁷ desenvolveu alta dependência em relação ao IBIO, mesmo este sendo caracterizado como uma agência ainda imatura, com pouca experiência e corpo técnico jovem, além de manter dependência em relação ao IGAM, ou seja, o Comitê quando passou a ter o apoio dessas entidades pouco conseguiu atuar, tomar decisões, estabelecer pautas sem o suporte técnico-administrativo e financeiro das mesmas, já que o momento anterior à agência foi marcado por muitas dificuldades financeiras, estruturais e de organização. Desse modo, essa situação contrariou o apresentado pelo estudo de Campos (2002) ao afirmar que alguns Comitês vêm cumprindo papel executivo e as agências têm sido vistas como desnecessárias.

Essa visão dos membros do CBH-Piranga/MG sobre o IBIO é perceptível na execução das atividades durante as plenárias. De acordo com Bromélia da sociedade civil (2017), a Agência de Bacias sempre leva as “coisas prontas” impondo suas decisões sem levar em consideração as opiniões dos envolvidos, o que descaracteriza a gestão descentralizada e participativa. Em seu depoimento expressou: “depois que foi criada a agência, deixa tudo por conta da agência, sabe? Então vai a agência na reunião, e as pessoas ficam mais sem ação, assim, sem opinião (...)”.

Lisianto do setor usuários (2017) confirmou que existem dificuldade de entendimento entre as pessoas no que diz respeito ao SNGERH. Para ele, a compreensão de todo o Sistema só será possível à medida que os envolvidos começarem a entender mais sobre a Bacia e a vê-

³⁷ A partir de 2011, ano que o IBIO iniciou suas atividades no Comitê.

la como uma unidade territorial de planejamento, pois às vezes não identificam nem o principal afluente de sua região. Entretanto, seria mais interessante entenderem especificamente sobre o Comitê ao invés de entenderem todo o Sistema. Mas, ressaltou que a compreensão do SNGERH é vista como a busca por discussões descentralizadas, em que cada um possa contribuir com sua participação e com suas ideias.

Além do SNGERH, foram observados a respeito dos instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9.733/99, que possibilitam o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos através dos órgãos gestores. Pelo **Quadro 12** é possível identificar os instrumentos de gestão implementados na Bacia do Rio Piranga.

Quadro 12. Instrumentos de Gestão do CBH-Piranga/MG.

Instrumento de Gestão	Status
Plano de Recursos Hídricos	Implementado/ Aprovado
Enquadramento de Corpos de Água em Classes, segundo os usos preponderantes	Não implementado/ Não possui
Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos	Implementado/ Aprovado
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Implementado/ Aprovado
Sistema de Informações em Recursos Hídricos	Em implementação

Fonte: IGAM, 2018.

Notou-se que o instrumento de sistema de informação estará sempre em processo de construção e o de enquadramento ainda não foi implementado na Bacia. Segundo informações da ANA (2016), embora esse instrumento seja previsto pela Política Nacional de Recursos Hídricos, o enquadramento na Bacia do Rio Doce não foi aprovado pelo CNRH, pois a Bacia apresenta alto nível de poluição, tendo apenas enquadramento para os corpos hídricos da Bacia do Rio Piracicaba.

Sendo assim, para que haja aprovação do enquadramento na Bacia do Rio Doce e nas demais sub-Bacias é necessário que se realize estudos complementares que tragam conhecimento e entendimento do instrumento, de metodologias adequadas para sua aplicação e de ações de gestão dos recursos hídricos. A implementação do enquadramento de corpos de água visa garantir que as metas de qualidades previstas no plano de recursos hídricos ocorram e ainda servir de referência para os instrumentos de outorga e cobrança.

Para os conselheiros entrevistados, os instrumentos que possuem maior compreensão são outorga e cobrança, uma vez que consistem em assuntos recorrentes na plenária. Quanto à outorga observou-se a exigência de uma fiscalização mais rígida para a liberação do direito de uso dos recursos hídricos, o qual deveriam investir em visitas técnicas nos locais para

verificarem se realmente os requerentes podem se cadastrar como usuários. Jasmim do setor estadual (2017) expôs algumas modalidades de outorga:

O uso insignificante que é um mero cadastro, que são esse poço que você tem para abastecer uma casa, uma propriedade rural ou uma captação pequena em curso d'água; a gente tem as outorgas que já são volumes maiores e tem as outorgas de grande porte que normalmente é alguma coisa relacionada a empreendimentos hidrelétricos ou às vezes alguma captação para fornecer o abastecimento de uma cidade inteira, que são grandes volumes de água e que aquilo poderia, de alguma forma, ter algum impacto na bacia, principalmente em relação ao acesso, ao direito, né? Ao acesso que você não pode, por conta de um grande empreendimento, impossibilitar que alguma parcela da população ou que algum empreendimento fique sem recurso. Então, essa questão das outorgas de grande porte é fundamental, né? (JASMIM- SETOR ESTADUAL, 2017).

Aliado à outorga, o instrumento de cobrança é o mais citado pelos entrevistados. Como já visto, o mesmo trouxe avanços para o CBH-Piranga/MG, mas também apresentou uma série de discussões em relação ao repasse dos recursos financeiros que deveriam ser retornados para aplicação na Bacia. Além disso, assim como a outorga, Zéfiro do setor municipal (2017) ressaltou sobre a necessidade de maior fiscalização, sobretudo em relação aos poços semiartesianos que vêm sendo furados de forma indiscriminada.

Então quase toda propriedade rural tá furando poço e eles não pagam a taxa de registro e nem de outorga, então essa cobrança do uso dos recursos hídricos tá sendo com dois pesos e duas medidas, tá sendo pra uns e não pra outros. Eu acho que o Comitê deveria aprofundar mais nisso aí. O próprio representante do IGAM falou: Ah, com essa seca aí a gente não tá fiscalizando! Pra mim deveria ser o contrário, né? Porque isso aí, eu não sei se têm estudos sobre isso, mas é um poço aqui, outro aqui, outro aqui, isso tá fazendo baixar o lençol e tá comprometendo o afloramento natural da água, com certeza (ZÉFIRO – SETOR MUNICIPAL, 2017).

Já em relação ao Plano de Recurso Hídrico ou Plano Diretor percebeu-se que cerca de 67% declararam ter lido, porém observou-se que alguns confundem algumas determinações do Plano de Recurso Hídrico com o que preveem outros planos que envolvem o Comitê, como o Plano de Aplicação Plurianual e o Plano Municipal de Saneamento. O Plano de Recurso Hídrico da Bacia do Rio Piranga, segundo o site institucional do CBH-Piranga/MG (acessado em novembro de 2018), foi aprovado em 2010 como Plano Integrado de Recurso Hídrico, sendo parte do Plano elaborado pelo conjunto de Comitês que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, como já aludido. A elaboração deste documento contou com o auxílio dos órgãos gestores de recursos hídricos da União e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Plano é constituído por diagnóstico, prognóstico, programas, ações, metas, procedimentos, atores envolvidos e viabilidade financeira, com o objetivo de avaliar a situação atual da qualidade da água e sua disponibilidade até 2030.

Vale ressaltar que o Plano foi considerado imprescindível para orientar o Comitê e a aplicação dos recursos públicos, assim como contribuiu para a implementação da cobrança na Bacia, para os estudos aprofundados dos recursos hídricos e para a identificação de problemas. Porém, similar ao demonstrado por Reis e Lanna (2009) sobre as dificuldades dos Comitês em colocarem em prática o plano, os depoimentos dos representantes mostraram que o Plano não atendeu às expectativas e apontaram algumas críticas e disfunções tanto em seu conteúdo quanto em seu conhecimento e revisão. Conforme Cravo do setor estadual (2017), a revisão deveria ser feita de 4 em 4 anos, mas em nenhum momento foi revisto. O acompanhamento constante do Plano seria essencial para adequar o Comitê aos novos problemas ou impactos que ocorrem na Bacia. Para ele:

Os Planos são instrumentos que foram construídos numa experiência primeira que ninguém sabia muito bem o que que era, ou sabia, mas não tinha uma concepção plena do processo. E eu acho que eles precisavam ser monitorados permanentemente, revisados permanentemente, até porque evolui o quadro muito rapidamente da gestão de recursos hídricos e a gente não tem parâmetros para poder fazer essa revisão, sem ter um Plano fidedigno, um Plano que demonstre, evidencie o que que é a Bacia, o que que a gente planeja para ela no futuro, né? Que é a proposta do Plano. Então, os Planos de Bacia em geral, eles são malsucedidos em termos de eficácia porque eles não geram para a gestão, aquilo que a gente espera.

E, continua:

Eles determinaram regras, regras mais ou menos comuns, como a gestão anda num passo relativamente lento, em relação a história, o Plano consegue acompanhar, mas se a gente tivesse, né? Quando acontece um acidente, igual este de Mariana, nós não temos nem norte pelo Plano. Você vê que hoje a gente discutiu aqui, um tanto de aplicações, um tanto de questões relacionadas ao Plano, a recuperação e ninguém sabia qual era o papel do Comitê, né? Que é cobrar a questão da demanda, disponibilidade (CRAVO – SETOR ESTADUAL, 2017).

Lírio da sociedade civil (2017) também ponderou sobre a questão das regras comuns ao citar a abrangência da Bacia. Os municípios que a compõe possuem distintas realidades e frequentemente enfrentam conflitos pelo uso da água, por isso é necessário cuidado ao utilizar o Plano, sendo importante identificar as especificidades de cada contexto e respeitar as identidades de cada território, como já mencionado anteriormente.

(...) o plano foi bem elaborado, mas ele foi, ele é um plano difícil, porque nós com o Comitê do Piranga, só o Comitê do Piranga, são mais de 70 cidades, quer dizer, a gente pega lá em Ressaquinha né, lá em Ressaquinha é um clima, lá em Ressaquinha é onde tem um bioma, aqui Ponte Nova já é outro bioma, já é outra situação, então tem problemas comuns sim, mas é, são muitas cidades, é complexo (LÍRIO-SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Para Saramago do setor estadual (2017), essas particularidades dos municípios que não foram contempladas pelo Plano consiste em consequência do fato de terem se baseado principalmente em dados secundários para sua elaboração, na qual gastaram uma fortuna e resultou em informações que eram mais ou menos óbvias para os representantes do Comitê. Já conforme Lisianto do setor usuários (2017), houve o recurso para elaborar o plano, mas seu conhecimento por parte das pessoas, sobretudo do governo, é deficitária, como apresentou o registro de sua fala:

Os governos não têm conhecimento do Plano de Bacia, não reconhece como um instrumento de planejamento para política estadual, então você tem o poder decisivo, mas o próprio governo de estado não coloca isso no seu planejamento de desenvolvimento, nada, desconhece. Então quer dizer, você fica assim, o governo cria o Comitê, mas desconhece o que tá discutido aqui, então você fica naquela assim, (...) descentraliza a discussão, mas não descentraliza o poder (LISIANTO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Neste sentido, todos esses apontamentos tornam-se obstáculos para uma melhor atuação do Comitê e implementação da PNRH. O desconhecimento por parte do governo reflete na ausência de prioridades para a agenda de recursos hídricos, o que provoca desmotivação e preocupação aos conselheiros, pois segundo o participante Lupino (2017) “não pode o governo com a cabeça pra lá e o Comitê pensando pra cá”, é preciso que os formuladores de políticas públicas ouçam mais os Comitês, pois estes, por meio da democracia deliberativa, consistem em caminhos para determinar e articular intervenções públicas.

Uma dificuldade que se destaca para efetivação destas normatizações referiu-se à pouca vontade política, como inferiu Lírío da sociedade civil (2017):

A vontade política ela é voltada pro capital. Que que acontece? Isso eu acho que não é de todo ser humano não, mas isso é implantado na mídia, isso a gente cresceu com isso, a gente precisa ter dinheiro, precisa vender, precisa comprar, então eu vejo por exemplo, vamos na prática para ser mais objetivo para poder entender melhor. Se vem um loteamento para a cidade, não importa se vai degradar. O loteamento vai vir, então quer dizer, poderia vir e deveria não degradar, só que a questão econômica prevalece à questão ambiental, daí provoca um problema econômico depois, porque igual um exemplo recente, então o crime de Mariana, então foi uma questão de capital, foi uma questão de progresso entre aspas que gerou um problema ambiental que depois, não que ainda está começando a resolver e está muito recente assim tem muito para fazer, gerou um custo absurdo.

E, continua:

Então, quer dizer, é preciso pensar a questão da política, né? A política nacional e a política estadual e a municipal é preciso da gente ir nós como cidadão, é preciso de nós entender se não tem progresso ambiental que é só progresso material, vamos falar assim, esse ele não é progresso, se você traz o progresso sem ser sustentável, sem ser, é acompanhado, sem ser, é trazer a questão ambiental, é preferível que não venha. É pesado falar isso, mas é a verdade! Verdade, o dinheiro por si só ele não vai trazer

benefícios futuros, vai trazer problema. Então, ah, vamos gerar tantos empregos. Ah tá! Vai gerar tantos empregos, mas vamos ver a questão de sustentabilidade, vamos ver a questão ambiental, né? Então, penso assim (LÍRIO – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Em consonância, Níger da sociedade civil (2017) afirmou que as questões que envolvem dinheiro têm prioridade, uma vez que poucos estão preocupados com a questão ambiental e com as gerações futuras. Para ele, a questão política está envolvida em tudo, bem como o uso de propina e o benefício de um determinado grupo que detém o poder econômico. Assim, coloca que muitas coisas no Comitê não conseguem ser seguidas e que existe um romantismo e um idealismo. Cosmos do setor usuários (2017) reforçou o que foi discutido por vários estudiosos, tais como Abers e Jorge (2005), ao referir sobre a novidade da legislação: “... é tudo muito novo pro nosso país, a gente está engatinhando ainda sobre essa questão da legislação, sobre a própria formação do CBH, quais que são deveres, quais que são as atitudes que devem tomar o Comitê”.

Portanto, vistos os principais aspectos evidenciados pelas entrevistas, ao analisar os ritos institucionais do CBH-Piranga/MG constatou-se carência na formação técnica dos representantes, falta de entendimento do funcionamento da estrutura administrativa e passividade nas ações, o que prejudica a capacidade de tomar decisões complexas em relação à gestão compartilhada dos recursos hídricos e limita o nível de eficiência. Além disso, o arcabouço legal pertinente, o regimento interno e os principais instrumentos de gestão e de planejamento carecem de mecanismos de coordenação, monitoramento e avaliações constantes em seus processos de implementação, de forma que os seus conteúdos apresentem legitimidade política, institucional e técnica.

O tópico a seguir apresenta mais detalhadamente o processo participativo e democrático do Comitê e ajuda a compreender o funcionamento do CBH e o gerenciamento dos recursos hídricos, bem como a forma como ocorrem os processos de tomadas de decisões e como a deliberação influencia na implementação da PNRH.

4.4. Participação e Processo Democrático

Neste tópico apresentam-se especificamente os resultados que referem ao processo participativo do CBH-Piranga/MG. A participação no Comitê deve propiciar debates, negociações, formação de consensos e ações de modo que cheguem a acordos e a tomadas de decisões direcionadas para o interesse coletivo, respeitando todos os atores envolvidos nesse espaço público. É importante que a participação envolva cidadãos ativos no processo de

deliberação pública e que assegure os anseios de todos os segmentos, sobretudo da sociedade, nas tomadas de decisões sobre os recursos hídricos.

Vale ressaltar que essa nova forma de gestão descentralizada, em tese, traz a possibilidade de aproximar a comunidade nas tomadas de decisões sobre os recursos hídricos, como já aludido por Zinato (2000). Além disso, é possível analisar pelo novo arranjo institucional do Comitê (poderes públicos, Usuários e sociedade civil) a política fundamentada na ação comunicativa de Habermas (1997), em que o fluxo oficial do poder no eixo “centro-periferia” demonstra que o Comitê auxilia na relação sociedade civil e Estado, possibilitando que as discussões e deliberações sejam encaminhadas aos órgãos competentes da PNRH.

Porém, como já mencionado, nem sempre a sociedade civil consegue se envolver nas práticas de poder compartilhado nesses espaços, sendo comum também a ausência de representantes dos produtores rurais, agricultores e da polícia ambiental. Os representantes ainda destacaram carência de participação das prefeituras municipais, dos vereadores, técnicos de todos os órgãos ambientais do Estado, das universidades, estudantes, usuários do meio rural, Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O principal motivo que justificou a ausência desses órgãos no Comitê é consiste no alegado pouco entendimento sobre a importância de cada um no processo de gestão dos recursos hídricos, assim como a falta de convites que estimulem o exercício da cidadania.

Lisianto do setor usuários (2017) asseverou que entre os segmentos que compõem o CBH-Piranga/MG, o Estado era muito ausente, antes não havia participação do IGAM e o IEF era pouco representativo. O segmento municipal está se aproximando aos poucos devido à aplicação do recurso da cobrança nos municípios, mas ainda precisa entender a importância de fazer parte do Comitê. Já a sociedade civil para ele é muito “resistente ao papel dos usuários da Bacia”, o que não deveria ser, uma vez que, em sua percepção, os usuários têm grande participação por terem as outorgas aprovadas no Comitê e o pagamento do instrumento de cobrança. Assim, Lisianto advertiu que os usuários deveriam se envolver mais, pois ao pagarem pelo uso da água, deveriam cobrar o que está sendo feito com seu dinheiro.

Neste aspecto, ressalta-se Dryzek (2004) ao inferir a importância da presença de todos, mesmo que alguns não tenham direito a voto, devido ao limite de vagas no Comitê. A participação traria assim maior legitimidade, fortalecimento e reconhecimento do papel do Comitê, bem como possibilitaria consolidar uma gestão mais participativa ao inserir novos

olhares, como expôs Delfino do setor estadual (2017). As pessoas ainda teriam maior conhecimento e entrosamento com as questões ambientais, tomando conhecimento sobre os projetos e ações que são desenvolvidos na Bacia e, assim, poderiam se organizar e tomar parte na responsabilidade sobre a qualidade e quantidade de água.

(...) eu acho que faltaria também é a participação popular porque só Comitê e o representante ele tá ali é limitado àquelas ideologias que estão ali, agora se você conseguisse abrir assembleias que realmente pessoas que não são membros, né? Mas que são interessadas da área, que são voluntários para tipo de atuação que seja na água, na floresta, sei lá, meio ambiente em geral, eu acho que isso fortalece, fortaleceria, porque você está trazendo uma outra visão, mais pessoas, né? (DELFINO – SETOR ESTADUAL, 2017).

Lírio da sociedade civil (2017) também reforçou sobre a necessidade de contar com mais pessoas envolvidas no Comitê, pois seria esta uma oportunidade de trabalhar a educação ambiental e dar condições para que elas se conscientizem da importância de se ter uma sociedade mais sustentável. Entretanto, observou que há uma carência de canais de comunicação que divulguem sobre o Comitê, sobre as ações que o mesmo desempenha e sobre as datas das plenárias. Desse modo, a convocatória para as plenárias ocorrem via e-mail e por telefone para os representantes e é divulgada no site institucional para aqueles que têm interesse em frequentar. Porém, são poucos os que possuem esse acesso e o Comitê acaba se tornando um espaço público, mas que não é publicizado, algo preocupante à medida que se restringe aos interesses de determinados grupos.

Diante dessa carência de divulgação do Comitê e da necessidade de ter mais pessoas envolvidas com a questão hídrica, boa parte dos conselheiros também afirmou que seria importante a presença de representantes do Sindicato dos Produtores Rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois como enfatizou o participante Lupino (2017), os produtores e os agricultores deveriam ser os maiores protagonistas na busca de mitigação dos problemas ambientais e na preservação da água. Desse modo, a teoria de Dryzek (2004) contextualiza que aqueles que talvez mais precisariam participar, pouco participam, seja pela pouca disponibilidade de tempo ou por não se sentirem pertencentes ao processo ou ainda pela falta de conhecimento sobre as plenárias, levando a democracia deliberativa à perda de sua legitimidade.

Por que que o Sindicato num participa? Por que num quer? Por que não conhece? (...) Os maiores usuários de água que tem no Brasil é agricultura, setenta e tantos por cento da água, quem usa é agricultura. Então, cadê esse pessoal? Depois a indústria, depois o consumo, né? Porque as grandes empresas, o lobby deles é tranquilo, o Vale do RioDoce tem secretário do Comitê de Bacia do Rio Piranga é funcionário de quem? Da Vale do RioDoce. Então, os grandes interessados que economicamente se valem

disso, ele tem. O agricultor que fica à mercê de uma associação, de um sindicato pra poder representá-los (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

Se houvesse o envolvimento de todas essas organizações, os estudos de Habermas (1984; 1997; 1999) sobre a redefinição da esfera pública, ajudaria compreender a perspectiva emancipatória, com envolvimento de distintas empresas, partidos, sindicatos e outras organizações, cada qual com sua força social traria mudanças na dinâmica política, na legislação e nas medidas de gestão (MATOS, 2015).

Contudo, verificou-se que alguns interesses políticos e econômicos se sobressaem no Comitê, o que compromete e fragiliza a gestão democrática. Entretanto, a EMATER busca desempenhar o papel de representante dos agricultores, ainda assim identificou-se a importância de aproximá-los mais do Comitê, de modo que se sintam parte do processo de tomadas de decisões sobre os recursos hídricos e sejam informados das questões que permeiam a Bacia e sobre as adequações necessárias, tais como: Novo Código Florestal, Área de Preservação Permanente, Cadastro Ambiental Rural e Plano de Recuperação Ambiental. De acordo com Zéfiro do setor municipal (2017), a presença do produtor rural é importante,

Porque todos os recursos hídricos estão dentro das propriedades rurais, então a gente depende deles para, né? A gestão desses recursos e eles são muito, ficam muito afastados, muito sem saber das novidades, da legislação, né? Então, é criado uma norma e é publicado no diário oficial do Estado e o produtor rural que tá presença física lá no meio nos recursos, juntos aos recursos hídricos, eles não têm conhecimento do que tá passando, do que tá então a gente vê muita degradação ambiental, muito, né? Degradação dos recursos hídricos por falta de conhecimento técnico dos produtores. Então, pra eles fazer uma lagoa represando a água não é crime ambiental, não tá, eles não tão fazendo nada do que a dessedentação dos animais, então eles não têm isso aí como uma intervenção. Então, eles tinham que ser mais instruídos. Eu acho que é investimento nesses programas mesmo que estão sendo debatidos lá. Investimento no saneamento rural, programa de melhoramento da bacia, porque ele quer preservar também, né? Mas ele não tem condições, nem conhecimento, né, pra fazer isso, né? (ZEFIRO - SETOR MUNICIPAL, 2017).

Esse não conhecimento técnico e científico do produtor rural ou do agricultor também foi mencionado como restritivo para sua participação no Comitê, uma vez que geraria maiores dificuldades de entendimento de determinados assuntos debatidos nas plenárias, confirmando a teoria de Rancière (1996; 2010) quanto à exclusão de determinados participantes. Porém, essa dificuldade de conhecimento técnico foi percebida em muitos representantes do Comitê, mostrando contradição em responsabilizar apenas produtores ou agricultores por apresentarem dificuldades com o conhecimento técnico. Outra análise que se faz pertinente nesse contexto refere-se à Habermas (1990) ao salientar que a linguagem estabelecida entre os membros gera

dissensos que, se não entendidos e acordados de forma igualitária, dificultam o alcance do consenso.

Assim, para Saramago do setor estadual (2017), se o agricultor não possuir conhecimento, compreensão daquilo que está vivenciando, preparo e uma posição para defender, argumentar e questionar sobre o que vai acontecer com sua propriedade, ele será apenas um curioso concordando com o que os outros estão deliberando, pois sem entender as razões e as consequências da sua participação, esta fica subordinada às decisões dos demais membros. Entretanto, o Comitê deve propiciar um espaço acessível a todos, no qual se utilize uma linguagem que aproxime vários setores para trocarem experiências e informações sobre os recursos hídricos, de modo que as condições subalternas (desigualdades sociais, menor poder político e econômico) que conferem menor eficácia discursiva sejam cada vez mais minimizadas, dando espaço para a igualdade política entre os atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos, ampliando experiências participativas e deliberativas.

Além disso, o afastamento dos produtores rurais e agricultores possivelmente ocorre pela dificuldade de deslocamento e pela questão temporal, já que as plenárias ocorrem em horário comercial e em dia útil, o que dificulta a participação desse público. Segundo Níger da sociedade civil (2017), o produtor:

Tem muita atividade na propriedade, sabe? E aí vai perder um tempo, sabe? E às vezes chega lá, os discursos são os mesmos, então acaba que você chega, mobiliza um produtor para uma ação, aí depois essa ação não acontece, sabe? Aí você fica sem credibilidade. Eu acho que as ações tinham que ser mais objetivas, sabe? (NÍGER – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Nesse sentido, evidenciou-se por meio dos depoimentos dos conselheiros que os problemas que comprometem a presença de alguns representantes de sindicatos também estão ligados à falta de tempo, à despesa com locomoção e até mesmo por conta de os mesmos acreditarem que dá trabalho participar. Como se viu anteriormente na **Tabela 5** (pg. 130) sobre a frequência das plenárias dos representantes entrevistados, Bagari do setor usuários (2017) ainda salientou que a população, de um modo geral, só procura o Comitê quando possui algum interesse ou quer fazer alguma reclamação, não tendo comprometimento, o que não cumpriria os requisitos de participação descritos por Demo (1989) e descaracteriza a democracia deliberativa aludida por Dryzek (2000) quanto à presença de interesses próprios. Portanto, de modo geral, o Comitê não apresenta uma infraestrutura que possibilite o exercício pleno da participação, que expõe com clareza sobre qual é o seu papel e que dê condições para que os participantes se capacitem para envolver-se nesses espaços.

Para tanto, a opinião dos conselheiros quanto ao que poderia motivar o envolvimento desse público mencionado referiu-se a aumentar a comunicação com a sociedade e dar visibilidade ao Comitê por meio da divulgação de informações sobre o mesmo, sobre o trabalho que é desempenhado, realização de ações pontuais nas comunidades e em escolas, elaboração de um canal do Comitê no YouTube para publicar vídeos das palestras realizadas nas plenárias, campanhas que encorajem a participação, emissão de convites às entidades e à população, pois muitos ainda não têm conhecimento dessa organização. Também é importante apresentar aos órgãos ambientais que eles têm uma função a desempenhar no Comitê e para incentivar maior participação dos membros dos segmentos que já compõem o CBH-Piranga/MG, Lisianto do setor usuários (2017) acredita que a:

Sociedade civil é com capacitação, entender o que tá sendo discutido, entender como funciona a gestão para poder aí sim desempenhar o papel que tem que tem desempenhar, não estou falando que todo mundo tem que vir aqui para ficar só beijinho, aí beijinho, abraço, vamos tomar cerveja, não é isso, para entender o papel que tem, cada um tem o seu papel dentro do processo. Né? Estado eu acho uma coisa difícil, porque é aquilo se o estado não reconhecer o Comitê, não sabe o que é o plano da Bacia, não sabe, ele vai participar de quê? Então é bem complicado, e ainda mais com a falta de recursos, então o estado é complicado trazer. O município nós estamos trazendo, né, acho que devagar, trazendo, o município tá começando a entender o que tá acontecendo, pra que que serve, e é importante pra eles participarem, então é, eu acho que a gente tá conseguindo evoluir bastante com estes aí. O estado que é o mais difícil eu acho (LISANTO- SETOR USUÁRIOS, 2017).

Coerentemente, Delfino e Saramago do setor estadual (2017) enfatizaram sobre a necessidade de melhorar a representatividade do Comitê. Para eles, todos os representantes já compostos no CBH-Piranga/MG precisavam ser mais atuantes e cobrarem também mais envolvimento dos próprios órgãos que representam, bem como terem uma boa “penetração social” e assim enxergarem esse espaço como propõe Bohman (2009), um fórum de diálogos, onde cada um possa expôr e debater sobre os reais interesses, participando de forma efetiva.

Quanto a aproximar os produtores rurais e agricultores, os conselheiros aludiram sobre a importância de estes sujeitos conhecerem o que é o CBH e a existência de oportunidades de que eles possam se beneficiarem com determinados projetos, como alude o relato do participante Lupino (2017). Além disso, é interessante apresentar experiências de proprietários rurais que não souberam cuidar das nascentes em suas propriedades, mostrando consequências desse ato para que haja maior preocupação e conscientização da necessidade de preservação e conservação da água.

Infelizmente é mostrar para o agricultor, às vezes, que esse pessoal tem dinheiro. Se eu tiver ligado nisso aqui, hoje eu tô recebendo um projeto desse, amanhã é uma outra região, depois vem um outro projeto pra mim. Ele tem, isso aí tem que fazer parte da política pública do município, do entendimento do agricultor para ele não deixar a

bola. O projeto passou? O Comitê acabou? Não. O Comitê tá lá fazendo suas ações (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

Já Agerato do setor usuários (2017) foi bem crítico ao dizer que tanto para a população de modo geral quanto para os produtores e agricultores participarem no Comitê é preciso que eles sejam remunerados para isso. Só assim haveria maior estímulo das pessoas “de fora” se envolverem de fato com a gestão dos recursos hídricos. Entretanto, Hibisco e Gerânio do setor usuários (2017) salientaram que as pessoas estão desacreditadas, principalmente ao assistir na mídia os fatos que vêm ocorrendo, o qual as decisões são impulsionadas pela força do capital. Tal situação mostra as dificuldades desse espaço em atrair participantes e estabelecer diálogos sem assimetrias entre os representantes.

Além do mais, a população no geral e até mesmo os próprios representantes veem poucas ações sendo concretizadas. Para o participante Lupino (2017), “as discussões são muito maiores do que as ações...” e à medida que existem distintos interesses e falta de recursos financeiros, a implementação se torna mais difícil. Porém, mesmo com todas estas dificuldades, foram identificados alguns resultados e projetos em andamento apresentados pela Agência de Bacia, no caso o IBIO, que é responsável por todo o processo de licitação de empresas para desempenharem as atividades deliberadas pelo Comitê.

De acordo com Crisântemo da sociedade civil (2017), muitas ações são executadas, mas algumas deixam a desejar, não tendo feedback de sua concretização. Além do mais, demandas de municípios, como fiscalização da Polícia Ambiental, denúncias de extração de areia e de ouro, de uso de agrotóxicos, de queimadas e de desmatamentos que foram levadas para o Comitê também não apresentaram retorno do que pôde ser feito. A falta desse repasse de informações e de atuação para essas demandas está, na maioria das vezes, relacionada à carência de recursos financeiros e à prioridade dada a outras atividades no Comitê, como a atenção à elaboração do Plano de Saneamento Básico Municipal. Além disso, ouviu-se esclarecimentos de que o papel do Comitê não é execução de ações, ele busca soluções por meio do envio de ofícios a órgãos competentes relacionados ao serviço requerido.

Vale ressaltar que também foi identificada dificuldade de cumprir as normas à risca e a implementação da PNRH, pois segundo Cosmos do setor usuário (2017), a legislação dos recursos hídricos é inspirada no modelo Francês, com muitas características culturais distintas do Brasil. O que confirma o estudo de Scantimburgo (2013) sobre as limitações trazidas por esse modelo europeu e chama a atenção para a necessidade de a política ser adequada à realidade local.

Outro fato lembrado por Níger da sociedade civil (2017) que ainda não demonstrou práticas mais atuantes referiu-se ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana/MG: “os esforços voltaram tudo pra aquilo, sabe? E deu em quê? É pizza. Deu em pizza. Então assim, a gente fica meio desacreditado, sabe?”. Agerato do setor usuários (2017) complementou ao afirmar que falta efetividade nos resultados das ações ou projetos. Mas, seu depoimento a seguir exemplificou que é necessário também um comprometimento da comunidade no geral, organização dos municípios e uma revisão dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Eu vi o presidente lá, (...) entregando os mapas topográficos, às vezes eu penso, eu vejo aquilo ali, vai chegar e vai ser mais um papel que vai ficar na prateleira, porque às vezes falta a capacitação técnica da prefeitura que vai receber isso pra trabalhar aquele dado, entendeu? Então, aí, aí assim, tem que ver. Eu acho que o Comitê talvez teria que pensar em como, por exemplo, o Comitê vai lá, fez Plano Municipal, ajudou a fazer Plano Municipal Saneamento para várias cidades e virou um plano lá do gabinete do prefeito, que ele vai falar lá: Nós temos Plano Municipal de Saneamento aqui, mas na hora de pôr em prática não põe, então eu vejo muitas ações do Comitê, vai morrer nisso aí, sabe? (AGERATO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Portanto, é importante que haja acompanhamento constante, de modo que a sociedade tenha retorno e saiba cobrar por eles, pois a falta de concretização das ações e o não conhecimento das mesmas também aumentam o desinteresse em participar dos espaços deliberativos, e participar por obrigação ou sob coerção não possibilita uma discussão descentralizada e nem mobilização para que as pessoas consigam se inserir nas tomadas de decisões das questões ambientais como afirmam os autores deliberacionistas em questão.

Na visão da Bromélia da sociedade civil (2017), deveria realmente haver maior mobilização, porém acredita que existem interesses no Comitê em não ter muitas pessoas participando, seja por conta da dificuldade em se trabalhar com uma pluralidade de interesses e opiniões diversas ou até mesmo pelo fato de os mais influentes do Comitê não quererem compartilhar o poder. Neste sentido, observou-se que os mais influentes são aqueles que estão sempre presentes e que mais debatem as pautas dando opiniões e sugestões, são mais comunicativos, capacitados e estão mais inseridos na área ambiental, bem como são aqueles que mais precisam do recurso hídrico.

Dentre os segmentos, o setor usuários e o setor estadual se destacaram com mais força de dominação e controle nas decisões em relação aos demais setores. Pois, como aponta um dos entrevistados, “as grandes empresas não estão ali à toa. Não estão fazendo caridade, nem favor para ninguém. Com certeza, se ela bota um funcionário dela lá, ele tá fazendo, tá fazendo o papel dele, ah, tá defendendo a produção” (LUPINO- PARTICIPANTE, 2017). Níger da sociedade civil (2017) relatou que os usuários são realmente mais influentes, uma vez que são

os principais pagadores do instrumento de cobrança, participam buscando um retorno desse dinheiro para a Bacia e são os mais qualificados do ponto de vista técnico.

Ressalta-se que entre os usuários, destacam-se principalmente aqueles ligados à área da mineração. Segundo Cravo do setor estadual (2017), isso é reflexo do próprio contexto do Estado de Minas Gerais, que foi ocupado e se desenvolveu pela exploração de minérios. Portanto, a Bacia do Rio Piranga possui uma forte “base minerária” que demonstra uma importante atividade para a economia local e estadual. Porém, Níger da sociedade civil (2017) questionou sobre o papel de descentralização do Comitê por meio das seguintes perguntas: “qual que é o interesse do Comitê, né? Qual que é a função do Comitê? O Comitê tá ali defendendo quem? Os interesses de quem?” se ele é um espaço aberto à participação de todos, deve se estruturar em discussões coletivas e públicas.

Esses questionamentos mostraram preocupações em relação à existência de relações de poder no Comitê, marcadas por desigualdades entre os participantes em termos econômicos, sociais, culturais ou políticos, o que dificulta a busca por ações equitativas e legitimidade das decisões apoiadas pelos fundamentos da inclusão, do pluralismo e do bem comum, conforme a visão dos autores deliberacionistas debatidos nesta tese. Segundo Hisbisco do setor usuários (2017), os segmentos não têm a mesma força, pelo fato de os usuários serem os mais interessados e capacitados em termos de poder intelectual, técnico e de poder econômico para dirigir o Comitê.

Compreende-se assim, a existência de assimetrias de poder e um “campo” formado por distintos tipos de capital, tais como o econômico e cultural visto em Bourdieu (1989; 2005). A Vale S.A., por exemplo, possui um representante responsável por participar destes fóruns, não só na Bacia do Rio Piranga, mas em toda Bacia do Rio Doce, o tornando-a assim conhecedora de todo o processo, das demandas, de toda a legislação e atenta a tudo que poderá ocorrer em seu ambiente de negócios para elaborar estratégias de ações. As entidades como Samarco e FIEMG também possuem representantes na maioria dos Comitês para acompanharem todas as negociações que ocorrem em relação aos recursos hídricos.

As demais entidades têm uma dificuldade maior em ter um representante preparado e dedicado para atuar nesse espaço, bem como dificuldades financeiras para cobrir os custos necessários. Como citou Níger da sociedade civil (2017), em determinados municípios os prefeitos questionaram que benefício terá ao participar. Salientou ainda que o interesse é individual e que muitas vezes há prefeitos que querem fazer o nome em cima das ações que foram desenvolvidas pelo Comitê.

Todavia, com base nas concepções de Habermas (1997), bem como dos demais autores deliberacionistas, Dryzek e Bohman, a formação política e a participação nesses espaços não podem ser vistas de forma individual e por atores isolados, é preciso inserir também aspectos do nível social dos processos institucionalizados de elaboração de ideias e deliberação. Sendo assim, alguns representantes se mostraram indignados com a influência das empresas mineradoras ao se lembrarem do rompimento da barragem da Samarco, que consiste em um dos maiores acidentes ambientais a nível mundial. De acordo com Hibisco do setor usuários (2017):

Alterou permanentemente uma Bacia que é uma das maiores Bacias Hidrográficas do mundo, Bacia do Rio Doce, né? E o membro mais influente dentro de um Comitê que tá aqui pra poder observar é o causador, é o vilão. Eu acho que tudo bem, tem que ter uma interlocução, tem que tá presente a representação dessa empresa, né? Mas, é assim, meio impressionante você tá numa instituição assim que o réu, é o juiz. É um cara que tem uma influência muito grande, assim, é a pessoa mais preparada que tem ali, entendeu? Representa muito o que acontece no Brasil de uma forma geral, eu acho, né? (HIBISCO - SETOR USUÁRIOS, 2017).

Deste modo, segundo Delfino do setor estadual (2017), falar de meio ambiente, de interesses de usuários e do poder público é complexo, pois ao colocar um assunto em pauta, cada um vai querer defender o seu lado, sua proposta, fazer críticas e dar sugestões conforme suas experiências adquiridas. Contexto que remete novamente a Bourdieu (1983) ao conceituar habitus, bem como por mostrar que cada agente presente neste espaço possui sua própria história construída e moldada ao longo dos anos por suas ações e formas de capital. Portanto, Lisianto do setor usuários (2017) chamou atenção ao lembrar que:

Adefesa de interesse é legítima dentro do Comitê, então eu vim no Comitê pra participar da gestão dos recursos hídricos defendendo interesses dos usuários, é isso, então, cada um vem desempenhando o seu papel (...) todo mundo tem interesses distintos pra discutir para chegar numa forma comum da gestão da água na Bacia, sabendo que eu tô defendendo o meu ponto de vista da água, pra mim ela faz parte do processo produtivo, né? (LISIANTO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

O papel das plenárias é chegar a um consenso nas tomadas de decisões por meio das distintas discussões entre os participantes, apesar de que muitos assuntos são decididos nas câmaras técnicas e levados para serem aprovados nas plenárias. Mas é importante ocorrer essa diversidade de ideias, mesmo que possa delongar a aprovação e aparecer questionamentos que não estão relacionados à temática em questão.

Aliado a essas afirmações, percebeu-se que em determinados momentos da plenária a deliberação se deu conforme o exposto por Dryzek, remetendo a uma deliberação mais discursiva ao trazer uma competição de discursos com interesses distintos e até mesmo com

outros elementos, como o humor, símbolos e opiniões do senso comum, como visto no comunicado do conselheiro que manifestou sua saída pelo fato de não ter determinado interesse atendido. A teoria desse autor também mostrou casos que revelaram a importância daqueles que não podem frequentar serem representados por quem participa e ter assim uma legitimidade política no CBH.

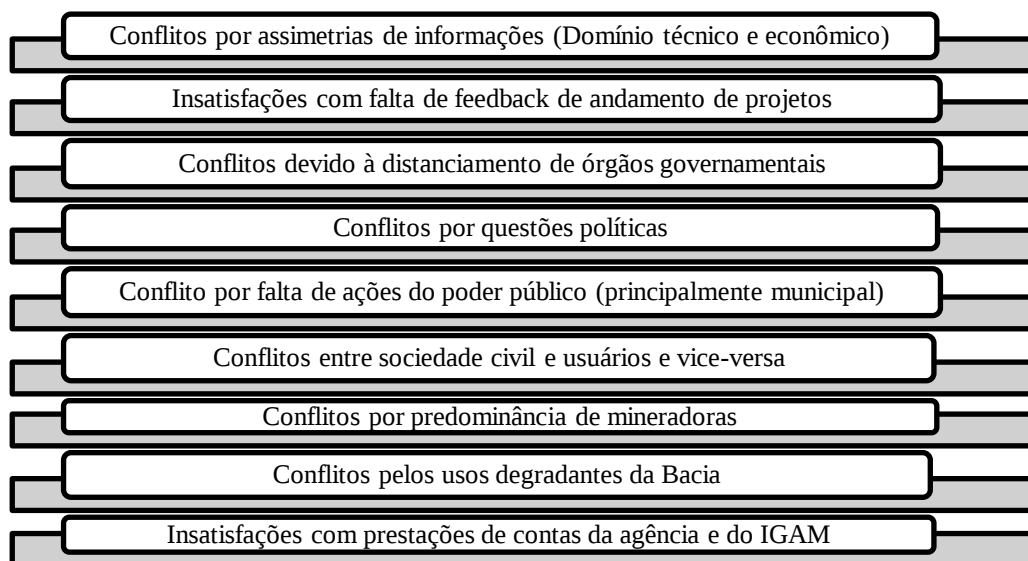
Ademais, foi possível verificar a deliberação dialógica do ponto de vista de Bohman, em que o consenso se deu pelo diálogo livre de coerções, apresentado, sobretudo nos casos em que os conselheiros tomaram decisões de forma mais coletiva e debateram sobre a necessidade de criar um “senso de pertencimento”, uma unidade territorial que despertasse a identidade de cada região. Ainda, identificou-se a deliberação procedimentalista, baseada no consenso defendido pelo melhor argumento de Habermas, como aludido na votação do contrato de gestão entre a agência e o órgão gestor. Sua teoria se destacou nos momentos de tomadas de decisões mais racionais, em que os debates se deram com normas de condutas e mais formalidades. As ideias de Habermas também chamaram a atenção quando analisada a relação entre sociedade civil e estado, tal como aludiu o espaço público como um local que possibilita a emancipação dos atores envolvidos, e é responsável por estabelecer uma estrutura comunicacional do agir conduzido pelo entendimento.

No mais, presenciou-se nas plenárias situações que assemelharam aos contextos de desigualdades, conflitos e exclusão de membros como visto na democracia deliberativa dissensual de Rancière, principalmente quando se tratava de assuntos que demandavam maior conhecimento técnico e científico. Sendo assim, conforme Delfino do setor estadual (2017), a plenária “não pode ser um mero concordo e não concorda”, deve haver um debate produtivo com exposições de problemas e de questões, pois isso é democrático e salutar. Além de dar uma nova tonalidade às reuniões e possibilitar que o Comitê conquiste mais força e legitimidade. Neste sentido, observou-se que, apesar de algumas divergências entre posicionamentos que ocorrem nas plenárias, a relação entre os representantes são harmoniosas.

Portanto, no que se refere a um dos principais objetivos da PNRH em minimizar conflitos pelo uso da água, constatou-se que os entrevistados percebem conflitos entre os representantes ou entre os segmentos presentes. Mas, é possível averiguar pelas observações de campo, que afloraram conflitos durante os debates e estes estavam ligados, sobretudo, à manifestação de determinados interesses individuais, seja pessoal ou institucional, com objetivo de ganhar vantagens. A **Figura 21** lista os diferentes tipos de conflitos identificados pelas falas dos entrevistados da pesquisa e pela análise documental. Além disso, percebeu-se pela literatura

que tais conflitos também ocorreram em outros Comitês de Bacias Hidrográficas, necessitando assim de uma atenção maior para que sejam minimizados.

Figura 21. Lista dos principais conflitos identificados no CBH- Piranga/MG, 2017.



Fonte: Elaboração própria.

Nas gestões anteriores, representantes mais antigos mencionaram haver mais contraposições de ideias que criavam polêmicas e impasses dentro do Comitê. Saramago do setor estadual (2017) abordou que havia conselheiros desconfiados e com mais interesses nos recursos financeiros, o que gerava um clima ruim no Comitê. Atualmente, ressaltaram que, apesar do clima e debates serem melhores nas plenárias e a atuação do CBH-Piranga/MG ter evoluído, são poucos os que possuem posições definidas, sendo as vezes fáceis de serem conduzidos (SARAMAGO- SETOR ESTADUAL, 2017).

Somente os conselheiros mais comunicativos ou com maior domínio técnico do assunto tratado costumam levantar questionamentos mais críticos, gerando contestações e até mesmo situações constrangedoras que chegam a prejudicar sua imagem em sua respectiva entidade, uma vez que estão ali representando o seu emprego também. Os relatos a seguir exemplificaram alguns momentos de debates intensos no CBH-Piranga/MG, porém essa situação de constrangimento contrapõe a perspectiva teórica de Habermas, Dryzek e Bohman, pois estes autores defendem o não constrangimento e coerções nos espaços deliberativos. Já por outra visão, o levantamento de contestações e visões antagônicas, conforme Rancière (1996), é importante para o entendimento da democracia.

(...) reclamou da presença do representante da Samarco que era um absurdo, foi logo na época do acidente, né? E manifestou uma carta, fez uma carta de repúdio da presença dele (...). Desce o representante da mesa, tipo, em atenção e respeito a

manifestação de uma pessoa só, mas aí o presidente não volta pra mesa aqui! (...) Eu acho que naquele momento tinha que ter dado voz a quem estava reclamando e estabelecido um diálogo com as pessoas antes de falar: Volta pra cá! Entendeu? Que ficou muito, ficou uma imagem meio desconfortável, de não, quê isso? Quem manda aqui é a gente aqui da mesa! E não é, né? Isso a mesa diretora eu acho que ela é criada pra organizar as coisas, mas não é pra haver domínio. Né? (HIBISCO - SETOR USUÁRIOS, 2017).

Primeiro dia que eu cheguei, eu assustei, uê. Um quebra pau, o cara começou a explicar um negócio, o cara levantou, ficou bravo. E eu não tava sabendo direito quê que tava acontecendo (COSMOS – SETOR USUÁRIOS, 2017).

(...) aquele dia lá que eu tava “brigando” com o cara. Tinha um camarada atrás de mim e falava assim: pô! (...) para com isso cara, fala mais não, deixa quieto. Falei: eu não. Tipo assim, você está excedendo, você tá “brigando” com o cara, ele vai te ferrar aí, sai fora (...) (SARAMAGO – SETOR ESTADUAL, 2017).

Margarida do setor municipal (2017) reconheceu que os representantes que fazem um papel mais crítico e difícil, não aceitam ser iludidos, enquanto os demais participantes ficam calados, mas indignados para discutirem depois. “Eu acho um desgaste, eu prefiro juntar depois com o pessoal: Isso aqui não dá! A gente tentando forçar uma coisa que a gente não concorda!”. Em paralelo, Níger da sociedade civil (2017) confessou que muitas pessoas não expõem o que pensam na reunião como quando estão fora dela: “lá ela aceita no meio de um monte de gente, mas com ela o papo é outro: ah não, não gostei não daqueles negócios lá não, porque aquele lá não tem nada pra nós, que não é, nem volto lá mais, sabe?”. Ressalta-se que essa argumentação sobre a aceitação do que é imposto leva mais uma vez à semelhança com a teoria de poder simbólico de Bourdieu (1989).

Violeta do setor municipal (2017) acredita que os outros conselheiros ficam esperando um começar a falar para poderem se pronunciar também. Entretanto, alguns possuem insegurança em se articular nas plenárias devido à falta de domínio sobre o assunto, como já discutido, ou pelo fato de se inibirem em ficar questionando o tempo todo. No mais, Bromélia da sociedade civil (2017) declarou que algumas pessoas não questionam pelo fato de acharem bonito a fala técnica do outro e que muitos estão lá simplesmente pelo fato de terem sido indicados por sua instituição, a fim de cumprir exigência da PNRH e da PERH, participando como uma obrigação profissional.

Na visão de Cravo do setor estadual (2017), “as pessoas não conhecem, querem, aceitam, até digerem bem a relação, mas não sabem exatamente como aproveitar”. Isso, para Níger da sociedade civil (2017), é consequência da falta de motivação em conhecer os seus direitos e deveres, “porque às vezes a pessoa nem sabe qual que é seu papel direito e acaba aceitando...”. Assim, de acordo com Lisianto do setor usuários (2017), essa passividade dos

participantes tende a diminuir à medida que eles começam a entender sua função no Comitê. Porém, o processo de debates descentralizados é uma das maiores dificuldades da gestão dos recursos hídricos, como exemplificou o relato a seguir:

(...) a gente não tá acostumado com este processo de discussão, então eu acho que ele é um grande diferencial do sistema, mas também há grande dificuldade. Tá querendo avançar no negócio, mas assim, que isso? Será que é isso? É assim mesmo? É pra discutir desse jeito? Sabe? Tem essa dificuldade, mas é, eu pra mim tá aí, o que tá sendo trilhado dentro das possibilidades (LISANTO - SETOR USUÁRIOS, 2017).

Por esta perspectiva, embora existam as dificuldades, imaturidade e a necessidade de cada vez mais avançar, todos os conselheiros responderam que o CBH-Piranga/MG contribui para um processo mais democrático de formulação de ações para os recursos hídricos, sendo visto como uma “porta aberta” para a comunicação e sinergia entre as partes envolvidas para discutirem os assuntos relacionados à questão ambiental da Bacia e para a busca de alocação eficaz dos recursos públicos. Desse modo, o conceito de democracia remete ao direito de todos terem liberdade e capacidade para controlarem as decisões políticas tomadas em nível local de forma igualitária, o que se aproxima à democracia defendida pelos autores deliberacionistas vistos nesta tese.

Conquanto, como já exposto, a alocação de recursos financeiros ainda é muito confusa para os membros do Comitê e há pouco feedback das ações desempenhadas. Segundo Antúrio do setor usuários (2017), nem todos estão preparados para tomarem decisões de qual o melhor local para investirem na Bacia e assim nem todo recurso é aplicado onde realmente deveria ser. Ademais, Lírio da sociedade civil (2017) alegou que o recurso é insuficiente frente aos problemas ambientais e que é importante o envolvimento e contribuição de todos para buscarem soluções que sirvam de exemplos ou modelos para a formulação de políticas públicas, como visto na teoria de Bohman (2009).

Por todo este contexto apresentado é possível estabelecer relação entre o processo participativo do Comitê e a tipologia de Arnstein (2002) exposta anteriormente por meio da Escada de Participação Cidadã na **Figura 15** (capítulo 3, item 3.1, pg. 95). Como visto, as articulações e tomadas de decisões são processos complexos nesse espaço deliberativo, o qual averiguou distanciamento do governo, falta de representações, alguns participantes pouco atuantes e outros mais influentes. Assim, inferiu-se que os representantes do CBH-Piranga/MG encontram-se no quinto degrau da escada (Pacificação), uma vez que existem trocas de informações, conselhos e opiniões entre todos eles, mas ainda há uma concessão limitada de poder, o que, de modo geral, refletiu num espaço mais consultivo do que deliberativo.

Entretanto, também observou-se que vem ocorrendo um processo lento de evolução do Comitê, o que contribui para que os representantes aos poucos subam os degraus da escada.

Portanto, vistos os elementos referentes ao processo de deliberação, descentralização e de participação, pretendeu-se, a seguir, averiguar os principais problemas que permeiam a Bacia do Rio Piranga e que, de modo geral, acabam por afetar a implementação da PNRH e o funcionamento do Comitê.

4.5. Problemas enfrentados na Bacia do Rio Piranga

Neste tópico evidencia-se por meio dos relatos fornecidos pelos membros do CBH quais são os principais problemas ambientais, sociais e econômicos que comprometem a quantidade e qualidade das águas da Bacia do Rio Piranga e como o Comitê se organizou ou se organiza para buscar soluções e melhorias, procurando deliberar propostas que viabilizem a educação ambiental, a recuperação e a proteção dos recursos hídricos. Neste sentido, o conhecimento desses problemas na área da Bacia corrobora para possibilitar uma melhor organização do CBH na forma de ações e/ou projetos, bem como contribui para enfatizar a importância de se preservar as águas para as gerações futuras.

Ressalta-se, conforme Matos (2015), que a sociedade civil se destacou nos debates sobre os problemas que atingiram a Bacia, uma vez que coloca ser próprio da natureza desse segmento levar reivindicações e debates do mundo da vida (HABERMAS, 1997; 1990) para esse espaço deliberativo. Portanto, dentre os principais problemas identificados na Bacia do Rio Piranga, a preocupação com a água se sobressai e, em conjunto com as poucas ações de planejamentos consistentes e de aplicação de procedimentos técnicos apropriados para a solução dos problemas, a Bacia do Rio Piranga enfrenta ameaças de continuidade do seu desenvolvimento ao longo dos anos, pois o Comitê carece de uma gerência política mais ativa para recuperar a bacia, captar água do lençol freático e evitar maiores degradações. A carência de controle mais rigoroso, de recuperação ambiental e do cumprimento dos fundamentos legais da PNRH provocam conflitos sociambientais e econômicos, bem como contribuem para ampliar o problema hídrico de escassez, o que reforçou o exposto por Piccoli et al (2016) e por Dias (2014).

Segundo os representantes, a questão de escassez hídrica consiste em um caso crítico, tendo sido anunciada há tempos, mas se acentuou a partir de 2014 e está ligada à situação climática (estiagem severa) e à ação antrópica. Ação esta que se intensifica à medida que a

população cresce rapidamente e necessita da água para múltiplos usos, ou seja, há muita demanda e pouca oferta do recurso hídrico, levando à existência de desgastes em todo o curso do rio e ainda alteração na qualidade da água devido sua baixa proporção em contato com o solo. Tal situação aumenta a insegurança e angústia em consumí-la no uso doméstico, bem como afeta a economia dos municípios.

Observou-se que municípios como Viçosa, por exemplo, que vivenciou casos de racionamento e em 2014 buscou água de outros municípios para conseguir abastecer a cidade, revelando uma situação emergencial e alarmante. Segundo dados encontrados no jornal Folha da Mata (2013), o problema de falta d'água no município ocorre desde 1990, se agravando nos últimos anos, principalmente entre os anos de 2014 e 2015, quando fatores como a falta de chuva, a expansão populacional e imobiliária, levaram a um aumento no consumo, provocando a diminuição dos volumes de água nos rios que abastecem os reservatórios de Viçosa.

Esse cenário fez com que o prefeito municipal e o diretor do SAAE elaborassem, a partir de 2014, ações conjuntas para enfrentarem a crise hídrica. A Autarquia apresentou um planejamento emergencial e demais medidas, como a declaração de estado de alerta, restrições ao uso abusivo da água potável, disponibilização de caminhões pipa e servidores para atendimento em regime de plantão e em finais de semana (TRIBUNA LIVRE, 2014, p. 09).

A **Figura 22** ilustra sobre os caminhões pipa para abastecimento de água nas residências de Viçosa, uma imagem que era atrelada à região de seca e escassez do nordeste brasileiro, virou realidade para muitos habitantes da região Sudeste, levando a população a ficar assustada com a falta d'água histórica (TRIBUNA LIVRE, 2015, p. 01).

Figura 22. Registro sobre caminhões-pipa em Viçosa no período de crise hídrica, 2015.



Fonte: TRIBUNA LIVRE, 28 jan. 2015, p.01.

Porém, de modo geral, ainda existe pouca organização da sociedade e dos poderes públicos locais para elaboração de ações de preservação e recuperação de nascentes e gestão dos recursos hídricos. Crisântemo da sociedade civil (2017) argumentou que muitas pessoas que ainda não foram afetadas diretamente pela falta de água, não dão o devido valor a este bem, explorando-o cada vez mais de forma irracional.

O Rio Piranga hoje ainda, mais agora nesse período de seca, é fácil de notar, ele voltou a ser um ribeirão, ele não é um rio mais, não tem volume de água, não dá para abastecer, então continuando assim, Governador Valadares, Ipatinga, a região da foz, a água já, a água não vai dar, já o ano passado a água já não chegou no mar, né? Então, ele já é secava antes de chegar no oceano, antes de chegar no oceano, quer dizer, o volume de água diminuiu demais, então várias cidades tendo a água, assim, água tá

sendo a conta, então a população está aumentando, as empresas vão crescendo, o loteamento vão crescendo, (...) vão crescendo, o número de carro vai crescendo, tudo isso demanda água. Se a gente não melhorar a quantidade e qualidade dos recursos hídricos é uma fatalidade que vai faltar água, isso é um problema muito sério, né? (LÍRIO – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

“Como que você vai morar num lugar que não tem água? Como é que se vive assim?” (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017). Portanto, similar ao que Tundisi (2003) advertiu sobre os distintos tipos de usos e crescimento da urbanização, Cravo do setor estadual (2017) aludiu a respeito da complexidade da escassez hídrica e como as pessoas impactam o ambiente. Salientou também a necessidade de as pessoas se responsabilizarem, embora tenha argumentado não saber como a gestão descentralizada e participativa pode ajudar na busca de soluções por meio do Comitê.

A questão da escassez hídrica é uma questão mais complexa, né? Que envolve parâmetros globais, parâmetros continentais, parâmetros locais. Quando a gente pensa nisso, em termos de parâmetros locais, por exemplo, a gente pode pensar que todo esse processo que eu acabei de te relatar do solo e da água foi impactante, severamente impactante, quando a gente pensa em fatores continentais a gente pode pensar que está em uma região privilegiada porque nós estamos numa região que em qualquer lugar do planeta seria desértica e aqui tem vegetação ainda, mesmo com esse uso que a gente faz do solo. Uma Mata Atlântica é um lugar privilegiado no país, hoje dita como consequência do fenômeno dos rios voadores da Amazônia, das águas que sobem da Amazônia e evaporam até aqui. Fato é que em qualquer outro lugar dos continentes desse planeta, nesta coordenada de latitude, a gente tem normalmente desertos, aqui a gente tem ainda vegetação, verde e fertilidade. Então assim, essa é uma consequência das águas se deslocando pelo espaço e não dentro do solo, que é um fenômeno muito interessante para a gente observar e um privilégio para a região, mas que também deveria ser considerado, eu acho, como uma responsabilidade.

Paralelamente, o participante Lupino, os representantes Florêncio e Amaranto do setor municipal (2017) afirmaram que a escassez hídrica extrapola os limites do Comitê, sendo de abrangência nacional e mundial, que só será revertida se todos começarem a desenvolver práticas agrícolas para ampliar a recarga dos aquíferos, pois só cercar nascente não é o suficiente, é necessário também cuidar das áreas de recarga, como reflorestamento dos topos de morros, fazer barraginhas, saber reutilizar a água, criar novas tecnologias e novas alternativas. Ademais, Jacinto do setor municipal (2017) advertiu sobre a importância de plantar “inhame branco, banana, samambaiçu, sapatinho, paineira e/ ou aroeira” próximo às áreas de nascente para estimular a produção e oferta de água e combater a escassez.

Cuidar dos efluentes é outra ação que deve ser priorizada para minimizar tal problema hídrico, bem como trabalhar com programas de educação ambiental com a comunidade e com os proprietários rurais, pois é dever de todos a preservação do meio ambiente (HIBISCO – SETOR USUÁRIOS, 2017). O uso do recurso da cobrança também precisa ser investido nessas

ações. Assim, um caso contado por Lírío da sociedade civil (2017) trouxe lembranças e reflexões para o atual contexto.

Quando eu era criança, meus 10 anos e ouvia um boato, (...) isso foi lá em 70 mais ou menos, eu ouvia falar, havia um boato na época que um dia a água ia ser cobrada, eu ficava invocado, eu ficava pensando como criança, como adolescente ali, falei: oh gente cobrar água, a água é uma coisa, nasce em qualquer lugar por aí, você vê, tem vez que tá nascendo até pelo barranco. A gente tá vendo nascer água. Que na época tinha um volume maior, quem é que vai querer pagar água, isso pega em qualquer lugar, tem córrego, tem tudo aí né? Ainda nós não tínhamos esta concepção, não entendia bem, porque também adolescente, criança não tinha noção. Hoje tem o dinheiro né, (...) e às vezes não tem água pra comprar, eu tô com dinheiro no bolso aqui, mas só vai chegar água daqui 4 dias, então olha o tanto, como que a questão foi complicando né? Tinha, eu não acreditava quando adolescente que a água ia ser cobrada, agora tem o dinheiro, tem a cobrança, mas não tem água para comprar. Então imagina a situação, tem uma perspectiva que 2050 ia ter o colapso que ia faltar água, nós em 2017, já tá acontecendo, então é bem complexo, podendo, vamos juntar as forças para a gente pensar nisso (LÍRIO – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Como visto, Reis e Lanna (2009) abordaram sobre o instrumento de cobrança como uma forma de incentivar o uso racional da água ao cobrar pelos serviços prestados, entretanto, o depoimento anterior não só refletiu sobre a mudança das características ambientais ao longo dos anos, de abundante para escasso, como abordado por Galizoni (2005), mas também mostrou o que muitos pensam ainda em relação ao ato de cobrar por um bem essencial à vida. Nem todos conseguem ter uma compreensão objetiva sobre esse instrumento econômico, mas que se faz crucial quando investido em ações estruturais de recuperação dos recursos hídricos a fim de mitigar a crise hídrica.

Assim, Margarida do setor municipal (2017) chamou a atenção para o fato de que mesmo que a escassez hídrica tenha refletido em um problema sério, por outro lado, atuou como motivadora de mudanças, pois quando se ouvia falar sobre a falta d'água apenas na região do Nordeste, as pessoas já estavam acostumadas e não se mobilizavam mais em buscar soluções, agora sendo no país inteiro, cria-se um medo e um alerta de que é necessária uma boa gestão dos recursos hídricos para reverter esse contexto.

Diante disso, ao pensar a água como um bem essencial e precioso à vida, questionou-se aos conselheiros qual o significado da água para eles. As respostas foram associadas à sobrevivência: “fonte da vida, a manutenção da vida, substrato da vida, etc” (CRAVO – SETOR ESTADUAL, 2017). “Sem água não tem nada. Água é base né?” (CRISANÊMO – SOCIEDADE CIVIL, 2017). A água se mostrou presente e indispensável em todos os contextos, sendo útil para a saúde, para o lazer, turismo e dessedentação de animais. Além disso, os usuários ressaltaram que a água é o principal insumo para a produção e elemento

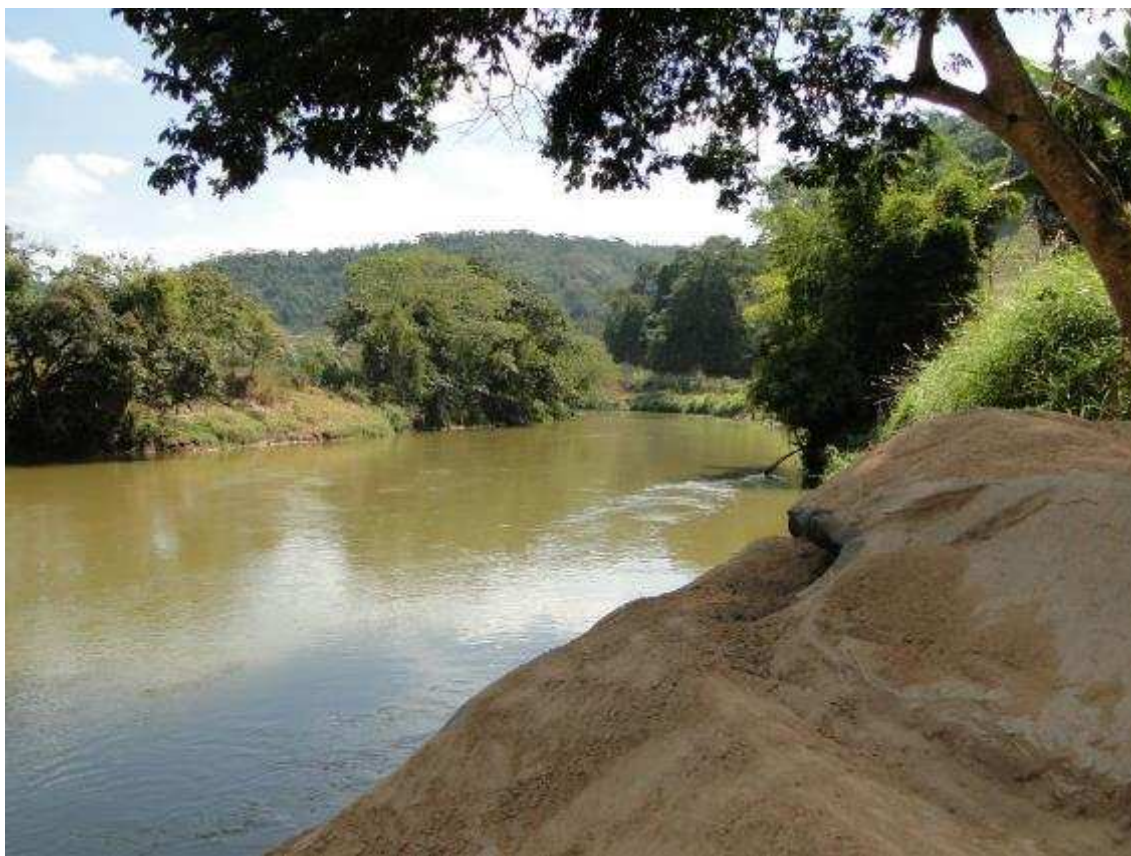
fundamental para a manutenção da vida de um agricultor ou produtor rural no campo, uma vez que todas as atividades agrícolas dependem da disponibilidade de água.

O significado da água remeteu ainda a lembranças da infância de um representante. Para Níger da sociedade civil (2017), a água limpa que corria pelo Rio tem um papel fundamental na cultura local e traz a ele sentimentos prazerosos e fazendo com que a trate com muito respeito.

(...) eu brincava no rio, né? A gente ia depois do almoço, ficava até o sol se pôr, com 6 anos, a gente nadava escondido, nadava até pelado, sabe? Aquele monte de menino, uns 40 meninos nadando... Tem um lugar lá que chama Pedra de Banho, e quando eu trabalhei no setor de cultura lá, eu até cadastrei ela pra ser Patrimônio Cultural, sabe? A Pedra de Banho, porque todo mundo da cidade aprendeu a nadar nessa Pedra de Banho, sabe? (...) Ela, na correnteza, na parte de cima ela afunda, aí cê pulava embaixo era raso, então assim depois era só levantar, aí se... então assim, a gente comia frutos de beira de rio Ingá, cana, laranja, mexerica, goiaba, a gente não ia em casa pra comer depois do almoço não (...) Até os 17 anos, dos 6 aos 17 anos era frequente assim, era todos os dias mesmo o rio. Só em época assim que tava frio, na época de frio a gente ia pescar traíra, de bote, aquelas físgas, né? (...) Ou ia acampar na beira do rio, mas dos 6 aos 17 anos, um período que não tinha muito assim responsabilidade com trabalho, eu trabalhava, mas era estudante, né? (...) Ia nadar, descer o rio de boia, sabe? A nossa, a gente era muito ativo em relação água. Pra gente sempre foi, sabe? Agora hoje em dia você não vê mais, os meninos brincar no rio, sabe? Então é... o rio pra mim sempre foi importante, sempre tive um olhar assim pra ele de respeito e querer fazer algo, sabe? Pra que outros, outras pessoas pudessem usufruir como a gente usufruiu, né? (NÍGER – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

O local “Pedra de Banho” (**Figura 23**) mencionado pelo representante resgatou relações simbólicas dos indivíduos com a água e mostrou uma sensibilização na preservação, valorização e proximidade com o rio. Além disso, contribui para que as pessoas vejam a água não só como um recurso hídrico disponível para múltiplos usos, mas como um elemento natural dotado de valor socioambiental.

Figura 23. Pedra de Banho, Presidente Bernardes, Minas Gerais.



Fonte: NASCENTE DO RIO DOCE, 2012.

Ademais, ouviu-se sobre mitologias e superstições em relação à água, o que se associa à conceituação sobre o elemento natural mencionado por Rebouças (1999). Níger da sociedade civil (2017) recordou que nos quartos das casas, a cabeceira da cama deveria estar voltada para o curso do Rio.

Eu chegava numa casa e cabeceira fosse... eu sabia onde era o curso do rio, eu jamais deitava... conseguia dormir de... tipo assim, o rio corre pra baixo, eu não deitava assim não, sabe? (...) Isso aí é os mais velhos que passavam isso pra gente (...). Eu acho que quem tem isso, todo lugar que é ribeirão, sabe? Tem essa história (NÍGER – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Neste aspecto, a água é exatamente o que expôs Saramago do setor estadual (2017): “fator que cria interdependências entre os atores e é um indicador sócio bio ambiental que você pode mensurar o que é feito naquele local (...)”. Portanto, deve ser compreendida dentro do contexto de territorialidade, de uma Bacia Hidrográfica, que almeja cuidados em sua preservação, uma vez que, ao ser aplicada em diversos usos, requer gerenciamento pela PNRH, de modo a evitar conflitos. Embora,

Ela vai ser objeto de disputa sempre entre empresas, comunidades e quem tiver interesse sobre aquele patrimônio (água), então cada vez mais a gente tem mais gente no mundo, o Brasil, a população só aumenta, consumo de água vai só aumentar e as empresas cada vez precisando de mais água, então o conflito vai ser cada vez maior (COSMOS – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Tal depoimento também coincidiu com o apresentado tanto por Santos Junior (2007), quanto por Wolkmer e Pimmel (2013) e por Rebouças (1999) ao aludirem que a água é cada vez mais subordinada aos interesses das empresas, configurando-se como centro de disputas pelo seu uso. No mais, ouviu-se constantemente relatos de preocupação com a qualidade e quantidade da água, o qual os entrevistados aproveitaram para chamar a atenção sobre o uso racional para minimizar a crise hídrica e os problemas associados à falta de cuidados com esse bem, pois conforme Agerato do setor usuários (2017): “você vive sem luz, mas não vive sem água”. Desse modo, o Comitê é visto como a oportunidade de discutir e de buscar internalizar as questões de preservação com a participação da sociedade.

Outro grande problema destacado pelos conselheiros e que coincidiu com um dos motivos da escolha dessa Bacia Hidrográfica foi o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à empresa Samarco, no município de Mariana, atingindo alguns municípios da Bacia do Rio Piranga (Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escovado, Sem Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Patra, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo D’água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo e Caratinga). Este episódio causou comoção geral e danos ambientais e socioeconômicos à Bacia do Rio Doce, como exposto no relatório final produzido pelo grupo de pesquisas da UFJF PoEMAS (2015). O rompimento, para a maioria dos representantes do CBH-Piranga/MG, complicou ainda mais a situação crítica vivenciada pela Bacia e ocorreu pela falta de responsabilidade das mineradoras, como afirmaram alguns representantes do Comitê.

De acordo com Lírio da sociedade civil (2017), este episódio foi classificado como um crime que trouxe um impacto absurdo para a Bacia do Doce, um impacto nunca visto, causador de estragos imensuráveis, que demandou uma recuperação bem mais efetiva em sua calha. Para ele, a empresa responsável pelos danos causados foi gananciadora, o dinheiro passou a ser mais importante do que as questões socioambientais, e quando isto acontece muitos que não têm nada a ver acabam sendo penalizados por injustiças ambientais, como aludido por Acserad, Mello e Bezerra (2009) (**Figura 24**). “Então, foi uma triste tragédia, morrer pessoas, acabar com o rio, morrer todos os peixes, acabar com a fauna, flora. Então, isso é pra não acontecer

mais, tem que trabalhar pra que não aconteça, porque é muito triste” (LÍRIO - SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Figura 24. Consequências do Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana, 2015.



Fonte: OBSERVATORIO DA MINERAÇÃO, 2015.

Os problemas não se restringiram ao nível ambiental, abrangendo também aspectos sociais e econômicos. Neste contexto, as pessoas “perderam parentes, perderam a casa, num lugar que morou às vezes a vida inteira, todos os pertences, pensar que não tem uma foto de criança, não tem mais nada, não lembra nada” (ROSA – SETOR ESTADUAL, 2017). Perde-se assim as referências, a memória e uma cultura. Perde-se também a fonte de renda que se tinha, aumenta o desemprego, aumentam os furtos, aumenta a insegurança, diminuem os investimentos, o que consequentemente afeta a economia municipal e da região, que já estava enfraquecida pela falta de recuperação das áreas degradadas (OLEANDRO – SETOR ESTADUAL, 2017; ANTÚRIO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Então o impacto é muito grande. Um acidente jamais visto dentro do Brasil e em qualquer lugar do mundo. Que você acha um problema, tinha um plano de contingência lá que achava que podia, que se ela arrebentasse a lama ia vim só até Barra Longa. Ela não foi parar onde? (...) No mar. Se não é Candonga ter segurado um pouco isso aí, o desastre ia ser muito maior. Então foi de proporções inimagináveis (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

Oleandro do setor estadual (2017) complementou:

O rompimento afetou a Bacia demais, afetou a qualidade do rio acabou né? Chegou afetar até o mar, mas na foz lá, afetou até o mar, acabou com a ictiofauna, com as cidades que tem e dependem da captação da água no rio mesmo. Tipo como Colatina, Governador Valadares, são cidades que foram afetadas até por abastecimento hídrico mesmo a COPASA ter afirmado que já estava na quantidade de sedimentos de acordo com as normas, então eles não, eles continuaram falando, não aceitava calha, tivemos que fazer outra captação, então afetou demais, por exemplo, é metais pesados não tinha metais pesados na lama, mas o próprio impacto da lama no fundo do rio, as vezes coisas que já tava lá decantada, sedimentada lá no fundo do rio, aquilo ali pelo volume voltou a superfície da água, esses metais pesados e aí ele no início falava que tinha muitos metais pesados, mas não tem, porque ali não tinha metais pesados, mas pode ter ocorrido alguma coisa de algum afluente do Rio do Rio Gualaxo do Norte, tem entrado em lugares que tinha garimpo e pode ter contribuído também com o aumento dos metais pesados, índices de metais pesados no rio né, agora pelo último informe da COPASA, o único parâmetro que tá mais elevado é o ferro em solução inevitável né? Foi muito impactado o rio todo com esses traços de ferro em solução (OLEANDRO – SETOR ESTADUAL, 2017).

Neste sentido, Gardênia da sociedade civil (2017) enfatizou: “Ah, pelo amor de Deus! Ela (empresa responsável) acabou com tudo, certo? Foi um absurdo isso, você tá entendendo? E não, não tem conserto, não adianta não. O povo falar que tem conserto porque não tem não. E o pior é que pode acontecer de novo, certo?”. Esta contestação foi reforçada por boa parte dos conselheiros entrevistados, alegando ainda omissão de todos os Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce e dos órgãos fiscalizadores, uma vez que já era previsto que poderia acontecer tal catástrofe. Para Crisântemo do setor usuários (2017): “Foi provado que o acidente não foi acidente (...) a Samarco é 100% responsável pelo acontecimento e isso foi comprovado, né? Com perícias, laudos e tudo.”

Margarida do setor municipal (2017) também alertou que essa tragédia estava anunciada e que não se trata de um caso isolado, pois muitas outras barragens se encontram em situação de perigo de rompimento. Porém, poucas ações têm sido elaboradas para solucionar, bem como não há uma legislação ambiental atuante, uma cobrança maior, fiscalização e monitoramento mais rigorosos. O relato dessa entrevistada chamou a atenção, pois 3 anos após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana ocorreu outro rompimento de barragem na Mina Feijão da Vale S.A. em Brumadinho-MG, na Bacia do rio Paraopebas, em 25 de janeiro de 2019, cujos estragos ainda são perceptíveis.

Na época que aconteceu na Samarco veio uma apresentação, não sei se do IGAM ou da SEMAD falando que em Minas tinha quase 100 barragens na mesma situação. Imagina? Se eu tivesse morando naquela região de BH, Brumadinho ali, mostrou quantas barragens tem ali, tem o povoado de Brumadinho embaixo. Eu nem sei o que eu tinha feito, se eu tivesse, se eu morasse naquela região, de pânico, porque tá debaixo de 3 enormes barragens, mas dá o susto inicial depois a pessoa acomoda, né? (MARGARIDA – SETOR MUNICIPAL, 2017).

O rompimento da barragem em Brumadinho (**Figura 25**) ganhou proporções tão graves quanto a de Mariana. O número de mortos há 1 semana após o acontecimento contabilizou 115 corpos encontrados e 248 pessoas desaparecidas; animais, casas, sítios, pousadas, vegetações foram cobertas pelo “tsunami” de lama (EL PAÍS, 2019). Mais uma vez a população local sofreu e sofrerá com as consequências da busca desenfreada pelo “desenvolvimento e progresso econômico” e notou-se a precariedade do sistema de monitoramento, avaliações e estudos de riscos.

Figura 25. Lama do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale S.A. em Brumadinho/ MG.



Fonte: PENNER, 2019.

A acomodação das pessoas, como relatou Margarida do setor municipal (2017), é coerente com a fala de Gerânio do setor usuários (2017) ao ter dito que mesmo o rompimento sendo responsável por inúmeros prejuízos, com o passar do tempo as pessoas esquecem e novamente rompimentos de barragens poderão acontecer, como visto em Brumadinho, por isso é necessário uma atuação do Comitê em estar sempre informando, discutindo e deliberando propostas de prevenção, pois não adianta apenas limpar o rio, preocupar com a questão financeira e não se preocupar com os demais problemas socioambientais, pois, como questionou Delfino do setor estadual (2017): “As famílias estão onde? Foi pra onde? Foram indenizadas?” O que vem sendo feito? O que já melhorou?

No caso da Samarco, o representante ainda elucidou sobre a força política: “o prefeito lá [Mariana] tá doido pra que a Samarco recomece por causa da questão financeira, ele não está preocupado com a população (...)” (DELFINO – SETOR ESTADUAL, 2017). É evidente que os prejuízos na economia acarretam uma série de problemas para o município e para a região, no entanto, por se tratar de um caso recente, a mineração, neste aspecto, viola os direitos da água e da vida das pessoas, dos animais e das vegetações. Por isso, é importante primeiramente buscar soluções que atendam os atingidos; além de buscar soluções para o meio ambiente, que de acordo com alguns representantes, foram tardias, não havia um planejamento do que realmente deveria ter sido feito para evitar o tamanho das implicações trazidas pelo “mar de lamas”.

Neste sentido, o papel do Comitê foi questionado, houve representantes que o consideraram inerte, mesmo com várias reuniões tendo sido feitas, apresentações e busca por informações para se direcionarem. O CBH-Piranga/MG inicialmente se mostrou despreparado para atuar em situação de crise. Níger da sociedade civil (2017) acredita que pouco se resolverá por meio desse espaço tido como democrático, principalmente pelo fato da própria empresa responsável pelo evento, ter importante cadeira no CBH, ser a administradora do recurso financeiro para as ações de melhorias e por criar, 1 ano após o evento, a Fundação Renova³⁸ como mobilizadora de recuperação dos danos causados. Isso na visão do representante também se trata de questão política. “A política do Brasil é assim, ela não deixa nada funcionar direito porque se você é meu companheiro pode tudo, uê, sabe? (...) A política é ela é um fator muito prejudicial, acho que em todos os setores, tanto com lucro, social” (NÍGER – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Essa indignação com a criação da Fundação Renova foi recorrente entre os representantes, que alegaram estar reticentes com a mesma e questionaram se “a Fundação Renova é a solução?” (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

(...) você cria uma Renova que é gerida pelos os agentes da tragédia, e aí? É uma coisa pra eu pedir para gerenciar minha casa, usar um recurso meu pra gerenciar um dano que aconteceu na minha casa, será que eu vou fazer da forma que tem de ser feita ou vou fazer o mais barato? (DELFINO – SETOR ESTADUAL, 2017).

³⁸A Fundação Renova, constituída em 30 de junho de 2016, originou da assinatura do Termo de Transição de Ajustamento de Conduta em março de 2016 pela Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton, pelo Governo Federal, Governo de Minas Gerais e de Espírito Santo, entre outros órgãos governamentais (NOTA TÉCNICA Nº 01/2017/IBIO).

Contudo, a Fundação Renova vem desempenhando algumas intervenções de correção (Workshops, seminários, manejo de rejeitos, conservação da biodiversidade, abastecimento de água, recuperação da fauna e flora, etc.) e o representante da Samarco se pronunciou, não fugindo das responsabilidades ao ter conhecimento dos danos causados. Mas, ressaltou-se que os problemas ocasionados pelo rompimento da barragem e as próprias intervenções descaracterizaram o ambiente, alterando as distintas paisagens. Delfino do setor estadual (2017) frisou que o rio não será mais o mesmo, nem todas as vegetações conseguirão renascer em determinados locais que a lama passou devido os altos índices de minérios contidos, nem todas as espécies de peixes serão repovoadas e nem toda a lama e/ou rejeitos da mineração serão retirados.

Por outro lado, observou-se também relatos de representantes que não veem problemas na Bacia do Rio Piranga, alegando que o rompimento foi a jusante da Bacia. “Mariana está num pedaço da Bacia, numé? Tá na maior parte do Rio Piracicaba que pega outra unidade de planejamento” (BROMÉLIA – SOCIEDADE CIVIL, 2017). Para a entrevistada, se considerar a calha principal do rio, os municípios que foram afetados pegaram apenas uma parte deles, então para ela não faz muito sentido discutir sobre tal evento no CBH-Piranga/MG. Também destacou ser um absurdo quererem retirar recursos que já estavam previstos para a preservação das nascentes nas regiões mais ligadas à Ponte Nova e Viçosa, por exemplo, para os municípios atingidos pelo rompimento, pois os municípios mencionados sofrem com o problema de qualidade e quantidade de água. Esses recursos seriam fundamentais para recuperar essas áreas que estão visivelmente degradadas.

Segundo Crisântemo da sociedade civil (2017) e Margarida do setor municipal (2017), o rompimento da barragem contribuiu para chamar a atenção para a Bacia do Rio Piranga e serviu para alertar, motivar ações de cuidados com os recursos hídricos do Piranga e se preocupar com instalações de empreendimentos mineradores e de hidrelétricas, pois na visão de boa parte dos representantes, serão os cursos do Rio Piranga que não foram afetados, sobretudo a região da Cabeceira, que ajudarão revitalizar o Doce, resgatar suas necessidades e tradições culturais, econômicas e sociais.

Então eu acho assim que essa parte alta que não foi afetada, ela que vai levar vida novamente pro Rio Doce. Questão de limpeza da água, questão de povoamento de ictiofauna, né? Os peixes. Então eu acho muito importante olhar essa parte também que na verdade tá acima de onde ocorreu o desastre, né? (FLORENCIO – SETOR MUNICIPAL, 2017).

Neste sentido observou-se que, mesmo a região da Cabeceira não tendo sido atingida pelo rompimento, os representantes que residem nesta região salientaram a necessidade de recursos para elaborarem projetos de recuperação de nascentes, de saneamento, de educação ambiental, entre outros, que possibilitassem conservar esta região e revigorar as áreas que foram atingidas. Porém, com base nos relatos dos entrevistados, os recursos vindos para a revitalização da Bacia do Rio Doce não foram destinados à Cabeceira. Assim, mais uma vez os representantes situados nesta localidade reclamaram da falta de investimento no principal curso d'água do Rio Piranga, onde estão as principais nascentes. De acordo com Crisântemo da sociedade civil (2017),

(...) no início todo mundo começou a falar: Ah, Piranga vai salvar o Doce! Piranga vai salvar o Doce! Porque o Piranga é a linha de água limpa que tá chegando no Doce, né? Mas, toda cabeceira tinha outros chegando, então não é Piranga. O Rio Piranga, não. A cabeceira do Rio Piranga. Aí, onde estão os investimentos que foram feitos até hoje? (CRISÂNTEMO – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Ademais, Delfino do setor estadual (2017) julgou ser incoerente defender que o Rio Piranga ajudará na limpeza e recomposição do Rio Doce por ainda existir vazamento de lama e poucas ações direcionadas para a Cabeceira. Na época da entrevista, salientou que “o Rio do Carmo está descendo com lama, você vê a diferença dele, a cor do rio, quando encontra com o Rio Piranga, é difícil, como que vai limpar uma coisa que ainda tá vazando”. Logo, por estas falas notou-se o despreparo, a carência de agilidade nas tomadas de decisões e a desorganização da gestão em conseguir atender e manter a água de qualidade e quantidade que se perdeu no rompimento.

Mas, de modo geral, os recursos repassados³⁹ pela Fundação Renova aos municípios que foram atingidos pela lama foi vista como uma oportunidade de se fazer bons investimentos na Bacia. Com base em Amaranto do setor municipal (2017), o impacto, embora tenha causado muitos danos em determinados locais, de certa forma foi positivo para os municípios menos afetados. Raul Soares, por exemplo, teve poucos problemas (pesca suspensa; pastagem

³⁹ Segundo o site institucional da Fundação Renova (2019), desde o rompimento da barragem da Samarco em Mariana até novembro de 2018 foram desembolsados R\$ 1,3 bilhão em indenizações e auxílio financeiro emergencial. Em 2019, a Fundação seguirá pagando indenizações e auxílios no valor que poderá chegar a R\$ 1 bilhão. Os municípios impactados com direitos a indenização foram descritos no termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado entre a Fundação Renova, as empresas Samarco, BHP e Vale e os ministérios públicos e defensorias de âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Sendo eles: Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Sem-Peixe, Rio Casca, São Pedro dos Ferros, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, Raul Soares, Dionísio, Córrego Novo, Pingo d'Água, Marliéria, Bom Jesus do Galho, Timóteo, Caratinga, Ipatinga, Santana do Paraíso, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Ipu, Naque, Periquito, Sobrália, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, Aimorés, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Unhães.

danificada) e estava previsto cerca de 11 milhões, conforme mencionado pelo representante, para investir em construção de aterro sanitário, destinação correta do resíduo sólido e tratamento de efluente, “(...) isso aí vai ser um ganho histórico, onde é que o município ia ter um recurso pra fazer esse tipo de obra?” (AMARANTO – SETOR MUNICIPAL, 2017).

Esses recursos chamaram a atenção também de outros municípios. Ponte Nova foi um deles, que brigou para receber a indenização. A passagem a seguir expôs a respeito e aludiu que, apesar dessa compensação financeira ser positiva, existiram grandes interesses por traz, simplesmente pelo fato de haver muito dinheiro envolvido:

Ponte Nova não tava no primeiro, é incluída no rol de municípios atingidos pela lama, no primeiro rol não, aí brigaram, brigaram, brigaram para mostrar que Ponte Nova foi atingido num trechinho não sei aonde pra baixo aí, pra que? (...) Dinheiro, mas nada, qual outro, a briga era para ter o dinheiro (...) (DELFINO – SETOR ESTADUAL, 2017).

Outro caso observado foi o aparecimento de distintas pessoas, de empresas e ONGs que manifestavam interesse em ajudar na revitalização da Bacia. Algumas ofereciam dinheiro, outras apresentavam propostas de projetos e outros buscavam arrecadar dinheiro para realizarem ações. Porém, Saramago do setor estadual (2017) se mostrou desconfiado ao advertir serem desrespeitosas as atitudes de alguns. Para o entrevistado, houve representante de ONG que não procurou o Comitê, agindo como “salvador da pátria” e além de ter havido apresentação de projetos superfaturados.

Do mesmo modo, surgiram pessoas que se cadastravam para acessarem o benefício em suas propriedades e acabavam agindo de má fé. Hibisco do setor usuários (2017) deu o exemplo de um proprietário rural que pegou o recurso para fazer o cercamento de nascente: “Aí, oba, tá chegando moerão e cerca de graça vou tirar daqui e passar pra lá pra fazer o curral, fazer não sei o quê. Alguns casos, eu já ouvi isso, entendeu? Desvio, né?”. Este fato retratou um dos desafios da Fundação Renova em tomar cuidado com aqueles que recebem indevidamente o benefício. No entanto, Hibisco do setor usuários (2017) questionou sobre o monitoramento da Fundação e destacou fragilidade e descrença na efetividade do processo.

Quando questionado sobre o monitoramento de eficácia a pessoa fala: “Ah, e se depois der errado?” Depois vai, vai... Então já não tá acreditando, a minha... a percepção de todo mundo que eu conversei é assim: “poxa, a própria instituição que tá ali fazendo esse investimento caríssimo, né...” Caríssimo pra gente, né? Pra quem tá ganhando dinheiro com minério eu não sei o que que representa, né? Talvez não seja tanto. Aí vai lá e gasta um dinheirão e tipo, parece que é só pra: “Oh, faz uma coisa aí qualquer, que é pra falar que a gente tá fazendo, nem vou monitorar, porque esse negócio...” É a impressão que fica: “Ah não vai dar certo!” (HIBISCO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Hibisco do setor usuários (2017) ainda acrescentou que os participantes no CBH-Piranga/MG pouco questionaram a respeito dessa situação de monitoramento da Fundação Renova, e mesmo havendo divergências por parte de alguns, muitos acabaram dando o aval para a empresa, o que se reporta à teoria de Habermas (1999) em relação ao melhor argumento. “Então a impressão que dá é que é uma coisa meio: ah, faz uma coisa assim, passa uma tinta ali. A gente costuma dizer põe um batom que tá arrumado” (HIBISCO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

É evidente que inicialmente são necessários diagnósticos e estudos da área para assim realizarem as ações de recomposição do ambiente e que muitos resultados serão vistos e avaliados em longo prazo. Neste aspecto, após 1 ano e meio do rompimento, precensiu-se em uma plenária⁴⁰ do CBH-Piranga/MG uma apresentação de monitoramento da qualidade da água coletada ao longo do Rio Doce desenvolvida pelo IGAM. A palestrante informou que há cerca de 1 mês do evento os metais e outros elementos químicos que já estavam no rio devido ao não tratamento de esgotos lançados nos cursos d’água já haviam alcançado a faixa de normalidade. Explicou que o volume de material criou uma onda de lama, o qual remexeu o leito do rio e trouxe à tona todos os metais e elementos químicos, contribuindo para que o processo de decantação ocorresse rapidamente.

A especialista ainda destacou que a água do Rio Doce estava em perfeitas condições para ser captada para tratamento e distribuição à população da Bacia. Ela buscou também desmitificar fontes não confiáveis que não garantiam a qualidade da água. Segundo Saramago do setor estadual (2017), criaram uma lenda de que tudo ainda era muito grave, sendo importante banalizar um pouco sobre isso, pois teve muita gente acomodando em receber benefícios de forma indevida. O Rio Doce para ele não morreu, pois, mesmo recebendo uma alta carga de lama tóxica na calha principal, seus afluentes estavam todos vigentes.

Todavia, a apresentação da especialista do IGAM foi motivo de muitas críticas e discussões, visto que nem todos se mostraram confiantes em relação à qualidade da água para captação. Oleandro do setor estadual (2017) citou um caso ocorrido em Governador Valadares: “(...) eles não aceitaram e tiveram que fazer uma captação distante muito mais onerosa, então é complicado. Mesmo com estudo, com diagnóstico as pessoas não aceitaram fazer captação no lugar onde que aparentemente tá suja, barrenta”. Gerânio do setor usuários (2017) também acreditou existir contraste na informação que foi apresentada e que falta mais atuação do Comitê para tomar decisões.

⁴⁰ 16º reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga em maio de 2017.

Num é bem aquilo, sabemos que não é. E não é uma coisa que se resolve tão fácil assim como foi apresentado de um dia pra outro, então alguns momentos ali o Comitê tem que realmente olhar isso aí, porque não é bem assim, não. Enganar a nós mesmo, não (...) Dá impressão de que tá tudo pronto, tava tudo ok, tudo bonito (...) E nós sabemos que é coisa de anos, que não é assim de uma hora pra outra (...) Estão sendo ouvidas as pessoas de Mariana? Isso, a parte prática disso, depoimentos deles, onde está esses registros? (GERÂNIO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Outro depoimento que contradisse a análise apresentada pelo IGAM é do conselheiro Narciso do setor usuários (2017). O mesmo se mostrou preocupado com os problemas da Bacia e pressupôs que uma chuva mais forte pode movimentar parte da lama tóxica novamente, o que prejudicaria a fauna e a flora.

São coisas absurdas assim, que nós somos obrigados a escutar. Que não concordo e de forma alguma porque ela fez um estudo, uma análise em material (...) eu levantei e fui embora. Então se você tava lá, você viu que muitos levantaram e foram embora. Eu fui o primeiro, eu fui o primeiro que levantei e falei assim: “Pra mim... o IGAM naquele momento já... perdeu toda credibilidade!” Então, são essas vergonhas que a gente passa. E vem apresentando em vários locais. Eu acho isso um absurdo. Chega a ser ridículo porque ela fez uma comparação ali de quê? Quantidade de metal que tá água? E a parte biológica? Ela não fez análise, não? Então é ridículo! Do jeito que ela falou vou estourar essas... todo lugar aí, vou explodir... não precisa ter mais... barragem (...) O Social (...) O dinheiro recupera, mas eles não vão recuperar a raiz, a memória, o local onde foram criados, o local que eles brincaram quando era criança... que ele vai ter aquela memória dos pais, dos avós, aquele contato com o local. Isso aí nenhum dinheiro, nada se recupera. Uma coisa é certa, estão fazendo... vão fazer a barragem de novo, no mesmo local e infelizmente essas famílias não podem voltar para o local deles, então... o dinheiro vai construir uma nova comunidade, eles vão fazer a casa, vão ter seu terreno em outro local, mas sua história, sua raiz fica perdida. Esse contato que eles teriam, essa lembrança dos pais, dos avós (NARCISO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Portanto, diante deste contexto, faz-se necessário uma revisão mais rigorosa das normas ambientais, que consigam evitar que danos como estes venham a se repetir. “Um acidente desse não é natural, não! Não pode ser visto como... Já esqueceu! Todo mundo já esqueceu... Nem lembra. A gente que tá no Comitê de Bacia lembra de vez em quando... outras pessoas, de outros lugares, nem... tão aí” (LUPINO – PARTICIPANTE, 2017).

Ademais, Lisianto do setor usuários asseverou que o Comitê deve entender qual é a sua competência no processo de recuperação da Bacia e assim conseguir direcionar as ações. Não é o CBH-Piranga/MG que irá tirar a lama, resolver a crise hídrica ou os demais problemas da Bacia, mas, como uma instituição representada por distintos poderes e pela sociedade civil, tem a obrigação de informar, apoiar e deliberar projetos de melhorias, cobrando transparência nas ações e feedback dos resultados.

É a colaboração conjunta que trará uma possível redução dos problemas da Bacia, o que remete à ocorrência de uma integração social, que, baseada em Habermas (1997), significa a

organização da ação sob a forma da comunicação conduzida para o entendimento. O Comitê deve ser mais incisivo, corroborar para que os participantes se posicionem de forma mais crítica, sejam capazes de debater sobre as demandas que chegam até eles, de modo a não apenas aprovar as propostas apresentadas e nem serem influenciados por determinados atores. É preciso que o Comitê se organize dentro de suas possibilidades, encaminhe o que foi deliberado para os órgãos competentes e assim desenvolva as ações de melhorias para a Bacia do Rio Piranga por meio do recurso adquirido com a cobrança pelo uso da água.

Além disso, a sociedade no geral também é responsável por cuidar do meio ambiente e dos recursos hídricos. Cada um precisa fazer a sua parte a fim de que as gerações futuras não sejam tão penalizadas, pois, como alertou Lírío da sociedade civil (2017), já existiram civilizações extintas, sendo elas mesmas responsáveis pelo seu fim. Para ele, a civilização dos Incas representou bem isso, eram bastante inteligentes e trouxeram muitos avanços pra época. No entanto, desapareceram, “provavelmente eles mesmos acabaram com eles. É o que vai acontecer se a gente continuar com nossas atitudes assim. Então, o rio tem de ser respeitado, as vegetações, as matas, as plantas, isto tem um valor é acima, muito acima do valor econômico, né?” (LÍRIO- SOCIEDADE CIVIL, 2017).

Assim, após tudo que foi exposto em relação aos problemas identificados na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG, os mais citados pelos entrevistados e que se destacaram como agravantes foram listados:

- Falta de tratamento do esgoto, o qual há elevados casos de lançamentos indiscriminados de resíduos sólidos nos rios (popularmente conhecidos como “lixos”) que trazem problemas à saúde pública, à sobrevivência de algumas espécies aquáticas, problemas sanitários, problemas econômicos e também estéticos à natureza;
- Assoreamento provocado pelo acúmulo de sedimentos ou de bancos de areias que dificultam passagens dos cursos d’águas, diminuem sua vazão e até mesmo podem alterar seus cursos naturais;
- Exploração mineral e extração de areia, que promove alteração ambiental, poluição, geração de áreas degradadas, rebaixamento do lençol freático, conflitos pelo uso do solo e dos recursos hídricos, riscos socioambientais, riscos de acidentes, prejuízo à tranquilidade pública e prejuízos à fauna e flora;
- Desmatamento das vegetações das margens do rio, problemas de erosão e de voçorocas;
- Pastagens degradadas pela atividade agropecuária;
- Monocultura de café e cana;

- Queimadas que danificam o solo, matam animais e ainda geram problemas respiratórios na população;
- Seca severa que provoca mortes de gado por falta de alimento;
- Uso inapropriado do solo com forte utilização de insumos agrícolas;
- Criação de suinocultura sem licenciamento e sem estação de tratamento de água. O dejetos do suíno possui alta carga biológica que, lançado ao curso d'água prejudica a qualidade do recurso hídrico;
- Poluição hídrica ocasionada pelos dejetos lançados nos cursos d'água;
- Época de cheia, problemas com enchentes;
- Especulação imobiliária sem respeitar os limites de Área de Preservação Permanente;
- Falta de preservação de nascentes;
- Plantação de eucalipto acima ou próximo às nascentes, levando à diminuição da quantidade de água.
- Má qualidade da água;
- Escassez hídrica originada do processo natural das condições climáticas (como estiagem) e intensificada por ações humanas;
- Irrigação de forma inadequada;
- Extensão geográfica da Bacia, que dificulta atender e identificar os reais problemas de cada município; e
- Desorganização social, carência de informações e de conscientização da população.

Atenta-se para o fato de que tais problemas, como mencionado anteriormente por Tostes (2007) e por Carmagos (2012), continuam existindo e, sem uma boa gestão, correm o risco de cada vez mais se acentuarem. Chama a atenção também, pela observação nas plenárias e pela análise das atas, que as pautas apresentaram somente alguns dos problemas listados, porém os mesmos carecem da necessidade de serem tomados como prioridades ou de serem tratados com mais frequência dada sua importância. Desta forma, constatou-se que as pautas concentraram-se principalmente nos assuntos de cunho administrativo, apresentação de projetos, apresentação pelo IBIO sobre andamento de algumas ações do Plano Municipal de Saneamento Básico; sobre os programas “Ps” e sobre o rompimento da barragem em Mariana.

Portanto, este tópico chamou a atenção para o fato de que as plenárias do Comitê necessita tratar de temas que reconheçam mais a fundo os problemas da Bacia que, de certa forma, influenciam na qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Além disso, buscou alertar

para a organização dos representantes na compreensão das reais necessidades que esse território demanda e, assim, deliberarem por propostas de recuperação e proteção, sobretudo nas áreas mais afetadas, para resolver parte dos problemas da Bacia.

4.6. Perspectiva futura do CBH-Piranga/MG

Apresentadas as particularidades do Comitê, os principais problemas da Bacia do Rio Piranga e tendo em vista que o processo de descentralização, deliberação e participação, dependendo da forma como ocorrem, influenciam na implementação das diretrizes expressas pela PNRH e afetam o funcionamento da gestão dos recursos hídricos, traça-se neste tópico o que os conselheiros do CBH- Piranga/MG almejam para o futuro deste Comitê e como eles analisam a gestão atual, pois é preciso compreender melhor esse espaço deliberativo e enriquecer as decisões e ações administrativas e operacionais no sentido de que este estudo sirva como base para buscarem soluções para os problemas mais complexos que permeiam a Bacia do Rio Piranga.

Assim, apesar de todas as dificuldades, impasses e desafios ressaltados ao longo do estudo, observou-se que o Comitê vem ganhando experiências e se aperfeiçoando na gestão dos recursos hídricos. Logo, entre a maioria das respostas constatou-se que muitas das discussões, deliberações e ações estão sendo postas em andamento e conseguem sair do papel, porém num processo ainda muito lento. Como visto, desde o início da constituição do Comitê, o maior desafio sempre esteve atrelado à falta de recursos financeiros, o que impossibilitou a realização de parte das suas atividades.

Por outro lado, foi possível notar que, com o passar dos anos, houve evolução na forma de gestão do Comitê. Conforme Lisianto do setor usuários (2017), a principal delas é a elevação do nível de debate, mesmo que ainda necessite melhorar as pautas, dar condições para que os participantes se capacitem para melhor participar, tornar as assembleias mais atrativas e com intervalos de tempo menores entre elas. Para ele, os assuntos têm buscado atender o que vem ocorrendo na Bacia do Rio Piranga, o que corrobora para o conhecimento e ações de melhorias dos principais problemas socioambientais e econômicos que permeiam a região da Bacia que foram aludidos no tópico anterior.

Portanto, é interessante também que a própria pauta de discussão seja decidida de forma deliberativa, a fim de que o processo deliberativo seja realmente efetivado, não se concentrando apenas nos debates propostos por determinados membros ou pela Agência. Nesse sentido,

Crisântemo da sociedade civil (2017) afirmou que, para o Comitê melhorar suas atividades, é necessário desburocratizá-lo e torná-lo mais acessível à sociedade. Ao defender os recursos hídricos, enxergou o Comitê como importante espaço de articulação de opiniões e aproximação entre os representantes das distintas instituições e que o funcionamento do CBH contribui para não abandonar as questões socioambientais. Nesse sentido, o Comitê, além de ser um ambiente onde ocorrem disputas e conflitos de interesses, constitui também um local que abre espaço para debaterem questões importantes para o bem comum. Assim, encontrou-se em Habermas (1997) a importância do espaço público como um local de ação, de coletividade, fenômeno social e político, no qual se forma uma estrutura comunicacional do agir guiado pelo entendimento.

Eu vejo que ao longo dos anos o Comitê vai ser a principal forma da gente executar grandes projetos, né? Dentro de uma Bacia. E hoje, a gente tem as dificuldades, mas futuramente eu vejo que a gente tem que superá-las e conseguir criar mecanismos que a gente vai facilitar o funcionamento do Comitê, mas ele sempre é uma instituição muito importante pra gente ter um bom funcionamento aí da Bacia. E olha, eu espero assim abrir o leque mais, pra mais entidades civis, né? Mais municípios também participando. Incentivar mais a participação, igual universidades, a gente precisa de mais universidades no Comitê hoje (CRISÂNTEMO – SOCIEDADE CIVIL, 2017).

A expectativa futura na concepção dos representantes, de modo geral, é que o Comitê consiga concretizar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia e que os representantes possam deliberar decisões em que o recurso da cobrança pelo uso da água seja melhor aplicado em projetos e programas que reconheçam as distintas realidades locais e os principais problemas que afetam a qualidade e quantidade dos recursos hídricos na Bacia. Ou seja, é importante que se concretizem ações diretas no tratamento de esgotos, nos desmatamentos irregulares, na recuperação da mata ciliar, na preservação de nascentes, na preservação de áreas permanentes, enfim, em todos os problemas que permeiam a região, pois, senão houver um cuidado especial com o meio ambiente, “que mundo nós vamos deixar para os nossos filhos, né?” (ROSA – SETOR ESTADUAL, 2017).

No entanto, a grande preocupação é com a forma como irão concretizar essas ações nos municípios, uma vez que estes são carentes de um corpo técnico para executá-las. Assim, Jasmim do setor estadual (2017) recomendou: “tem que ter um suporte na execução, não adianta ficar fazendo projeto, não adianta fornecer imagem de alta resolução para de repente o município por aquilo na gaveta, então minha maior preocupação é em relação a isso, que as coisas não saiam do papel”.

A necessidade de divulgação do Comitê e treinamento específico para que os membros e a sociedade no geral entendam o que é o CBH e qual é o papel dele é sugerido por vários

conselheiros. Lisianto do setor usuários (2017) afirmou que dar condições para que os membros se capacitem e consigam criar uma massa crítica de ideias proporciona maior conhecimento e visibilidade do comitê. Sua fala reforçou: “(...) eu acho que a partir do momento que as pessoas entendam o que estão fazendo aqui, entendam seu papel, entendam a gestão dos recursos hídricos, a coisa vai crescer naturalmente.” Isto eleva o sentimento de pertencimento e reconhecimento da identidade do Comitê ao proporcionar que os integrantes participem por compaixão à causa e não por interesses individuais, como visto no marco teórico desta tese. Segundo Níger da sociedade civil (2017), as pessoas não podem ver o Comitê como se ele tivesse um “mandante”, pois senão, mesmo participando, as pessoas não se sentem parte do Comitê.

Ademais, o incentivo à educação ambiental também é essencial para que as pessoas possam aprender a utilizar a água e/ou recursos hídricos de forma mais racional e busquem realizar ações que contribuam para sua preservação. Informar de forma correta, levar o conhecimento da própria Bacia do Rio Piranga ajuda a dar mais credibilidade e força ao Comitê. A comunicação é assim importante para criar laços e fortalecer as relações existentes nesse espaço. É por meio dela também que Hibisco do setor usuários (2017) nutre esperanças de ter uma melhor estruturação da organização do Comitê e pessoas mais habilitadas para participarem e contribuírem de forma mais atuante em relação à quantidade e qualidade da água no futuro.

Pois, conforme Cravo do setor estadual (2017):

Quando eu comecei a estudar recursos hídricos a nossa região não falava de escassez, de segurança, de seca... né? Hoje a gente tá conversando sobre isso, o tempo todo. Não sei qual será o próximo passo do futuro, a gente tem previsões através dos fenômenos naturais, de que estamos em períodos interdecadais de seca, ou seja, vamos ter períodos e mais períodos de seca pela frente, e deve ficar bem pior a questão da segurança hídrica para o futuro. Como que a gente vai lidar com isso? Vai depender da gente mesmo (...). Espero que a gente aprenda melhor, a fazer a gestão dentro dos Comitês, porquetudo que a gente faz hoje não tem efeito para menos de 50 anos. Essa é uma outra questão a considerar. A gente tá trabalhando hoje com o futuro (CRAVO – SETOR USUÁRIOS, 2017).

Então, levar a temática da questão de disponibilidade hídrica da Bacia para o Comitê é algo essencial para debater sobre a visão futura: “eu vou ter água ou não, o que é que eu quero? Qual o futuro? E qual o plano de mitigação com a falta de água?” (ANTÚRIO – SETOR USUÁRIOS, 2017). Todas estas indagações contribuem para ampliar o nível de debate e de responsabilidade dos participantes para a geração atual e futura. Assim, ressalta-se a importância de trabalhar através de uma gestão compartilhada, por meio da qual se obtenha

uma aproximação de todos os órgãos governamentais, estaduais e municipais, bem como aproximar e envolver as escolas, a sociedade civil, os agricultores e produtores rurais para maior reconhecimento do Comitê.

Além disso, com base no debate apresentado no Capítulo 3, ficou evidente que a democracia considera os participantes como atores sociais importantes no processo, no qual cada um deve exercer o direito/ dever de incluir-se na deliberação sobre os recursos hídricos, de modo que atenda os interesses públicos e coletivos, sem terem sua participação coagida e desprezada. Cada participante precisa compreender suas posições e seu papel no Comitê, uma vez que são privilegiados por poderem debater questões que envolvem a preservação do meio ambiente, sobretudo, para as futuras gerações.

Importante pensar ainda a elaboração de políticas públicas que valorizem os direitos fundamentais, minimizando as desigualdades sociais e que favoreçam o exercício de participação dos cidadãos, sem que sejam influenciados por interesses individuais ou por aqueles que detêm poder econômico e intelectual. A busca por formas alternativas que mobilizem uma participação inclusiva é também interessante, pois, à medida que, os envolvidos tenham responsabilidades e compreensão de sua função e a do Comitê e que estejam empenhados no bem comum e na proteção dos recursos hídricos, apresenta-se como o ideal para se atingir uma democracia deliberativa que, orientada pelo pluralismo, igualdade e cooperação, alcança avanços positivos para a atuação político-administrativa do Comitê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese foi desenvolvida com a perspectiva de compreender qual o papel político administrativo do CBH-Piranga/MG, tendo em vista se o Comitê consegue de fato possibilitar um espaço de participação e deliberação para implementação da PNRH. Os resultados apresentados não pretenderam generalizar o quadro de Comitês de Bacias Hidrográficas, mas a realidade do Comitê estudado mostrou a experiência de um espaço público de discussões e deliberações, que buscou chamar a atenção para o conhecimento sobre este ambiente e meio para a integração de políticas públicas, bem como a procura por empreender melhorias e compreensão para a PNRH, ainda que o Governo atual tenha se mostrado pouco sensível às políticas socioambientais brasileiras, levando os Comitês a assumirem incertezas e a reagirem a situações de dinamismo constante.

Ressalta-se que tal momento político expressa pouca atenção à defesa ao meio ambiente, sendo preocupante o esfacelamento e o futuro de algumas políticas ambientais, como o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, projetos que defendem o fim de Reservas Legais, revisão de critérios ou extinção de unidades de conservação, mudança da ANA para o Ministério de Desenvolvimento Regional sem discussão nos Comitês de Bacias, o que traz novos desafios, embates, resistências e incertezas quanto às questões ambientais, sobretudo em relação aos recursos hídricos.

Vale destacar que o estudo identificou um Comitê que, mesmo com reconhecimento e os avanços significativos ao longo de sua trajetória, apresentou pouca autonomia e dinâmica política para que os conselheiros sejam mais atuantes, além de dificuldades em estabelecer um diálogo livre e inclusivo com a participação de todos no processo de tomada de decisões públicas. O perfil dos conselheiros também mostrou carência de formação técnica e pouco conhecimento da estrutura administrativa do Comitê, com necessidade de melhorar a representatividade dos distintos segmentos e mecanismos que possibilitem e aperfeiçoem o processo participativo nas tomadas de decisões em relação aos recursos hídricos, bem como a distribuição equitativa de poder entre os setores que compõe o CBH.

Reforça-se que a questão da capacitação técnica, a falta de um espaço que permita a troca de experiências, integração social, fluxo de informações e aprendizagem através de uma linguagem acessível a todos foram a todo o momento elementos desafiadores que trouxeram assimetrias de poder e exclusões de participantes nos debates, uma vez que aqueles que mais tinham o domínio técnico-científico, poder político e econômico, se destacavam nas tomadas de decisões.

Neste sentido, ressalta-se que o funcionamento do Comitê é instituído por um aparato burocrático de normas compostas pela legislação federal (Lei nº 9.433/97) e estadual (Lei nº 13.199/99) e pelo regimento interno com o principal objetivo de dirimir o conflito pelo uso da água. Entretanto, são visíveis os impasses ao inserir os valores da política participativa, uma vez que o Comitê não conseguiu seguir todas as demandas da sociedade e atender de forma imediata os problemas identificados por esta, bem como careceu de monitoramento e avaliações constantes no procedimento de formulação, implementação e nos conteúdos, a fim de apresentar legitimidade política, institucional e técnica.

O SNGERH também demonstrou fraca integração e dificuldade de atuação conjunta, à medida que os representantes do Comitê pouco conhecem a respeito, sendo evidente o distanciamento de alguns órgãos compostos nesse sistema. Portanto, foi perceptível que os

espaços públicos, como o Comitê de Bacia Hidrográfica, não garantem que o processo de deliberação seja sempre o mais efetivo, uma vez que ainda carecem de maior envolvimento da sociedade, fazendo com que o cidadão, que deveria ter o papel principal na elaboração de normas ou de ações, fica submetido a uma função de auxiliar, seja por falta de interesse em se envolver ou por não se sentir como parte desse processo.

Além disso, observou-se que as tomadas de decisões no Comitê ocorreram em alguns momentos de forma racional, em outros momentos de maneira mais dialógica, em outros de forma discursiva e até mesmo evidenciou desigualdades e situações em que prevaleceram o dissenso. Ademais, ficaram evidentes os conflitos, influências de segmentos e assimetrias de poder, que muitas vezes se deram de forma subordinada e simbólica. Portanto, o marco teórico exposto corroborou para tais entendimentos e possibilitou inferir que os processos deliberativos, de certa forma, influenciam na implementação da PNRH e, conseqüentemente, no funcionamento e organização do Comitê.

Ainda assim, acredita-se que mesmo que a implementação da PNRH não ocorra em sua plenitude, os Comitês são necessários como espaços descentralizados e canais de participação, constituindo espaços deliberativos que possibilitam a participação política de seus conselheiros na tomada de decisões e na preocupação com as questões ambientais, sobretudo com os recursos hídricos. E, ao passo que a capacidade de gerenciar e as interações aumentam, amplia-se o conhecimento e a organização nos debates e decisões.

Portanto, mostra-se pertinente neste trabalho que, em 22 anos de criação da PNRH, reconhece-se os avanços no aspecto legal do país quanto ao gerenciamento hídrico por meio dos CBHs, apesar de ainda persistirem impasses, sobretudo, no tocante à descentralização e participação da sociedade, bem como no cumprimento dos instrumentos de gestão e interação com os demais Comitês das sub-bacias. Sendo indispensável repensar algumas questões e sugerir algumas possibilidades para futuras pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre as principais análises identificadas neste estudo, de modo a contribuir com o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica e com a implementação da política nacional.

Reforça-se aqui a necessidade de alertar para que os estudos futuros foquem mais no conhecimento técnico dos conselheiros, oferecendo subsídios para uma linguagem acessível a todos. Estudos que apresentem sobre o papel do Comitê e o papel do conselheiro, de modo que este possa acompanhar, cobrar e pressionar as discussões para que as deliberações se efetivem atendendo ao interesse coletivo. Estudos que chamem a atenção para a importância da

ampliação da participação da sociedade civil, dos produtores e/ou agricultores, de jovens e mulheres, além de estudos que tratem sobre alternância de poder nesse espaço deliberativo e ainda que busquem compreender melhor a atuação dos Comitês frente aos principais conflitos que permeiam esse espaço.

Ademais, são necessários caminhos que apontem para a consolidação do SNGERH por meio da atuação conjunta dos órgãos que o compõe, a fim de mitigar os principais conflitos que se apresentam em torno do uso da água e entre os representantes e/ou segmentos do CBH. Melhorar a articulação entre esses órgãos é ainda essencial para superar os desafios que se colocam na gestão dos recursos hídricos e, assim, conseguir melhorar a atuação do Plano de Recursos Hídricos, buscando integralizar outras ações e políticas adequadas à Bacia do Rio Piranga/MG, bem como contribuir para ações de melhorias na infraestrutura do Comitê, seja em termos políticos, econômicos, administrativos ou hídricos. Salienta-se também a necessidade de políticas para o meio ambiente, saneamento rural, uso racional da água nos seus distintos tipos de aplicação e, sobretudo, aprimoramento da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Sendo assim, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, conforme a realidade local da Bacia, faz-se importante meio para uma boa deliberação e pode contribuir na solução dos principais problemas que permeiam a Bacia, pois eles, em perfeitas adequações e em conjunto com uma boa atuação do SNGERH, podem propiciar o efetivo cumprimento da PNRH. Portanto, esta deve ser flexível às mudanças que podem melhorar sua implementação e ser o mais abrangente possível, de modo a envolver e sensibilizar a sociedade civil nas tomadas de decisões. Consequentemente, o Comitê conseguiria ser atuante se desenvolvesse seus objetivos determinados, bem como se constituir como um fórum democrático, inclusivo e com uma participação conquistada, debatendo temas diretamente associados à Bacia.

Assim, diante dos desafios e impasses que incidem sobre o CBH-Piranga/MG, o seu papel político-administrativo deve sinalizar uma ação conjunta, incluindo todos os segmentos que o compõe de forma igualitária e legítima. O bom funcionamento do Comitê deve propiciar seu reconhecimento por meio de uma adequada gestão dos recursos hídricos, de modo que as ações tenham resultados e os problemas e conflitos pelo uso da água sejam mitigados, é importante o fortalecimento da estrutura administrativa e representativa do Comitê para que favoreça a autonomia política, debates mais acessíveis e encaminhamentos das decisões deliberadas.

Finalmente, os resultados apresentados neste estudo, realizado a fim de responder o problema central da tese, mostraram que a cultura de participação política dos conselheiros nos processos de tomadas de decisões e deliberações distinguíram-se do potencial atribuído ao Comitê, que se constituiu com objetivos claros e como espaço que cria integração coletiva para uma boa deliberação, já que, na prática, se mostrou confuso para alguns e com pouca capacidade de envolvimento de todos. Ficou explícito que, na vivência dos Comitês de Bacias Hidrográficas, existe uma disputa discursiva, em que a trajetória de constituição do Comitê, a forma de gestão dos recursos hídricos, bem como o modo como os próprios representantes se colocam diante dos distintos interesses das entidades representadas, influenciam o funcionamento do Comitê e a Política Nacional dos Recursos Hídricos.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; JORGE, Karina Dino. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**. Vol. VIII nº 2 jul./dez. 2005.

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2009**. Brasília: ANA, 2009. 204p. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2009_rel.pdf. Acesso em: 18 set. 2017.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Encarte Especial sobre a Crise Hídrica. 2014. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/docs/crisehidrica.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Informe 2010. Brasília: ANA, 2010. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2010_inf.pdf. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Informe 2011. Brasília: ANA, 2011b. 112 p. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2011_inf.pdf. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Informe 2012. Ed. Especial. Brasília: ANA, 2012. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2012_inf.pdf. Acesso em: 22 de set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Informe 2014 - Brasília: ANA, 2015b. 103p. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/informes2014.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Informe 2015. Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce- rompimento da Barragem em Mariana/MG. Brasília, 2016. Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/RioDoce/EncarteRioDoce_22_03_2016v2.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos**: Informe 2015. Brasília: ANA, 2015a. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura_informe_2015.pdf. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos**: Informe 2016. Brasília: ANA, 2016. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/informe-conjuntura-2016.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: Relatório 2013. Brasília: ANA, 2013. 432 p. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2013_rel.pdf. Acesso em: 21 set. 2016.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**: relatório pleno. Brasília: ANA, 2017. 169 p. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2017_rel.pdf. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018**: informe anual. Brasília: ANA, 2018.72p.

_____. **O Comitê de Bacia Hidrográfica**: o que é e o que faz? V.1, Brasília: SAG, 2011a. 64 p. (Cadernos de capacitação em recursos hídricos).

_____. **Sobre a ANA**. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/Default.aspx>. Acesso em: 02 ago. 2016.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Caroline Corrêa. **Evolução histórica da proteção jurídica das águas no Brasil**. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3421/evolucao-historica-da-protecao-juridica-das-aguas-no-brasil/1>. Acesso em: 12 set. 2016.

ARAÚJO, Alana Ramos; BARBOSA, Erivaldo Moreira. Evolução do direito de águas no Brasil: uma visão histórica jurídica. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA, **GT 7 História Ambiental: sociedade e cultura da Natureza**, 2008.Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.2008.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação- PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, vol. 2, núm. 2, p. 4-13, jan. 2002. (Reimpressão sob permissão do Journalofthe American Planning Association, publicado com o título “A ladderofcitizenparticipation”, vol.35, n. 4, p.216-224, julho 1969. Traduzido por MarkusBrose).

BARTH, Flávio Terra. Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

BENEVIDES, Amanda. **Comitê das bacias hidrográficas da região metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF)**: Trajetória e desafios para a gestão hídrica participativa. 2011. 163f. Dissertação (mestrado em geografia) - Universidade Federal do Ceará, centro de ciências, departamento de geografia, Fortaleza, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOHMAN, James. La democracia deliberativa y sus críticos. In: **Metapolítica**, volumenº 4, abril/junio 2000, p.48-57.

_____. O que é deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org. e tradução). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: AutênticaEditora, 2009.

_____. **Public deliberation**: pluralism, complexity and democracy. Cambridge: Mit Press, 1996.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (orgs.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, v.14, 2011. p.61-88.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Tradutor: Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradutora: Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, p. 46-81, 1983.

_____. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, n. 6, p.15-57, abr., 2005.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradutor: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 27 maio 2019.

BROCH, Synara Aparecida Olendzki. **Gestão Transfronteiriça de Águas: O caso da Bacia do APA**. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BRUMADINHO: as últimas notícias sobre o rompimento de barragem da Vale. **EL PAÍS Brasil**, [São Paulo], ano 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549044928_726130.html. Acesso em: 01 fev. 2019.

CAMARGO, Rodrigo de Arruda. **Avaliação da suscetibilidade à erosão e proposição de zoneamento estratégico com vistas à sustentabilidade da Bacia Hidrográfica do rio Piranga, MG**. 2012. 104f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

CAMINHÕES-PIPA se inserem na rotina de Viçosa. **Tribuna Livre**, Viçosa, p.01, 28 jan. 2015.

CAMPOS, Humberto. O papel dos municípios. In: THAME, Antônio Carlos de Mendes (org.). **Comitês de bacias hidrográficas: uma revolução conceitual**. São Paulo: IQUAL Editora, 2002. p.83-88.

CAMPOS, V. N. de O.; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, V.3, XIII, n.2 p. 365-382, jul. dez. 2010.

CARVALHO, Jussara de Lima. **Governança da água no Estado de São Paulo**. Estudo de caso: Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tieté. 2011. 280f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo A. Participação social no Brasil Hoje. **Instituto Pólis**, 1998. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/participacao-social-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CASADEI, Waldemar S. A capacitação dos municípios para a gestão dos recursos dos hídricos. In: THAME, Antônio Carlos de Mendes (org.). **Comitês de bacias hidrográficas: uma revolução conceitual**. São Paulo: IQUAL Editora, 2002. p.103-109.

CASTRO, Luciana Cardon. **A gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu-PR**. 2005. 105f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2005.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. In: Crítica y emancipación: **revista latinoamericana de ciências sociais**. Año 1, nº 1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <HTTP://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

CHAUI, Marilena. **O Discurso Competente**. 2012. Disponível em: <http://www.abimaelcosta.com.br/2012/10/o-discurso-competente-marilena-chau.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE (CBH-DOCE). **A bacia**. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/a-bacia/>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____. **Municípios contemplados com o Plano Municipal de Saneamento Básico, Bacia do Rio Doce**. [2017]. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/programas-e-projetos/p41-programa-de-universalizacao-do-saneamento>. Acesso em: 9 maio 2019. 1 mapa.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA (CBH-PIRANGA). **A bacia**. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/a-bacia>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____. **Cobrança e arrecadação**. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>. Acesso em: 03 maio 2019.

_____. **Decreto 43101 de 20 dez. 2002**. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Decreto-Piranga.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. **O CBH-Piranga**. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/o-cbh-piranga>. Acesso em: 01 set. 2016.

_____. **PIRH/PAH**. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/centro-documentacao/plano-diretor-da-bacia-do-doce-pirh>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. **Relatório Anual de Atividades 2016**. [Ponte Nova, MG] Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/wp-content/uploads/2017/02/RELAT%C3%93RIO-ANUAL-DE-ATIVIDADES-CBH-PIRANGA-2016.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

_____. **Relatório Anual de Atividades 2017**. [Ponte Nova, MG]. Disponível em: <http://www.cbhpiranga.org.br/wp-content/uploads/2017/02/RELAT%C3%93RIO-ANUAL-DE-ATIVIDADES-CBH-PIRANGA-2017.pdf>. Acesso em: 02 maio 2019.

CORRADI, Rodrigo de Souza. **O papel preponderante do Banco Mundial na gestão dos recursos hídricos na América do Sul: análise do período 1993-2004**. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DECIAN, Vanderlei. Bacia Hidrográfica como Unidade de Planejamento. In: ZAKRZEWSKI, Sônia Balvedi (org.). **Conservação e uso sustentável da água: múltiplos olhares**. Erechim, RS: EdiFapes, 2007. p. 09-32.

DEMO, Pedro. Participação e Planejamento: arranjo preliminar. **R. Serviço Público**. Brasília, 117 (1): 49 – 76, jun./ set. 1989.

DIAS, Silvano Souza. **O Fluxo da Vida no Espaço Fragmentado: Conflitos Ambientais e Gestão da Água em Viçosa – Mg**. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

DOUROJEANNI, Axel; JOURAVLEV, Andrei. Evolución de políticas hídricas en América Latina y el Caribe. **CEPAL**, série 51, Santiago de Chile, 2002. Disponível em: http://www.pseau.org/outils/ouvrages/cepal_evolucion_de_politicas_hidricas_en_america_latina_y_el_caribe_2002.pdf. Acesso em: 04 out. 2016.

DRYZEK, John S. Introduction: the deliberative turn in democracy theory. In: DRYZEK, John S. **Deliberative democracy and beyond: liberal, critics, contestation**. Oxford: Oxford University, 2000.

_____. **Discursive democracy: politics, policy, and political science**. New York; Oakleigh: Cambridge University Press, 1990.

_____. Legitimidade e economia democrática deliberativa. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. (orgs.). **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 41-62.

DRYZEK, John S.; NIEMEYER, Simon. Discursive representation. **American Political Science Review**, v. 102, n. 4, 2008.

DRYZEK, John S. **The politics of the Earth: environmental discourses**. Oxford: Oxford University Press, 3ª Ed. 2013.

ESPINOZA, Rodrigo de Freitas; MARTINS, Rodrigo Constante. Discursos e posições de classe na governança das águas: notas e estratégias de interpretação. In: CONGRESSO DE MEIO AMBIENTE DA AUGM, VI, 2009, São Carlos. **Anais eletrônicos...** São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-098.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

FARIA, Camila. **Nascente do Rio Piranga**. 2016. Disponível em: <https://www.eaiferias.com/2016/06/estrada-real-nascente-rio-doce.html>. Acesso em: 20 fev. 2019. 1 fotografia.

FARIA, Claudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, nº 49, 2000. p. 47-68.

FARIA, Jacinta de Lourdes de. **Conflitos e participação da sociedade civil na instalação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. 2004. 157f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.

FRACALANZA, Ana Paula. Água: de elemento natural a mercadoria. **Sociedade & Natureza, Uberlândia**, Vol.17 (33), 2005, p. 21-36.

FRACALANZA, Ana Paula; JACOB, Amanda Martins; EÇA, Rodrigo Furtado. Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda. **Ambiente & Sociedade, São Paulo** v. XVI, n. 1, p. 19-38, jan.-mar. 2013.

FRANK, Beate (org.). **Comitês de Bacia sob o olhar dos seus membros**. Blumenau: FURB, 2008

FREITAS, Adir José de. Gestão de recursos Hídricos. In.: SILVA, D. D. da.; PRUSKI, F. F. (ed.). **Gestão de recursos Hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais**. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. p.1-118.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Prefeituras de 39 municípios estão aptas a receber R\$ 500 milhões para obras de saneamento**. [Belo Horizonte], 06 abril 2018. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/release/prefeituras-de-39-municipios-estao-aptas-a-receber-r-500-milhoes-para-obras-de-saneamento/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Indenização por lucro cessante**: Fundação Renova acata decisão judicial. [Belo Horizonte], 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/indenizacao-por-lucro-cessante-fundacao-renova-acata-decisao-judicial/>. Acesso em: 11 maio 2019.

GALIZONI, Flávia Maria. **Águas Da Vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas- SP, 2005.

GARJULLI, Rosana. Instrumentos institucionais para gestão de recursos hídricos no semi-árido. In: HERMANN, Klaus et al. **Águas e desenvolvimento sustentável no semi-árido**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates nº 24, dezembro 2002.

GONH, Maria da Glória. Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio. In: XXII REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Ciências Sociais, Sociedade e Mundo Rural. Caxambú, 27-30 de outubro, 1998.

GOOCH, Geoffrey D.; HUITEMA, David. Improving governance through deliberative democracy: initiating informed public participation in water governance policy processes. In: STOCKHOLM WATER SYMPOSIUM 14, 2004.

GRASSI, Luiz Antônio Timm. Os Comitês de Bacias Hidrográficas e a Gestão das Águas. [abril 2001]. Elson K. Schoreder. **CREA-RS**, Rio Grande do Sul, abril de 2001. Disponível em: <http://www.abes-rs.org.br/rechid/comites-e-gestao.htm>. Acesso em: 17 out. 2016.

GRUPO POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE – (PoEMAS). Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). **Mimeo**. 2015.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: **Lua Nova**. São Paulo: n.36, 1995.

_____. **Mudança estrutural na Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1984.

_____. O espaço público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Ano VII, no. 12, Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, 1999.

_____. O papel da sociedade civil e da esfera pública política (cap. VIII). In: HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre factibilidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p 57-121.

_____. **Pensamento Pós Metafísico**: Estudos Filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1990.

_____. **The Theory of Communicative Action**. Lifeworld and System: a critique of functionalist reason. Boston: Beacon Press. 1987. vol. II.

HENKES, Silvana Lúcia. **Histórico legal e institucional dos recursos hídricos no Brasil**. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4146/historico-legal-e-institucional-dos-recursos-hidricos-no-brasil>. Acesso em: 13 set. 2016.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, p. 21-28, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBio-AGB Doce). **Apresentação**. 2014. Disponível em: <http://www.ibioagbdoce.org.br/ibio-agb-doce/apresentacao/>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Definição das áreas para alocação das nascentes a serem recuperadas na UGRH Piranga**. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2017/07/IBIO-AGB-Doce-Nascentes-TTAC-10-07-17.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

_____. **CBH- Piranga recebe prefeitos da região para primeira reunião para elaboração dos planos municipais de saneamento básico**. 28 maio 2015. Disponível em: <http://www.ibioagbdoce.org.br/geral/cbh-piranga-recebe-prefeitos-da-regiao-para-primeira-reuniao-para-elaboracao-dos-planos-municipais-de-saneamento-basico/>. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO). **Quem somos**. 2016. Disponível em: <http://ibio.org.br/pb/quem-somos#nossa-historia>. Acesso em: 13 nov. 2017.

INSTITUTO BIOATLÂNTICO (IBIO). **Nota Técnica nº 01/2017**. Governador Valadares: Ibio, 14 mar. 2017. Disponível: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2017/07/NOTA-T%C3%89CNICA-N%C2%BA-01-2017-IBIO-com-adequa%C3%A7%C3%B5es-assinaturas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSTITUTO BIOATLÂNTICO (IBIO). **Mapa de Vulnerabilidade Bacia do Rio Piranga, 2015**. Disponível em: <http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2017/07/IBIO-AGB-Doce-Nascentes-TTAC-10-07-17.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017. 1 mapa.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Minas Gerais). **Instrumentos de Gestão- CBH Piranga (DO1)**. [2018]. Disponível em: <http://comites.igam.mg.gov.br/audios/34-comites-estaduais/do1-rio-piranga/242-instrumentos-de-gestao-cbh-do-rio-piranga>. Acesso em: 03 maio 2019.

_____. **Mapoteca**. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/Mapas/PNG/do1-rio-piranga.png>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. **Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos- SEGRH**. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/sistema-de-gerenciamento/comites-de-bacias-hidrograficas>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Principais cursos d'água da Bacia do Rio Piranga/MG**. Disponível em: <http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais-mg/do1-cbh-piranga>. Acesso em: 03 maio 2019. 1 mapa.

JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana; LEÃO, Renata de Souza. Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e respostas da sociedade civil. **Estudos Avançados**, 29 (84), p.27-42, 2015.

JACOBI, Pedro Roberto; MONTEIRO, Fernando; EDUARTE, Marina; CASTELLANO, Maria; ROMAGNOLI, Reynaldo; NOVAIS, Ricardo. Capital social e desempenho institucional-reflexões teórico metodológicas sobre estudos no comitê de Bacia Hidrográfica no Alto do Tietê-SP. In: JACOBI, Pedro Roberto; FERREIRA, Lúcia da Costa (orgs.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 303-327.

JACOBI, Pedro Roberto. **Gestão Participativa das Águas**. 2006. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/TextoJacobi.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

LELIS, Davi Augusto Santana de. **Entre o discurso e a norma: uma análise sobre o procedimento legiferante em torno do Novo Código Florestal**. 2011. 118f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

LELO, Thales; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, p. 349-374.

MACHADO, Carlos José Saldinha. Apresentação. In: MACHADO, Carlos José Saldinha (org.). **Gestão de águas doces**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p. V-VII

MALTEZ, José Adelino. **Republica**. 2004. Disponível em: [Http://maltez.info](http://maltez.info). Acesso em: 02 jun. 2018.

MANTOVANI, Mario; BARRETO, Samuel Roiphe. A atuação das organizações não governamentais no SIGRH, seu fortalecimento e a nova postura em face da Lei 9.790/99 – O Marco regulatório do terceiro setor. In: THAME, Antônio Carlos de Mendes (org.). **Comitês de bacias hidrográficas: uma revolução conceitual**. São Paulo: IQUAL Editora, 2002. p.89-94.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. O problema da participação política no modelo deliberativo de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, nº41, fev. 2012.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. A gestão dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais e a situação da Bacia do rio Paraopeba. **Gestão & Regionalidade**, vol. 28, nº83, maio-ago, 2012.

MATOS, Silvia Maria Santos. **O Parlamento das águas: a experiência dos comitês de Bacia Hidrográfica na política de recursos hídricos em Sergipe**. 2015. 210f. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2015.

MELO, Geórgia Karênia Rodrigues Martins Marsicano de; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; DANTAS NETO, José. Histórico evolutivo legal dos recursos hídricos no Brasil: uma análise da legislação sobre a gestão dos recursos hídricos a partir da história ambiental. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11606. Acesso em: 01 set. 2016.

MENDES, Felismina Rosa Parreira, ZANGÃO Maria Otília Brites, GEMITO Maria Laurência Grou Parreirinha, SERRA Isaura da Conceição Cascalho. Social Representations of nursing students about hospital assistance and primary health care. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2016;69(2):321-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690218i>

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano. **BIB**, São Paulo, nº 69, 1º semestre de 2010, p. 59-78.

_____. Teoria Crítica e Democracia Deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p. 49-64.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.17, nº3, mar., 2012, p.621-626.

MODELLI, Fernando. Rancière e o conflito político. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, vol. 24, n. 1, p. 128-131, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/434/287>. Acesso em: 30 out. 2017.

MORAIS, José Luciano Mendonça; FADUL, Élvia; CERQUEIRA, Lucas Santos. Limites e desafios na gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: um estudo nos estados do nordeste do Brasil. **REAd**, Porto Alegre – Vol. 24 – Nº 1 – Janeiro/ Abril 2018 – p. 238-264.

NASCENTE do Rio Doce. Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=pedra%20de%20banho%20pres%20bernardes&epa=SEARCH_BOX. Acesso em: 22 mar. 2019. 1 fotografia.

NASCIMENTO, Rosilene Aparecida do; CASTRO, José Flávio Morais. Análise climatológica da bacia do rio Piranga - MG: (1951 - 2012). **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v.7, n.1, jan./jun. 2013.

NOBRE, Marcos. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (orgs.). **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. **Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana, 2015**. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br>. Acesso em: 11 maio 2019.

O DOCE não morreu. **Revista da Bacia do Rio Doce**. nº2, 2016. p. 6-11.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nosso Futuro Comum/ Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PENNER André. **Lama do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Vale S.A. em Brumadinho/ MG**. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 26 mar.2019.

PEREIRA, Dilma Seli Pena; JOHNSSON, Rosa Maria Formiga. Descentralização da gestão dos recursos Hídricos em bacias nacionais do Brasil. **REGA**, Vol. 2, no. 1, p. 53-72, jan./jun. 2005.

PEREIRA, Luís Flávio; CRUZA, Gabriela de Barros; GUIMARÃES, Ricardo Morato Fiúza. Impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Brumadinho, Brasil: uma análise baseada nas mudanças de cobertura da terra. **Journal of Environmental Analysis and Progress**, V. 04, nº 02, 2019. p. 122-129.

PICCOLI, Andrezza de Souza; KLIGERMAN, Débora Cynamon; COHEN, Simone Cynamon; ASSUMPÇÃO, Rafaela Facchetti. A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. **Ciência& Saúde Coletiva**, 21(3):797-808, 2016.

PMV e Saae traçam planos para não faltar água. **Tribuna Livre**, Viçosa, p. 09, 12 fev. 2014.

POMPEU, Cid Tomanik. A Gestão das Águas e a Competência Estadual. In: MACHADO, Carlos José Saldinha (org.). **Gestão de águas doces**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. p. 39-71

_____. Águas Doces no Direito Brasileiro. In: REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

_____. O Direito de águas no Brasil. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE ÁGUAS. Fortaleza, 2008. Disponível em:

http://www.cnrh.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1159&Itemid=. Acesso em: 11 set. 2016.

QUEIROZ, Josiane Terezinha Matos de. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções. 256f. 2011. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXPO experimental org.; Ed. 34, 2005a.

_____. A política da arte e seus paradoxos contemporâneos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SITUAÇÃO # 3: ESTÉTICA E POLÍTICA, 2005b, São Paulo. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/Sesc/conferencias/subindex.cfm?Referencia=3562&ID=206&ParamEnd=6&autor=3806>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. **Dissensus**: onpoliticsandaesthetics. Londres: Continuum, 2010.

_____. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradutora: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Águas doces no mundo e no Brasil. In: **Águas doces no Brasil**: capital ecológico, uso e conservação. REBOUÇAS, Aldo da Cunha; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Orgs.). São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

REIS, Luis Gustavo de Moura; LANNA, Antônio Eduardo Leão. Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos. **Curso de aperfeiçoamento em gestão dos recursos hídricos**. 2009. Disponível em: http://capacitacao.ana.gov.br/Lists/Editais_Anexos/Attachments/23/07-Planejamento-GRH-220909.pdf. Acesso em: 01 set. 2016.

RODRIGUES DA SILVA, Elmo. **Curso da água na história**: simbologia, moralidades e a gestão de recursos hídricos. 1998. 201 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1998.

SANTANA, Isabela S. Deliberação dos comitês de bacias hidrográficas: quem participa, como faz e o que decide? **Prelúdios**, Salvador, v.4, n.4, p. 65-78 set./mar. 2015.

SANTIN, Janaína Rigo; GOELLNER, Emanuelle. A Gestão dos Recursos Hídricos e a Cobrança pelo seu Uso. **Sequência** (Florianópolis), n. 67, p. 199-221, dez. 2013.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistema de ação. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 38-53.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Prefácio à edição brasileira: Planeta água. In: **Por um modelo público de água**. Tradução de Renato Pompeu. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – Jul. 2009.

SCANTIMBURGO, André Luis. **O Banco Mundial e a política Nacional de Recursos Hídricos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em:

http://culturaacademica.com.br/_img/arquivos/9788579834882.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SETTI, Arnaldo Augusto. Legislação para uso dos recursos hídricos. In: SILVA, D. D. da.; PRUSKI, F. F. (ed.). **Gestão de recursos Hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais**. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. p.121-397.

SETTI, Arnaldo Augusto; LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck; CHAVES; Adriana Goretti de Miranda Chaves; PEREIRA, Isabella de Castro. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos**. 2ª ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2001. 207 p.

SIMON, Christofhe. **Carros e destroços de casas em meio a lama após o rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Distrito de Bento Rodrigues, Minas Gerais**. 6 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 18 fev. 2019. 1 fotografia.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. **A mediação de conflitos na gestão de recursos hídricos no Brasil**. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em ciência ambiental) - Programa de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

SOUZA JUNIOR, Wilson Cabral de. **Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

THAME, Antônio Carlos de Mendes. Desafios. In: THAME, Antônio Carlos de Mendes (org.). **Comitês de bacias hidrográficas: uma revolução conceitual**. São Paulo: IQUAL Editora, 2002. p.147-150.

THEODORO, Hildelano Delanusse. **Instituições e gestão dos recursos hídricos em Minas Gerais**. 2002. 166f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

TOSTES, Juliana de Oliveira. **Conflitos na gestão das águas da Bacia do Piranga: A democracia do “Parlamento das águas” afogada por relações assimétricas de poder**. 2007. 90f. Monografia (Graduação em geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUCCI, Carlos E. M.; HESPANHOL, Ivanildo; CORDEIRO NETTO, Oscar de M. Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a “visão mundial da água”. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH)**, V. 5, nº 3, p 31-43, jul/set. 2000.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos. **MultiCiência: o futuro dos recursos**. São Carlos-SP, v.1, out./ 2003. Disponível em: <http://www.multiciencia.unicamp.br/art03.htm>. Acesso em: 29 ago. 2016.

UNESCO. Águas para todos. **Água para la vida**. Informe de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo de los recursos hídricos en el mundo. 2003. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/water/WWDR-spanish-129556s.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____.Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. **Água para um mundo sustentável**. 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/images/WWDR2015ExecutiveSummary_POR_web.pdf. Acesso em: 14 out.2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Confluência do Rio Piranga e ribeirão do Carmo, formando o Rio Doce**. Disponível em: http://www.atlasdasaguas.ufv.br/doce/resumo_doce.html. Acesso em: 18 fev. 2019. 1 fotografia.

VIANNA JUNIOR, Agnelo Corrêa. **Organismos de Bacia**: Democracia Procedimentalista ou Simbólica? 2014. 166f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.

VIÇOSA sem Água. **Folha da Mata**, Viçosa, p. 10, 09 maio 2013.

VIDAL, Luciana Rocha; RESENDE, Marisa Seoane Rio Resende; RESENDE, Orlando José. **Guia prático de planejamento e organização para comitês de Bacia Hidrográfica**. Belo Horizonte: Centro Mineiro de Alianças Internacionais (CeMAIS), 2010. 80p.

WILSON; Edward O. Posfácio. In: CARSON, Rachel. Tradutora: Claudia Sant’Anna Martins. **Primavera Silenciosa**. 1 ed. São Paulo: Gaia. 2010. p.250-256.

WOLKMER, Maria de Fátima S.; PIMMEL, Nicole Freiburger. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência (Florianópolis)**, n. 67, p. 165-198, dez. 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradutor: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZINATO, Maria do Carmo. A construção da cidadania propulsionada pela água. .In: SILVA, D. D. da.; PRUSKI, F. F. (ed.). **Gestão de recursos Hídricos**: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000. p.619-657.

Sites consultados:

<http://www2.ana.gov.br>

<http://www.cbhpiranga.org.br>

<http://www.cidades.ibge.gov.br>

<http://www.igam.mg.gov.br>

<http://www.mma.gov.br>

<http://comites.igam.mg.gov.br>

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Descrição do entrevistado

- Nome:
- Idade:
- Sexo:
- Entidade que representa:
- Cargo na entidade:
- Quanto tempo é conselheiro (ou quantos mandatos):
- Profissão/Formação:
- Data a entrevista:

Momentos da entrevista:

1) Membros do comitê

Este momento tem como objetivo conhecer sobre o perfil dos representantes que compõem o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga/ Minas Gerais. Procura-se investigar as experiências prévias dos membros, de qual entidade pertencem, como eles se tornaram representantes do CBH, como é a participação nas plenárias, o conhecimento dos membros a respeito do funcionamento do Comitê e se conseguem de fato representar suas entidades. Além disso, pretende-se conhecer um pouco da sua entidade.

Questões importantes:

- a) Há quanto tempo o senhor (a) está representando o Comitê em plenárias e/ou câmaras técnicas?
- b) Sabe como sua entidade tornou-se conselheira no CBH-Piranga?
- c) Como o senhor (a) foi escolhido para representar sua entidade? O que te motiva a participar?
- d) O senhor (a) recebe recursos financeiros para participar das reuniões (diárias, transporte, alimentação)?
- e) Participa com frequência das plenárias/reuniões/eventos? Como avalia sua participação no comitê (comunicativo/observador)?
- f) As discussões realizadas no Comitê são repassadas para os demais integrantes da sua entidade? São levadas discussões da sua entidade para as plenárias no Comitê?
- g) Quais são as principais ações e relações com a discussão com a água e meio ambiente que sua entidade realiza?
- h) O que significa água para o senhor (a)?
- i) O que é o CBH-Piranga/MG representa para o senhor (a)?
- j) Qual sua opinião sobre a gestão dos recursos hídricos da bacia do rio Piranga?

2) Momento Histórico

Nesta etapa busca entender e resgatar dos entrevistados os períodos de criação e início de funcionamento do Comitê, como os principais motivos de sua criação, organizações envolvidas, data de criação, instalação, funcionamento e divulgação. Além de identificar demais histórias relacionadas a este período de criação.

Questões importantes:

- a) Conhece um pouco sobre a criação do CBH-Piranga/MG?
- b) Sabe os principais motivos que levaram a criação do Comitê?
- c) Existiram dificuldades para constituir o Comitê?
- d) Percebe avanços na atuação do Comitê desde a sua criação? Quais?
- e) Como o CBH-Piranga foi sendo reconhecido e consolidado por todos?
- f) Acha que o CBH consegue atender toda sua unidade territorial?

3) Ritos institucionais

O objetivo é investigar o que já é instituído pelo CBH-Piranga/MG, avaliando a legislação, as regras e normas estabelecidas, o regimento interno, planejamento do Comitê, processo de escolha dos seus membros e a existência de atribuições a eles. Procura-se ainda verificar a abrangência do conteúdo instituído nesses elementos, como é sua aplicação, acessibilidade aos membros, grau de formalização e complexidade e como ocorre o processo de tomada de decisão.

Questões importantes

- a) Conhece o Regimento interno do Comitê? A partir de onde? Como é esse conhecimento (leu/interpretou)? É fácil sua compreensão? Segue-se o regimento?
- b) Sabe se o CBH-Piranga possui regras definidas que devem ser cumpridas pelos representantes? Se sim, possui conhecimento dessas regras? (quais?)
- c) Como estas regras foram definidas? (Passou por votação?)
- d) Tem conhecimento a respeito da Política Nacional dos Recursos Hídricos? (como? Já leu? Já ouviu?)
- e) Tem conhecimento da Política Estadual de Recursos Hídricos? (como? Já leu? Já ouviu?)
- f) Sabe quais são os instrumentos de gestão adotados na bacia do Piranga? (Plano; enquadramento dos corpos d'água, outorga, cobrança; sistema de informação)
- g) Conhece o Plano da Bacia do rio Piranga? Sua entidade participou da elaboração deste último? (como? Já leu? Já ouviu?)
- h) Encontram dificuldades para executar a Política, o Plano e os instrumentos de gestão? Quais?
- i) Como funciona o processo de eleição? (Há rotatividade de representantes?)

4) Processo deliberativo

Neste momento abordará questões que busquem entender o processo de participação na tomada de decisões nas plenárias do CBH-Piranga/MG, verificando se o Comitê propicia um espaço onde as pessoas possam interagir uns com os outros sem constrangimento, debater as decisões em conjunto, quais discussões são pautas nas plenárias e se os procedimentos comunicativos são adequados e acessíveis a todos.

Questões importantes:

- a) Sente-se à vontade para expor suas opiniões/ideias nas plenárias do CBH? Alguma vez já teve dificuldade de compreender certos assuntos em pauta? Por quê?
- b) Nas plenárias sente falta de uma participação maior dos poderes públicos, da sociedade civil ou dos usuários da água? Como entende o que é participação?
- c) O que o senhor (a) acha que seria preciso para estimular uma maior participação?
- d) Como o senhor (a) observa a relação dos representantes/participantes nas plenárias? Possui algum impasse nas tomadas de decisões em conjunto? Acha que existe algum tipo de interesses em determinadas discussões?
- e) Para o senhor(a) quais são as pautas ou atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Comitê discutidas nas plenárias? (Ações/projetos)
- f) As pautas das reuniões são comunicadas com antecedência?
- g) Como o senhor(a) avalia os resultados vindos das plenárias ou das propostas elaboradas? (resultados positivos, não são concretizadas)
- h) Na sua opinião, os Comitês de Bacias Hidrográficas contribuem para um processo mais democrático de formulação de políticas dos recursos hídricos e alocação eficaz dos recursos públicos?
- i) Acredita que todas as informações repassadas nas assembleias são transparentes? Ou seja, são repassadas com transparência? Confiáveis? Acha que fica informação sem ser repassada?

5) Problemas enfrentados na Bacia Hidrográfica

Nesta etapa da entrevista procurará evidenciar os principais impactos ambientais, sociais e econômicos ao redor da Bacia Hidrográfica do rio Piranga, MG. Analisando se os membros possuem conhecimento desses problemas, como eles avaliam isso e como eles se organizam para buscarem soluções.

Questões importantes:

- a) Conhece quais são os principais impactos da bacia do rio Piranga? (ambientais, sociais e econômicos). Como ficou sabendo deles?
- b) Como o senhor(a) enxerga a questão da escassez Hídrica na Bacia?
- c) Para o senhor (a) como o impacto do rompimento da barragem da Samarco atingiu a Bacia?

- d) Como o Comitê se organiza diante desses impactos? Ele recebe demandas para solucionar tais impactos ou as iniciativas de soluções partem do próprio Comitê?
- e) O CBH-Piranga/MG consegue desenvolver ações de melhorias? (Dê alguns exemplos)

6) Parcerias

Visa neste momento compreender as formas de relação entre os órgãos que compõem o Comitê ou parcerias com entidades para realização de determinados projetos ou ações realizadas na Bacia.

Questões importantes:

- a) Como é a relação com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos? Agência Nacional das Águas? Conselho de Recursos Hídrico do Estado? Órgãos dos poderes público, federal, estadual e municipal? E a Agência de Águas?
- b) O Comitê faz parcerias com outras instituições para realizarem projetos ou ações? Como são essas parcerias?

7) O Futuro do Comitê

Para finalizar a entrevista, almeja-se ainda verificar quais as expectativas do membro do CBH-Piranga/MG em relação ao futuro do Comitê, como: a melhoria da sua atuação e quais ações pretendem realizar.

Questões importantes:

- a) O que acha que precisa para melhorar o seu funcionamento e atuação?
- b) Quais ações ou projetos deveriam ser propostos para um bom funcionamento?
- c) Como vê o CBH-Piranga daqui uns anos?

APÊNDICE B- SÍNTESE DOS DOCUMENTOS: ATAS DE REUNIÕES

Quadro 13. Síntese das atas de reuniões, CBH- Piranga/MG, gestão 2013-2017.

DOCUMENTOS	CONTEÚDOS E PAUTAS
Ata de reunião realizada em 26/11/2013 Guaraciaba	Apreciação sobre oficina de Planejamento Participativo de Educação Ambiental e Gestão das Águas da Bacia do Rio Piranga; Conferência de quórum; Pautas: 1- apresentação do “Modelo de desenvolvimento territorial da Bacia do Rio Piranga”; 2- “Aprovação do calendário de reuniões ordinárias em 2014”; 3- “aprovação da nova logomarca do Comitê”; 4- “indicação da nova composição das câmaras técnicas (Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) e Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC)) para o mandato 2013-2015”; 5- Deliberação Normativa sobre os recursos para os planos de saneamento básico; 6- apresentação pelo IBIO sobre a situação da elaboração dos planos de saneamento; 7 e 8- apresentação pelo IBIO sobre as atividades desenvolvidas em 2013 e aplicação do questionário de avaliação do Contrato Gestão; 9- apresentação e aprovação do Plano de Trabalho Anual do CBH- Piranga.
Ata da 1ª reunião ordinária realizada em 25/02/2014 Ponte Nova	Conferência de quórum; Pautas: 1- aprovação da ata da reunião ordinária de 26/11/2013 com acréscimo de um representante na CTIL; 2- indicação das localidades para realização das reuniões de 2014; 3- relato sobre a conclusão do processo eleitoral do CBH- Doce; 4- análise da proposta de criação de novas câmaras técnicas (CTIL), por não ter realizado a reunião prevista anterior a esta plenária, contudo ficou para próxima reunião; 5- indicação dos representantes das câmaras técnicas de integração; 6- apresentação e aprovação do planejamento de comunicação 2014; 7- apresentação e sugestões para o novo site do CBH- Piranga; 8- informes pelo IBIO e pela empresa Vallenge sobre o estágio de contratação e de desenvolvimento dos Planos Municipais de Saneamento Básico; assuntos gerais e solicitação de membros para composição da Comissão de Acompanhamento da Execução de Contrato de Gestão entre IGAM e IBIO em 2011.
Ata da 2ª reunião ordinária realizada em 10/04/2014 Jequiri	Conferência de quórum; Pautas: 1- “aprovação da ata da Reunião Ordinária de 25/02/2014”; 2- aprovação do representante do Comitê para a Diretoria Colegiada do CBH- Doce; 3- Debate sobre a metodologia para a revisão do PAP 2014-2015; 4- criação da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos; aprovação da participação no evento Expovale em Ponte Nova; 5- “Apresentação do andamento do Projeto do Rio Piranga – ONG Puro Verde”; 6- “Apresentação do material de divulgação dos Planos Municipais de Saneamento Básico pelo IBIO”; e apresentado por um representante relato de insatisfação sobre esse trabalho realizado em seu município.

Ata da 3ª reunião ordinária realizada em 03/06/2014 Ponte Nova	Conferência de quórum; Pautas: “Aprovação da ata da Reunião Ordinária de 21/04/2014”; 2- “Avaliação da proposta de revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2014-2015, recursos da cobrança estadual e da União”; “proposta de revisão da aplicação dos recursos da cobrança em rios de domínio da União” pela ANA; “apresentação sobre a revisão da alocação de recursos da cobrança em rios estaduais para o período 2014-2015” pelo IGAM; assuntos gerais; apresentação por um representante sobre a situação atual do licenciamento de três empreendimentos de mineração no leito do rio Piranga; relato da perca de criação de uma Estação de Tratamento de Esgoto em Ponte Nova; mudança de data e local da próxima reunião; novamente reclamação de um representante sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico de seu município e comentários do IBIO a respeito; definição de reunião sobre o Plano com o IBIO, Vallenge e os municípios; e por fim apresentado justificativa de falta de conselheiros.
Ata da 4ª reunião ordinária realizada em 21/08/2014 Desterro do Melo	Apresentação do município pela prefeita da cidade; apresentação do resultado do Seminário Água e Sustentabilidade apresentado pelo IBIO; conferência de quórum; Pautas: 1- “Aprovação da ata da Reunião Ordinária de 03/06/2014”; 2- “Apresentação do Diagnóstico Social, Econômico e Ambiental e do Levantamento dos Fragmentos Florestais Nativos nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Xopotó”; 3- “Apresentação sobre a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) na bacia do rio Piranga” pelo IBIO; “Apresentação da proposta de reedição ampliada do livro O Canto do Piranga - um rio, muitas histórias”; relato de insatisfação de um representante sobre a falta de suporte do Estado de Minas Gerais ao Instituto Estadual de Floresta – IEF e solicitação de 40 mil reais para publicação do livro, o que foi encaminhado para análise das câmaras técnicas.
Ata da 5ª reunião ordinária realizada em 16/10/2014 Viçosa	Pautas: 1- “apresentação do município de Viçosa”; 2- “aprovação da ata reunião ordinária de 21 de agosto de 2014”; 3- “apresentação do novo diretor geral do IBIO- AGB Doce”; 4- “apresentação do SIG Gestão do Piranga” pelo IBIO; 5- “informes sobre o III Encontro de Integração de bacia Hidrográfica do Rio Doce” pelo IBIO; 6- “informes sobre o curso de Elaboração de Projetos para a FHIDRO”; 7- “esclarecimento sobre a situação do licenciamento de três empreendimentos no município de Piranga”; e assuntos gerais.
Ata da 6ª reunião ordinária realizada em 02/12/2014 Ponte Nova	Pautas: 1- “aprovação da ata da reunião ordinária de 16 de outubro de 2014”; 2- “aprovação do calendário de reuniões plenárias do CBH Piranga para 2015”; 3- “aprovação do plano de trabalho do CBH Piranga para 2015”; 4- “apresentação ‘Interlocução da SUPRAM Zona da Mata com o CBH- Piranga’”; 5- “apresentação sobre o processo de elaboração dos PMSB dos municípios de Jequeri, Guaraciaba, Cajuri, Coimbra, Porto Firme e Paula Cândido”; 5- “apresentação do IBIO- AGB Doce sobre as atividades em 2015”; 6- “aplicação do questionário de avaliação do IBIO- AGB

	Doce como entidade equiparada à agência da bacia”; e assuntos gerais.
Ata da 7ª reunião ordinária realizada em 24/02/2015 Ponte Nova	Oficina de Comunicação; conferência de quórum; Pauta: 1- aprovação da ata da 6ª Reunião Ordinária, de 15/12/2014; 2- “Avaliação de uma distribuição regional das reuniões plenárias do CBH Piranga em 2015”; 3- “Definições sobre a localização e a estruturação da sede do comitê”; 4- “Apresentação da proposta inicial de critérios de hierarquização para Programa de Universalização do Saneamento para os municípios que já possuem o PMSB aprovado (P.41 do PAP 2012-2015)”; 5- “Apresentação para o início das atividades em 2015 do Programa de Recomposição de 30 APP e nascentes (P.52 do PAP 2012-2015)” pelo IBIO; criação de um grupo de trabalho vinculado a Câmara Técnica Planejamento e Projetos (CTPP); 6- “Apresentação: O Novo código florestal e a transição agro ecológica na revitalização de bacias hidrográficas”; assuntos gerais; aprovação da substituição da cadeira do Movimento Ecológico e Cultural Vale do Piranga para a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente de Araponga por motivo de ausência da instituição; e “interesse da Organização Cooperativa de Agroecologia em participar do CBH Piranga”
Ata da 8ª reunião ordinária realizada em 14/04/2015 Vermelho Novo	Conferência do quórum; Pautas: 1- aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária de 24/fevereiro/2015; 2- “Apresentação do Município de Vermelho Novo - Vídeo institucional”; 3- “Apresentação "Projeto da Cidade de Mariana””; 4- “Discussão sobre a progressividade do valor da cobrança pelo uso da água em 2015”; comentários sobre descumprimento do desembolso do Contrato de Gestão do IBIO; 5- “Discussão sobre o Processo de Outorga nº1609/2007” que foi aprovada tendo um voto contrário e uma abstenção; 6- “Avaliação do Ofício com solicitação do município de Itaverava para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”; dois temas das pautas foram adiados para próxima reunião e seguiram para assuntos gerais.
Ata da 9ª reunião ordinária realizada em 02/07/2015 Ponte Nova	Conferência do quórum; Pautas: 1- “aprovação da ata da 8ª Reunião Ordinária, de 14/abril/2015”; 2- “Aprovação das diretrizes para a elaboração dos editais do P52 Programa de proteção de APP e nascentes – Câmara Técnica de Planejamento e Projetos – CTPP”; 3- “Apresentação do projeto aprovado sob AD referendado para encaminhamento ao FHIDRO: Construção e monitoramento de Bacias para captação de águas pluviais na microbacia do córrego Serra dos Pinheiros – ONG Puro Verde”; 4- Apresentação “Construção de Bacias de contenção de águas pluviais no município de Paula Cândido”; 5- “Apresentação sobre a priorização de áreas para fins de aplicação dos recursos da cobrança, desenvolvimento dos programas do PAP e captação de recursos externos – IBIOAGB Doce.”
1ª reunião extraordinária realizada em 20/10/2015 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga</u> , mas foi identificado por meio do site do IBIO- AGB Doce que as pautas da reunião tiveram como objetivo aprovar o Plano de Aplicação Plurianual para exercício de 2016 a 2020 e realizar a eleição da nova diretoria do Comitê;

	Constou também de debates sobre os resultados do XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas realizado em Caldas Novas/ GO.
Reunião ordinária realizada em 17/11/2015 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce foram entregues os Planos Municipais de Saneamento Básico a 27 municípios da Bacia e discussão sobre o rompimento da barragem de Mariana/MG que surpreendeu moradores e autoridades no dia 05 de novembro de 2015; Constou também de apresentação das atividades do IBIO no ano de 2015; deliberação sobre o Plano de trabalho, calendário de atividades para 2016 e aplicação do questionário de avaliação; por fim foi votado aporte de 400 mil para o projeto de Sistema de Abastecimento de Água para Viçosa.
Reunião realizada em 03/12/2015 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Encontro de representantes do CBH- Piranga juntamente com especialistas para debaterem sobre o rompimento da barragem em Mariana.
4ª reunião extraordinária realizada em 19/01/2016 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce a Câmara Técnica de Programas e Projetos avaliou o Plano de Aplicação Plurianual para o exercício de 2016 a 2020, tendo em vista o rompimento da barragem de Mariana/MG; a reunião constou de apresentação de vulnerabilidade da Bacia pelo IBIO; discussão sobre a capacidade das prefeituras implementar o plano de saneamento; discussões sobre ações de recuperação dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce; apresentação do projeto “Plantando o Futuro” pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, com objetivo de plantar mais de 12 mil árvores nas áreas degradadas da Bacia do Doce e apresentação de projeto para recuperação e revitalização do rio Piranga pelo especialista em ictiofauna.
11ª reunião ordinária realizada em 16/02/2016	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce a Câmara Técnica de Programas e Projetos elaboraram proposta de atualização das demandas da Bacia do Piranga; a Câmara Técnica de Capacitação, Educação e Informação em Recursos Hídricos (CTCEI) apresentou a proposta de divisão do território do Comitê em microbacias; o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico ficou responsável pelo acompanhamento da execução dos planos de saneamento nos municípios; e apresentação de plano emergencial pela Samarco para recuperação das áreas afetadas pelo rompimento em Mariana/MG.
Ata da 5ª reunião extraordinária realizada em 30/03/2016 Ponte Nova	Verificação de quórum; relatos sobre as reuniões da CTCEI e CTPP que foram realizadas no dia anterior e na manhã deste dia; apresentação de novos funcionários do IBIO presentes à reunião; entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico de Sem Peixe; Pautas: 1- aprovação das atas das últimas reuniões, 4ª Extraordinária e 11ª Ordinária do CBH Piranga; 2- apresentação da proposta de divisão dos territórios do Piranga; 3- apresentação do CISAB, sobre a proposta de acompanhamento da implementação dos PMSB nos municípios da Bacia; 4- “Apresentação pelo IBIO sobre proposta de nova estratégia para a implementação dos programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de

	Recomposição de APP e Nascentes, e, P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural”; 5- “atualização das informações sobre as ações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão”; 6- “discutida a proposta de programação para expedição à região afetada pelo rompimento da Barragem de Fundão; 7- “esclarecimentos pelo IBIO institucional sobre o recurso doado pela banda internacional Pearl Jam”; e 8- “questionamento sobre a qualidade dos PMSB laborados na bacia com recursos da cobrança pelo uso da água”
12ª Reunião ordinária realizada em 26/04/2016 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce a reunião contou com a participação do Ministério Público de MG sobre as ações contra a Samarco e suas acionistas após o rompimento da barragem; a reunião constou de debates sobre educação ambiental; apresentação de vagas sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas em Salvador; levantamento de preocupação sobre o engavetamento do PMSB; eleição da nova representante do CBH- Piranga no CBH- Doce; e por fim apresentação sobre a situação do Contrato Gestão entre IBIO-IGAM.
13ª reunião ordinária realizada em 23/06/2016 Viçosa	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce o encontro em Viçosa teve como objetivo de apresentar três ações que iriam começar a implementar na Bacia: Controle de atividades geradoras de sedimentos, expansão do saneamento rural e recomposição de APPs e nascentes. As pautas da plenária também consistiram em avaliação do parecer de encaminhamento da implementação dos PMSBs nos municípios em parceria com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais (CISAB) e apresentação pelo Ministério Público a respeito das ações feitas após o rompimento da barragem em Mariana/MG.
6ª reunião extraordinária realizada em 21/07/2016 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce nessa reunião foi assinado o termo de compromisso e cooperação mútua entre o município de Viçosa, CBH- Piranga e IBIO- AGB Doce. Aprovação da Deliberação Normativa que aprova a outorga de direito de uso de recursos hídricos da CGH Brito. Aprovação da Deliberação Normativa sobre a criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros do CBH- Piranga 2017- 2021.
7ª reunião extraordinária realizada em 20/09/2016 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Conforme o site IBIO- AGB Doce houve análise da Deliberação Normativa em relação à indicação do IBIO como Agência de Bacia, todavia houve indagações sobre a transparência do repasse ocorrido nos anos 2012-2015.
8ª reunião extraordinária realizada em 20/09/2016 Ponte Nova	
Ata da 9ª reunião extraordinária realizada em 27/10/2016 Ponte Nova	Verificação de quórum; a reunião teve finalidade de apresentar prestações de contas anteriores para andamento do Contrato Gestão entre IBIO e IGAM, a qual os conselheiros se mostraram insatisfeitos. Apresentação de novos conselheiros; aprovação de atas anteriores; apresentação de ações sobre o rompimento da barragem em Mariana/MG.
14ª reunião ordinária realizada em 06/12/2016 Ponte Nova	<u>Ata não disponível no site do CBH- Piranga.</u> Segundo anotações de campo, a reunião constou de verificação de

	quórum; votação de ata anterior; informes sobre o seminário de educação ambiental, sobre ações da CTPPeCTCEI; apresentação das empresas vencedoras do Edital para o Projeto de Sistema de Abastecimento de Água de Viçosa; aprovação da adequação do Regimento Interno em atendimento à DNCERH nº 52/2016; Análise da minuta do Contrato de Gestão IBIO/IGAM; e assuntos gerais.
Ata da 10ª reunião extraordinária realizada em 21/02/2017 Ponte Nova	Verificação de quórum; “análise para aprovação da adequação do regimento interno do comitê em 10 atendimento à DNCERH nº 52/2016”. Sugestão de que as oito Unidades Territoriais Estratégicas (UTES) do CBH-Piranga deveriam ser mencionadas no regimento do comitê, solicitado então uma Deliberação Normativa para isso; e por fim aprovação por unanimidade das alterações do regimento interno.
Ata da 15ª reunião ordinária realizada em 21/02/2017 Ponte Nova	verificação de quórum; apresentação de novos membros presentes na reunião; informes sobre os boletos de cobrança pelo uso da água recebidos no final de 2016 pelos municípios da bacia, informe em relação à Deliberação nº 43 do CIF – Comitê Interfederativo, que define critérios para priorização de municípios destinatários dos recursos financeiros no âmbito do “Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos”; votação da ata da 14ª reunião; apresentação sobre o IBIO e contrato de gestão IBIO- IGAM com intensos debates; apresentação sobre o Programa de Convivência com as Cheias – P31; parecer sobre a reunião conjunta da CTPP e CTCEI; apresentação com breve histórico sobre os programas P12, P42, P52; explicação sobre a proposta orçamentária para utilização do recurso estadual da cobrança pelo uso da água; e informe sobre o portal da transparência das ações executadas pelo IBIO.
Ata da 16ª reunião ordinária realizada em 04/05/2017 Ponte Nova	Verificação de quórum; inversão de pauta passando a apresentação sobre as ações do CIF – Comitê Interfederativo para a parte da tarde e a apresentação da representante do IGAM para a pauta da manhã; informe sobre a pesquisa de doutorado, que busca compreender a dinâmica de funcionamento do comitê para a implementação da política nacional de recursos hídricos; informou sobre dois ofícios recebidos pelo comitê solicitando a inclusão do município nos programas hidroambientais e de saneamento rural do PAP 2016-2020: P12, P52 e P42; informes sobre o andamento dos Programas P12, P42 e P5; explicação sobre a necessidade de criação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão - GACG, com a finalidade de acompanhar física e financeiramente a execução do Contrato de Gestão e avaliar o desempenho da Entidade Equiparada; aprovação das atas da 10ª Reunião Extraordinária e 15ª Reunião Ordinária; apresentação sobre a análise da qualidade das águas coletadas ao longo do Rio Doce pela analista ambiental do IGAM; apresentação sobre as ações do CIF; leitura de um ofício dirigido à Fundação Renova; e apresentação sobre as ações desenvolvidas pela Fundação em prol da recuperação da bacia hidrográfica

	do rio Doce e reparação dos danos ambientais, sociais e econômicos causados pelo rompimento da barragem.
Ata da 17ª reunião ordinária realizada em 11/07/2017 Ponte Nova	Execução do Hino nacional; verificação de quórum; apresentação dos ofícios enviados ao Comitê; informes sobre o processo eleitoral 2017-2021; aprovação da última ata; informe sobre o andamento do Programa Rio Vivo; os bombeiros civis de Ponte Nova fizeram uma breve apresentação institucional; apresentação sobre o plano de captação de recursos adicionais; apresentação da proposta de aprimoramento do relacionamento IBIO e CBH, cobrança pelo uso da água para os CBH da bacia do Doce; apresentação sobre os Programas Ps; “apresentação sobre a definição das áreas para alocação das nascentes a serem recuperadas na UGRH Piranga pela Fundação Renova; apresentação prevista em pauta explicando que o TTAC prevê que a Fundação deverá realizar o manejo de rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão”; e apresentação sobre os trabalhos realizados pela Câmara Técnica.
Ata da 18ª reunião ordinária realizada em 05/09/2017 Ponte Nova	execução do hino nacional brasileiro; Não houve quórum para questões deliberativas; “Apresentação sobre a metodologia do Programa de recuperação de nascentes previsto no TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado pela Samarco, Vale, BHP e os governos federal e estaduais de MG e ES”; Aprovação da última ata; informe sobre o processo de outorga nº 44381/2016, da Energia Limpa Participações Ltda., que se refere à CGH Ponte Queimada; informe sobre o ofício encaminhado referente ao destacamento da Polícia Militar Ambiental do município de Piranga, que será desativado, solicitando que o comitê oficie o Comando da Polícia Militar e ao Coordenador Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce; e informe sobre o andamento do Programa Rio Vivo.
Ata da 11ª reunião extraordinária realizada em 06/11/2017 Ponte Nova	Justificativa de ausência do presidente; informe “sobre o ofício encaminhado pelo IBIOAGB Doce a todos os CBH da bacia notificando sobre a impossibilidade, a partir desta data, da participação da equipe de apoio às reuniões dos CBH da Bacia, isto em função do não repasse pelo Estado de Minas Gerais dos recursos da cobrança pelo uso da água”; sem quórum para deliberação, seguiu a apresentação da Fundação Renova, para falar sobre a aplicação do Plano de manejo de rejeitos do Trecho 8, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Fonte: Elaborado a partir das Atas de reuniões disponíveis no site institucional do CBH- Piranga (<http://www.cbhpiranga.org.br/institucional/atas-reunioes/atas-de-reunioes-1>), 2019.

*Quando não foi possível acesso as atas no site do Comitê, recorreu-se as notícias disponíveis no site da Agência de Bacias do CBH- Piranga (IBIOAGB- Doce) (<http://www.ibioagbdoce.org.br>) e pelas anotações de campo.

ANEXO 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1ª via – Do entrevistado 2ª via – dos pesquisadores

Eu _____ representante da _____ [instituição] no Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga-MG aceito participar da pesquisa “**A Política Nacional de Recursos Hídricos no contexto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga/MG: Impasses e desafios**”, a ser realizada pela estudante de doutorado Carla Toledo e orientada pelo Profº Marcelo Leles Romarco de Oliveira, ambos pertencentes ao Programa de Pós graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa. De acordo com pesquisadores, esta pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica deste Comitê como um espaço participativo e deliberativo para implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. Diante da crise hídrica e dos impactos ambientais de alguns empreendimentos econômicos, como, por exemplo, o rompimento de barragens de mineração ou intensivos desmatamentos e uso do solo na região da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, eles indagam o que tem sido possível realizar, efetivamente, pelo Comitê. A expectativa é que a pesquisa venha contribuir com o entendimento de estratégias viáveis e facilitadoras para deliberações de ações que tenham em vistas o desenvolvimento sustentável, educação ambiental e gestão participativa na bacia. Para realização da pesquisa fui esclarecido que haverá acompanhamento e observação das plenárias, reuniões e/ou eventos do Comitê. Minha participação direta na pesquisa se dará por meio da cessão de uma entrevista, com duração de, no máximo, uma hora. Esta entrevista será gravada e posteriormente transcrita para exemplificar opiniões dos membros do comitê sobre a dinâmica desta instância ambiental deliberativa. Com vistas em garantir o sigilo, meu nome será substituído por nome fictício, preservando minha identidade pessoal. Também me foi garantido que, caso sinta algum desconforto ou constrangimento na entrevista, tenho plena liberdade em não responder a alguma questão, sem necessidade de justificativa ou esclarecimento. Além disso, caso sejam identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, eu terei assegurado o direito à indenização. Para esta entrevista, não terei nenhum custo, nem receberei qualquer vantagem financeira, além do que tenho plena liberdade para recusar minha participação ou retirar este meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. Assim, minha participação é voluntária e a recusa em ceder entrevista não modificará a relação de cordialidade com os pesquisadores e sempre que precisar serei atendido(a) por eles. Os dados da pesquisa serão apresentados de forma agregada na sistematização final, quando uma cópia do relatório final será entregue à Diretoria do Comitê. Nas publicações da equipe da pesquisa, que resultarem do trabalho, meu nome também não será identificado(a).

Este Termo foi redigido atendendo à Resolução 466/2012, conforme orientação do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas com seres humanos no Brasil. Assim, a qualquer momento poderei solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa aos pesquisadores nos contatos descritos abaixo. Além disso, em caso de dúvidas de natureza ética poderei recorrer ao **CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos**; Universidade Federal de Viçosa; Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - Cep: 36570-900 Viçosa/MG. Telefone: (31)3899-2492 Email: cep@ufv.brwww.cef.ufv.br.

Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Endereço: Departamento de Economia Rural, sala 232, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. Telefone: E-mail:	Carla Toledo Endereço: Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG Telefone: E-mail:
--	---

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante entrevistado

Assinatura de Carla Toledo